

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Prof. Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-Reitor

Prof. Paulo Roberto Volpato

Sub-Reitora de Graduação

Prof^a. Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof^a. Mônica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Prof^a. Regina Lucia Monteiro Henriques

Centro de Ciências Sociais

Prof. Léo da Rocha Ferreira

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Prof. Dirce Eleonora Nigro Solis

Departamento de Ciências Sociais

Prof. Ronaldo Oliveira de Castro

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Prof^a. Clara Cristina Jost Mafra

Prof^a. Rosane Manhães Prado

ISSN 2317-1456

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ano 14 Número 2
Dezembro de 2012

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares

é uma publicação organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu objetivo é divulgar estudos baseados na interdisciplinaridade das ciências humanas, considerada indispensável para a reflexão sobre a realidade sociocultural dinâmica, cambiante e complexa do mundo contemporâneo.

Editores

Clara Mafra, Helena Bomeny e Maria Claudia Coelho

Assistente Editorial

Patricia Coralis

Estagiária

Marcella Magalhães

Revisão

Metatexto Revisão e Editoração Ltda.

Diagramação

Porto Traduções

Conselho Editorial

Anália Torres (Instituto Universitário de Lisboa)

Bernardo Ferreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Cecília Loreto Mariz (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Carlos Aurélio Pimenta de Faria (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo)

Clara Araújo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Clarice Ehlers Peixoto (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Claudia Barcellos Rezende (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Guy Bellavance (Universidade de Quebec)

Hector Leis (Universidade Federal de Santa Catarina)

Helio R. S. Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Ítalo Moriconi (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

João Trajano Sento-Sé (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

José Machado Pais (Universidade de Lisboa)

José Reginaldo Gonçalves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Josué Pereira da Silva (Universidade Estadual de Campinas)

Jurandir Freire Costa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Leonardo Avritzer (Universidade Federal de Minas Gerais)

Luíz Eduardo Soares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Luíz Flavio Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Maria Josefina Gabriel Sant'Anna (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Maria Luíza Heilborn (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Marjo de Theije (Universidade Livre de Amsterdã)

Maurício Tenório-Trillo (Universidade de Chicago)

Myrian Sepúlveda dos Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Nélida Archenti (Universidad de Buenos Aires)

Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (Universidade Federal de Pernambuco)

Ricardo Benzaquen de Araújo (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Roberto DaMatta (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Sergio Costa (Universidade Livre de Berlim)

Sidney Chalhoub (Universidade Estadual de Campinas)

Susana Durão (Universidade de Lisboa)

Valter Sinder (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Publicação Semestral – 2012.2

CATALOGAÇÃO NA FONTE

I61 Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. – Ano 14, n.2 (2012) - .

- Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999-

Annual (1999), Semestral (2000)

PUBLICAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UERJ.

1. Ciências humanas - Periódicos. 2. Ciências Sociais – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU (30) 05

UERJ / REDE SIRIUS / PROTAT

Indexação:

Índice de Ciências Sociais do IUPERJ;

CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades;

LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Homepage: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>

Sumário

América Latina: a ideia, mais uma vez.....	241
Mauricio Tenorio Trillo	
Estrangeiros e visionários: Richard Morse, Alex de Tocqueville e os Estados Unidos	268
Beatriz Helena Domingues	
A política da incivilidade.....	299
Bernard E. Harcourt	
A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparados.....	335
Carlos Aurélio Pimenta de Faria	
Professores e modelos estrangeiros para a educação profissional brasileira (1936/1945)	372
Luiz Antonio Cunha	
A percepção dos jovens sobre as desigualdades no Brasil: um estudo por classe	408
Celi Scalon e Pedro Paulo de Oliveira	
Em torno da ansiedade: subjetividade, mudança e gravidez	438
Claudia Barcellos Rezende	
Metamorfoses guanabarinas: O Rio de Janeiro no raiar do século XX por Arthur Azevedo.....	455
Tatiana Oliveira Siciliano	
Bases histórico-conceituais para a crítica cinematográfica não-representacional: questões de ordem ontológica	472
Alessandro Zir	

Contents

Latin America: once more the idea.....	241
Mauricio Tenorio Trillo	
Foreigners and visionaries: Richard Morse, Alex de Tocqueville and the United States	268
Beatriz Helena Domingues	
The politics of incivility.....	299
Bernard E. Harcourt	
The social policies diffusion as a strategy of international insertion	335
Carlos Aurélio Pimenta de Faria	
Foreign educators and models for the Brazilian professional education (1936/1945)	372
Luiz Antonio Cunha	
Youth's perception on social inequalities in Brazil: an essay according to classes	408
Celi Scalon e Pedro Paulo de Oliveira	
Around Anxiety: subjectivity, change and pregnancy	438
Claudia Barcellos Rezende	
Guanabaras Metamorphoses: Rio de Janeiro in the beginning of the 20th century by Arthur Azevedo	455
Tatiana Oliveira Siciliano	
Historical conceptual basis for the non-representational cinematographic critique: issues of ontological order	472
Alessandro Zir	

América Latina: a ideia, mais uma vez

Mauricio Tenorio Trillo*

Resumo

0. Onde o autor apresenta brevemente o tópico e seus debates atuais, sendo uma explicação de uma morte que nunca se deu, bem como dos objetivos do autor ao voltar mais uma vez ao assunto. **1.** Uma observação inevitável sobre o histórico “sim, mas não, obrigado” do Brasil em face da América Latina. **2.** Sobre a adesão final do autor à “América Latina”, sendo um relato de sua derrota e de sua natureza simplória.

Palavras-chave

América Latina. Iberismo. *Latinité*.

Abstract

0. Where the author introduces briefly the topic and its current debates, being an explanation of a death that never came, as well as of the goals of the author in once more returning to the topic. **1.** An inevitable note on Brazil’s historical yes but not thanks vis-à-vis Latin America. **2.** On the author’s final embrace of “Latin America,” being an account of his defeat and his simpleton character.

Key words

Latin America. Iberismo. *Latinité*.

0. Onde o autor apresenta brevemente o tópico e seus debates atuais, sendo uma explicação de uma morte que nunca se deu, bem como dos objetivos do autor ao voltar mais uma vez ao assunto

A ideia de América Latina tinha que ter se tornado obsoleta há muito tempo atrás. Ou ao menos eu assim achava há alguns anos (TRILLO, 1999)¹. Ainda assim, sobre aquilo de que dificilmente se pode dizer “estava vivo”, não se pode nunca afirmar “está morto”. Nem Deus nem o amor nunca existiram

* Ph.D. em História pela Universidade de Stanford (Stanford/Estados Unidos) e professor do Departamento de História da Universidade de Chicago (Chicago/Estados Unidos). E-mail: tenoriotm@uchicago.edu.

¹ Gostaria de não ter usado notas de rodapé neste ensaio, mas compreendo que a função destas notas é guiar o leitor, revelar fontes de inspiração, estabelecer a autoria de ideias e citações. Elas não têm qualquer serventia, contudo, para promover o autor deste ensaio. O que se segue, assim, evita inteiramente as autoreferências, à exceção desta, em que lidei diretamente com este tópico há anos.

realmente, mas quanto magoam! “América Latina”, mais do que nomear algo real, tem sido o título, a trama, uma autobiografia de uma crença que, desde os anos 1850, tem escapado da extinção por funcionar como a sintaxe elementar com a qual formular variadas versões dos séculos XIX, XX e XXI, de traços essenciais, as inexplicáveis e confusas palavras chave dos tempos modernos – progresso, industrialização, autenticidade, desigualdade, identidade. Assim, ao longo de quase dois séculos, as sobras de diversos banquetes explanatórios alimentaram o termo – raça, cultura, imperialismo francês, imperialismo espanhol, revolução, desenvolvimento, anti-imperialismo, religião. Mas, da mesma forma como acontece quando, imprudentemente, cedemos à tentação de debater o conceito de Deus, tentar provar ou contestar a existência da América Latina seria já pertencer à trama: “América Latina”. Mas é fato: a América Latina nunca foi um lugar real, uma civilização clara ou uma cultura ou culturas bem demarcadas e únicas. E ainda assim, sendo tão duradoura, seria tolo não perceber sua importância como uma influente “segunda natureza”, que um dia se materializa como o espírito da *latinité* versus as forças materiais do anglo-saxonismo, no outro ressuscita como a superioridade hispânica sobrenatural de José Enrique Rodó ou o triunfo nietzschiano da beleza e da luxúria universal de José Vasconcelos. Não, o termo veio para ficar e é importante. O que fazer com ele?

A primeira coisa a fazer com ele é expor, desfrutar e habitar a sua ironia. Roma era tanto o *imperium Populi romani*, a crescente adoção das leis e instituições romanas, como o império romano em si mesmo: o controle e conquista de vastos territórios que às vezes resistiam, às vezes exigiam a *urbanitas* latina e tudo aquilo que Roma implicava. As línguas românicas e diversas instituições políticas e legais que se acreditava referidas àquelas origens imperiais comuns, as línguas, os povos, as regiões que faziam parte do mundo romano, incluindo povos de língua inglesa e americanos de todos os tipos. Assim, como é bem sabido, a ideia de uma parte latina da América foi, acima de tudo, uma torção moderna de uma velha ideia, um produto do choque entre impérios modernos. Mas a sua natureza imperial contaminou o termo com algo mais do que o peccadillo de seu florescimento, digamos, na tentativa do Segundo Império francês de por freio às “raças anglo-saxônicas”. A aventura mexicana de Napoleão, *le petit*, fracassou, mas não os pressupostos políticos, raciais e culturais corporificados pelo termo “latino”. O sentido de América Latina ainda faz eco ao velho anti-anglo-saxonismo imperial. No velho estilo francês, este anti-anglo-saxonismo era racial, mas era também uma forma católica de anti-modernismo e anti-protestantismo.

Os Estados Unidos, disse o Conde de Gobineau, estavam “infectados por todos os corrosivos frutos da modernidade”. Este anti-modernismo implica uma autoridade forte, a desconfiança da liberdade plena, o espírito sobre a matéria e a desconfiança em relação ao individualismo; é dizer, os alvos corporatistas ou estamentais, e as metas espirituais predominam sobre as paixões individuais).

De fato, como parte da *latinité* “América Latina” era uma ideia muito conservadora, uma ideia que sonhava com a unidade não apenas de uma suposta raça, mas também de todos os inimigos da democracia e da modernização. Enquanto na França do Segundo Império os defensores do império latino brincavam com a ideia de apoiar os estados confederados na Guerra Civil americana – torcendo a *latinité* de modo a fazê-la significar o amor pela ordem, pela autonomia local e pela tradição, como na defesa da *latinité* no sul da França nos anos 1850 –, os liberais mexicanos eram contrários ao império latino e aliados do “presidente negro”, Abraham Lincoln (SAINLAUDE, 2011). Para os anti-modernos, a aventura mexicana francesa era a Guerra da Crimeia 2: o papel da Rússia era feito pelos Estados Unidos e o papel da Turquia foi dado ao México, que seria defendido pelos poderes europeus até mesmo contra si mesmo, estabelecendo assim um reino latino. Em meados do século XIX (SÉCULO XIX????), ao usar o termo “América Latina”, ninguém sonhava com um reino anti-eslavo latino, mas quase sempre se referiam a não-norte-americano e a uma ou outra forma de superioridade espiritual sobre o mundo protestante materialista. As conotações do termo são duradouras assim.

A ironia não termina neste projeto imperial alimentado por latinidades românticas regionais, mas se torna a ironia de uma *Amérique Latine* anti-saxônica racial, transformada não em uma forma francesa, mas em uma forma hispânica global de anti-americanismo, antiprotestantismo e antimodernismo. Mais ironia: as visões da Espanha de Washington Irving e o *iberismo* e a *latinité* europeus foram ecoados pelo *hispanismo americano* do final do século XIX. E somente para, mais tarde, se transformar no patrimônio daquilo que se esperava que não fosse desde o início; isto é, l’*Amérique Latine* se tornou o termo duradouro e igualmente imperial, porém agora com base nos Estados Unidos, “Latin America” (em inglês), articulado como os não-Estados Unidos, e os Estados Unidos que, de alguma forma, não são realmente Estados Unidos – Latino, Latina: o aglomerado racial e cultural de coisas que se presumia serem o domínio autêntico de grande parte da população norte-americana. Agora, no século XXI, todos eles, deste e do outro lado da fronteira do sul dos Estados Unidos, são Latinos, como queria Napoleão III; milhões são cidadãos norte-americanos, porém de alguma forma

exotizados como diferentes, como pertencentes a outra ontologia cultural, miticamente ligados a uma Atlantis inexistente: a América Latina. Outra ironia: a política da identidade que puniu, comercial e politicamente, os latinos nos Estados Unidos, não tornou o termo América Latina obsoleto; ela materializou neste conceito etéreo um mercado comercial e político concreto.

Resumindo, assim como o sobrenome espanhol comum “Matamoros”, que tão claramente se refere a uma tragédia, mas que, mesmo assim, passa despercebido na conversa coloquial em espanhol, “América Latina” se tornou um senso comum automático, apesar de sua inexistência e de suas conotações desagradáveis. E, por isso mesmo, o conceito merece respeito. O termo foi capaz de encarnar como o pressuposto geográfico e cultural essencial das teorias da modernização pós-Segunda Guerra Mundial; teorias que assumiram, sem questionar, a existência de uma parte latina das Américas – tradicional, católica, patrimonialista, retrógrada, confusa, violenta –, onde aplicar uma nova engenharia social. O poder do termo residia precisamente em sua capacidade de ser aceito sem questionamentos, o que era menos a pressuposição de um lugar, uma cultura e um povo como espaço de experimentação e mais a necessidade de uma “América” estranha, para que a outra América pudesse se fazer a pergunta “espelho, espelho meu, existe alguém mais bela do que eu?” O poder do conceito de América Latina também encantou as utopias revolucionárias marxistas, a ponto de, nos anos 1970, *la revolución* e *América Latina* serem sinônimos. Então, talvez pela primeira vez, o termo foi amplamente adotado por outros que não os intelectuais e estudantes universitários. Além disso, o tipo de tratamento mais recente dado à América Latina, pós-colonial, das feridas coloniais, libertação, trans, pós, modernidade alternativa, foi, por assim dizer, um “más me quiere más me pega” para a própria ideia de América Latina. O potencial do conceito como civilização singular, homogênea em sua promiscuidade universal e ontologicamente distinta de um certo paraíso presumido de mecanismo e poder, tornou-se ainda mais sedutor por meio das críticas neo-indigenistas, pós-coloniais, enfim, epistemes alternativas da ideia de América Latina.

Durante as últimas décadas, é claro, houve, principalmente em espanhol e em português, várias críticas à própria utilidade do termo América Latina. Escritores proeminentes da minha geração, como Jorge Volpi, se autodefiniram como os escritores pós-América Latina que não lidam com quaisquer paisagens latino-americanas: os primeiros verdadeiros cosmopolitas nas nossas pobres Comalpas, Pasárgadas e Macondos. Assim Volpi anunciou o fim da América Latina, ou ao menos do Escritor Latino-Americano. Mas, ainda assim, que escritor, ao

escrever em espanhol ou português ou nahuatl, seria não-cosmopolita, não seria simultaneamente menos e mais do que latino-americano? Ignacio Manuel Altamirano? Amado Nervo? Rubén Darío? Machado de Assis? Alfonso Reyes? Pedro Henríquez Ureña? Juan Rulfo? José María Arguedas? Ida Vitale? Na verdade, o sucesso atual de escritores ao estilo Volpi no mercado literário monopolista de língua espanhola não é nada mais do que a compra de uma velha noção e condição – o escritor latino-americano. Uma condição que eles, se não alegremente, ao menos rentavelmente, assumem. Além disso, ridicularizar a condição latino-americana se tornou um clichê para certos intelectuais conservadores de língua espanhola, como Álvaro Vargas Llosa – um alvo fácil. Mas suas posições filosóficas e políticas são tão radicalmente conservadoras que eles não tiveram muita repercussão nos círculos acadêmicos ou intelectuais mais amplos, seja em espanhol ou em inglês. Além disso, o seu próprio anti-latinismo se volta contra eles: eles são o intelectual latino de iniciação para a Nova Iorque ou a Miami *mainstream* (MENDOZA, MONTANER & VARGAS LLOSA, 1996; VOLPI, 2009).

Ainda mais revelador é o anti-latino-americanismo brasileiro recente que busca expor a falta de sentido da América Latina, como no *Guia politicamente incorreto da América Latina*, de Leandro Narloch e Duda Teixeira (2011). Está certo que esta é uma velha cruzada, o Brasil se distinguindo do resto do continente – uma tarefa habilmente realizada nos anos 1820 por José Bonifácio ou por Joaquim Nabuco e Eduardo Prado nos anos 1890. É claro que houve também um eloquente pró-latino-americanismo brasileiro, mais uma forma de autocrítica do que um amor pela América Latina, melhor expresso no irônico “Rondó dos cavalinhos” de Manuel Bandeira (anos 1920): “Os cavalinhos correndo,/ E nós, cavalões, comendo.../ Alfonso Reyes partindo,/ E tanta gente ficando...” Esta é assim uma velha história. Mas Leandro Narloch e Duda Teixeira usam o humor para debochar daquilo que veem como intrínseco à ideia de América Latina: uma lamentação constante, a transformação de toda cultura local em uma forma de resistência cultural, seu amor pela violência. E fazem isso mirando em ícones latino-americanos, tais como Che Guevara, Bolívar, Villa ou Salvador Allende: “Quanto mais bobagens eles falarem e quanto mais sabotarem seu próprio país, mais estátuas equestres e estampas em camisetas serão feitas em sua homenagem” (NARLOCH & TEXEIRA, 2011). Mas, na verdade, o crescimento do Brasil em termos de importância mundial está fazendo muito mais pela obsolescência do termo América Latina do que qualquer livro ou crítica.

Em inglês, contudo, a ideia de América Latina não recebeu muitas críticas

além da própria historicização das velhas e novas conotações imperiais do termo e das origens ligadas à Guerra Fria dos estudos latino-americanos nos Estados Unidos². A crítica mais relevante, relativamente recente, da ideia de América Latina em inglês foi *The Idea of Latin America* (2005), de Walter D. Mignolo: “Uma escavação”, argumenta ele, “das bases imperiais/coloniais da ideia América Latina que nos ajudará a esclarecer a geopolítica do conhecimento sob a perspectiva da colonialidade, a contrapartida histórica oculta e inédita da modernidade” (MIGNOLO, 2005). De fato, esta foi uma crítica devastadora do inegável DNA imperial do termo, feita em nome de uma nova perspectiva, a perspectiva da “colonialidade”, a qual, explica Mignolo, “surge da condição da ‘ferida colonial’, o sentimento de inferioridade imposto a seres humanos que não se encaixam no modelo pré-determinado nas narrativas euro-americanas”. Por mais importante que possa ser esta crítica à ideia de América Latina, ela foi, acredito, não uma negação, mas uma forte reafirmação de partes essenciais daquilo que América Latina significou por um longo tempo: uma ontologia alternativa, diferente, racial, cultural e real (ainda que agora baseada não em uma mistura racial e cultural, não em versões francesas ou espanholas da latinidade, mas em seu componente nativo intrínseco). Ela retém da América Latina, como a velha *filosofia de lo latino-americano*, sua conotação como um lugar cultural que naturalmente clama por utopias; como um constante descascar de camadas de inautenticidade para chegar ao coração da alcachofra: uma alma nativa difusa formada tanto por referência aos povos de língua nahuatl ou quéchua no século XVI, ao México ou Peru do século XXI ou às chamadas latinas nos Estados Unidos. Assim, conforme argumenta Mignolo, é possível sustentar que “40 milhões de latino/as nos Estados Unidos já se sacudiram e começaram a escovar as lembranças imperiais de seus/nossos corpos”. Dom Santiago Ramón y Cajal – o sábio neurocientista espanhol do início do século XX – não apenas teria se maravilhado diante da própria possibilidade de 40 milhões de pessoas muito diferentes tendo as mesmas

2 Arturo Ardao começou esta história, que teve sequência com J. Phelan nos anos 1960. A este respeito, ver o extenso capítulo bibliográfico em Trillo (1999). Graças ao incrível esforço de Mari Carmen Ramírez, os pesquisadores agora têm acesso digital a muitos dos documentos fundadores para o estudo da ideia de América Latina e suas muitas conotações culturais e disciplinares. É impossível exagerar a importância do projeto – ver o International Center for the Arts of the Americas at the Museum of Fine Arts, Houston. Documents of 20th-Century Latin American and Latino Art, A Digital Archive, <http://icaadocs.mfah.org/icaadocs/en-us/about/theproject/whatisheicaadocumentsproject.aspx>. Ver também SAN MIGUEL (2010, 2004); MIREZ (1993); VILABOY (2002); FERES (2005); CASTRO-GÓMEZ & GROSGOUEL (2007); CASTRO-GÓMEZ (1996); MORANA, DUSSEL & JÁUREGUI (2008); LARSEN (2003); CENTENO & LÓPEZ-ALVES (2001); GRACIA & MILLÁN-ZAIBERT (2004); SALLES & MILLÁN-ZAIBERT (2005); HURTADO (2011). Ver MOYA (2010) e o difícil texto de DE LA CAMPA (1999); BARRIOS (2007); BRAUDEL (1948); ESTRADA (1982); MCGUINNESS (2003); QUIJADA (1997). Sobre a questão de se o termo América Latina tem ou não uma origem francesa, ver QUIJADA (1998).

lembranças, e ainda por cima imperiais, mas também se perguntaria sobre as outras lembranças reais que pertencem verdadeiramente a estes neurônios latinos. Resumindo, creio que a crítica de Mignolo não é uma América não-Latina, mas uma América Latina por excelência: ela radicaliza, *comme il faut* em inglês e através de uma presumida alteridade radical, as implicações utópicas etnoculturais, duradouras e poderosas, do termo América Latina³.

Em síntese, o que há em um nome que o torna tão eloquente e resistente?

1. Uma observação inevitável sobre o histórico “sim, mas não, obrigado” do Brasil em face da América Latina

Antes dos anos 1970, “América Latina”, o nome, não fazia parte de qualquer *vulgari eloquentia* real. O conceito pertencia a intelectuais e políticos. Nos Estados Unidos, em torno dos anos 1850 o termo ganhou conotações imperiais francesas, isso está claro, embora alguns escritores argentinos, colombianos ou chilenos defendessem a mesma ideia, mais ou menos ao mesmo tempo – e com frequência o fizessem em Paris. Debater as origens francesas ou “latino-americanas” “reais” do termo não melhoraria a ideia – “América Latina”. De certo modo, se não era inteiramente uma má ideia, era uma ideia característica de uma época e, por assim dizer, de uma má época. Foi concebida por intelectuais que tinham como única pátria sua própria língua. E ser um intelectual de língua espanhola no século XIX era, em todos os sentidos, de alguma forma viver em francês, não no sentido da língua estrangeira pertencente à França, mas no sentido do seu próprio latim. Assim, não tem muito sentido discutir a autenticidade da palavra – em termos de ter sido realmente articulada por personagens que não dispunham de qualquer forma factual ou lógica para personificar tal autenticidade. Muitos, inclusive eu mesmo, discutimos a *patria potestate* do termo durante o império de Maximiliano no México nos anos 1860 apoiado pelos austríacos e franceses – a ironia de um ideólogo de Napoleão III, Michel Chevalier, anti-teutônico, anti-anglo-saxão, pan-latinista saint-simoniano, apoiando um império mexicano (supostamente latino) que era por acaso comandado por um soberano, Maximiliano, que não

³ Ver PALTÍ (ed., 2010:12): “corrientes mas recientes, marginales, en realidad, en su mayor parte desprendimientos de las teorías dependencistas, y en cuyo límite –que se roza ya con lo paródico—se encuentran la escuela culturalista promovida por Richard Morse y las diversas vertientes de la llamada “filosofía latinoamericana” (y cuyas últimas estribaciones entonarán con las perspectivas poscoloniales hoy en boga en Estados Unidos) buscaran dislocar esta tendencia denigratoria (y autodenigratoria) confirmando atributos positivos a este pathos que supuestamente identifica desde sus orígenes la cultural política latinoamericana. No obstante, estas valoraciones opuestas se apoyan aun sobre la misma antinomia de base, la cual, lejos de debilitarse, se refuerza”.

era menos “teutônico” do que seu irmão, Franz Joseph, imperador do império austro-húngaro. Não há muito o que acrescentar a isso.

A ideia de América Latina, na Europa ou nas Américas, não era mais do que um fio de uma trama cultural e política mais densa que envolvia, é claro, a Espanha, a América espanhola, Portugal e a França, mas também os Estados Unidos, bem como o pan-germanismo e o pan-eslavismo emergentes. Permitam-me explicar isso de forma sucinta e, portanto, esquemática: na Europa, a ideia de “América Latina” era uma adaptação peculiar de duas vertentes do final do século XVIII e do século XIX – de um lado, *iberismo*; do outro, a *latinité* compreendida em diferentes momentos como regionalismo na França (o sul *versus* o norte) ou como *méditerranéité*. Ambas as vertentes eram estratégias comerciais geopolíticas que buscavam encarar os desafios colocados tanto pelos realinhamentos dos impérios europeus durante o século XIX quanto pela emergência maciça dos modernos estados-nação. Ambos, *iberismo* e *latinité*, eram também agendas culturais importantes que incluíam, digamos, as buscas românticas pelo *Volkgeist* por meio do re florescimento de línguas e tradições locais nos anos 1840 e 1850 ou de todos os tipos de doutrinas raciais dos anos 1880 até os anos 1920. Embora, em linhas gerais, as duas vertentes não tenham se materializado em qualquer realidade política ou militar significativa, ambas tiveram efeitos culturais duradouros – um deles, de longa duração: a ideia de América Latina.

O *iberismo* foi um movimento político e cultural que girava em torno de Portugal e de *las Españas* – aqui o plural, *las Españas* (ou *les Frances*) é vital, conforme mostrarei – como resultado das desastrosas guerras napoleônicas na Europa e nas Américas. Era uma forma comum de enfrentar os desafios imperiais – que revela que as ameaças às possessões portuguesas na África e na Índia eram muito parecidas àquelas que a Espanha viveu no desastre de 1898. O *iberismo* foi especialmente visível e influente entre os anos 1840 e 1920, e foi de alguma forma invocado durante os primeiros momentos das ditaduras de Salazar e Franco nos anos 1930. O *iberismo*, contudo, conforme argumentou o historiador José Álvarez Junco, nunca foi uma ideia realmente popular; pertencia aos intelectuais e teve ecos significativos em diversas agendas políticas. Seu principal inimigo original foi a França, mas gradualmente se adaptou de forma a incluir, como *bête noire*, os Estados Unidos. Sua principal reivindicação era a crença em uma história e destino comuns de Portugal e Espanha vis-à-vis a crescente hegemonia francesa – embora a estranha, porém duradoura, aliança de Portugal com a Inglaterra tenha muitas vezes obscurecido as reivindicações étnicas e culturais do *iberismo*. Por sua vez, as políticas norte-americanas dirigidas a Cuba, Porto Rico e às Filipinas

durante os anos 1890 e 1900 tornaram o *iberismo* mais atraente intelectualmente, seja em Madri ou em San Juan, em Montevideu ou em Barcelona⁴.

Em suas origens, o *iberismo* cultural foi uma reação à outra vertente, a *latinité* – um posicionamento militar e comercial estratégico mais franco-espanhol -, mas estava também nas raízes do *hispanismo* pós-1898 na Península e nas Américas, incluindo, vale a pena sublinhar, os Estados Unidos. Na América espanhola – mas não na Espanha, em Portugal, nem mesmo no Brasil – o *iberismo*, como conceito, parasitava o termo “América Latina”. Isto é, entre os anos 1840 e 1860, a *latinité* foi a vertente intelectual que deu origem ao plano imperial de *L’Amérique latine* durante o Segundo Império Francês. Mas a *latinité* era muito mais do que isso; era uma história audaz com diversas trilhas; a ideia de *L’Amérique latine* como um império comandado pelos franceses na América, como um êxtase neolatino à base de haxixe; a união da *latinité* clássica em ambos os lados do Mediterrâneo, diante da decadência da Europa, como a unificação de toda a raça latina. Um termo carregado, essa *latinité*.

No Brasil, o *iberismo* teve uma trajetória muito diferente daquela ocorrida na América espanhola. Em primeiro lugar, até onde sei nunca foi apropriado em sua versão híbrida hispano-americana *iberismo-latinité*. No Brasil, o termo se tornou, primeiramente, um marco histórico institucional que explicava, precisamente, a excepcionalidade brasileira vis-à-vis a *latinité* da América espanhola. Havia, é claro, um *americanismo* brasileiro, conforme mostrou L. W. Vianna, às vezes derivado da excepcionalidade *iberista* (como em Oliveira Vianna ou Richard Morse ou José Guilherme Merquior), às vezes como uma forma local pró ou anti-Estados Unidos (como em Manoel Bomfim, Eduardo Prado, Oliveira Lima). Mas creio que foi somente com o surgimento em todo o continente da teoria da *dependência* (Fernando Henrique Cardoso) que os intelectuais brasileiros falaram plenamente América Latina. Em segundo lugar, o *iberismo* se transformou em uma forma de lidar com algo que a *latinité*, em suas formas americanas híbridas e europeias, não precisava enfrentar: a marca da escravidão. E, finalmente, o *iberismo* sem a *latinité* se transformou em uma maneira brasileira instrumental de lidar com o fator Estados Unidos. Isto é, a forma brasileira do *iberismo* serviu às preocupações estratégicas empíricas do Brasil, que não podiam arcar com o forte anti-americanismo (os Estados

⁴ DIÉGUEZ (2002); VICENS VIVES (1962); MATOS (2006); PESSOA (2013); ROCAMORA (1994); GONZÁLEZ-BLANCO (1917); JUNCO (2001); RIPPY (1922a e 1922b); VIANNA (1997) e FRADERA (no prelo).

Unidos) implicado no *iberismo* e na *latinité* hispano-americanos pré e pós-1898⁵.

Desde meados do século XIX, os intelectuais e a cultura popular brasileira têm, com maior frequência, ignorado ou rejeitado sua caracterização como América Latina. Esta foi, de fato, uma rejeição mútua, com notáveis exceções, as quais, entretanto, não afetaram a inclusão geral do grande império do Brasil, ainda que primordialmente no plano retórico, no termo genérico América Latina em espanhol, e mais especialmente quando escrito em línguas outras que não o português ou o espanhol. Mas a história do Brasil desenvolveu uma marca *iberista*, uma instituição, a monarquia, que tornou o Brasil não-latino-americano desde o início. Antes dos anos 1860, o Brasil entendia a si mesmo como a América não latina, e, de fato, ao invés de ser parte da *latinité*, muitos dos novos países que emergiam do antigo império espanhol teriam gostado de seguir a solução institucional brasileira para a crise mundial iniciada pelas guerras napoleônicas. Em 1809, Portugal, da noite para o dia, transformou-se em mera peça de um todo maior, o império lusitano: o regente e a corte se mudaram para o Rio de Janeiro. A Coroa no Rio servia como força gravitacional, mantendo unido um vasto império. O Brasil, quase metade de um continente, ao contrário dos velhos vice-reinados da Nova Espanha ou do Peru, manteve-se unificado e relativamente estável, em território e estrutura, ao longo de todo o século XIX. A monarquia era o estado, o estado era o império, uma confederação que oferecia mais proteção e estabilidade vis-à-vis os muitos desafios e revoltas domésticas populares nos Estados Unidos e na Europa (especialmente preocupantes devido à permanência de uma ampla economia escravocrata); era, em especial, uma opção melhor do que aquela que a América espanhola significara de 1810 até os anos 1860. Em setembro de 1815, uma nova ordem imperial foi declarada a partir do Rio de Janeiro – o Reino Unificado de Portugal, Brasil e Algarves. O Brasil se transformou em um reino dentro de reinos. Logo após, Dom João foi coroado no Rio de Janeiro – até então, havia sido regente, enquanto sua mãe louca ainda estava viva. Nunca antes disso, e nunca depois, um rei europeu de um vasto império fora coroado na América. Quando as preocupações europeias tornaram inevitável o retorno do Rei para Portugal, seu filho, Dom Pedro, liderou a independência do Brasil (1822). Assim surgiu o império independente do Brasil, cujas organização institucional e integridade territorial foram mantidas – não

⁵ Para evitar múltiplas notas de rodapé, o parágrafo seguinte tem muitas fontes e inspirações: BETHELL (2009); PREUSS (2011); CÂNDIDO (2004); BAGGIO (1998); FREYRE (1975, 1963); SOARES & PINTO (2004); MORSE (1986, 1964) RODRIGUES E SILVA (2004); a coleção de documentos FONSECA, FREYRE et al (2003); TOTA (2000); VIANNA (1997).

sem sérios problemas e desafios – até 1889. Este foi o marco militar, político, legal e institucional que teve consequências duradouras na história a-latino-americana do Brasil.

Este é o marco ibérico institucional que os intelectuais e políticos brasileiros invocavam constantemente ao longo do século XIX. Ao final do século XIX, o diplomata e intelectual brasileiro Oliveira Lima, comparando as Américas latina e anglo-saxônica, mantinha ainda a marca a-latino-americana do Brasil: “It was in thus how Brazil was able in Latin America, in an anarchic period in almost all the continent, to represent domestic peace united with freedom. What Bolivar’s Cesarism could not achieve without his rejection of what Blanco-Fombona calls ‘la tentación liberticida’.” (OLIVEIRA LIMA, 1913). Pois, do momento da independência em diante, os intelectuais e políticos brasileiros defenderam seu caminho excepcional, uma marca institucional derivada das instituições ibéricas: através da monarquia imperial, modificada de diversas maneiras, o Brasil do século XIX empenhou-se na luta para se diferenciar, institucional e culturalmente, da América espanhola. A despeito de afinidades étnicas ou culturais, os interesses imperiais do Brasil, ao invés de aproximá-lo de algo tão etéreo quanto América Latina, o fizeram mais distante, exceto, é claro, em relação ao Rio de la Plata. Mas não se tratava de amor latino-americano; era um assunto imperial.

Os interesses do Brasil vis-à-vis Uruguai e Argentina não podem ser vistos como uma adoção da ideia de América Latina, mas como respostas à natureza imperial do Brasil no Cone Sul. Ao longo do século XIX, o Brasil se envolveu em três guerras com e contra os países do Rio de la Plata: em 1825, contra as Províncias Unidas do Rio de la Plata pela Província Cisplatina (Uruguai), o que teve como resultado, através da mediação do Reino Unido, a nação independente do Uruguai; em 1851, o Brasil se alinhou com as províncias de Entre Ríos e Uruguai contra o ditador argentino Juan Manuel de Rosas; e, finalmente, nos anos 1860, o Brasil juntou suas forças com o Uruguai e a Argentina contra o Paraguai, o que resultou na devastação do Paraguai e na absorção, pelo Brasil, de grande parte do território paraguaio. Da mesma forma, o Brasil se tornou, em 1871 e 1872, com aprovação mundial, o intermediário legal durante as reivindicações de Alabama – os Estados Unidos contra o Reino Unido pelo apoio britânico aos antigos estados confederados. Isto não se deu porque o Brasil fosse o maior país de uma América Latina mítica, mas porque era, de fato, um império, um poder internacionalmente reconhecido que atuou, de forma bem sucedida, como intermediário entre dois poderes – ratificando as reivindicações norte-americanas, é claro. Ao final do

século XIX, com a presença do imperador brasileiro, Pedro II, na Exposição Universal de 1876, na Filadélfia, o Brasil mostrou, abertamente, uma abordagem radicalmente diferente dos Estados Unidos em relação à América espanhola, à Espanha ou a Portugal; uma abordagem que o tornou, por definição, não latino-americano. E assim, naturalmente, os jogos imperiais norte-americanos no México e no Caribe não apenas não eram uma preocupação brasileira, mas também uma proteção contra os inimigos reais do Brasil – seus vizinhos e a Europa. Grandes diplomatas, como o Barão de Rio Branco ou Joaquim Nabuco, aproximaram diplomaticamente o Brasil e os Estados Unidos, e ampliaram a distância entre uma América Latina mítica e o Brasil. Durante o período entre-guerras e a Segunda Guerra Mundial, o Brasil reforçou esta relação “especial” com os Estados Unidos, não como uma república das bananas “vendida”, mas como um império estratégico ciente de suas limitações e de seus interesses comerciais, militares e culturais reais. Esta é a medida da natureza latino-americana material do Brasil.

Culturalmente, é claro, houve algumas tentativas intelectuais de latino-americanizar o Brasil, mas não muitas. Em primeiro lugar, antes da revolução cubana creio que, embora seja difícil testar minha opinião, a ideia em si de que os brasileiros se considerassem latino-americanos não era popularmente concebível. O forte sentido regional do Brasil, a grande população afro-descendente e a imigração maciça do Sul e do Leste da Europa e do Japão tornavam difícil acreditar em um sentido popular amplamente difuso de latino-americanidade. Ser latino-americano era, assim como o *iberismo* na Península, uma preocupação dos políticos e dos intelectuais. A partir dos anos 1970, através dos efeitos da revolução cubana e dos exílios intelectuais, e também nas agendas étnicas globais pós-1990, a cultura popular brasileira estava, de alguma forma, mais familiarizada com a ideia de América Latina.

Assim, antes dos exílios de meados do século XX – quando, segundo o proeminente sociólogo e ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, os intelectuais brasileiros descobriram plenamente a existência da América Latina – os intelectuais hispano-americanos não tinham qualquer lugar no Brasil; durante algum tempo eles o admiraram, mas depois dos anos 1860 passaram a ignorá-lo ou teme-lo, dependendo de sua posição. Ao longo dos anos 1830, era possível organizar uma antologia de escritores e homens de estado peruanos, brasileiros, mexicanos ou argentinos que citavam o Brasil como um modelo a seguir. Por exemplo, nos anos 1830, o historiador e político mexicano Lucas Alamán descreveu o vantajoso negócio que 1808 e 1814 haviam representado para o México e a Espanha em termos brasileiros: “Proyecto era este [l]levarse

a la familia real a Nueva España ante la invasión napoleónica] que hubiera producido los más grandes resultados... La independencia de Méjico se hubiera hecho sin violencia ni sacudimientos, como ha sucedido en el Brasil; pero acaso entonces no se hubiera manifestado en España con tanta fuerza, el entusiasmo que produjo algunos días más adelante el glorioso alzamiento de la nación contra los franceses.” De fato, ao longo da primeira metade do século XIX, uma maneira de não conceber a América Latina era pensar no Brasil. Também se poderia elaborar uma antologia de intelectuais argentinos, paraguaios e bolivianos que temiam o imperialismo brasileiro – um dos mais proeminentes era o argentino Juan Bautista Alberdi, que escreveu vários artigos críticos do imperialismo brasileiro durante a Guerra do Paraguai. Mas todos estes escritores pró e contra o Brasil não teriam, em sua maior parte, nada a dizer sobre uma suposta América Latina.

Entre os anos 1830 e 1940, havia poucos livros sobre o Brasil ou traduções de livros brasileiros na América espanhola. Naturalmente, havia algumas traduções espanholas e argentinas (de Nabuco, Oliveira Lima, Eduardo Prado) e alguns poucos livros argentinos sobre o Brasil. No México, antes das traduções de *Raízes do Brasil* (1955), de Sérgio Buarque de Hollanda, e daquilo que foi publicado como *Interpretación del Brasil* (1945), de Gilberto Freyre, não havia nada sobre o Brasil além de panfletos de autoria de diplomatas publicados em espanhol durante a celebração do centenário em 1910 – e também um livro sobre o Brasil escrito pelo ex-embaixador mexicano no Brasil, Alfonso Reyes, um outro panfleto ideológico de autoria do intelectual stalinista Vicente Lombado Toledano, que condenava de forma ambivalente a revolução de Getúlio Vargas no Brasil⁶. Na Argentina, em 1911 havia intelectuais proeminentes, como o argentino Manuel Ugarte, que, do ponto de vista de uma união pró-América Latina, queriam incluir o Brasil. Mas o latino-americanismo de Ugarte se expressava em meio a uma Argentina relativamente estável e em franco desenvolvimento dos anos 1890; assim, suas alegações eram menos uma defesa de uma união racial ou cultural e mais um nacionalismo triunfante anti-Cone Sul diante, exatamente, por um lado, do sucesso econômico e político de países como o Uruguai, a Argentina e o Brasil; e, por outro, do medo pós-1898 do imperialismo norte-americano. “El

⁶ Entre eles, vários livros de Manuel Oliveira Lima (1937, 1918, 1910). Também CUNHA (1938) e uma tradução do livro de Eduardo Prado publicada na Espanha, porém feita pelo pensador mexicano *iberista* e profundamente anti-americano Carlos Pereyra, *La ilusión yanqui*. Livros mexicanos sobre o Brasil: REYES (1938); TOLEDANO (1931). Sobre o Brasil havia SUÁREZ (1918); QUESADA (1907-1908); BERNÁRDEZ (1908); BELTRÁN (1935); ver também ARBOLEDA (1914); ESPONDA (1931); ALBERDI (1919); CARDONA (1925).

patriotismo consiste para la mayoría en cerrar los ojos,” escreveu ele, pois “los pueblos jóvenes, como las mujeres coquetas, no pueden respirar sin la lisonja.” Para ele, a Argentina e o Brasil eram particularmente nacionalistas, incapazes de enxergar sua história e identidade comuns com o resto da América Latina vis-à-vis, é claro, os Estados Unidos, uma “lâmpada ou sol” à luz do qual todas as repúblicas latino-americanas parecem, “según la distancia o el volumen, o mariposas o satélites.” Ugarte era, de fato, um defensor da inclusão do Brasil na entelúquia América Latina, mas não tinha muitos seguidores (UGARTE, 1911).

Na verdade, Ugarte estava seguindo a pista de um crítico e diplomata argentino, Martín García Mérou, que publicou, em 1900, *El Brasil intelectual*, um dos poucos livros em espanhol que tratava da cultura brasileira publicado antes de meados do século XX. O livro era uma revisão detalhada da história literária do Brasil, que divergia da ideia de que, enquanto quase nada do México ou do Peru chegava a Buenos Aires, ao menos alguma coisa estava disponível. Mas sobre o Brasil não havia nada conhecido ou traduzido. O seu tratamento de Nabuco, principalmente do livro sobre Balmaceda, é especialmente interessante; ele o chama de “o Macaulay brasileiro”. Por sua vez, nos anos 1920 e 1930, o mexicano José Vasconcelos publicou dois livros com forte conteúdo brasileiro: *La raza cósmica* (1925), na verdade um manifesto pró-mestiçagem resultante de uma viagem ao Brasil, ao Uruguai e à Argentina; e *Indología* (1930), uma interpretação da Íbero-América que incluía o Brasil, daí o termo *Indología*, “para designar esta nueva corriente vital de la historia... Indología en el sentido de ciencia de Indias, ciencia de Universo, no de las Indias antiguas ni de las Indias modernas, ni de las Indias geográficas, sino de las Indias en el sentido del ensueño colombino de redondez de la tierra, de unidad de la especie y de concierto de las culturas.” Ele situou a capital desta raça cósmica mítica no meio do Amazonas, mas nos anos 1930 ele temia a proximidade diplomática do Brasil com os Estados Unidos e sua falta de *hispanismo*, de *iberismo* real, pois, mais do que América Latina, Vasconcelos falava *iberismo*: “Ya nadie niega el enorme progreso del Brasil; pero se procura ocultar el hecho de que allí reflorece el alma portuguesa que en otra época dominó los mares y abarcó el mundo.” Por sua vez, Alfonso Reyes, embaixador mexicano no Brasil (1930-1935), foi um grande promotor da literatura brasileira em espanhol, considerado verdadeiramente como um interlocutor pelos literatos brasileiros *mainstream*. A sua abordagem intelectual do Brasil, contudo, parece mais próxima do *iberismo* – à la Menéndez Pelayo – do que do latino-americanismo (VASCONCELOS, 1930:10; 120; ELLISON, 2002; CRESPO, 2003).

O latino-americanismo no Brasil foi ao mesmo tempo uma vertente intelectual marginal e, com mais frequência, uma forma importante de definir o Brasil – precisamente como uma imagem que não cria qualquer refração no espelho “América Latina”. Por volta dos anos 1890, estes eram jogos de espelhos estranhos: a América espanhola não traduzia, estudava nem sabia praticamente nada sobre o Brasil, não lia nem se importava com qualquer coisa em português, enquanto os intelectuais brasileiros raramente se importavam com a “América Latina” – a não ser como um agudo contraste negativo, mas, ao longo do século XX, usaram a língua espanhola como instrumento doméstico da sua existência cosmopolita não-latino-americana. A. Cândido assim explicou este quadro: durante o século XX, “o ensino superior do Brasil dos anos de 1940 a 1960 teria sido praticamente impossível” sem as traduções argentinas, mexicanas e espanholas dos clássicos da filosofia e das ciências sociais. Várias gerações de estudantes no Brasil leram Marx, Heidegger ou Weber em espanhol. Praticamente todos os acadêmicos e intelectuais brasileiros liam espanhol; poucos acadêmicos e intelectuais mexicanos, colombianos, argentinos ou cubanos tinham o português como parte de sua bagagem intelectual. Curiosamente, apesar da institucionalização do latino-americanismo norte-americano, a tendência geral prevalece: os brasilianistas norte-americanos em geral lêem ao menos espanhol, enquanto os mexicanistas ou peruanistas “o” norte-americanos raramente se dão ao trabalho de ler qualquer coisa em português.

As atenções brasileiras reais com as vertentes literárias hispano-americanas tinham originalmente inspirações europeias, feitas em francês ou inglês – as preocupações peruanas de Voltaire ou Marmotel no século XVIII, dizia Cândido, inspiraram os *motifs* hispano-americanos do prestigiado poeta brasileiro do século XVIII Basílio da Gama. Assim escreveu ele, ao estilo de Voltaire, sobre Tupac Amaru:

*Ferindo a vista os trêmulos cocares,
Animoso esquadrão de Chefe Augusto,
Rompe as cadeiras do Espanhol injusto
E torna a vindicar os pátrios lares.*

Da mesma maneira, a visibilidade dos escritos de Dario, Rodó ou dos irmãos García Calderón em Paris tornou a *latinité* visível no Brasil. Ainda em 1931, o escritor brasileiro Prudente de Moraes Neto disse a Alfonso Reyes que fora através dos escritos de Valery-Larbaud – o proeminente escritor francês que tanto fez para introduzir escritores espanhóis, ingleses e alemães no cânone

literário francês – que soubera da existência de um dos ícones da literatura argentina, o *Don Segundo Sombra* de Ricardo Güiraldes (1926). Mas antes do efeito da revolução cubana e antes dos exílios intelectuais da segunda metade do século XX, escritores brasileiros tais como Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Eduardo Prado, José Veríssimo, Oliveira Lima, Oliveira Vianna (a partir de uma posição totalmente *iberista*) e Manoel Bomfim estavam de alguma forma preocupados com a ideia de América Latina.

Joaquim Nabuco era conhecido e admirado na Argentina e no Uruguai, mas seria correto dizer que era inteiramente desconhecido no resto do continente – talvez com as notáveis exceções de Alfonso Reyes, Pedro Henríquez Ureña e José Vasconcelos. Mas os muitos escritos de Nabuco não eram adequados para qualquer tipo de *latinité*. Ele era um crítico dos experimentos políticos hispano-americanos. Em 1890, escreveu a Rio Branco elogiando o desenvolvimento das novas nações anglas e criticando as novas nações latinas: “...and perhaps it could be worth while to show how Canada, Australia, and the English colonies have fared under the parliamentary system. These, like those rampant republics of Spanish America, are also young countries, yet their citizens are free men who do not, and will not, ever suffer the same humiliation inflicted on their subjects by the Santa Annas, Barrios, Rosas, Guzmán Blancos, and tutti quanti” (*apud* PREUSS, 2011:103).

Por sua vez Veríssimo, embora um verdadeiro introdutor de escritores hispano-americanos no Brasil, não tinha qualquer lugar em seu pensamento para qualquer tipo de latino-americanismo, a não ser a república ecumênica das letras formada por escritores que conheciam literatura em português, espanhol, francês, inglês... Por seu turno, o *iberismo* de Oliveira Lima, excessivamente sensível e às vezes favorável aos Estados Unidos, ia contra aquilo que a própria ideia de América Latina representava. Ele reinterpretou, de maneira positiva, a *bête noire* do latino-americanismo: a doutrina Monroe. Da sua parte, o forte anti-americanismo de Eduardo Prado, em *A ilusão americana* (1893), baseava-se em argumentos monárquicos, em ideias *iberistas* conservadoras de um paraíso perdido de ordem, que absolutamente não combinava com o latino-americanismo dos anos 1900. Ele era, assim, muito crítico do México republicano de Juarez (aliado do Presidente Lincoln durante a guerra civil), de tudo na América espanhola, pois “O furor imitativo dos Estados Unidos tem sido a ruína de América” (PRADO, 1917:25). O historiador Oliveira Vianna estava mais preocupado com o próprio Brasil e sua matriz *ibérica*, mas, ao manter o *Sonderweg* do Brasil aqui e ali em seus muitos livros, defendia ao mesmo tempo

uma rejeição e uma crítica do século XIX republicano hispano-americano, e uma forma única de anti-americanismo, baseada na ideia de síntese – o modelo norte-americano industrialista, individualista e republicano ótimo aprimorado, ao final, pela tradição pluralista e corporativista *ibérica* brasileira⁷.

O debate entre Romero e Bomfim sobre o livro de Bomfim *A América latina: males de origem* (1905) é um capítulo bem conhecido das concepções raciais no Brasil; Ramos foi o historiador e crítico literário mais importante do início do século XX, enquanto Bomfim era um médico, sociólogo e psiquiatra cuja reputação não se comparava a Ramos. E, de fato, o debate entre eles versava, acima de tudo, sobre suas visões raciais opostas. Enquanto Ramos desprezava a miscigenação e previa o gradual branqueamento do Brasil – afastando-se assim do latino-americanismo pró-mestiçagem mais comum –, Bomfim, um cientista, não via nada de errado na mestiçagem: “Não há na história da América latina um só fator provando que os mestiços houvessem degenerado de caráter, relativamente às qualidades essenciais das raças progenitoras” (BOMFIM, 1905:320). De fato, o livro de Bomfim, à primeira vista, parece ser um manifesto pró-América Latina, defendendo a mestiçagem e a civilização dos povos nativos. Ele elogia o perfil étnico guarani do Paraguai; para ele, os guaranis teriam atingido altos padrões de civilização, se não fosse a devastação causada pelo imperialismo brasileiro. Mas, na verdade, nem Ramos nem Bomfim eram amigos da ideia de América Latina, de qualquer inclusão do Brasil nesta paisagem semântica. Ramos o fazia defendendo a singularidade do Brasil e rejeitando o caos e a promiscuidade raciais da América espanhola; Bomfim o fazia rejeitando de fato a raça *tout court*, e daí a necessidade inevitável de rejeitar a própria ideia de América Latina – um homem sábio. Para ele, a América Latina já era uma categoria racial, e dela nada poderia ser obtido: “o mais lastimável, em tudo isto, é que nós mesmos chilenos, mexicanos, ou brasileiros... de tanto encontrar o conceito, na nitidez e simplicidade dos termos, acabaremos admitindo que deve existir uma América Latina, no sentido dos que, com esse epíteto, nos condenam; isto é, chegaremos a pensar que sofremos de inferioridade essencial, um qual pecado original étnico, e que nos faz irremissivelmente degradados, todos num mesmo destino” (BOMFIM, 1905:325).

Esta posição a-latino-americana tem sido a posição brasileira há muito tempo. No Brasil, escreveu o escritor brasileiro Afrânio Coutinho em 1969, “Em Brasil, cada dia nos sentimos menos latinos”. É claro que isso era um exagero,

⁷ Carta de Nabuco citada em PREUSS (2011:103); COUTO (1932:169); NETO (1932:169); VERÍSSIMO (1986); OLIVEIRA LIMA (1913); PRADO (1917); sobre Oliveira Vianna, ver VIANNA (1997).

pois, graças ao excepcionalismo *iberista* do Brasil, visões únicas do Brasil como menos uma nação mestiça e mais como uma democracia racial começaram a surgir no século XX. Independentemente da correção de Gilberto Freyre ou de Sérgio Buarque de Holanda em interpretar a raça no Brasil, o fato é que ambos – como, em termos mais racistas, o antropólogo brasileiro Lacerda ou o diplomata e escritor Oliveira Lima – haviam usado as raízes ibéricas, raízes de síntese cultural e racial e abertas a códigos legais e tradições plurais, como forma de construir um perfil racial da nação; um perfil racial que a definição *iberista/latinité* da América Latina sequer concebia até a segunda parte do século XX, quando Fernando Ortiz em Cuba e Aguirre Beltrán no México abriram a ideia de América Latina para incluir alguma negritude e pluralismo cultural. Assim, no final do século XX, os poucos grandes defensores do Brasil enquanto América Latina, como Darcy Ribeiro, o faziam nos termos de uma defesa dos povos nativos, dos negros e de se falar América Latina como uma opção nativa de civilização. Além disso, desde os anos 1980, intelectuais como Morse – ou, em alguma medida, Merquior – sustentaram a latino-americanidade do Brasil com base em argumentos *iberistas* da Ibéria como um Ocidente esclarecido alternativo, que podia ser traduzido como o *Sonderweg* latino-americano do não individualismo, da mestiçagem e daquilo que José Vasconcelos via como a vantagem do desejo descontrolado, da luxúria – que fascinava o mesmo Freyre ou Morse – como caminho para uma nova opção civilizacional nascida da luxúria (COUTINHO, 1969:19-20; BOMFIM, 1905; AGUIAR, 2000; CÂNDIDO, 2004; MORSE, 1986; RIBEIRO, 2010).

Ao longo das últimas décadas, os interesses estratégicos e comerciais brasileiros no Cone Sul cresceram, e também uma pequena escola de estudos sobre a América Latina, auxiliada pelo número cada vez maior de traduções e de livros brasileiros originais sobre a América Latina – nem tantos assim, contudo, se comparados com os livros traduzidos do inglês, do francês ou do alemão e com a produção de histórias do Brasil, da África lusófona e da conexão racial com os Estados Unidos. Em 2004, a intelectual plenamente latino-americanista mais proeminente do Brasil, Maria Ligia Prado, ainda acreditava: “Sem dúvida, é extremamente difícil permanecer na rota dos estudos latino-americanos, num país que insiste preferencialmente em olhar para a Europa e os Estados Unidos como modelos intelectuais a serem seguidos. A América Latina, em geral, é vista como área menor ou secundária, em que as paixões políticas se sobrepõem ao estudo sério e rigoroso. Assim, o historiador comprometido com as temáticas latino-americanas e fascinado por pensar o Brasil nesse quadro mais amplo, necessita de maiores cuidados e disciplina dobrada para afirmar seus trabalhos. Depois de

todos esses anos, continuo a pensar que é muito mais estimulante olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola do que manter o olhar fixo na Europa” (JUNQUEIRA & RODRIGUES & SILVA, 2004).

2. Sobre a adesão final do autor à “América Latina”, sendo um relato de sua derrota e de sua natureza simplória

A poesia se torna obsoleta, disse Carlos Vaz Ferreira, de duas formas: em primeiro lugar, pela racionalização, porque o excesso de teorização “vampiriza”, “decolora”, “inhibe” a poesia. Assim, alguns poetas se tornam “pensadores” ou “moralistas”. À América Latina/o poema não faltou teorização; será que ela ainda guarda alguma poesia em si? A outra forma da poesia se desvanecer, disse Vaz Ferreira, é através daquilo que de fato torna a poesia sublime: “la hipertensión de la sinceridad y el dolor.” Porque, explicou ele, “... el dolor y la sinceridad, a veces, llevan a otro ‘modo de acabar los poetas’, que es callarse...” (FERRERIRA, 1963). Gosto deste último final para América Latina/o poema: com dor e sinceridade, aceitemos a inevitabilidade de sua existência acadêmica, fazendo o melhor uso *prático* possível do termo como instituição, e deixemos a poética da utopia, da etnicidade e da autenticidade se desvanecerem.

Para ser sincero e prático, falo aqui em *sotto voce*, como um mero historiador e educador. Aceito a derrota: o termo América Latina vai sobreviver ao longo de todo o futuro à vista. O conceito é uma instituição em todos os tipos de agências políticas internacionais, no governo norte-americano, na estrutura de conhecimento das universidades norte-americanas. Com todos os seus problemas, esta instituição intransponível oferece algumas vantagens práticas para a pesquisa e o ensino do passado, qualquer passado. Isto é particularmente verdadeiro se considerarmos que ensinar história ainda é a forma privilegiada de criar indivíduos nacionais, não cidadãos. O que ainda prevalece em todo o mundo é o ensino de histórias nacionalistas – lamentavelmente, até mesmo na Europa de hoje, o único experimento sério do século XX de institucionalização de uma escrita e do ensino de uma história mais-do-que-nacional.

A prevalência do nacionalismo tem sido intelectualmente exaustiva, e também humanamente perigosa (formas de violência nacionalistas, étnicas, intra e inter nacionais). Em meio a uma integração mundial humana e econômica em profunda desigualdade, nós/eles suportamos um duo viciado em história: quanto mais a história se torna irrelevante vis-à-vis os absolutos empoderados, nós e eles, a experiência mostra, matamos com frequência. Percebendo isso, a disciplina

de história nas universidades norte-americanas têm ultimamente valorizado abordagens internacionais, trans-nacionais ou mais do que nacionais do passado. É desnecessário mencionar os muitos obstáculos a estes tipos de abordagens em um meio que favorece o monolinguismo, as políticas de identidade e caminhos civilizacionais claramente isolados – América, o Ocidente, América Latina, África. Treinar e inserir profissionalmente historiadores verdadeiramente mais-do-que-nacionais já mostrou ser tarefa muito difícil. É aqui que um uso não convencional da categoria estabelecida da América Latina pode ser útil.

Podemos nos apropriar do termo como uma porta de entrada para histórias desafiadoras, presentemente relevantes, provocadoras e mais-do-que-nacionais. Não simplesmente repetindo os livros didáticos de história latino-americana, mas usando-os como uma árvore global de longa duração *de facto*, cujos muitos e vastos galhos ainda estão por explorar plenamente. Pois, se tratado com cuidado e humildade, o termo revela conexões interessantes e aponta visões que podem, potencialmente, mudar nossa experiência do presente e nossas possibilidades de futuro.

Para que isto seja possível, a América Latina – a ideia, o lugar, o povo e o tempo presumidos – precisa ser abordada, em primeiro lugar, com uma especificidade plebeia. Isto é, a simples especificidade na consideração do tempo, do espaço, da evidência e da língua tira a América Latina do reino das aspas. Ela reduz à obsolescência estes indivíduos históricos esquisitos, os latino-americanos. De fato, o uso estratégico da categoria de América Latina pode dar acesso a leituras imaginativas, disciplinadas e bem documentadas de circunstâncias históricas específicas, com suas muitas implicações mais do que locais – indo além da ideia de que cada exemplo específico seria uma versão *bonsai* do texto didático mais amplo América Latina. O termo tem sido mais do que nacional ao longo de todo o tempo, embora com maior frequência graças aos equalizadores do exotismo e dos atavismos culturais. Mas a sua natureza mais-do-que-nacional pode trazer à vida conexões e interações históricas que são inalcançáveis por meio de meras histórias nacionais. Por isso a América Latina se torna a entrada convidativa para estórias específicas reveladoras, com múltiplos ecos, cujas conclusões finais talvez não retornem à ideia de América Latina, mas e daí? A especificidade transforma o termo América Latina em uma espécie de luz piscante que algumas vezes ilumina contrastes e paralelos, outras vezes desaparece completamente em suas próprias hipergeneralizações e atavismos.

Uma segunda estratégia para se apropriar historiograficamente do termo América Latina é o próprio “cuidado” que seu componente intrínseco, a diversidade, requer em termos históricos. A alteridade do passado, de difícil

apreensão em relação àquela do presente, tem que prevalecer sobre qualquer outra forma de diversidade, mantendo-se em mente que as coisas parecem semelhantes, idênticas, incompatíveis ou antagônicas dependendo do ângulo de análise. Tomemos a categoria, América Latina, como englobando diversidades em transformação em meio a um fato empírico inegável: ela constitui uma parte da história humana que, ao longo dos últimos quinhentos anos, passou pelo embate, pela interação e pela mistura de grupos nativos, por um colapso demográfico, pelos impérios europeus, pela escravidão, pela presença asiática e africana, pelos modernos estados-nação e pelas sociedades de consumo do século XX. As fontes essenciais da alteridade (raça, etnicidade, religião, cultura, genes) podem ser consideradas, por definição, como históricas, e assim sujeitas à tarefa maior: tentar compreender o que nunca pode ser plenamente entendido, o passado, de uma maneira filosoficamente imaginativa e rigorosamente empírica.

Uma terceira estratégia é usar a categoria de América Latina como ponto de partida para construir aquilo que tem sido parte do termo durante todo o tempo: uma outra visão dos Estados Unidos. O termo estabelecido pode servir para pesquisar e ensinar uma forma não convencional da história dos Estados Unidos. O termo América Latina tem sido um apelo a isso, há décadas ignorado. As esmagadoras conotações anti-americanistas da América Latina nunca permitiram, até hoje, um conhecimento e uma perspectiva sólidos dos Estados Unidos em espanhol, em português ou no inglês do latino-americanismo norte-americano. De certo modo, a ideia de América Latina implicou que os Estados Unidos são, de alguma forma, já conhecidos; não há necessidade de aprendê-los. Mas ensinar a história “latino-americana” pós-1840 já deveria ter sido, há muito tempo atrás, uma forma de ensinar a história dos Estados Unidos. Temos que treinar a nova legião de latino-americanistas norte-americanos com esta capacidade. Se a categoria América Latina sobreviveria caso conseguíssemos fazê-lo não deveria ser motivo para preocupação. Já basta deste anti-americanismo rústico que execra o nome do elefante feio no quarto, como se fosse um monstro monolítico, sem nunca parar para examiná-lo. Pois qual assunto ou momento moderno na região pode ser examinado sem conhecimento da cultura, da política e da história dos Estados Unidos? Em outros lugares discuti extensamente esta estratégia: não tenho mais nada a acrescentar.

Outra estratégia é uma apropriação heterodoxa consciente daquilo que a história é, a saber, síntese. “América Latina” tem sido, contrariando todas as previsões, uma síntese eficiente. Pode funcionar para dar início a novas sínteses,

com base em critérios política e culturalmente relevantes. Assim, América Latina poderia servir como ponto de partida para, por exemplo, uma história ecológica que terá necessariamente como resultado uma síntese mais do que latino-americana. O mesmo poderia ser dito sobre tópicos tais como imigração, cidadania ou linguagem em si mesmo – teço fantasias sobre uma história da filologia no mundo de língua espanhola, que necessariamente incluirá a “América Latina”, mas também envolverá os Estados Unidos, a Espanha, a Alemanha e a França. A nova síntese não precisará partir de “América Latina” como um todo, mas poderia ser novas sínteses de histórias nacionais que poderiam mostrar, digamos, uma história mexicana não-mexicana ou uma história brasileira que não seja tão brasileira, indo além tanto da América Latina quanto de suas respectivas *histórias pátrias*.⁸

Uma última estratégia para aproveitar a categoria estabelecida de América Latina deriva precisamente de sua vagueza. O livro didático América Latina precisa ser considerado como uma coleção peculiar de fatos úteis que visam documentar uma concepção obsoleta há muito consolidada. Isto, por si só, é um bom uso de América Latina/o livro didático – mapear fenômenos no tempo e no espaço, apresentar aos alunos a multiplicidade de tópicos em potencial. Mas ela também serve para apontar a vagueza, a necessidade de dotar a categoria, América Latina, de conteúdos morais, filosóficos e empíricos relevantes. A própria história do conceito precisa ser usada para mostrar as vantagens da vagueza e o risco de se assumir grandes hipergeneralizações empíricas, filosóficas ou utópicas. Pois a latinidade é uma suposição tão comum que qualquer bom uso do termo América Latina se torna, mais do que ensinar, des-ensinar o termo.

O exercício, ainda que pouco representativo e pessoal, é revelador: ao longo de uma década ensinando história “latino-americana” nos Estados Unidos, e história norte-americana no México, comecei meus cursos com perguntas simples: o que é América Latina? Por que sua história? *¿Qué saben de la historia de Estados Unidos? ¿Para qué estudiarla?* As respostas não variavam muito ao longo da última década: a América Latina é um lugar claramente definido, ela é seu povo nativo, ela é o lugar onde a mestiçagem aconteceu, ao contrário dos Estados Unidos, ela é o catolicismo, a língua espanhola e a inquisição, e a expulsão dos judeus, e resistência, e atraso, e corrupção, e verdadeira terra do *latino* norte-americano... *Estados Unidos no tiene mucha historia, no como nosotros, allá*

⁸ No caso da história norte-americana, isto tem sido ao menos tentado, e espera-se que a tentativa continue. Ver THELEN (1992); THELEN & ROSENZWEIG (1998); TYRELL (1991); BENDER (2006, 2002).

mataron a los indios, aquí el mestizaje, es el imperialismo, es el consenso de Washington, es el imperialismo cultural, es Hollywood y es McDonalds, hay que conocer al enemigo, hay que estudiarlo para entender la manera de vencerlo, es lo que no somos. O curso então se transforma em um desaprender de todas essas crenças profundamente enraizadas, abusando da vagueza do termo América Latina, por assim dizer, em *reductio ad absurdum*, ensinando a eles algum problema histórico que de fato pertence ao México ou ao Brasil, mas também aos Estados Unidos, à Espanha, à África... aos alunos. Acabo ensinando uma versão do mesmo curso nos dois lugares. A coisa mais difícil é mostrar aos meus alunos mexicanos o quão inevitavelmente norte-americanos eles são, compartilhando a história que acreditavam não existir, e convencer minhas alunas norte-americanas que, mesmo que sejam chicanas ou latinas, são tão próximas ou estranhas ao passado que estou explicando quanto qualquer “anglo” ou judeu ou chinês da turma. Eles muitas vezes escrevem em suas avaliações coisas como “O Professor Tenorio é... um homem que odeia os alunos, principalmente os norte-americanos” ou “muito erudito, mas inacessível, acha que a América Latina não existe”. Ao longo dos anos, os guerrilheiros de verão de Chiapas ou os neo-bolivarianos vêm me desafiando com histórias de igualitarismo romântico nas quais os Estados mexicano ou brasileiro desaparecem, mas não a Universidade de Chicago ou a ONG norte-americana onde trabalham durante o verão; alunos conservadores reclamaram que debocho da religião, e odeiam quando lhes faço perguntas sobre a história norte-americana e não sabem a resposta. Em resumo, ensino a vagueza que a América Latina ensina, e fantasio que os alunos seguirão adiante com suas vidas secretamente contaminadas por esta descrença metódica; isto é o que considero conhecimento histórico.

Em resumo, estas são as estratégias modestas de um professor simplório. Elas não alcançam o status das teorias, dos conceitos, da política que nós, latino-americanistas sediados nos Estados Unidos, usamos ao esculpir nossos próprios perfis como intelectuais. Mas, incapaz de escapar ao meu presente, ciente das minhas próprias limitações, isto é tudo o que posso fazer com um termo que se tornou minha vocação.

Ni yo ni el concepto damos para mucho más.

Tradução: Maria Claudia Coelho

Referências

- AGUIAR, Ronaldo Conde
(2000) *O rebelde esquecido, tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- ALBERDI, Juan Bautista
(1919) *El imperio de Brasil ante la democracia de América; colección de artículos escritos durante la guerra del Paraguay contra la Triple alianza*. Asunción: Edición especial del "El Diario".
- ARBOLEDA, Gustavo
(1914) *El Brasil a través de su historia*. Bogotá: Arboleda & Valencia.
- BAGGIO, Kátia Gerab
(1998) *A "outra" América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeira décadas republicanas*. Ph.D. Dissertation, University of São Paulo.
- BARRIOS, Miguel Ángel
(2007) *El latinoamericanismo en el pensamiento político de Manuel Ugarte*. Buenos Aires: Biblio.
- BELTRÁN, Juan Gregorio
(1935) *Historia del Brasil*. Buenos Aires: Editorial Beltrán.
- BENDER, Thomas
(2002) *Rethinking American History in a Global Age*. Berkeley: University of California Press.
- BENDER, Thomas (ed.)
(2006) *A nation among nations: America's Place in world History*. New York: Hill & Wang.
- BERNÁRDEZ, Manuel
(1908) *El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro: itinerario periodístico*. Buenos Aires: Talleres heliográficos de Ortega y Radaelli.
- BETHELL, Leslie
(2009) "O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica". *Estudos Históricos*, vol.22, nº.44 (July-December), p. 289-321.
- BOMFIM, Manoel
(1905) *A América latina: males de origem*. Rio de Janeiro: H. Garnier.
- BRAUDEL, Fernand
(1948) "Y a-t-il une Amérique latine?" *Annales ESC*, nº. 4.
- CÂNDIDO, Antonio
(2004) "Os brasileiros e a nossa América". *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, p.143-155.
- CARDONA, Mariano Reyes
(1925) *La política imperialista del Brasil*. La Paz: Escuela tipográfica salesiana.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago
(1996) *Crítica de la razón latinoamericana*. Barcelona: Puvil Libros.
- CASTRO-GÓMES, Santiago & GROSGOUEL, Ramón (eds.)
(2007) *El giro descolonial*. Bogotá: Panyivis.
- CENTENO, Miguel Ángel; LÓPES-ALVES, Fernando (eds)
(2001) *The other mirror: gran theory thru the lens of Latin America*. Princeton: Princeton University Press.
- COUTINHO, Afranio
(1969) "¿Qué es América Latina?". *Mundo Nuevo*, nº.36 (June), p. 19-20.
- COUTO, Rui Ribeiro
(1932) "Epistolario: III. El hombre cordial, producto americano". *Monterrey: Correo Literario de Alfonso Reyes*, nº. 8, (March).
- CRESPINO, Regina Aída
(2003) "Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938)". *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, p. 187-208.
- CUNHA, Euclides da
(1938) *Los sertones* (Trad. by B. Garay). Buenos Aires: Imprenta Mercatali.
- DE LA CAMPA, Román
(1999) *Latin Americanism*. Minneapolis: The University of Minnesota Press.

- DIÉGUEZ, Valentín Cabero
(2002) *Iberismo y cooperación: pasado y futuro de la península ibérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- ELLISON, Fred P.
(2002) *Alfonso Reyes e o Brasil: um mexicano entre os cariocas*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- ESPONDA, Eduardo Guzmán
(1931) *Bajo el sol del Brasil*. Bogotá: Editorial Minerva, s.a.
- ESTRADA, Juan Carlos Torchia
(1982) "América Latina': origen de un nombre y una idea." *Inter-American review of bibliography*, 32 (1).
- FERES, João
(2005) *A história do conceito de "Latin America" nos Estados Unidos*. São Paulo: EDUSC.
- FERRERIRA, Carlos Vaz
(1963) *Fermentario*. Montevideo: Cámara de representantes de la República Oriental del Uruguay.
- FONSECA, Edson Nery da; FREYRE, Gilberto, et.al. (2003) *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial.
- FRADERA, Josep María
(s/d) *Naciones imperiales*. Barcelona: Edhasa (no prelo).
- FREYRE, Gilberto
(1975) *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas interrelações*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- (1963) "Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpenetração e decrescente segregação". *Diogene*, nº. 43 (Jun.-Sept).
- GONZÁLEZ-BLANCO, Edmundo
(1917) *Iberismo y germanismo: España ante el conflicto europeo (tres estudios)*. Valencia: Editorial Cervantes.
- GRACIA, Jorge E. & MILLÁN-ZAIBERT, Elizabeth (eds.)
(2004) *Latin American Philosophy for the 21st Century*. New York: Prometheus Books.
- HURTADO, Guillermo
(2011) *México sin sentido*. Mexico City: UNAM/Siglo XXI.
- JUNCO, José Álvarez
(2001) *Mater dolorosa: la idea de España en el siglo XIX*. Madrid: Taurus.
- JUNQUEIRA, Mary Anne & RODRIGUES E SILVA, Vitória
(2004) "Entrevista com Maria Ligia Coelho Prado". *Diálogos*, vol. 8, nº. 2 (July), p. 65-79.
- LARSEN, Neil
(2003) "Latin America as a Historico-Philosophical relation". *CR: The New Centennial Review*, 3, 1 (Spring), p. 55-66.
- MATOS, Sérgio Campos
(2006) "Iberismo e identidade nacional (1851-1910)". *Clío*, Nova Série, nº. 14/15, p. 349-400.
- MCGUINNESS, Aim
(2003) "Searching for 'Latin America'. Race and Sovereignty in the Americas in the 1850s". In: APPELBAUM, Nancy; MACPHERSON, Anne & ROSEMBLATT, Anne (eds.). *Race and Nation in Modern Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- MENDOZA, Plino Apuleyo; MONTANER, Carlos Alberto & VARGAS LLOSA, Álvaro
(1996) *Manual del perfecto idiota latinoamericano*. Madrid: Plaza & Janés.
- MIGNOLO, W.
(2005) *The idea of Latin America*. London: Blackwell.
- MIRES, Fernando
(1993) *El discurso de la miseria, o la crisis de la sociología en América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad.
- MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique & JÁUREGUI, Carlos (eds.)

- (2008) *Coloniality at large: Latin America and the postcolonial debate*. Durham: Duke University Press
- MORSE, Richard M.
(1986) *El espejo de Próspero*. Mexico City: Siglo XXI.
- (1964) "The Heritage of Latin America". In: HARTZ, Louis (Ed). *The founding of new societies. Studies in the history of the United States, Latin America, South Africa, Canada, and Australia*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., p. 123-177.
- MOYA, José (ed.)
(2010) "Introduction: Latin America – The Limitations and Meaning of a Historical Category". *The Oxford Handbook of Latin American History*. New York: Oxford University Press, p. 1-24.
- NARLOCH, Leandro & TEXEIRA, Duda
(2011) *Guia politicamente incorreto da América Latina*. São Paulo: Leya.
- NETO, Prudente de Moraes
(1932) "I. La inconexión de América; II. Espacio y tiempo en el alma americana". *Monterrey. Correo literario de Alfonso Reyes*, nº. 8, p. 169.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel
(1937) *Evolución del pueblo brasileño*. Buenos Aires: Imprenta Mercatali.
- (1918) *Formación histórica de la nacionalidad brasileña*. Madrid: Editorial-América.
- (1913) *América latina e América inglesa; a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier.
- (1910) *La evolución histórica de la América latina: bosquejo comparativo* (trad. by A. C. Rivas). Madrid: Editorial-América.
- PALTI, Elías José (ed.)
(2010) *Mito y realidad de la cultura política latinoamericana*. Argentina: Prometeo.
- PESSOA, Fernando
(2013) *Iberia, introducción a un imperialismo futuro* (edited by Antonio Sáez Delgado). Valencia: Pre-Textos, p, 99.
- PRADO, Eduardo
(191?) *La ilusión yanqui* (trans. by Carlos Pereyra). Madrid: Editorial-América.
- (1917) *A ilusão americana; com prefacio e estudo biographico do autor por Leopoldo de Freitas*. São Paulo: Livraria e Officinas Magalhães.
- PREUSS, Ori
(2011) *Bridging the island. Brazilians' views of Spanish America and themselves, 1865-1912*. Frankfurt: Iberoamericana Vervueart.
- QUESADA, Vicente G.
(1907-1908) *Mis memorias diplomáticas, misión ante el gobierno del Brasil*. Buenos Aires: Impr. de Coni hermanos.
- QUIJADA, Mónica
(1998) "Sobre el origen y difusión del nombre 'América Latina'. O una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad". *Revista de Indias*, vol. 58, nº. 214, p. 595-616.
- (1997) "Latinos y anglosajones. El 98 en el fin de siglo sudamericano". *Hispania*, vol. LVII, nº. 196 (May-August), p. 589-609.
- REYES, Alfonso
(1938) *Introducción al estudio económico del Brasil*. Mexico City: Imprenta mundial.
- RIBEIRO, Darcy
(2010) *A América latina existe?* São Paulo: Fundação Darcy Rebeiro.
- RIPPY, J. Fred
(1922a) "Literary Yankeeophobia in Hispanic America". *The journal of International Relations*, vol. 12, nº. 3 (Jan.), p. 350-371.
- (1922b) "Literary Yankeeophobia in Hispanic America (Concluded)". *The journal of International Relations*, vol. 12, nº. 4 (Apr.), p. 524-538.
- ROCAMORA, José Antonio
(1994) *El nacionalismo ibérico: 1732-1936*. Valladolid: Publicaciones Universidad de Valladolid.

- RODRIGUES E SILVA, Vitória
(2004) "O ensino de História da América no Brasil". *Diálogos*, vol. 8, nº. 2 (July), p. 83-104.
- SAINLAUDE, Stève
(2011) *Le gouvernement imperial et la guerre de Sécession (1861-1965): L'action diplomatiques*. Paris: L'Harmattan.
- SALLES, Arleen L. F. & MILLÁN-ZAIBERT, Elizabeth (eds.)
(2005) *The role of History in Latin American Philosophy: contemporary perspectives*. New York: State University of New York Press.
- SAN MIGUEL, Pedro L.
(2010) "Aproximaciones a las representaciones de América Latina en la historiografía estadounidense". *XXIX LASA Conference*. Toronto, Canada, October 6-9.
- (2004) "La representación del atraso: México en la historiografía estadounidense". *Historia Mexicana*, LIII, 3, p. 745-796.
- SOARES, Gabriela Pellegrino & PINTO, Júlio Pimentel
(2004) "A América Latina no universo das edições brasileiras". *Diálogos*, vol. 8, nº. 2 (July), p. 133-151.
- SUÁREZ, José León
(1918) *Diplomacia universitaria americana. Argentina en el Brasil; ciclo de conferencias: Derecho internacional, política internacional, historia diplomática*. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia.
- THELEN, David
(1992) "Of Audiences, Borderlands, and Comparisons: Toward the Internationalization of American History". *Journal of American History*, 79, p. 432-462
- THELEN, David & ROSENZWEIG, Roy
(1998) *The Presence of the Past: Popular uses of History in American Life*. New York: Columbia University Press.
- TOLEDANO, Vicente Lombardo
(1931) *La revolución del Brasil*. Mexico City: Talleres Gráficos de la Nación.
- TOTA, Antonio Pedro
(2000) *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TENORIO TRILLO, Mauricio
(1999) *Argucias de la historia, del Siglo XIX, América Latina y cultura*. Mexico City: Paidós.
- TYRELL, Ian
(1991) "American exceptionalism in an age of international History". *American Historical Review*, 26, 4 (October), p. 1031-1055.
- UGARTE, Manuel
(1911) *El porvenir de la América latina; la raza – La integridad territorial y moral; la organización interior*. Valencia: F. Sempere y compañía.
- VASCONCELOS, José
(1930) *Indología; una interpretación de la cultura ibero-americana*. Barcelona: Agencia mundial de librería.
- VERÍSSIMO, José
(1986) *Cultura, literatura e política na América Latina* (Edited by J. A. Barbosa). São Paulo: Brasiliense.
- VIANNA, Luiz Werneck
(1997) *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- VICENS VIVES, Jaume (Jaime)
(1962) *Notícia de Catalunya*. Barcelona: Ediciones Destino.
- VILABOY, Sergio Guerra
(2002) *Tres estudios de historiografía latinoamericana*. Morelia: Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo.
- VOLPI, Jorge
(2009) *El insomnio de Bolívar*. Barcelona: Random House Mondadori.

Recebido em

julho de 2013

Aprovado em

agosto de 2013

Estrangeiros e visionários: Richard Morse, Alex de Tocqueville e os Estados Unidos¹

Beatriz Helena Domingues*

Resumo

Este artigo se propõe a mostrar a presença dos Estados Unidos, de forma explícita ou implícita, na obra do historiador norte-americano Richard Morse (1922-2001), embora o autor não tenha escrito nenhum ensaio especificamente sobre o seu país. Nesse aspecto e em muitos outros, a abordagem da América Latina por Morse assemelha-se à do pensador francês Alexis de Tocqueville sobre os Estados Unidos em meados do século XIX, que foi um referencial importante nas interpretações comparativas de Morse entre a cultura política e a urbana da América Latina e nos Estados Unidos. Se o olhar de Morse sobre a América Latina, como o de Tocqueville sobre os Estados Unidos, era de fascínio por um mundo que oferecia algo que o seu próprio já perdera, nenhum dos dois o fez de forma acrítica. Ambos estavam interessados em compreender e, com isso, quem sabe, abrir os olhos de alguns conterrâneos para outras possibilidades civilizacionais.

Palavras-chave

Richard Morse. Alex de Tocqueville. Estados Unidos.

Abstract

This article aims to show the presence of the United States, explicitly or implicitly, in the work of the North-American historian Richard Morse (1922-2001), although the author did not write any essay specifically about his country. In this regard and in many others, Morse's approach to Latin America resembles that of the French thinker, Alexis de Tocqueville, to the United States in the middle of the XIX century, which was an important benchmark in Morse's comparative interpretations between political and urban culture of Latin America and the United States. While Morse's views on Latin America and Tocqueville's on the United States shared a fascination with a world that offered something that their own had lost, neither one of them did so uncritically. Both were

* Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil), Professora Associada IV do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (Juiz de Fora/Brasil) e pesquisadora visitante da Georgetown University (EUA). E-mail: biahdomingues@gmail.com.

¹ Deixo expresso meu agradecimento ao CNPq/CAPES pelo financiamento de pesquisa de pós-doutorado em andamento, ao CNPq pela bolsa de pós-doutorado no exterior, ao Departamento de História da UFJF pelo afastamento que me propicia desenvolver esta pesquisa e a Helena Bomeny, pelo convite para escrever para a revista.

interested in understanding and thus, perhaps, opening the eyes of some countrymen to other civilizational possibilities.

Key words

Richard Morse. Alex de Tocqueville. USA History.

Em 1988, quando da publicação de *O espelho de Próspero* no Brasil, Richard Morse (1922-2001) concedeu uma entrevista, relativamente desconhecida entre os textos produzidos na polêmica gerada pelo ensaio, a Carlos Eduardo Lins e Silva, com a participação de Matthew Shirts. Uma pergunta de Shirts me pareceu particularmente instigante: se Morse não teria escrito o seu *O espelho* de trás para a frente. Isso porque lhe parecia que “o ensaio começa com a filosofia mais alta e termina com uma relação das coisas que o autor não gosta na sociedade americana”².

O americano intranquilo respondeu à indagação de Shirts, como de costume, de forma vaga: “Pode ser, porque os níveis da consciência e da subconsciência trabalham juntos aqui...”. Mas logo a seguir frisou que as partes I e II (a “Pré-história do Novo Mundo” e a “História do Novo Mundo”) eram fundamentais para compreender, mais do que simplesmente explicar, como sociedades que não eram muito diferentes durante a Idade Média, exceto pelas línguas, se tornaram tão distintas nos séculos XVI e XVII e deram origem a culturas bem diversas no Novo Mundo.

Sua “tese” era de que, se um americano que mergulhasse numa sociedade latino-americana logo perceberia que, apesar de às vezes o governo ser absolutista, sempre há mais relaxamento nas relações interpessoais. Não sei se necessariamente todo americano, ou sequer muitos deles, mas esse era certamente o caso de Morse, para quem:

A sociedade americana [EUA] é como uma espécie de caricatura da sociedade europeia porque a Inglaterra pelo menos ainda tem as solenidades, as cerimônias, as tradições e a lógica que vêm de uma longa história, que tem suas origens na Idade Média, enquanto na América nós passamos uma espécie de versão reduzida da experiência inglesa a todos os imigrantes que vieram depois – os irlandeses, os italianos, os poloneses, os chicanos e assim por diante – gente que não

² Entrevista de Morse com Carlos Eduardo Lins e Silva (com participação de Matthew Shirts). FSP 05/03/1988 (MORSE, 1988).

tinha as mesmas raízes dos ingleses. [Entrevista de Morse com Carlos Eduardo Lins e Silva, (com participação de Matthew Shirts) FSP 05/03/1988].

Considero muito pertinentes a colocação de Shirts e a resposta de Morse, que de certa forma inspiram algumas das reflexões deste texto³. Na parte final de *O espelho de Próspero* – sintomaticamente intitulada “As sombras do porvir” – Morse talvez tenha se exposto mais do que em qualquer outro escrito anterior ou posterior. Há um tanto de catarse, de enunciação de ideias em forma de associações livres, no sentido freudiano. E é precisamente nela que o autor aborda mais incisivamente, e negativamente, os Estados Unidos. Ao convidar Próspero (os Estados Unidos) a se sentar no divã e/ou a se mirar no espelho e perceber, através da exposição à América Latina, suas próprias deficiências, Morse, conscientemente ou não, dava vazão a uma jorrada de pensamentos e sentimentos nada positivos sobre a história e a cultura de seu país. Porém, como na situação analítica, eram afirmativas providas de profundidade e significado. No caso em questão, também de muita erudição e audácia intelectual.

Da resposta de Morse a Shirts gostaria de salientar dois aspectos que, de fato, marcam praticamente tudo o que escreveu ou verbalizou nas poucas entrevistas publicadas e as muitas conversas que ficaram apenas na memória dos que tiveram o privilégio de conhecê-lo: o recurso à longa duração e à comparação entre culturas. Morse explicou que, se não recuasse bastante no tempo, para trás e para a frente, seria difícil dar uma resposta que fosse ao âmago da questão. Disse ainda que, se a opção pelo longo prazo era opcional, o procedimento comparativo, tanto entre as duas Américas quanto entre suas culturas maternas no continente europeu, era não apenas desejável como praticamente inevitável quando se tratava de alguém, como ele, investigando uma cultura diferente da sua, em uma situação de espectador externo.

No entanto, conforme veremos, a condição de estar tão longe e ao mesmo tempo tão perto marcou não somente as reflexões de Morse sobre a América Latina como também sobre os Estados Unidos. Este é meu objeto neste ensaio: a atitude de Morse como observador da história e da cultura norte-americanas enquanto interpretava os mesmos aspectos na América Latina. Meu ponto de

³ Os títulos das três partes em que divide a obra são: *A pré-história do Novo Mundo*, *A História do Novo mundo* e *As sombras do porvir*. Em 2011 e 2012, tive uma “confirmação” disso quando meus alunos do Grupo de Estudos Ibéricos na universidade leram *O espelho*. Ao discutirmos a parte III, veio à tona um comentário na mesma linha da sugestão de Shirts: que essa parte era mais fácil de entender e, portanto, de se identificar, do que com o início do ensaio, considerado difícil, muitas vezes, incompreensível.

partida é *O espelho*, passando então para algumas obras que o precederam algumas décadas, ainda pouco conhecidas do público brasileiro. Os aspectos salientados de *O espelho* têm a função metodológica de mostrar como Morse analisava, comparativamente, as observações e/ou análises de autores estrangeiros que escreveram sobre os Estados Unidos com aquelas que os mesmos fizeram sobre a América Latina.

No que se refere à América hispânica e ao Brasil parece-me já amplamente reconhecido que Morse conseguiu em grande medida o objetivo de aproximar-se de seu objeto de estudo e de escrever ensaios muito elucidativos e instigantes, sem jamais perder a capacidade de julgamento crítico. Seria, então, oportuno aferir se essa façanha seria extensiva aos seus comentários e interpretações sobre os Estados Unidos. Este ensaio tenta responder a essa indagação através da análise de *insights* mais ou menos aprofundados pelo autor em ensaios da juventude e da maturidade, nos quais seu país aparece como um contraponto para entender melhor o seu objeto, ou seja, a América Latina.

Pretendo mostrar que, embora Morse não tenha escrito nenhum ensaio especificamente sobre os Estados Unidos, seu país está presente, de forma explícita ou implícita – como a França está no de Tocqueville sobre os Estados Unidos, ou a Rússia nos de Dostoiévski sobre a Europa ocidental – em ensaios produzidos em diferentes estágios de sua carreira (TOCQUEVILLE, 1979; DOSTOIÉVSKI, 2008). Utilizarei aqui exemplos da juventude, em ordem cronológica, a fim de historiar as continuidades e evoluções na forma de tratamento de seu país entre as décadas de 1950 e 1980.

Começo pela referida parte III de *O espelho de Próspero*, não apenas por ser a mais contundente e conhecida entre nós, mas porque aí o autor faz referências que nos auxiliam a proceder a uma genealogia de suas interpretações sobre os Estados Unidos. Em vez de realçar os trechos nos quais Morse extravasa sua desilusão com os rumos da modernidade nos Estados Unidos, concentro-me naqueles em que refletiu, metodologicamente, sobre a abordagem da longa duração, especialmente quando assume a forma comparativa. No caso em questão, entre análises europeias das Américas do Norte e do Sul. Tendo isso em mente, expressou aí sua profunda admiração pelos trabalhos de Max Weber, Alex de Tocqueville e de Johan Huizinga sobre os Estados Unidos: o primeiro foi um alemão, o segundo, um francês e o terceiro, um holandês, que – no século XIX, os dois primeiros, e no século XX, o terceiro – teriam fornecido, em seu entender, talvez as melhores análises dos Estados Unidos, precisamente porque dotados do “olhar estrangeiro” (TOCQUEVILLE, 1979; HUIZINGA, 1972; WEBER, 1978).

Nas muitas conversas que tive com Morse como meu orientador e amigo, frequentemente afirmava que gostaria de ser para o Brasil e a América Latina uma espécie de Tocqueville. Cada vez me convenço mais de que Morse conseguiu se tornar algo parecido para nós, ibero-americanos, não só por ser “estrangeiro” à nossa cultura, mas por ter mantido uma relação de estranhamento também com a sua própria, como fizera Tocqueville.

Porém, Morse alertava – talvez fosse um mecanismo de defesa? – que seu desafio era ainda mais complexo que o enfrentado pelo francês ou pelo alemão para entender os Estados Unidos: pois se tratava de analisar e compreender o mundo ibero-americano. Parecia-lhe que intelectos penetrantes como os de Huizinga e Tocqueville foram capazes de captar a situação anglo-americana após uma breve visita. Já mentes às quais não se poderia atribuir menor calibre, como as de Humboldt ou Saint-Hilaire, “só conseguiram oferecer vislumbres fortuitos da condição ibero-americana, mesmo tendo feito viagens mais prolongadas” (MORSE, 1988:157).

Escritos de outros europeus que visitaram as duas regiões confirmariam este ponto: *The American Commonwealth* (A sociedade civil americana), do visconde James Bryce (1838-1922), de 1888, permanece sendo um clássico, enquanto o seu *South America, Observations and Impressions* (América do Sul, observações e impressões), de 1912, não tem maior importância (BRYCE, *The American Commonwealth*, 1897 e *South America; observations and impressions* 1912 *apud* MORSE, 1988:158). Muito admirado por Morse, David Herbert Lawrence (1885-1930) forneceu ousadas interpretações dos Estados Unidos em *Classics Studies in American Literature* (Estudos clássicos sobre a literatura norte-americana), de 1923, ao passo que o seu *The Plumed Serpent* (A serpente emplumada), de 1926, sobre o México, não passaria de uma “pré-fabricada mitopoiesis”⁴. Um último exemplo seria o alemão Hermann Graf Keyserling (1880-1946), cujo *America Set Free* (América libertada) teria feito uma penetrante psicanálise dos Estados Unidos, embora o autor se desculpe por ter ficado muito tempo (quatro meses!) colhendo impressões da região (KEYSERLING, 1929 *apud* MORSE, 1988:158). Contudo, o mesmo Keyserling não foi capaz de repetir a façanha ao escrever sobre a América Latina:

Sua viagem ao sul, em troca, parece tê-lo atirado de encontro às cordas ontológicas, como indica claramente o título de seu

⁴ Refere-se à criação ou procedência dos mitos (LAWRENCE, *Classic Studies in American Literature*, 1923 e *The Plumed Serpent*, 1926 *apud* MORSE, 1988:158).

livro – *South American Meditations on Hell and Heaven in the Soul of Man* (Meditações sul-americanas sobre o céu e o inferno na alma humana), de 1923; em vez de um estudo desapassionado do caráter nacional, somos confrontados com o espetáculo de um autor em luta por sua própria identidade no planalto frio dos Andes, onde ele sente que a “mineralidade” invade sua consciência (MORSE, 1988:158).

Embora Huizinga não tenha escrito sobre a América do Sul, Morse faz seu próprio prognóstico da região em termos enunciados por ele.

A recusa de capitular de vez aos cânones científicos e a manutenção de uma capacidade escolástica para a hipótese emprestam a esse empreendimento especulativo uma aura de amplitude e evocatividade. Mais do que insistir na sobrevivência do ficcionalismo e do probabilismo em seu uso técnico, poderíamos falar de um contínuo gosto ibero-americano pelas “formas lúdicas em filosofia”, que Huizinga considerava fundamentais para a realização do Ocidente (MORSE, 1988:152).

Embora o historiador holandês considerasse que esse espírito lúdico, agonístico e mimético havia azedado e se convertido, no século XX, em uma mescla de adolescência e barbárie, a ponto de ser mais apropriado chamá-lo de puerilismo que de elemento lúdico, Morse era mais otimista. Entendia que esse prognóstico pessimista e nostálgico de Huizinga em *Homo Ludens* (1950) era apropriado para a Anglo-América, onde “os ensaios sem notas de rodapé ou as reflexões labirínticas de um pensador são relegados ao reino da anedota pelas universidades, como se o mero empilhamento de pedras tivesse mais importância que a catedral” (MORSE, 1988:152). Mas não para o Equador ou o Brasil, onde ainda seria possível uma tese sobre o Monte Saint Michel e Chartres. A situação de “vazio intelectual” no novo Ocidente (Europa ocidental e Estados Unidos) já havia sido identificada por Horkheimer, da Escola de Frankfurt:

Quanto menos chances oferecer a situação histórica de que as grandes obras efetivamente influenciem a ação humana, menores são os obstáculos para sua publicação; quanto maior o empenho dos estudiosos em escrever, menos significativo é o efeito de suas obras (HORKHEIMER, *Critic of Instrumental Reasons*, 1974:13 *apud* MORSE, 1988:153)⁵.

⁵ Relendo o livro 25 anos após sua publicação, ocorre-me que, se Morse estivesse escrevendo no século XXI, talvez repensasse essa formulação, ao observar, por exemplo, a emergência no mundo acadêmico brasileiro do *Homo Lattes*, e desse razão a Huizinga.

Tendo a concordar com Morse que a tarefa de compreender o mundo hierárquico e orgânico da católica América ibérica possa ser mais árdua e complexa do que o mundo supostamente atomista e pluralista do protestantismo anglo-saxão. Ao mesmo tempo, talvez precisamente por ser “supostamente atomista e pluralista” e não de fato, tampouco os Estados Unidos eram ou são para iniciantes. É o que ele mesmo mostra ao comentar sobre personagens e/ou intérpretes da história norte-americanos pouco conhecidos no Norte ou no Sul, mas que já atentavam para as contradições contidas no credo liberal ou na noção de excepcionalismo.

Os comentários de Morse sobre a história e/ou cultura política dos Estados Unidos, apesar de curtos, descortinam para nós, como os referentes ao caso latino-americano, *insights* ousados e instigantes que nos levam a descobrir personagens e autores da América do Norte não mencionados ou subestimados pela historiografia de seu país, e pela do nosso. Porém, principalmente, essas observações nos permitem aprofundar na psicologia e na mente de Morse e, então, entender melhor seu fascínio pela nossa cultura e suas reservas quanto à sua. Sua admiração pelo ideal de comunidade no mundo ibérico, por exemplo, estava intrinsecamente relacionada à sua interpretação – mesmo que expressa apenas em fragmentos espalhados por diferentes textos –, sobre a história, a cultura e a psicologia da Anglo-América. Esse recurso comparativo, associado à perspectiva de longa duração, começou na tese de doutorado sobre a formação histórica da cidade de São Paulo, deu o tom dos ensaios predominantemente sobre cidades nas décadas de 1950 a 1970 e atingiu o auge em *O espelho de Próspero* e nos ensaios incluídos em *A volta de McLuhanaíma*⁶.

Dentre esses textos priorizo os do período intermediário de seu itinerário (1950-1970), realçando autores, atores e/ou períodos da história norte-americana com os quais Morse se identificou ou não, e em que medida. Destaco e analiso a reconhecida influência do historiador e jurista francês Alex de Tocqueville sobre Morse, mas um Tocqueville assimilado e digerido de forma singular, alternativa à interpretação corrente de seu pensamento na academia norte-americana.

O francês Alexis de Tocqueville (1805-1859) tendia a valorizar a longa duração e a enfatizar as continuidades, no caso mais conhecido, as semelhanças entre o Antigo Regime e a Revolução, em detrimento das supostas mudanças radicais (ou rupturas). Tinha uma noção teleológica de história: a democracia

⁶ A tese de doutorado, finalizada em 1949, foi publicada em português em 1954 e em inglês somente em 1958. Teve uma reedição em nossa língua em 1970 (Ver MORSE, 1954a; 1958; 1970a; 1990a).

lhe parecia como uma onda que avançava de forma universal e irrefreável desde muitos séculos. Nesse longo percurso, os Estados Unidos aparecem como aqueles que estavam conseguindo mais bem se adaptar a ela, em grande parte por ser um país recém-nascido, perto de suas “origens”, em contraposição à velha e inflexível França. Com isso em mente, produziu talvez uma das melhores análises da história dos Estados Unidos abordando aspectos políticos e sociológicos acompanhados de prognósticos sobre seus cenários futuros.

Segundo Rubem Barboza Filho, “o jurista francês é o grande sujeito oculto de Morse” (BARBOZA FILHO, 2010:225). Eu diria que não é tão oculto assim, pois as referências do historiador norte-americano ao jurista francês praticamente o seguem durante toda a sua carreira e parecem também em *O espelho*⁷. Mas concordo integralmente com ele que Morse fazia uma leitura muito peculiar, ou alternativa, de Tocqueville, dissonante da predominante nos círculos acadêmicos norte-americanos, de um Tocqueville a reforçar a noção de povo escolhido.

Como o de Tocqueville, o olhar “externo” de Morse sobre a América Latina e o Brasil ia muito além do simplesmente estrangeiro, facilmente confundível com narrativas de viagem ou relatos de excentricidades e exotismos. Tocqueville tinha uma concepção de história na qual atuava como observador, fosse o objeto de análise o seu próprio país (França), a Alemanha, a Inglaterra ou os Estados Unidos, pois os percebia todos como inseridos em um processo providencial, universal e irreversível de crescimento da igualdade no Ocidente. E seu ponto de vista seria externo à história particular de vários países porque o que ele fazia era refletir sobre a situação de cada um deles diante desse movimento “irreversível e divino”, comparando como cada um deles precipitava o sentido geral da história. Alguns desses modos poderiam acelerar ou evitar o risco terrível da possibilidade do “despotismo” das massas, ou de a igualdade matar a liberdade. Daí a necessidade de aprendizagem com as experiências que mais bem conseguissem enfrentar esse destino ou fatalidade.

Morse concordaria com a premissa sobre o observador externo, mas não com sua justificativa. Pois não via a história como um jogo do geral e do particular expresso pela tensão entre a dinâmica irreversível da igualdade e os seus modos concretos de realização. A história estava mais para uma aventura cujo desenlace dependeria

⁷ Dentre eles destaque: “São Paulo Since Independence: A Cultural Interpretation” (1954); “Toward a Theory of Spanish American Government” (1954); “Some Characteristics of Latin American Urban History” (1962); “The Anthropologist as Policy Consultant” (1963) e “A Prolegomenon to Latin American Urban History” (1972). Esses cinco ensaios estão sendo traduzidos para o português e serão incluídos no primeiro volume de escritos inéditos de Morse no Brasil por mim coordenado a ser publicado pela Editora da UFMG em 2013.

de opções mais ou menos conscientes de seus atores do que para qualquer tipo de processo teleológico. Não abraçava qualquer filosofia da história. Porém, ainda que sem pressupor qualquer embate mais ou menos acirrado entre necessidade e liberdade, Morse certamente manteve a preocupação do historiador francês e de outros pensadores dos séculos XIX e XX com os rumos da homogeneização, da “ditadura” da maioria e com a perda do sentimento de comunidade. Sabia que estava em um momento histórico muito diferente do de seu mestre francês.

Tocqueville ficou fascinado pelo quase contato com as “origens” quando viajou e escreveu sobre os Estados Unidos, sentindo-se privilegiado por estar como se presenciando o surgimento de uma nação, uma situação totalmente impossível na velha Europa (CARPEAUX, 1943). Ao estudar o período colonial da perspectiva da segunda metade do século XX, Morse acentuou o contraste entre a velha Europa e a recém-descoberta América no que se refere às inovações em termos de urbanização oferecidas pela Renascença acenando para um raciocínio semelhante. Segundo ele, enquanto na Europa as cidades podiam apenas ser remodeladas no período da Renascença, e foram poucas as novas cidades então construídas, a América abria-se para as mais amplas possibilidades nesse campo. Aqui os arquitetos da Europa puderam projetar e planejar cidades como símbolos do império em regiões longínquas. Em muitos casos, predominou o design geométrico já abordado por Sérgio Buarque de Holanda (1936) e posteriormente tratado por Ángel Rama (1980)⁸. De certa forma, as alternativas disponíveis para “escolher” dentre um ou outro modelo urbanístico pareciam oferecer uma gama de possibilidades que se aproximariam das “origens”, no sentido de algo construído de forma consciente a partir das disponibilidades e opções feitas pelas metrópoles europeias em suas áreas transatlânticas.

Os Estados Unidos e Tocqueville nos escritos da juventude de Morse

Mais de 30 anos antes da publicação de *O espelho*, um Morse bem mais jovem já considerava valiosos os olhares externos, e em diferentes medidas visionários, ao abordar assuntos diversos. Eles podiam ser de estrangeiros escrevendo sobre outro país ou de escritores ou políticos locais dotados da capacidade de estranhamento de sua própria cultura⁹. No ensaio “São Paulo Since Independence: A Cultural

⁸ Morse foi grande amigo de ambos.

⁹ Em entrevista a Helena Bomeny, Morse refere-se ao seu método de pesquisa quando se propôs a compreender a história de São Paulo: ao chegar à cidade sua primeira preocupação foi localizar os poetas e novelistas (BOMENY, 1989).

Interpretation”, de 1954, ele tomou como exemplares de visões críticas sobre o crescimento descontrolado e desorientado da nascente metrópole duas visões internas: a do poeta Álvares de Azevedo, para ilustrar a vertente do romantismo que se contrapôs ao pragmatismo da Geração de 1860, e a dos Andradas (Mário e Oswald de Andrade) como representantes do modernismo das primeiras décadas do século XX. Dentre os olhares estrangeiros, privilegiou aqueles que demonstraram uma visão mais apreensiva da vida paulista em meados do século XIX, como uma carta redigida por Ricardo Daunt em 1856. Nascido irlandês, Daunt tornou-se um católico brasileiro conservador, estabelecendo-se na tradicional cidade de Itu, no interior do estado, “de onde reprova veementemente os novos rumos da vida em São Paulo à maneira de um Alex de Tocqueville_(1805-1859) ou John Calhoun (1782-1850)” (*apud* MORSE, 1954b:42)¹⁰.

Há muitos que querem ver São Paulo crescer em riqueza e fazer enormes progressos, mas poucos são os que se preocupam se isto vai ocorrer às custas de perda do caráter paulista... Eu, entretanto, sem querer mascarar meu amor pela Província, não anseio por uma transformação tão rápida (...) Em minha opinião uniformidade de pensamento, costumes, gostos e caráter pressagiam a decadência de qualquer grande império, pois sendo em si mesmo uma coisa forçada e não natural, pode emanar somente de influência indevida da Corte ou de outros centros e é sempre um indício de falta de espírito, de virilidade, em povos então uniformizados que, desta forma, se preparam para o despotismo (Carta de Ricardo Gumbleton Daunt para Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, agosto de 1856, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 8, ms. 148 B (cópia datilografada do original) *apud* MORSE (1954b:427)¹¹.

Tocqueville e John Calhoun, considerados frequentemente por *scholars*

¹⁰ John Caldwell Calhoun (1782-1850) foi um líder político e teórico político norte-americano da Carolina do Sul durante a primeira metade do século XIX. Pronunciou-se eloquentemente sobre vários temas de seu tempo, frequentemente assumindo posições polêmicas. Começou sua carreira política como nacionalista, modernizador e proponente de um governo nacional forte e de tarifas protecionistas. Após 1830 passou a defender os direitos dos estados, do governo limitado, da nulificação e do livre-comércio. É mais conhecido por sua defesa intensa e original da escravidão como algo por vezes positivo em função de sua descrença na maioria e por ser favorável à secessão do Sul em relação à União.

¹¹ No original, “There are many who wish to see Sao Paulo grow in wealth and make outstanding progress, but little are they concerned if it occurs with the loss of traits of paulista character.... I, however, though I do not wish to yield to them in my love for the Province, do not hope for so rapid a transformation. In my opinion uniformity of thought, custom, taste and character presages the decadence of any great Empire, for being in itself a forced and unnatural thing, it can emanate only from the undue influence of the Court or some other center and is always an index of a lack of spirit, of virility, in people thus uniformalized, who are in this fashion prepared for Despotism”.

como conservadores e nostálgicos, são admirados pelo eclético Morse pela audácia de suas observações, contrárias à lógica evolucionista e supostamente racional predominante em seus respectivos contextos. Se os norte-americanos puderam se beneficiar do olhar externo de Tocqueville, poderiam também ter assimilado alguns ensinamentos do conterrâneo John Calhoun, é o que parece querer dizer Morse. Ambos viam o progresso material quando acompanhado de apatia ou uniformização intelectual com profundas suspeitas, como também o fez desde a juventude esse americano intranquilo, como pode ser visto em ambos os trabalhos de 1954.

Tanto no ensaio em que esboça uma teoria política para explicar a forma de governo na América Latina quanto naquele em que propõe uma interpretação cultural da história de São Paulo os Estados Unidos aparecem como o contraponto que ajuda a reforçar, pela comparação, sua interpretação do nosso subcontinente. Em ambos, Morse encontra analogias entre a história e a cultura da América ibérica e a da anglo-saxônica. No primeiro texto relativizou a teoria de F. S. C. Northrop sobre a perfeita adequação da perspectiva lockeana à história norte-americana desde o período colonial até o século XX. Seguindo a trilha de Robert Green McCloskey, que sustenta que a constituição norte-americana e a democracia jeffersoniana baseavam-se em “um arco diverso de doutrinas abstratas, de convicções semirreligiosas e de motivações econômicas”, ressalta que essa tradição respeitava a liberdade econômica para os indivíduos e a santidade dos direitos de propriedade lockeanos, sem descartar os valores humanos e cristãos igualmente derivados de Locke e dos esquerdistas britânicos do século XVII (MCCLOSKEY, 1951 *apud* MORSE, 1954c:91). “Assim como na Hispano-América colonial, o elemento nuclear da sociedade era mais o homem moral do que o homem econômico”¹².

Já no século XIX isso não era mais verdade, conforme atestado pelos polêmicos escritos de John Calhoun às vésperas da Guerra de Secessão (CALHOUN, 1854 *apud* Morse, 1954c:92). Neles é perceptível certa nostalgia de uma monarquia na qual os interesses do rei eram hereditariamente identificados com o dos súditos, de tal forma que se constituiriam em uma “comunidade reinal” (*kingdom-community*). Pois Calhoun acreditava que a sociedade era orgânica e que o homem era naturalmente social. A constituição de uma sociedade, para ele, precisava “brotar da comunidade e ser adaptada à inteligência e ao caráter do

¹² No original, “Just as in colonial Spanish America, moral rather than economic man was society’s nuclear element” (*apud* MORSE, 1954c:91).

povo, assim como as relações internas e externas que distinguem uma pessoa das demais”¹³ Não do desejo de uma maioria numérica ou absoluta, “mas de uma maioria baseada no senso de comunidade”. Somente quando a voz do povo procede de “comunidades naturais” e através de um “órgão apropriado” permanentemente reconhecido por cada um de seus membros é “que a anarquia deixa de ser uma ameaça, permitindo que a moral pública e a privada se tornem uma só”: essa seria a condição para que todos os elementos de uma comunidade nacional pudessem atingir uma “disposição para a harmonia” e a voz do povo se tornasse a de Deus.

Essa ênfase na confluência entre a moral pública e a privada é um dos aspectos que encorajou Morse a adotar, com poucas mudanças, “categorias ibero-americanas” para compreender Calhoun e a Anglo-América: “os princípios de Calhoun tornam-se tomistas, ou aqueles do México moderno” (apud MORSE, 1954b:92)¹⁴ O político norte-americano aproximar-se-ia mais da teoria maquiavélica do que da teoria do contrato social para explicar como os governos se formam na medida em que acentua seu caráter transitório, produto de circunstâncias, em detrimento de um contrato supostamente “eterno”. Segundo ele:

Parece quase uma necessidade que os governos devam começar em algumas de suas formas mais simples e absolutas que, embora fossem convenientes para a comunidade em seus estágios iniciais, conduziram em seguida à opressão e ao abuso de poder..., a não ser que os conflitos a que eles conduzem pudessem por acaso ser ajustados por um compromisso, que daria às respectivas partes uma participação no controle do governo; e, portanto, estabeleceriam as fundações de um governo constitucional, a ser amadurecido e aperfeiçoado posteriormente. Tais governos têm sido definitivamente produto das circunstâncias. Daí a dificuldade de um povo imitar o governo de outro (CALHOUN, *A Disquisition on Government*, 1854:79 apud MORSE, 1954b:92)¹⁵.

¹³ No original, “(...) must spring from the bosom of the community, and be adapted to the intelligence and character of the people, and all the multifarious relations, internal and external, which distinguish one people from another” (apud MORSE, 1954c:92).

¹⁴ No original, “With few changes Calhoun’s principles become Thomistic or those of modern Mexico”.

¹⁵ No original, “It would thus seem almost necessary that governments should commence in some one of the simple and absolute forms, which, however well suited to the community in its earlier stages, must, in its progress, lead to oppression and abuse of power, unless the conflicts to which it leads should be fortunately adjusted by a compromise, which will give to the respective parties a participation in the control of the government; and thereby lay the foundation of a constitutional government, to be afterwards matured and perfected. Such governments have been, emphatically, the product of circumstances. And hence, the difficulty of one people imitating the government of another”.

Em outras palavras, Morse inclui Calhoun entre os pensadores que explicam a formação de governos na linha proposta por Maquiavel, considerada por ele a mais adequada para entender a constituição dos países entre 1808 e 1822, posteriormente transformados em nações latino-americanas. Tomás de Aquino e Maquiavel foram precisamente os dois autores e/ou tradições filosóficas nos quais Morse encontrou desde “Towards a Theory” as chaves de compreensão do mundo ibero-americano. Enquanto o maquiavelismo forneceu a chave teórica para entender a era dos caudilhos na América do Sul, a utilização do tomismo enquanto categoria explicativa perpassa praticamente toda a obra morsiana desde 1954.

Esse ensaio e o outro de 1954, que faz uma interpretação cultural da história da cidade de São Paulo, são importantes para documentar as formulações pioneiras do autor em busca de novos referenciais do pensamento ocidental para compreender a América Latina (ao invés da velha ladainha sobre a inadequação de Locke, Hobbes etc.) como também para percebermos a aplicação de alguns deles, em algumas situações específicas, nas quais encontra resquícios dessa tradição tão medieval e barroca em seu próprio país. Por exemplo, teria sido amparado por pressupostos tomistas e maquiavélicos que Calhoun concluiu pela impossibilidade de um povo imitar o governo de outro. Mesmo seguindo um raciocínio diferente, sua conclusão coincidia com a de trechos de *A democracia na América*, do mestre Tocqueville, então recém-publicada. Ele estava também de acordo com o colega francês ao ponderar que os problemas sociais e políticos não se resolvem apenas com leis, senão com a consonância delas com os costumes. Quando viajou pelos Estados Unidos nos anos 1930 e escreveu suas impressões, Tocqueville considerou o ajuste entre tradição e costumes, inexistente na França ou no México, como o fator mais importante para explicar o sucesso do país no processo universal e irreversível de avanço da democracia. Já Calhoun escreveu em um momento mais problemático, menos propício a interpretações otimistas. Pelo contrário, correspondia àquele da concretização de um dos cenários negativos vislumbrados por Tocqueville: o desmembramento da União.

Morse considerou então a Guerra Civil, simbolicamente tida como o divisor de águas da história norte-americana, como o correspondente à independência na Hispano-América e/ou ao exílio da família real portuguesa no Brasil. Porém, além de ter marcado a predominância do capitalismo industrial e financeiro e o eclipse do Sul agrário e patriarcal de Calhoun no comando da política nacional, a guerra, segundo Morse, fez com que o componente moral,

humano e cristão de Locke se tornasse recessivo e que a sanção lockeana para o individualismo econômico atomístico – que tinha sido menos forte no período inicial do que sugerido por Northrop – se tornasse dominante¹⁶. Nas palavras de McCloskey, “uma nova racionalidade conservadora desenvolve-se no corpo moribundo do liberalismo jeffersoniano” (McCLOSKEY, 1951:15 *apud* MORSE, 1954c: 92)¹⁷. Ele ilustra essa afirmação através do exame de três representantes do fim do século XIX nos Estados Unidos: William Graham Sumner, um sociólogo que preconizou “abraçar francamente uma norma social baseada na utilidade material”; Stephen J. Field, um jurista que argumentou que “liberdade democrática e econômica são uma só e mesma coisa”; e “o capitão da indústria Andrew Carnegie, que apesar de seu humanismo grandiloquente, percebia que capitalismo e democracia não podem ser separados” (McCLOSKEY, 1951:15 *apud* MORSE, 1954c:92)¹⁸.

Nos anos 1860, Henry Adams expressou sua insatisfação com as condições da democracia norte-americana no *postbellum*, asseverando que:

O sistema de 1789 foi dismantelado, e com ele o tecido setecentista dos princípios morais ou a priori. Os políticos abriram mão deles. A administração Grant marcou a asserção... Os darwinistas deveriam concluir que a América estava se revertendo à idade da pedra, mas a teoria da reversão era mais absurda do que a da evolução. A administração Grant reverteu ao nada. Ninguém poderia seguir uma trilha do passado, menos ainda do futuro. Isso não era sequer sensivelmente americano (ADAMS, 1918:266, 280-281 *apud* MORSE, 1954c:93)¹⁹.

Uma geração depois, Morse encontrou em Lincoln Steffens, um homem do oeste, a “percepção astuta” de que a disparidade entre a moralidade constitucional

¹⁶ Em *Toward a Theory of Spanish American Government*, Morse estabeleceu uma analogia entre tomismo e maquiavelismo nos termos da genética; enquanto um era dominante o outro era recessivo. Mas os dois estavam sempre coexistindo. O tomismo dominou por mais tempo e correspondeu à centralização e ao controle do poder pela monarquia espanhola ou posteriormente pelos governos estabelecidos nas nações recém-fundadas. O maquiavelismo teria vindo à tona nos momentos de crise, de perda do controle, de reinício ou fundação de outras formas de governar.

¹⁷ No original, “a new conservative rationale develops on the moribund body of Jeffersonian liberalism”.

¹⁸ No original, “Andrew Carnegie, who as a captain of industry, and despite his vaunted humanitarianism, felt that capitalism and democracy ‘cannot be disjoined’”.

¹⁹ No original, “The system of 1789 had broken down, and with it the eighteenth-century fabric of a priori, or moral, principles. Politicians had given it up. Grant’s administration marked the avowal. Darwinists ought to conclude that America was reverting to the Stone Age, but the theory of reversion was more absurd than that of evolution. Grant’s administration reverted to nothing. One could not catch a trait of the past, still less of the future. It was not even sensibly American”.

e a estrutura e exercício do poder nos Estados Unidos não era diferente daquela encontrada na Europa²⁰. Os franceses só não enfrentavam o dilema moral da democracia americana porque, segundo o político oitocentista, “não chamavam de bom ou certo o mal que haviam feito, de forma que tinham aquele charme que sinto em ‘homens maus’ na América, nos ‘vilões honestos’ na política e nos negócios” (STEFFENS, 1931:705-711 *apud* MORSE, 1954c:93)²¹. A lição de Lincoln Steffens para a América e para as Américas foi que uma moralidade política, de fato, só pode vir da experiência americana, isto é, é uma moralidade viva e que precisa ser reconhecida enquanto tal. Nos termos formulados por Arthur Schlesinger Jr., diria que, em momentos de crise, como certamente foi a Guerra Civil, prevalece a interpretação da América entendida enquanto uma experiência ao invés de um “Destino Manifesto” (SCHLESINGER, 1992)²². Já o período *postbellum* reforçou a ideologia do Destino Manifesto.

Se John Calhoun, Henry Adams e Lincoln Steffens desmentiram Tocqueville no que concerne à existência de uma sintonia entre leis e costumes na democracia norte-americana, eles reforçaram as impressões do francês sobre os perigos da ditadura da maioria. A comparação feita por Lincoln Steffens entre os norte-americanos e os franceses é sintomática: ainda que os últimos não fossem perfeitos, eles eram, pelo menos, menos hipócritas que seus conterrâneos. Nos Estados Unidos de Steffens, Henry Adams e Calhoun, não existiam mais sequer traços da suposta ingenuidade estadunidense algumas vezes elogiada e outras criticada por Tocqueville:

Os americanos, em suas interações com estranhos, mostram impaciência frente à menor censura e uma necessidade insaciável de elogios... eles são incansáveis em sua exortação por reconhecimento, e se você resiste aos apelos eles próprios

²⁰ Lincoln Steffens (1866-1936) foi um repórter de Nova York que publicou uma série de artigos na Revista *McClure*, posteriormente incluídos no livro *The Shame of the Cities*. Tornou-se famoso, e controverso, por investigações de corrupção em governos municipais de cidades norte-americanas e pelo suporte pioneiro à Revolução Mexicana e à União Soviética.

²¹ No original, “have not called good or right the evil that they have done, and so they have that charm which I felt always in ‘bad men’ in America, in the ‘honest crooks’ in politics and business”.

²² Em 1954, Morse estabeleceu uma analogia genética entre caracteres genéticos dominantes e recessivos para compreender a cultura política espanhola na América Latina: o tomismo e o maquiavelismo. Alguns anos antes, Schlesinger havia detectado a existência e a coexistência de duas vertentes de interpretação da história dos Estados Unidos: América como Experiência X América como Destino Manifesto. Quando uma era dominante, a outra era recessiva. A primeira, histórica, tendeu a predominar nos momentos de insegurança e a segunda, a-histórica e religiosa, naqueles de confiança na situação dos norte-americanos como povo escolhido. Infelizmente, em seu entender, os momentos de arrogância e mistificação predominaram, embora ele próprio nunca tenha desistido de explicar o sucesso e os problemas de seu país considerando o entendimento como uma experiência histórica. Penso que Morse possa tê-lo lido e usado como inspiração metodológica, embora não tenha condições de comprová-lo.

deixam de se enaltecer. É como se, por duvidarem do próprio mérito, precisassem ter isso exibido constantemente diante de seus olhos²³.

O que aproxima a visão desses três norte-americanos da do viajante e observador externo francês é o olhar estrangeiro, no sentido de estranhamento de fatos e/ou de atitudes “naturalizadas”, ou não questionadas por seus conterrâneos contemporâneos.

Próspero como antropólogo

Em estudo dedicado à história urbana da América Latina, de 1962, como em “Towards a theory”, a referência ao caso norte-americano aparece no fim do ensaio para mais bem iluminar a comparação que vinha fazendo entre as cidades da América hispânica e portuguesa entre os séculos XVII e XIX. Segundo ele, “na América Latina colonial, como nos Estados Unidos nos tempos de Tocqueville, ocorreu um processo traumático de democratização cultural e, por vezes, social” (MORSE, 1962:333)²⁴. No mundo anglo-americano, uma das decorrências previstas por Tocqueville – o desmembramento da União e a Guerra Civil de meados do século XIX –, embora muito estudada, foi pouco compreendida por seus conterrâneos.

Uma prova disso é a forma como o episódio foi referido por John Lewis Gillin (1872-1958), cujo ensaio “Some Signposts for Policy” serviu de inspiração para uma coletânea de textos de latino-americanistas sobre cinco países da América Latina incluídos em *Economic Development and Cultural Change*. Na resenha desse livro, publicada em 1963, sugestivamente intitulada “The Anthropologist as Policy Consultant”, Morse demonstrou seu espanto, para não dizer revolta, com o uso feito da Guerra de Secessão dos Estados Unidos para comparar a situação da América Latina não apenas com a dos Estados Unidos como também com a da Ásia e da África. A ansiedade dos autores para que os Estados Unidos dessem auxílio e, por implicação, também presidissem

²³ No original, “The Americans, in their intercourse with strangers, appear impatient of the smallest censure and insatiable of praise. They unceasingly harass you to extort praise, and if you resist their entreaties they fall to praising themselves. It would seem as if, doubting their own merit, they wished to have it constantly exhibited before their eyes”, *Alexis de Tocqueville*. Essa tese da suposta inocência americana foi também criticada por Arthur Schlesinger Jr. (Undernews: <http://prorevnews.blogspot.com.br/2013/02/word-american-exceptionalism.html>). Essa citação não está em Morse. Optei por ela por tê-la encontrado em um site sobre o excepcionalismo norte-americano. Acesso em 17 de fevereiro de 2013.

²⁴ No original, “As in the United States of Tocqueville’s time, so in Latin America there occurred a traumatic process of cultural and, at moments, social democratization”.

uma revolução social pacífica na América Latina os impele, por exemplo, à “glorificação centenária da nossa sangrenta Guerra da Secessão, que mal tem uma contrapartida na América Latina” (MORSE, 1963:190). Chegam ao ponto de interpretar “a inexistência dessas guerras extenuantes, já então disseminadas na Ásia e para a África”, como uma comprovação histórica de um impedimento, ou retardo da modernização da América Latina! É lamentável que:

Os antropólogos, nos quais se costumava buscar por garantia de que em outras partes do mundo outras formas de vida fossem ricamente vividas e de que os sistemas de valores fossem tidos como incomensuráveis são agora recrutados para a Guerra Fria (MORSE, 1963:191)²⁵.

Embora reconheça que alguns dos artigos do livro sejam de ótima qualidade, Morse questiona a ênfase no provimento de informações em detrimento de reflexões, que perpassaria os textos desses sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e economistas, todos provavelmente tentando auxiliar na elaboração de políticas para a América Latina. Eles parecem não perceber que essa tarefa é inclusive dispensável na medida em que os formuladores da política externa norte-americana poderiam obtê-las de muitas outras fontes. Uma das explicações de Morse para isso é a carência de um marco teórico e o foco na curta duração.

Quando o intelectual ou cientista social, ao invés de abordar a “longa duração” limita-se a “instruções”, quem será então a voz da consciência, quem insistirá sobre os aspectos recalcitrantes da natureza humana, quem traçará uma lógica do processo social que nem sempre obedece aos sussurros do coração liberal, quem explicará o drama das nações em termos mais agudos do que o maniqueísta? (MORSE, 1963:195)²⁶.

Como já assinalado, Morse optara pela longa duração e arriscara interpretações teóricas e comparativas eruditas e inusitadas, frequentemente vistas com suspeita pela comunidade acadêmica em geral, e entre os latino-

²⁵ No original, “Anthropologists, to whom we once looked for assurance that somewhere in the world lives are richly lived and that value systems are incommensurable, are now recruited for the cold war” Agindo dessa forma, um autor como Holmberg tende a se tornar mais um optometrista do que um antropólogo.

²⁶ No original, “When the intellectual or social scientist turns from ‘long-terming’ to ‘briefing’, who will then sound the voice of conscience, insist upon the recalcitrancies of human nature, chart a logic of social process that does not always obey the promptings of the liberal heart, ex-plain the drama of the nations in terms more acute than the Manichean?”.

americanistas em particular²⁷.

Esse singular latino-americanista já se orgulhava e continuou a fazê-lo até o fim da vida, de ser um renascentista, avesso às especializações e classificações castradoras. Porém, o Morse brincalhão permanecia nostálgico. Em entrevista concedida duas décadas depois a José Carlos Sebe Bom Meihy, expressou um saudosismo em relação à geração denominada os pioneiros, antes da existência do termo latino-americanista ou brasilianista já perceptível nessa crítica aos latino-americanistas da década de 1960, empolgados com a abordagem científica de seu objeto, seguida da especialização.

Os historiadores da minha turma tinham uma visão mais abrangente da América Latina. Ainda não havia este absoluto que depois se instalou, esta coisa de especialização... Isto foi uma mania decorrente, que veio da política de bolsas, quando era solicitado que cada estudante tivesse um assunto que fosse como um feudo seu... Logicamente há bons trabalhos feitos nessa perspectiva, mas quase sempre acho que eles perdem a visão de conjunto... Lembro com muita saudade e até com nostalgia o tempo em que ser latino-americanista era uma coisa de “amadores”, amadores no sentido de *lovers*, amantes... Havia mais paixão, menos profissionalismo em termos do valor abusivo da especialização (MEIHY, 1990:158).

Não negava que, em alguma medida, alguma dose de especialização fosse necessária. Temia apenas pelos exageros que já diagnosticava. Em entrevista a Helena Bomeny em 1989 reconhecia que seu interesse pelo desenvolvimento do fenômeno urbano na América Latina o havia conduzido inclusive ao estudo da história econômica, que era vista como complementar da história política, da história social e da própria literatura. “Com o tempo me encaminhei para fazer a sociologia da cultura intelectual dentro das cidades, e por isso me vi dentro de um campo multidisciplinar, transdisciplinar”.

Isso pode ter contribuído para que fosse questionado por não assumir posicionamentos políticos sobre as relações entre Estados Unidos e América Latina nesse contexto, mais precisamente sobre as ditaduras militares implantadas na região na década de 1960 com o aval e muitas vezes com ajuda direta do seu país. Eu mesma nunca li ou ouvi de Morse qualquer defesa nesse sentido. Ele sempre desconversava e/ou se justificava dizendo estar mais preocupado em dizer coisas menos óbvias.

²⁷ Ele reforça essa posição com ênfase na referida entrevista a Helena Bomeny em 1989.

Não falo porque todo mundo fala das ditaduras, dos militares, disso e daquilo, e é precisamente pela escassez de trabalho, entre a produção acadêmica norte-americana, com uma visão mais abrangente, que procurei outro caminho, evitando as complicações das conjunturas atuais (BOMENY, 1989).

Qual não foi minha surpresa no segundo semestre de 2012 quando, pesquisando sobre ele no Arquivo da Unicamp, me defrontei com uma nota de protesto enviada ao NYT por ele e três outros latino-americanistas norte-americanos – Thomas Skidmore, Stanley Stein e Charles Wagley – em defesa de Caio Prado Júnior, em 1970, ou seja, em pleno governo do general Emílio Garrastazu Médici no Brasil (1969-1974)²⁸. Nesse mesmo ano, em carta endereçada a Antonio Candido, agradeceu a ele e a Maria Sylvia pela ajuda na tradução de partes adicionais de seu livro sobre São Paulo, que foi publicado pela Difel nesse ano e antecipou, de forma brincalhona, como sempre, que ele não constituiria qualquer perigo nesse momento delicado da história do Brasil, pois, como antecipara Maria Sylvia, “a ideologia do livro de Morse é muito conservadora”²⁹.

Em 1972, um Morse mais maduro retomou o tema das cidades ibero-americanas em “A Prolegomenon to Latin American Urban History” – que considero um divisor de águas em sua vida acadêmica –³⁰, desta vez esboçando uma comparação entre a cidade puritana da Nova Inglaterra e aquelas das Américas espanhola e portuguesa. Esse ensaio deu continuidade aos escritos anteriores e antecipou argumentos posteriormente aprofundados em *O espelho de Próspero*. Os Estados Unidos continuavam atuando como contrapartida para ilustrar o caso ibero-americano, uma vez mais abordado na perspectiva da longa duração nesse ensaio ele fez um recuo temporal à Idade Média, retomado em *O espelho*, ou mesmo à Antiguidade, período que não aparece em seu ensaio mais famoso e polêmico. A significância do caso ibero-americano foi então acentuada pelo contraste com a comunidade contratual (*covenanted community*), uma espécie de contrato entre Deus e seu povo eleito encontrado entre os primeiros puritanos. Entre os dois modelos existiriam diferenças evidentes, mas também, pelo menos, uma importante semelhança, apenas detectável em uma abordagem de longo prazo:

A “cidade puritana sobre a colina” *mantém certos princípios medievais* de subordinação social. Entretanto, a única

²⁸ Letter to NYT. Brazilian Dissident. March 8, 1970. Deparei-me também com a mesma carta, inclusive com os contatos preparativos dela entre Morse, Stanley Stein, Charles Wagley e Thomas Skidmore, nos arquivos da Yale University em 2013.

²⁹ No original, “the ideology of Mr. Morse’s book is very conservative” (Letter from Morse to Antonio Candido in July 8, 1970. Coleção doada por Antonio Candido para a Biblioteca Oliveira Lima, em Washington DC, USA).

³⁰ Aprofundo esta hipótese no texto introdutório da mencionada coletânea de escritos inéditos de Morse.

relação “natural” é entre pais e filhos. Outras relações eram voluntárias e dependentes do engajamento mútuo entre as partes (grifo meu) (MORSE, 1972:368)³¹.

As diferenças são certamente mais evidentes, conhecidas e estudadas, inclusive por ele mesmo. A comunidade na Nova Inglaterra era concebida como uma série de relações duais, ao invés de composta por grupos corporativos ou por castas; não preexistia ou transcendia os arranjos contratuais entre seus membros. Como a congregação não tinha identidade em si mesma, cada consciência individual possuía uma enorme responsabilidade para preservar o “compromisso matrimonial” entre Deus e a comunidade. Enquanto seus membros permanecessem sem pecado, a comunidade seria a encarnação da ordem divina, ao invés de uma réplica imperfeita da mesma. Por outro lado, seus integrantes poderiam reproduzir novas congregações que, por sua vez, poderiam iniciar uma relação independente com Deus, não subordinada ao grupo parental. Isso destoa bastante da Ibero-América, onde comunidades “perfeitas” de elites religiosas disciplinadas, embora pudessem ser ecumênicas em suas pretensões, serviam de fato apenas para funções paradigmáticas.

Morse entre Tocqueville e a Escola de Frankfurt

A meu ver os fragmentos esboçados por Morse sobre a história norte-americana nos escritos mencionados e sua avaliação conjuntural formulada em *O espelho de Próspero* reforçam a assertiva do crítico literário austro-brasileiro Otto Maria Carpeaux de que “não há nada mais revolucionário no mundo do que uma tradição esquecida e ressuscitada” (CARPEAUX, 1943:399). O nascido europeu Carpeaux percebia que a tradição americana só se completa na “combinação do barroco tradicional com o romantismo utópico”. Até porque, em seu entender, “a mais velha tradição americana é barroca”.

Se fosse historiar como os Estados Unidos na obra de Morse foram avaliados por seus estudiosos, começaria reconhecendo que, seguindo inclusive ele próprio, a maioria das análises de seu pensamento, inclusive as minhas, focou em sua interpretação ou em sua relação afetiva com a América Latina³². Logo

³¹ No original, “The Puritan ‘city upon a hill retained certain medieval principles of social subordination. The only ‘natural’ relationship, however, was that between parents and children. Other relations were voluntary and dependent on two parties ‘mutual engagement’”.

³² Para dar poucos exemplos, ver as coletâneas: Bomeny (1992); Borges e Cohen (1995); Domingues & Blasenheim (2010).

em seguida à publicação de *O espelho*, as críticas à sua abordagem negativa dos Estados Unidos eram inseparáveis do que era então percebido por sociólogos como Simon Schwartzman como um elogio acrítico de nossa resistência à modernidade, ou de nosso atraso³³. Sua publicação subsequente, a meu ver, põe por terra qualquer dúvida nesse sentido: em vários ensaios Morse exercita a inversão do espelho invertendo os ângulos de análise ao comparar a América ibérica com a anglo-saxônica. Isso ficou evidente, por exemplo, no texto em que compara os modernistas paulistas com os norte-americanos, incluído em *A volta de McLuhnaíma*, de 1990.³⁴ E já em 1992, Haroldo de Campos publicou um curto e instigante ensaio sobre Morse, inspirado no crítico literário austro-brasileiro Otto Maria Carpeaux, tomando como ponto de partida a assertiva de que a mais velha tradição americana era o barroco, para fazer incursões no pensamento entrópico do singular norte-americano nos trópicos (CAMPOS, 1992). Ressaltou um ponto fundamental da análise de Carpeaux: que o barroco se referia ao continente como um todo e não apenas à América Latina. A análise da relação entre Morse e o Barroco, respaldada em Carpeaux e Haroldo de Campos, foi retomada por Rubem Barboza Filho em 2010 (BARBOZA FILHO, 2010).

Com uma distância de quase 20 anos o poeta Haroldo e o sociólogo Rubem Barboza discutiram a presença do barroco tanto na obra de Morse como na história e na cultura norte-americanas, a partir das teses de Carpeaux. Minha incursão pelas duas obras da juventude de Morse aqui mencionadas seguiu nessa trilha, tentando enriquecê-la com exemplos de *insights* do americano intranquilo inspirados por personagens do século XIX norte-americano, nos quais encontrava reminiscências da forma barroca de pensar.

A avaliação positiva de Morse sobre a herança medieval ibérica na América Latina e no Brasil parece-me intrinsecamente relacionada com a forma como avalia o progresso desprovido de espiritualidade, do qual os Estados Unidos seriam um exemplo. A relação nostálgica com o passado dos Estados Unidos pode tê-lo conduzido a projeções consideradas inusitadas sobre o futuro de seu próprio país e da América Latina, ou mesmo inaceitáveis por seus contemporâneos no Norte e do Sul do continente. Ele costumava brincar, embora eu nunca tenha encontrado essa afirmação por escrito, que, assim como seu mestre Tocqueville prognosticara a ascensão dos Estados Unidos e da Rússia à situação de grandes

³³ SCHWARTZMAN, 1988. “Resenha de Richard M. Morse, *O Espelho de Próspero*”. Foi depois publicado como “O Espelho de Morse” em *Novos Estudos CEBRAP* vol. 25 (1989) e incluído posteriormente em *A redescoberta da cultura* (1997) (Ver MORSE, 1989).

³⁴ Ver, por exemplo, os ensaios reunidos em Morse (1990).

potências em meados do século XX, ele previa a ascensão da América Latina e particularmente do Brasil no cenário internacional nas primeiras décadas do século XXI³⁵.

Talvez pudéssemos especular que Morse constatou tristemente que as previsões otimistas de Tocqueville – a transformação dos Estados Unidos em uma grande potência no século XX – trouxeram com elas aquelas mais temerosas, ou seja, uma sociedade homogênea, que em nome da igualdade teria sacrificado a liberdade. A dificuldade de criticar os desdobramentos da modernização em seu país recorrendo ao discurso tocquevilliano alternativo parece ter sido a razão de sua escolha da Escola de Frankfurt como embasamento da “catarse” diagnosticada por Shirts na parte III de *O espelho de Próspero*. Conforme assinalado por Barboza Filho, é como se Morse tivesse se dado conta de que o que era “presciência” em Tocqueville, referindo-se aos Estados Unidos, tornou-se, para ele, “consciência aguda e dolorida” (BARBOZA FILHO, 2010:226). Ou seja, o americano intranquilo percebeu que a pior parte da profecia tocquevilliana – a que previa a ditadura da maioria e a subjugação da liberdade pela igualdade – era uma realidade em seu país. Porém, como não conseguia convencer um público dominado por uma mentalidade “encharcada do pequeno Tocqueville americanizado”, não teve como embasar-se em um Tocqueville que, ao invés daquele mutilado difundido na academia norte-americana como um reforço para a voga do excepcionalíssimo norte-americano, oferecesse um discurso crítico e comparativo precisamente porque dotado do olhar “externo”, crítico e comparativo. Para o momento, os Estados Unidos da segunda metade do século XX, a interpretação da Escola de Frankfurt sobre os riscos já evidenciados nas sociedades de massas, deve ter-lhe parecido mais oportuna, ou talvez prudente. Algumas análises desses pensadores pareceram-lhe instigantes para elaborar, a seu modo, a questão das nações subdesenvolvidas na Europa (e o que elas têm de semelhante, e, portanto, de elucidativo, para compreender a América Latina).

A caracterização da Escola de Frankfurt – que interpreto livremente com alguns toques modernizantes – poderia ser objetada com o argumento de que, ao contrário das análises neoleninistas, deixa de lado tanto as nações subdesenvolvidas como os setores pobres das “desenvolvidas” (MORSE, 1988:126).

Ao assumir tal desafio, evitando “as armadilhas da interpretação ariologista”,

³⁵ Sobre esse aspecto ver Domingues (2011a).

Morse retomou o mote mencionado na abertura do livro: oferecer uma leitura alternativa, crítica do *Ariel* de Enrique Rodó (1871-1917)³⁶. Segundo ele, o *Ariel* de Rodó, apesar de sua influência continental, tinha seus horizontes limitados à Paris do final do século XIX. O Próspero de Rodó limitava-se a criticar, em estilo neopositivista, a mediocridade e a mentalidade utilitária exemplificada pelos Estados Unidos – sem sequer reconhecer sua dívida para com Tocqueville – instando a Ibero-América às conquistas espirituais. Rodó tampouco compreendeu, segundo Morse, o heroísmo nietzschiano ou seu próprio contexto cultural (a Espanha foi citada uma única vez em seu ensaio) (MORSE, 1988:127)³⁷. Propondo-se “a ser mais historicista e crítico do que Rodó” explicita que a questão não é:

Se a Ibero-América pode suportar, ou de alguma maneira enobrecer, a penetração do Grande Desígnio Ocidental, mas se ela é, por constituição histórica (e não importa se para o bem ou para o mal), de certo modo impenetrável a esse desígnio. E se a transição for irrealizável, ao invés de irrealizada? (MORSE, 1988:127).

Uma proposição semelhante, inclusive com referência a Tocqueville e à Escola de Frankfurt, foi feita em um polêmico paper apresentado em um congresso de latino-americanistas em Stanford (MORSE, 1983). Morse se declarava então em busca de uma reinterpretação dos últimos séculos da história do Brasil amparado em percepções e processos afinados com aqueles da “sociologia crítica” e que enfrentassem a resistência estrutural do Brasil à racionalização ocidental. Para tal, sugeria aos colegas brasilianistas:

Procuremos recapturar pelo menos uma pálida semelhança com o espírito de Tocqueville. Olhando para os Estados Unidos como nós olhamos agora para o Brasil, ele evitou impor categorias francesas aos Estados Unidos (embora sem deixar de lado sua sabedoria acumulada) e, ao invés disso, inquiriu sobre as mensagens que essa nação crua e turbulenta teria para o Resto do Ocidente (MORSE, 1983:9)³⁸.

³⁶ Sobre a situação de *O espelho de Próspero* na literatura americana que faz uso das metáforas shakespearianas para explicar as diferenças entre a América Latina e os Estados Unidos ver, por exemplo: Monteiro (2010).

³⁷ Nesse mesmo contexto, outros autores ibero-americanos, como Rubén Darío, promoviam em ensaios que também se valiam das metáforas shakespearianas em intenso debate crítico com o legado espanhol, que começa a ser relido como sendo menos negativo do que até então.

³⁸ O “Resto do Ocidente” foi, como visto, a expressão utilizada por Morse para caracterizar a Ibero-América na entrevista a Eduardo Lins e Silva em 1989. No original, “We seek to recapture at least a pale semblance of the spirit of Tocqueville. Looking at the United States as we now look at Brazil, he refrained from imposing

Assim como tinha ajudado no diagnóstico dos problemas da modernidade ocidental, a Escola de Frankfurt parecia-lhe um instrumento precioso a ser utilizado pelos brasilianistas para compreender o Brasil. O projeto estabelecido por Max Horkheimer em 1930 era dedicado a sintetizar não somente Freud, Weber e Marx, mas também Kant, Hegel, Tocqueville, Schopenhauer e Nietzsche, como também elementos literários e musicais. Tentativas nesse sentido de sintetizar um ou mais desses clássicos europeus (majoritariamente alemães) haviam sido feitas no Brasil por autores isolados como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado. Um motivo a mais para que os brasilianistas aprendessem também com os brasileiros, que era a mensagem principal desse texto de Morse.

A Alemanha já vinha então aparecendo em outros ensaios de Morse como um bom parâmetro para o estabelecimento de analogia e comparações entre o Ocidente e a América Latina, uma vez que pertencia à “Europa subdesenvolvida” de fins do século XIX e ao Japão (DORE, 1964). A comparação com essas regiões apareceu no ano seguinte em “‘Peripheral’ Cities as Cultural Arenas” (“Cidades ‘periféricas’ como arenas culturais”) e foi retomada em “A multidiversidade na busca pela identidade na América Latina no século XX” (MORSE, 1984)³⁹.

O que me interessa realçar, no momento, é a interessante alternância, ou talvez seja melhor dizer a combinação entre Tocqueville e a Escola de Frankfurt para fundamentar a crítica morsiana aos rumos da modernidade no Ocidente. Já foi sublinhado que sua avaliação positiva da América Latina se devia ao fato de o subcontinente ter conseguido escapar do fado tocquevilliano analisado, destrinchado e repudiado pela Escola de Frankfurt quase cem anos depois. Sendo a América Ibérica um espaço no qual existiria menos igualdade, havia em contrapartida mais liberdade, menos racionalização e, conseqüentemente, menos padronização e homogeneização. Ou seja, a região estava ainda a salvo do processo em curso nos Estados Unidos e no Ocidente em geral por ser um mundo menos desencantado no sentido weberiano. A Escola de Frankfurt era então uma abordagem abraçada pelos rumos da modernidade, que por si mesma atraía uns e repelia outros. Morse se sentia atraído por ela, como por Foucault, porque, dentre outras coisas, estava interessado em trabalhar com poesia: “não tanto com o mundo das instituições e das dominações, mas com os processos mentais através dos quais as pessoas tomam consciência de sua situação” (BOMENY, 1989).

French categories (although not from drawing on inherited wisdom) and instead inquired what messages this raw and turbulent nation might have for the Rest of the West”.

³⁹ Foi publicado em espanhol “Ciudades ‘periféricas’ como arenas culturales (Rússia, Áustria, América Latina)”, 1985. Em português a tradução do texto só ocorreu dez anos mais tarde: “Cidades ‘periféricas’ como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina”, 1995.

O papel da Escola de Frankfurt nas comparações de Morse entre as duas Américas foi questionado por José Murilo de Carvalho como potencialmente criador de certa “ambiguidade” (a expressão é minha) para a própria imagem de Morse no mundo acadêmico brasileiro: ele se refere em especial a uma tendência à uma maior aproximação entre Morse e Gilberto Freyre, apesar das delcaradas expressões de simpatia de Morse por seu amigo Sérgio Buarque, devido à ênfase morsiana nos traços não ocidentais ou não modernos da cultura latino-americana (CARVALHO, 1998).

Não sei dizer se Morse respondeu ou não diretamente a José Murilo, então seu amigo em 1998, quando *Pontos e bordados* foi publicado. Conhecendo o homem e a obra, diria que provavelmente respondeu, ou teria respondido, da forma vaga como fizera em 1988 com *Shirts*: os níveis de consciência e inconsciência nem sempre são claros, você sabe, né? Imagino que ele certamente ficaria em dúvida, como ficamos nós, seus leitores, inclusive porque uma opção não necessariamente elimina a outra. No caso específico de Morse, isso era ainda mais verdadeiro. Ele era admirador e amigo íntimo de Sérgio Buarque, ainda que a influência dele em Morse não seja evidente em citações do autor, como vem mostrando os estudos de Pedro Meira Monteiro (2010). Quanto a Gilberto Freyre, Morse era encantado por seus escritos desde a juventude até a maturidade, e parece-me que o pernambucano influenciou mais a sua obra do que explicitado por Morse ou assinalado por seus intérpretes. Esse foi também o caso de Sérgio Buarque de Holanda e de Oswald de Andrade⁴⁰. Em 1950 publicou uma resenha altamente elogiosa de *Ingleses no Brasil*, recentemente lançado por Gilberto Freyre, considerado pelos brasileiros praticamente um estrangeiro por ter escrito grande parte de sua obra nos Estados Unidos (MORSE, 1949). Mais uma sintonia com autores admirados por Morse e por ele mesmo em relação ao Brasil e à América Latina. Em seu último longo e denso ensaio sobre a busca da identidade na América Latina (1995) dedicou um item à discussão sobre o delicado equilíbrio e evidência ao comparar Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre (MORSE, 2011). Nesse mesmo ano, em curto prefácio, confessou que ao escrever sua tese sobre a formação da cidade de São Paulo tinha em mente “produzir uma versão urbana de *Casa Grande & Senzala*” (MORSE, 1995:4).

Morse também ficava indeciso quando lhe pediam para escolher entre

⁴⁰ A influência de Sérgio Buarque de Holanda tampouco é mencionada explicitamente em *O espelho de Próspero*, embora o livro possa ser lido, conforme sugere Pedro Meira Monteiro (2010), como um aprofundamento de teses defendidas em *Raízes do Brasil*. Outro autor que me parece muito presente e pouco citado no mesmo *Espelho* é o modernista Oswald de Andrade, em especial seus ensaios filosóficos da maturidade (DOMINGUES, 2010).

Mário e Oswald de Andrade. Quando perguntado, tendia a concordar com seu amigo Antonio Candido que Mário seria o revolucionário e Oswald, o terrorista. Mas qual dos dois era o seu predileto? Ele desconversava novamente:

Qual é o mais importante? Oswald se a busca é pela linguagem que rompe com a mimese tradicional, mas Mário se a busca é pela linguagem que expressa uma visão brasileira do mundo. Em tempos de crises existenciais como o fim da década de 1960 e o início da de 1970, Oswald desempenha um papel mais aglutinador, encontrando o ambiente propício para sua sobrevivência cultural. Já em momentos que oferecem possibilidades de construção socialista o modelo de Oswald sofre um eclipse porque Mário encarna mais claramente as noções de serviço, coletividade e de busca pelo povo. É o momento histórico que continua a determinar a reputação de cada um (MORSE, 2011: 26)⁴¹.

Talvez as declarações de Morse sobre Sérgio Buarque e Gilberto Freyre também possam ser entendidas dessa forma, ou seja, em determinado contexto histórico. As décadas de 1970 e de 1980 não foram particularmente favoráveis à abordagem de Freyre no Brasil. É plausível supor que parte da reação crítica a Morse tenha vindo de sua inclusão, de forma consciente ou inconsciente, entre os chamados iberistas, para distingui-los dos americanistas⁴². Morse teve ter percebido da mesma forma que os Estados Unidos dos anos 1980 podiam suportar a crítica de seu sistema e de suas instituições por um “estrangeiro interno”, o Brasil não estava preparado para uma versão renovada do pensamento de Freyre, ainda por cima proveniente de um gringo. Uma interpretação menos ortodoxa de Tocqueville nos Estados Unidos seria talvez correspondente, em certa medida, à adoção explícita das teses freyreanas no Brasil. Morse não explicitou nenhuma das duas, mas ambas estavam lá. Como no julgamento dos modernistas, o cerne da questão é saber quem é mais adequado ao momento histórico.

⁴¹ No original, “Who was the more important? Oswald if one seeks language that breaks with traditional mimesis, but Mário if one seeks language for a Brazilian view of the world. In time of existential trouble as in the late 1960s and early 1970s Oswald plays a more agglutinative role, finding a climate wherein to survive culturally. At a moment offering constructive socialist possibilities Oswald’s example suffers eclipse because Mário more clearly embodies the notions of service, collectivity, and search for the people. The historical moment continues to determine the reputation of each”. Em 1992 Morse publicou um importante texto comparando os Andradas do Sul com os nortistas Williams Carlos Williams e T. S. Eliot no qual deixava claro que as comparações não tinham qualquer relação com a posição política de nenhum deles: “o fato de Eliot ter sido conservador e Mário meio socialista não tem nada a ver, suas posições políticas são epifenômenos” (BOMENY, 1989; MORSE, 1990).

⁴² Há uma profícua literatura sobre esse tema, a meu ver, bem sintetizada em Vianna (1991). Meus próprios insights sobre a relação de Morse com o iberismo e o americanismo estão em Domingues (2011b).

Conclusão

A intenção deste ensaio foi mostrar como, complementarmente à referência nominal de Tocqueville na parte III de *O espelho*, o jurista francês já era um referencial importante nas interpretações comparativas de Morse entre a cultura política e urbana da América Latina e nos Estados Unidos no período colonial e no século XIX. Se o olhar de Morse sobre a América Latina, como o de Tocqueville sobre os Estados Unidos, era de fascínio por um mundo que oferecia algo que o seu próprio já perdera, nenhum dos dois o fez de forma acrítica. O interesse de ambos era compreender e, com isso, quem sabe, abrir os olhos de alguns conterrâneos para outras possibilidades civilizacionais. A interpretação morsiana da América colonizada por portugueses e espanhóis vale-se de autores do mundo clássico, medieval, ibérico e anglo-saxão (com seus desdobramentos americanos), utilizando com imaginação categorias teóricas geradas no centro e na periferia para compreender a ambos. Mas não ficou por aí.

Nos fragmentos escritos sobre a história de seu país, Morse fez especulações audaciosas, para nos valermos de uma expressão de Karl Popper, buscando inclusive tentar compreender alguns aspectos dele com categorias que considerava apropriadas para a América Ibérica, ou aí geradas. O resultado foi uma reabilitação de autores esquecidos ou em desuso em seu próprio país porque remavam contra a corrente, ou seja, tentou fazer renascer tradições nos Estados Unidos. Assumi então, conscientemente ou não, uma das tarefas intelectuais mais desafiadoras segundo Carpeaux: estudar tradições que estavam esquecidas há muito tempo e com isso tentar repensar outras estabelecidas. Isso requeria, segundo Carpeaux, “desfazer, a cada passo, as falsas tradições, as ‘tradições sobre as tradições’ que abram o caminho para a compreensão” (CARPEAUX, 1943:397).

A compreensão da tradição norte-americana seria “sobremaneira dificultada pela lenda tradicional dos ‘pilgrim-fathers’ que – diz-se – salvaram a liberdade inglesa levando-a para a América” (CARPEAUX, 1943:398). Essa “lenda” expressa, para Carpeaux, um conceito estático de história, abstraíndo as forças dialéticas na evolução do pensamento filosófico e político norte-americano. Os exemplos extraídos dos poucos parágrafos dedicados por Morse a seu país nos escritos da juventude e na terceira parte de *O espelho* certamente contribuem para mostrar uma história dinâmica e contraditória, que, apesar das permanências, acentua importantes diferenças entre o “papa puritano Cotton Mather”, os livre-pensadores do século XVIII (Franklin, Jefferson, Paine) e alguns críticos dos rumos da modernização do país nos séculos XIX e XX

(Tocqueville, Lincoln Steffens e ele mesmo). Em cada um dos casos parecia seguir, mesmo que vagamente, a visão de Carpeaux de considerá-los todos americanos e, portanto, em maior ou menor medida, herdeiros do barroco⁴³.

Um aspecto paradoxal da comparação de Morse entre sociedades “desenvolvidas” e “atrasadas” é o fato de uma sociedade hiper-racionalizada, individualista e supostamente pluralista como a sua ser composta de cidadãos tão “inocentes” quanto se trata de separar a peça encenada no palco da audiência. Os norte-americanos, ele costumava dizer, acreditam piamente no teatro da política e na decantada liberdade proporcionada por suas instituições democráticas (senão perfeitas, as melhores existentes). Já na “atrasada” América Latina e no Brasil mesmo um iletrado saberia distinguir o teatro, a peça encenada, da “realidade”: sua vida cotidiana e o não funcionamento das instituições.

Esse contraste, caricato em certa medida, era uma metáfora da qual gostava de se valer para distinguir o que denominava opressão externa, sem dúvida encontrada nas ditaduras e regimes autoritários da Ibéria e da Ibero-América, da interna, incorporada credulamente “pelos cidadãos da pluralista democracia norte-americana”. Se assumiu, como Tocqueville e outros autores polêmicos elogiados por ele, os riscos de parecer conservador ao explicitar sua “preferência” – ou talvez um menor temor – pela a dominação externa do que pela interna, deve ter sido porque essa sim seria paralisante e um impedimento ao processo de liberação da consciência ao qual ele se refere em praticamente todos os ensaios, entrevistas e conversas informais das quais participei⁴⁴. Os indivíduos que acreditam plenamente na peça teatral a que assistem não têm distância suficiente sequer para distinguir-se dela. Os latino-americanos na década de 1970, apesar de suas ditaduras e coronéis, ou talvez precisamente por causa deles, estariam mais capacitados para distinguir, até porque a opressão era externa. Se por um lado essas colocações são datadas, por outro são ainda pertinentes para nós quem sabe no sentido do alerta que ele quis então dar aos Estados Unidos. Vinte e cinco anos depois da publicação de *O espelho de Próspero* no Brasil, parece-me oportuno para nós nos olharmos no espelho para que a emergência de uma democracia moderna não nos deixe esquecer o alerta desse americano intranquilo sobre os riscos de uma identificação mais ou menos integral com a peça em cartaz.

⁴³ A abordagem da América como um continente com características em comum, apesar das enormes diferenças, é a tese central de uma das primeiras publicações de Morse (1950).

⁴⁴ Esse é o tema central de um de seus primeiros ensaios: “The Modern Scholar and the Americas”, de 1950.

Quando Helena Bomeny lhe perguntou, em 1989, se o Brasil estava protegido da doença que ele detectava nos prósperos Estados Unidos, ele não titubeou em responder negativamente, acrescentando que tampouco os Estados Unidos estavam totalmente enfermos.

Não, o Brasil está muito exposto a isso. Talvez tenha algumas terapias próprias, algumas resistências próprias, ou talvez um pouco mais disponibilidade, tanto de alunos quanto de professores propensos a alentar visões um pouco mais sinópticas da coisa. Da mesma forma isso existe também em certa medida nos Estados Unidos (BOMENY, 1989).

Em suma, nem Caliban estava completamente vacinado, nem Próspero irremediavelmente intoxicado.

Referências

- BARBOZA FILHO, Rubem
(2010) "A tradição perdida: Morse, Carpeaux e o barroco" In: DOMINGUES, Beatriz H. & BLASENHEIM, Peter L (org.). *O código Morse. Ensaios sobre Richard Morse*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 207-239.
- BOMENY, Helena (org.)
(1992) *Um americano intranquilo*. Rio de Janeiro: FGV- CPDOC.
- BOMENY, Helena
(1989) "Entrevista com Richard Morse". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 77-93.
- BORGES, Dain & COHEN, Thomas (org)
(1995) *Luso-Brazilian review. Culture and ideology in the Americas: Essays in honor of Richard M. Morse*. Vol. 32, n 2 (Winter).
- CAMPOS, Haroldo
(1992) "Richard Morse: um anglo-americano no trópico (entrópico)". In: BOMENY, Helena (org.). *Um americano intranquilo*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, p. 34-57.
- CARPEAUX, Otto Maria
(1943) "Tradições americanas". In: _____. *Origens e fins. Ensaios*. Rio de Janeiro: CEB Editora, p. 379-399.
- CARVALHO, José Murilo
(1998) *Pontos e bordados. Escritos de História e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 402-404.
- DOMINGUES, Beatriz
(2011a) "O país do futuro: Contrariando muitas teorias, Richard Morse acreditava que as grandes nações do século XXI seriam os países de colonização ibérica". *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 6, n. 70, julho, p. 76-79.
- (2011b) "Tradição e mudança na América hispânica e no Brasil. Uma abordagem comparativa das formulações de Luis Werneck Vianna e de Richard Morse". In: FILHO, Rubem Barboza & PERLATO, Luis Fernando. *Uma sociologia indignada. Diálogos com Luis Werneck Vianna*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, p.133-147.
- (2010) "Próspero devorando Caliban: Richard Morse e o Modernismo brasileiro". In: DOMINGUES, Beatriz H & BLASENHEIM, Peter L (org.). *O código Morse. Ensaios sobre Richard Morse*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 77-97.
- DOMINGUES, Beatriz H & BLASENHEIM, Peter L (org.)
(2010) *O código Morse. Ensaios sobre Richard Morse*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

- DORE, R. P.
(1964) "Latin America and Japan compared". In: JOHNSON, John J. *Continuity and Change in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, p. 227-249.
- DOSTOIEVSKI, Fyodor
(2008) [1864]. *Winter notes on Summer Impressions*. Great Britan, Oneworld Classics Limited.
- HOLANDA, Sérgio Buarque
(1936) *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- HUIZINGA, Johan
(1972) *America. A Dutch Historian Vision, from afar and near*. New York, Evanston, San Francisco, London: Harper & Row Publishers.
- LINS E SILVA, Carlos Eduardo
(1988) "Entrevista com Richard Morse (com participação de Matthew Shirts). FSP 05/03/1988". In: MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: Cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, D 1-2.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom
(1990) *A Colônia Brazilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella.
- MONTEIRO, Pedro Meira
(2010) "As raízes do Brasil em *O espelho de Próspero*". In: DOMINGUES, Beatriz H & BLASENHEIM, Peter L (org.). *O código Morse. Ensaios sobre Richard Morse*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 169-206.
- MORSE, Richard
(2011) [1995] "O multiverso na busca pela identidade na América Latina desde 1920 até 1970". In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina. Vol. VIII. A América Latina após 1930: ideias, cultura e sociedade*. São Paulo: EDUSP, p. 19-160.
- (1995) "Prefácio". In: ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. *A vocação do prazer*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1995, p. 1-5.
- (1990a) *A volta de McLuhanaíma. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Companhia das Letras.
- (1990b) "Quatro poetas americanos: uma cama de gatos". In: _____. *A volta de McLuhanaíma, Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 89-131.
- (1989) "A miopia de Schwartzman". *Novos Estudos Cebrap*, n. 24, jul, p. 166-178
- (1988) *O espelho de Próspero: Cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- (1984) "'Peripheral' Cities as Cultural Arenas (Russia, Austria, Latin America)". *Journal of Urban History*, 10: 4 (Aug.), p.423-452.
- (1983) "Brazilianists, God Bless Them! What in the world is to be done?" *Occasional Papers on Latin America Studies*. Stanford: Berkeley, winter, nº.5, p. 219-231.
- (1972) "A Prolegomenon to Latin American Urban History". *The Hispanic American Historical Review*, v. 52, n. 3, aug., p. 359-394.
- (1970a) *Formação histórica de São Paulo: da comunidade à metrópole*. Rio de Janeiro: Difel.
- (1970) "The Multiverse of Latin American Identity, c. 1920-c. 1970". In: BETHELL, Leslie. *The Cambridge History of Latin America, volume XI – Bibliographical Essays*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (1963) "The Anthropologist as Policy Consultant". *Economic Development and Cultural Change*. The Chicago University Press, v. 11, n. 2, p. 190-195.
- (1962) "Some Characteristics of Latin American Urban History". *American Historical Review* v. 67, n. 2, jan., p. 317-338.
- (1958) *From Community to Metropolis: A Biography of São Paulo, Brazil*. Gainesville: University of Florida Press.
- (1954a) *De comunidade a metrópole: biografia de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações culturais.
- (1954b) "São Paulo since Independence: A cultural interpretation". *The Hispanic American Historical Review*, v. 34, n. 4, nov., p. 419-444.

(1954c) "Toward a theory of Spanish American Government". *Journal of the History of Ideas*, v. 15, n. 1, p. 71-93.

(1950) "The Modern Scholar and the Americas". *Political Science Quarterly*, vol. 4, Dec., p. 522-537.

(1949) "Ingleses no Brasil: aspectos da influência Britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. by Gilberto Freyre." *The Hispanic American Historical Review*, vol. 29, n. 4, (Nov.), p. 609-611.

RAMA, Angel

(1980) *A cidade letrada*. São Paulo: Brasiliense.

SCHLESINGER, JR, Arthur

(1992) *Os ciclos da História Americana*. RJ: Civilização Brasileira.

SCHWARTZMAN, Simon

(1998) "Resenha de Richard M. Morse, *O Espelho de Próspero*". *Novos Estudos CEBRAP*, 22, outubro, p. 185-192.

TOCQUEVILLE, Alexis

(1979) *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia.

VIANNA, Luiz Werneck

(1991) "Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos", publicada em *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 34, n 2, p. 145-189.

WEBER, Max

(1978) *Economy and Society*, 2 vols. Berkeley: University of California Press.

Recebido em

fevereiro de 2013

Aprovado em

julho de 2013

A política da incivilidade¹

Bernard E. Harcourt*

Resumo

O pintor flamengo, Pieter Brueghel, retratou em sua obra homens se aliviando, aleijados pedindo esmolas e camponeses trabalhando – bem como matadouros e patíbulos. Em sua obra-prima, *O Processo Civilizador*, Norbert Elias mostrou como “as classes superiores da Baixa Idade Média” ainda não exigiam, como o fariam as gerações posteriores, que “todas as coisas vulgares fossem suprimidas da vida e, portanto, das pinturas”.

Há alguns séculos, a definição da incivilidade tem estado intimamente ligada a nível social, status de classe, hierarquia política e relações de poder. A capacidade de identificar e punir a incivilidade tem estado associada a posições de privilégio político – e tem, ao mesmo tempo, constituído e reforçado o poder político.

Receio que isso seja verdade ainda hoje: a definição de incivilidade no discurso político continua a ser uma estratégia política profundamente perpassada por relações de poder. No rastro dos atentados de Tucson, renovaram-se os apelos por uma maior civilidade em nosso discurso político.

Embora, no plano pessoal, eu seja a favor do discurso civilizado como um caminho mais sensato, reconheço que esta é inevitavelmente uma estratégia política mais acessível àqueles que já têm sua audiência ou que ocupam uma posição profissional que lhes garante maior acesso à mídia e ao público.

Pessoalmente, prefiro uma ética da civilidade comprometida com dizer a verdade, mas sou profundamente consciente de que isto pode ser reflexo de um certo privilégio, e este mesmo privilégio faz com que eu me contenha ao exigir dos outros que sejam mais civilizados em seu discurso. Isto sugere, ao menos para mim, que devemos ter cuidado ao dizer aos outros como devem falar.

Palavras chave

Discurso civilizado. Incivilidade política. Violência política.

¹ Esse texto foi apresentado no simpósio *Political discourse, civility and harm*, em 14 de janeiro de 2012. Sou profundamente grato aos editores da *Arizona Law Review* por terem organizado um simpósio tão estimulante e também a vários excelentes colegas, em particular Toni Massaro, Suzanne Dovi, Houston Smit, Julia Annas, David Owen, Richard Brooks, Marc Miller, Barak Orbach, Margaret Jane Radin, Robin Stryker, Kenji Yoshino e outros participantes do Simpósio por sua discussão e comentários sobre este ensaio. Agradeço especialmente a Gabriel Mathless pelo excelente trabalho como assistente de pesquisa e por seus valiosos comentários.

* PhD em Ciência Política pela Universidade de Harvard (Cambridge/Estados Unidos); Professor Julius Kreeger de Direito e Professor e Diretor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Chicago (Chicago/Estados Unidos). E-mail: harcourt@uchicago.edu.

Abstract

The Flemish painter, Pieter Bruegel, portrayed in his artwork men relieving themselves, cripples begging, and peasants toiling—as well as butchery and the gallows. In his masterful work, *The Civilizing Process*, Norbert Elias revealed how the “late medieval upper class” had not yet demanded, as later generations would, that “everything vulgar should be suppressed from life and therefore from pictures.”

For centuries now, defining incivility has been intimately connected with social rank, class status, political hierarchy, and relations of power. The ability to identify and sanction incivility has been associated with positions of political privilege – and simultaneously has constituted and reinforced political power.

This, I fear, remains true today: defining incivility in political discourse continues to be a political strategy that is deeply embedded in relations of power. In the aftermath of the Tucson shootings, there have been renewed calls for greater civility in our political discourse.

Although at a personal level, I favor civil discourse as a wiser path, I recognize that it is inevitably a political strategy that comes more easily to those who already have an audience that is listening or a professional position that affords them greater access to the media and to listeners.

I personally prefer an ethic of civility and truth-telling, but am deeply conscious that this may reflect a certain privilege, and that same privilege chastens me from urging others to be more civil in their discourse. It suggests, at least to me, that we should be cautious about telling others how they should speak.

Key words

Civil discourse. Political incivility. Political violence.

Introdução

Civilité, francês médio (francês *civilité*) comunidade organizada ou suas instituições, sua organização ou sistema político ou sua concepção disto (c1370), comportamento polido (1409; c1640 denotando um exemplo disto) e seu étimo do latim clássico *civilitāt-*, *civilitās* arte do governo civil, política (derivado do grego antigo *πολιτική* POLÍTICA n.), comportamento enquanto pessoa comum, modéstia, no latim pós-clássico também cidadania.

(Etimologia de “civildade (*civility*)”, *Oxford English Dictionary*).

Em seu *Nouveau traité de la civilité* [*New Treatise on Civility*, 1998], publicado originalmente em 1671, Antoine de Courtin aconselhava seu leitor a prestar uma

atenção especial a suas relações com aqueles de status social inferior. Pessoas de status superior “devem no mínimo, em seu próprio benefício, ser boas com seus empregados domésticos, e civilizadas e honestas com aquelas que não são suas dependentes”, recomendava de Courtin². “Que monstro é, na verdade, um *grand seigneur* sem qualquer civilidade” (1998:191). No capítulo seguinte, de Courtin aborda a civilidade entre iguais. Em geral, observa de Courtin, a conversa entre iguais “é mais livre e mais alegre” (:193). Mas, exatamente por esta razão, de Courtin pensava ser importante respeitar determinadas regras de honestidade; gracejos entre iguais, em particular quando espirituosos e jocosos, exigem uma atenção especial para não ofender. Em seu tratado, de Courtin esboçou algumas diretrizes. Em primeiro lugar, nunca mire em um igual ou em uma pessoa recentemente falecida. Em segundo lugar, tome cuidado para distinguir entre defeitos voluntários e involuntários. “É uma zombaria muito maldosa, de fato, debochar de alguém porque é caolho ou manco, já que não tem culpa disso”, aconselhava de Courtin. Em terceiro lugar, assegure-se de distinguir entre o interior e o exterior da pessoa. “Um homem não vai se ofender se você lhe disser que ele não parece estar com boa aparência, mas vai ficar muito zangado se você lhe disser que não tem muita sagacidade” (:196). E por aí vai. Há espaço para gracejos entre iguais, escreveu de Courtin, mas dentro de limites razoáveis. E não há espaço para isso, evidentemente, nas relações com aqueles de posição social superior “diante de quem se deve demonstrar a própria submissão por meio de comportamentos ensaiados” (:192).

Já faz séculos que a posição social e as relações de poder têm estado profundamente imbricadas com as normas do discurso e da conduta civilizadas – talvez desde o amanhecer da civilização. Em seus volumes magistrais sobre *O Processo Civilizador* (1994), originalmente publicados em 1939, Norbert Elias rastreou a transformação do termo *civilidade* desde suas origens enraizadas em noções de cidadania, atividade política e organização civil até o domínio das boas maneiras e da polidez, ou daquilo que até então era conhecido como *cortesia*. Elias desencavou meticulosamente a profunda interconexão entre a evolução das maneiras e das hierarquias sociais – posição de classe, status social, posicionamento político e distinção cultural.³ Em uma obra complementar, *A genealogy of manners* (Uma genealogia das maneiras), Jorge Ardití (1998) mostra a

² Trata-se de uma reprodução da edição do tratado publicada em 1728 após a morte do autor. A tradução é de minha autoria.

³ Ver, e.g., ELIAS (1994:16-19; 59-63), discutindo a história das maneiras em relação com as distinções de classe.

reconfiguração posterior da noção de civilidade, provocada pelo surgimento da palavra *etiquette* na língua inglesa.

Cada uma destas transformações refletiria e seria modelada por relações sociais em transformação, novos modos de ser, relações de poder cambiantes e novos arranjos organizacionais e institucionais (*op. cit.*:4). Como diz Ardit, referindo-se a Elias, cada mudança marcaria “o surgimento de uma nova ordem de relações sociais, e de uma pessoa transformada[,] uma crescente separação de corpos e psiquismos da qual surgiu, dois séculos mais tarde, o indivíduo ‘civilizado’ moderno” (Id.). E mais: cada uma destas transformações reconstituiria a esfera política. Elas marcariam “a formação de uma nova matriz de práticas sociais que ao mesmo tempo permitem e modelam o surgimento do estado moderno” (Id.).

A. A política da incivilidade

O discurso político é permeado por relações de poder: elas o perpassam de uma ponta a outra e ele simultaneamente as constitui – em um processo constantemente fluido e reiterativo. As relações de poder modelam e são, elas mesmas, afetadas pelo discurso político. Por exemplo, a capacidade de chamar um membro de um movimento social de “terrorista” ou de “alguém que luta pela liberdade” – e se safar ou não – está ligada, de formas complexas, à posição que se ocupa na esfera política. O fato de uma pessoa ser ouvida, aplaudida, ridicularizada, ignorada ou excluída é um reflexo de sua influência política e, ao mesmo tempo, afeta sua posição política. O que se pode dizer, sair ileso e repetir é não apenas uma medida do poder político de quem fala, mas afeta também sua posição em relações sociais complexas e na política.

Justamente por isso, a capacidade de rotular um discurso específico como incivilizado é, ela mesma, uma realização política que reflete uma determinada posição privilegiada. A possibilidade de definir uma determinada fala como incivilizada, de punir um falante, de clamar por, incitar ou exigir um discurso civilizado – e ser bem sucedido – está intimamente ligada ao lugar da pessoa no terreno político. Trata-se também, e inquestionavelmente, de um estratagema político. Aqueles que clamam por mais discurso civilizado – assim como aqueles que não retribuem incivildades na mesma moeda, que se mantêm acima do conflito, que fazem a coisa certa – estão, eles mesmos, recorrendo a uma tática discursiva. Esta tática não é, sob qualquer aspecto, neutra ou apolítica. Pode muito bem ser uma estratégia política mais esperta – mais esperta, creio eu, porque reflete e projeta (reforçando simultaneamente a percepção e, por meio

das percepções, sua realidade) força e poder políticos. Mas não nos iludamos: esta é uma estratégia política.

Desafiar as incivildades e clamar por maior civilidade no discurso político são flechas na aljava das artes políticas. Embora estes atos sejam apresentados como neutros, eles não o são. Representam, em vez disso, uma forma de conquistar a superioridade política. Assim, com frequência resultam em benefícios para aqueles que ocupam as posições políticas de maior força. Muitas vezes, servem aos interesses das vozes políticas mais dominantes ou *mainstream*. O fato é que alguns falantes na esfera pública têm mais facilidade para ser civilizados. Podem já ter uma audiência que está ouvindo, ou uma posição profissional que lhes garante um maior acesso à mídia e ao público mais amplo. Outros, menos bem situados, podem sentir uma necessidade mais urgente de ir a extremos para conseguir atenção. Há ainda aqueles que podem ter raiva por estar nas margens do debate político e recorrer, assim, à retórica incivilizada para se fazer ouvir – acertada ou equivocadamente. Em muitos casos, isto pode lhes ser desfavorável, talvez porque sua posição social já ameace minimizar ou distorcer sua fala. A tendência é que haja agudas diferenças na recepção da expressão linguística baseadas em diferenças de gênero, raciais e étnicas entre aqueles que falam. Alguns falantes, ao que parece, não podem se dar ao luxo de serem incivilizados – mas podem, mesmo assim, escolher fazê-lo, deliberadamente e após muita reflexão.

Tudo isto sugere que há uma política complexa em torno da incivilidade no discurso político – em torno da nomeação e da identificação, do uso e da evitação, da crítica e da defesa do discurso incivilizado. Em outras palavras, existe uma *política da incivilidade*. E, nesta política, é importante pisar com cuidado para não empoderar, inadvertidamente, aqueles que já podem, e com mais facilidade, se dar ao luxo de serem civilizados.

B. A incivilidade da política

O problema do debate sobre o discurso civilizado remonta ao deslizamento no uso do termo *civilidade*. Em seu sentido original, a palavra *civilidade* recobria a “arte do governo civil”, a “ordem em um estado ou região”, a “ausência de anarquia e desordem”, a “cidadania” e o “governo” – colocando de maneira mais simples, recobria a “política”⁴. A civilidade se referia à organização interna de uma *polis* e, neste sentido, a civilidade em si mesma era tão “civilizada” quanto a

⁴ Ver, em *Oxford English Dictionary*, etimologia e definições 1, 2 e 3 de *civilidade*.

política. De forma muito curiosa, a “guerra civil” definia as fronteiras externas da *civilidade*⁵.

Em seu uso atual mais comum, a *civilidade* qualifica a política. Trata-se de um *tipo* de política, um *tipo* de discurso político que não agride, fere ou ofende os demais cidadãos. O uso aqui conota um discurso ou comportamento “apropriado às interações civilizadas; polidez, cortesia, consideração”⁶ (aliás, neste caso, a *civilidade* no discurso político já não se encontra limitada ao governo civilizado. Pode-se falar de um chefe de estado que exige civilidade em suas relações com seus aliados ou mesmo com seus inimigos).

O deslizamento entre as duas conotações de *civilidade* – como política em seu sentido mais amplo versus um tipo de política aceitável – afetou nossa concepção de política em si mesma. Este deslizamento fomentou um entendimento liberal da política como uma arte de governar que é civilizada e benéfica para os cidadãos. Promoveu a ideia de que nos faz bem ser parte de uma comunidade política, principalmente uma comunidade política marcada pela ordem, pela paz doméstica e pela tranquilidade.

Esta concepção de política pode ter feito sentido antigamente, quando nossos ancestrais estavam imaginando nações e sociedades civis e escrevendo sobre o estado selvagem de natureza. Mas ela tem um quê de vazia hoje. Nos Estados Unidos contemporâneos, já nascemos em uma sociedade civil. A questão política que interessa aqui não é *se* a ordem política beneficia a todos em comparação com um estado de natureza. A questão que importa é *como* as estruturas políticas distribuem recursos e bem-estar entre os cidadãos. E, nesta competição política, os resultados não são, em si mesmos, de forma alguma “civilizados” – se com isto, mais uma vez, quisermos dizer que não agridem, ferem ou prejudicam membros da comunidade que compartilhamos.

A política hoje, paradoxalmente, não é uma atividade “civilizada” – ou não é mais, supondo que algum dia tenha sido –, mas um campo agonístico repleto de conflitos, negociações e concessões. Em sua essência, a política favorece uns em detrimento de outros. Não há nenhuma forma viável de manter nosso colossal sistema político – que envolve impostos e transferências, educação e bem-estar social, segurança interna e defesa nacional – sem que isto implique o sacrifício de

⁵ A expressão “guerra civil”, evidentemente, diferencia conflitos domésticos internos a um estado da guerra entre estados. Isto explica porque muitos sulistas se referiam, e ainda hoje se referem, à Guerra Civil Americana como “a guerra entre os estados”.

⁶ Idem, (definição 12.a). Para esta definição, o *Oxford English Dictionary* remete o leitor à edição da *New York Review of Books* de agosto de 1991, onde se lê: “Nixon muitas vezes confundia a civilidade com fraqueza, como se pode ver em suas referências gravadas a seguidores leais como ‘uns maricas’”. *Id.*

uns em benefício de outros. É inteiramente irreal imaginar que a política possa envolver somente aquilo que poderíamos chamar de resultados políticos ótimos *à la* Pareto – resultados que beneficiam um grupo de cidadãos sem prejudicar outros de qualquer maneira. Não está nem mesmo claro se o conceito de ótimo de Pareto funciona no terreno da política, uma vez que é a posição *relativa* da pessoa na sociedade – sua posição social e sua prosperidade relativas – que define o bem-estar político.

Nascemos hoje na *polis*, e a política contemporânea é disputa por status, riqueza, posição social e bem-estar relativos, por oportunidades e recursos, educação, empregos, etc. Trata-se de uma luta travada em meio a complexas relações de poder. Nesta competição, nesta luta, alguns se saem melhor, outros não tão bem. A famosa frase do Presidente John F. Kennedy era nobre: “Não pergunte o que seu país pode fazer por você – pergunte o que você pode fazer por seu país”⁷. Mas ela também revelava aquilo que todos sabemos, isto é, que alguns são mais sacrificados do que outros, e que alguns outros são mais beneficiados do que os demais. Neste processo, as relações de poder são determinantes. A posição social, o status cultural e a envergadura política terão efeitos significativos. Estimular e reforçar estes efeitos, ou, ao contrário, tentar limitá-los, esta é uma escolha política – uma escolha profundamente relacionada com os debates sobre civilidade no discurso político.

Nestes debates, prefiro pessoalmente o caminho civilizado no que diz respeito ao meu próprio discurso político. Mas reconheço plenamente que isto representa uma estratégia política deliberada. Trata-se também, com frequência, de uma forma de autoproteção. Nunca me arrependi de ser civilizado. Dizer a verdade, no meu entendimento, de forma direta e honesta, com o mínimo de malevolência permitido pela natureza humana, é, na minha opinião, o caminho mais sábio. Mas este é, contudo, um caminho privilegiado, e creio que parte deste privilégio requer não dizer aos outros de que forma devem falar. Mas não devo me antecipar; voltemo-nos, primeiramente, para a história norte-americana mais recente.

⁷ Presidente John F. Kennedy, Discurso de Posse, 20 de janeiro de 1961 (transcrição disponível em http://avalon.law.yale.edu/20th_century/kennedy.asp).

II. Uma história norte-americana mais recente

A. Os atentados de Tucson e o Facebook de Sarah Palin

O tema do discurso civilizado na vida política norte-americana vem recebendo uma atenção cada vez maior, em particular desde os tiroteios em massa ocorridos em janeiro de 2011 em Tucson, no Arizona. Este incidente trágico fez seis mortos e quase tirou a vida da deputada Gabrielle Giffords⁸. O tema da civilidade no discurso surgiu, em larga medida, devido a esta imagem em particular – um mapa da página de Sarah Palin no Facebook, de março de 2010, que mostrava vinte miras de revólver dirigidas para os vinte distritos democráticos que o PAC⁹ de Palin planejava atingir:

SARAH PAC WWW.SARAH PAC.COM

20 House Democrats from districts we carried in 2008 voted for the health care bill... IT'S TIME TO TAKE A STAND.

Vic Snyder — AR-2	Earl Pomeroy — ND-AL
Ann Kirkpatrick — AZ-1	Charlie Wilson — OH-6
Harry E. Mitchell — AZ-5	John Bocchieri — OH-16
Gabrielle Giffords — AZ-8	Kathy Dahlkemper — PA-3
John Salazar — CO-3	Christopher Carney — PA-10
Betsy Markey — CO-4	John M. Spratt Jr. — SC-5
Allen Boyd — FL-2	Bart Gordon — TN-6
Suzanne M. Kosmas — FL-24	Tom Perriello — VA-5
Brad Ellsworth — IN-8	Alan B. Mollohan — WV-1
Baron P. Hill — IN-9	Nick J. Rahall II — WV-2

Already retiring at the end of their terms. 17 more to go!

Let's take back the 20, together!
JOIN METODAY

Sarah Palin

No alto: “20 deputados democratas de distritos em que nós vencemos em 2008 votaram a favor da lei da assistência em saúde... É HORA DE TOMAR UMA ATITUDE”.

Embaixo (significado do quadrado vermelho ao lado de alguns nomes): “Já vão se aposentar ao fim de seus mandatos. Faltam 17!”

Embaixo:
“VAMOS RECUPERAR OS 20 JUNTOS!”
“JUNTE-SE A MIM HOJE”

⁸ “The Tucson shooting”, *Time*, disponível em: <http://www.time.com/time/specials/packages/0,28757,2041535,00.html> (último acesso em 07 de abril de 2012).

⁹ (N. do T.) Abreviação de “political action committee”.

Conforme matéria do *Huffington Post*, a retórica de Palin que acompanhava o mapa era “decididamente militante” (MUSKUS, 2011). Palin escreveu em sua página do Facebook: “vamos mirar nestas disputas e em muitas outras. *Esta é apenas a primeira salva em uma luta para eleger pessoas, por toda a nação, que levarão bom senso a Washington. Por favor, vá a sarahpac.com e junte-se a mim nesta luta*” (Id., grifos meus). Muitos se perguntaram se o tom do discurso político contribuiu para os atentados. O *Washington Post* propôs a questão no título de uma matéria de capa, *O Atentado a Gabrielle Giffords em Tucson: ele é resultado do estado do discurso político?* (SOMASHEKHAR, 2011).

Poucas pessoas esclarecidas responderam a esta pergunta de forma afirmativa. Provar causalidade é uma tarefa onerosa, e seria difícil provar que a retórica política causou os tiroteios em massa em Tucson. O Instituto Nacional do Discurso Civilizado (*National Institute for Civil Discourse* – “NICD”), da Universidade do Arizona, uma organização de pesquisa que esteve à frente nos debates, não defende a posição de que o discurso político incivilizado causa violência política ou causou os atentados em Tucson. Ao contrário, o Dr. Brint Milward, diretor do NICD, argumenta que a incivilidade desencoraja as boas pessoas a se envolverem com a política e torna mais difícil conseguir pessoas decentes para governarem¹⁰. Isto está muito longe do argumento de que a incivilidade causa violência política. E com boas razões. O fato é que não há evidências fortes para defender uma relação causal.

Há um volume expressivo de pesquisa no contexto análogo da teoria das janelas quebradas – a teoria de que incivildades como desordens sociais menores (isto é, vadiagem, beber em público, mendicância e prostituição) e desordens físicas menores (tais como lixo, grafite e prédios abandonados), se forem toleradas em uma determinada área, produzem um ambiente com probabilidades maiores de causar crimes sérios¹¹. Estas pesquisas estabelecem, de forma conclusiva, que não há evidências confiáveis da existência de um elo causal (HARCOURT, 2001a; HARCOURT & LUDWIG, 2006; FAGAN & DAVIES, 2000; SAMAHA, 2012). Em contraste, não há sequer pesquisas confiáveis sobre a conexão entre o discurso incivilizado e a violência política. Ao menos, não encontrei nada. Por ora, é razoável partirmos do princípio de que o nível de incivilidade no discurso político, com toda a probabilidade, não causa tumultos políticos.

¹⁰ Brint Milward, Director, National Institute for Civil Discourse, conferência proferida no Arizona Law Review Symposium: Political Discourse, Civility, and Harm (14 de janeiro de 2012).

¹¹ Ver WILSON & KELLING, (1982: 29; 38), argumentando que há uma correlação entre o fracasso da lei em controlar certos tipos de crimes que atentam contra a “qualidade de vida”, tais como vadiagem, beber em público e vandalismo, e o aumento da probabilidade de ocorrência de crimes violentos, tais como assaltos.

B. A polarização entre os partidos republicano e democrático

Ora, no contexto análogo da teoria das janelas quebradas, há evidências que sustentam outra hipótese, a saber, aquela que defende que tanto as desordens menores quanto os crimes sérios podem ter antecedentes em comum. Na pesquisa mais completa, Robert Sampson e Stephen Raudenbush rastreiam este antecedente comum até uma noção a que se referem como “eficácia coletiva” – um tipo de confiança em uma vizinhança¹². Os autores descobriram que tanto as incivildades quanto os crimes na vizinhança tendem a aumentar quando a confiança entre os moradores é menor.

Por analogia, podemos nos perguntar se a incivildade política e a violência política têm condições antecedentes semelhantes – e, se eu tivesse que arriscar uma hipótese, sugeriria a política polarizada. A sugestão seria de que, à medida que as opiniões e posições políticas se tornam mais extremas e polarizadas, o nível de discurso pode se elevar, bem como, possivelmente, a violência política. Esta sugestão é semelhante à hipótese de Cass Sunstein, discutida em *Going to Extremes* (“Indo a Extremos”) e *Republic.com 2.0* (“Republica.com 2.0”), de que, quando as pessoas se veem em grupos que pensam da mesma forma, aproximam-se de posições extremas e de que, à medida em que se tornam mais extremas em suas opiniões políticas, aumenta o risco de desprezo pelos outros e possivelmente da violência (SUNSTEIN, 2009; 2007:10-11). Boa parte deste trabalho é normativo e anedótico – mas ele guarda, de fato, alguma semelhança com a situação análoga de confiança na vizinhança, para a qual existem evidências empíricas.

Há algumas evidências de que a opinião política tem se tornado mais polarizada neste país desde os anos 1970, em particular entre as elites políticas. O professor Richard Pildes, da New York University, reuniu alguns dados relevantes, bem como os professores Toni Massaro e Robin Stryker, da Universidade do Arizona (PILDES, 2011; STRYKER, 2011; MASSARO & STRYKER, 2012). Este aumento da polarização é mais evidente entre os líderes de partidos políticos. De acordo com Pildes, “Os partidos se tornaram destilados mais puros de si mesmos. Estão internamente mais unificados e coerentes, e externamente mais distantes uns dos outros, do que em qualquer época ao longo dos últimos cem

¹² Ver SAMPSON & RAUDENBUSH (1999) – argumentando que, devido a alguns aspectos teóricos comuns, tanto a desordem pública quanto os crimes predatórios são explicados por uma concentração de desvantagens e por uma eficácia coletiva mais baixa; ver também SAMPSON *et al.*, (1997), fornecendo evidências de que a coesão social entre vizinhos, combinada com sua disposição para intervir em defesa do bem comum, atua como “um forte fator de previsão de índices mais baixos de violência”.

anos” (PILDES, 2011: 277). Massaro e Stryker, de forma semelhante, apontam que “a polarização de hoje entre as elites dos partidos é muito maior do que há 40 anos, com os anos 1970 se destacando como uma das eras mais *bipartidárias* da história norte-americana” (MASSARO & STRYKER, 2009:412)¹³. Há abundantes evidências empíricas para sustentar esta afirmação: “Em 1976, os moderados constituíam 30% da Câmara; em 2002, este percentual havia encolhido para 8%. Do mesmo modo, em 1970, os moderados constituíam 41% do Senado; hoje, este percentual é de 5%” (PILDES, 2011:277, citando ABRAMOWITZ, 2010; 2009). Pildes acrescenta ainda que “ao longo deste mesmo período os ‘conservadores radicais’ passaram de 17% dos deputados republicanos para 67%, enquanto os ‘liberais radicais’ passaram de 35% dos deputados democratas para mais de 50%.” (Id.: 277, citando ABRAMOVITZ, 2010:142).

Há alguma controvérsia quanto a se este fenômeno de elite afetou a polarização no público em geral. Pildes reúne evidências que apontam nesta direção, observando que “há um estudo que conclui que apenas 13% dos eleitores na eleição presidencial de 2004 eram ‘*swing voters*’¹⁴, em comparação com uma média de 23% nas eleições presidenciais do período de 1972-2004” (Id.:277)¹⁵. Pildes acrescenta ainda que “o voto *split-ticket*”¹⁶ caiu acentuadamente: há um número maior de eleitores que expressam preferências políticas partidárias consistentes, votando em candidatos do mesmo partido em todas as disputas eleitorais, seja para a Câmara, o Senado ou a presidência” (PILDES, 2011:278, citando BARTELS, 2000 e HETHERINGTON, 2001). Massaro e Stryker advertem, contudo, que embora a pesquisa aponte para o fato de que “a polarização de massa *relativa à identificação com partidos políticos* tenha aumentado desde o início dos anos 1970”, isto não quer dizer, necessariamente, que “a nação esteja tomada por ‘guerras de cultura’ sociais mais gerais”¹⁷. Não está claro

¹³ Com base essencialmente em HETHERINGTON (2009) e LAYMAN *et al.*, (2006).

¹⁴ (N. do T.) Expressão utilizada no contexto da política norte-americana para se referir ao eleitor não fidelizado, ou seja, cuja fidelidade partidária não é automática, podendo oscilar entre os republicanos e os democratas.

¹⁵ Citando *The swing voter in American Politics 138* (William G. Mayer ed., 2008).

¹⁶ (N. do T.) O voto “split-ticket” é o voto em candidatos de diferentes partidos para cargos distintos em um mesmo voto.

¹⁷ MASSARO & STRYKER (2012: 412-413). Os autores observam que “Entre 1972 e 2002, no eleitorado americano havia *convergência* de opiniões por idade, educação, raça, religião e região, sugerindo que, no mínimo, a imagem de guerras de cultura é exagerada.” *Id.*:413; ver também Fischer & Mattson (2009), revendo “as alegações de que entre 1970 e 2005 a sociedade norte-americana se fragmentou ao longo de eixos referentes à política cultural, classe social, imigração, raça ou estilo de vida” e encontrando “poucas evidências de um aumento da fragmentação dos Estados Unidos em torno de eixos de raça, etnicidade ou status de imigração”.

em que medida a polarização entre as elites políticas infiltrou-se na imaginação pública. Há algumas evidências anedóticas, contudo, que sugerem que isto pode ter acontecido.

C. Evidências Anedóticas do Tea Party e do Movimento Occupy

De um ponto de vista anedótico, parece, efetivamente, que o Tea Party e o Movimento Occupy Wall Street refletem uma maior polarização da política norte-americana. Estes movimentos representam dois novos extremos no espectro político – e parecem ter esticado este espectro. De forma muito interessante e reveladora, sua linguagem tende a ser, por vezes, incivilizada. Os pronunciamentos do Tea Party tendem a se referir a guerras e inimigos – a revolução, o combate e a luta armada. Um bom exemplo é a *newsletter* típica de um *website* do Tea Party, TeaParty.org. Observemos o texto pingando sangue, o modo como “Amerika” está soletrado, o martelo e a foice. Observemos a referência direta a “fundos de guerra”. Estas são, todas elas, referências diretas à Revolução Americana, à Guerra Fria e à necessidade de uma guerra revolucionária ou civil violenta – a antítese exata do discurso civilizado:

The image shows a newsletter header for TeaParty.org. The main title is "Regulating U.S. into Economic Destruction". Below the title, there is a graphic with the word "Amerika" in a stylized font, a hammer and sickle symbol, and a portion of the American flag. The text "The Rise Of Obamaism" and "BIG GOVERNMENT - LITTLE PEOPLE" is also present. A quote from Steve Eichler is included, along with a "Donate" button and logos for Visa, MasterCard, and American Express. The footer says "ONE TIME DONATION".

Ao lado da bandeira: O Fim do Obamaísmo
UM GRANDE GOVERNO – UM POVO PEQUENO
Regulamentando os Estados Unidos rumo à Destruição Econômica
“Será que a cobiça insaciável do governo pelo controle do meio-ambiente, do sistema monetário, da economia e da sociedade vai esmagar os direitos individuais, forçando assim os Patriotas a aderir ao Coletivo Obama?” Steve Eichler – TeaParty.Org
De acordo com a lei, o Executivo tem que registrar anualmente o número de novas ações regulatórias planejadas para o ano seguinte. A atual agenda regulatória do Governo tem 4.257 novas ações regulatórias. Ao menos 219 terão um impacto econômico de 100 milhões de dólares ou mais. Isto significa um aumento de quase 15% em relação ao ano passado, quando havia 191.
Os americanos já ouviram o Governo afirmar que algumas destas novas regulamentações economicamente relevantes terão um impacto econômico de dezenas de bilhões de dólares.
É HORA DE FORMAR O “FUNDO DE GUERRA” DO TEA PARTY
O TEA PARTY PRECISA PARAR O REGIME OBAMA!

Mais abaixo na página, o Tea Party afirma: “Em tempos de paz, prepare-se para a guerra!” A iconografia também é inteiramente revolucionária:

IN TIMES OF PEACE, PREPARE FOR WAR!

 FORWARD TO A FRIEND

TIME TO BUILD THE RANKS!

It Is Now Time To Help America

 **2911 Plan**

Your .99 cents will power the Tea Party making it possible for teams to travel to Washington, meet with high-power decision makers and do that job that millions of Tea Partiers can't do. .99 cents per day!

America Needs The 29.11 program now!

JOIN

Don't Just Sit There - Get Involved!

 RSS feed - Receive Tea Party updates through your favorite RSS reader (View RSS)

 Email updates - Receive Tea Party news and alerts by email (Sign up)

 **TEA PARTY MUST UNITE & MOBILIZE**
www.UniTEAMobile.com

EM TEMPOS DE PAZ, PREPARE-SE PARA A GUERRA!
É HORA DE ORGANIZAR AS TROPAS!
AGORA É HORA DE AJUDAR A AMÉRICA
Os seus 99 centavos vão fortalecer o Tea Party, permitindo que equipes viajem para Washington, se encontrem com os poderosos que tomam as decisões e façam o trabalho que milhões de adeptos do Tea Party não podem fazer... 99 centavos por dia!
A AMÉRICA PRECISA DO PROGRAMA 29.11
AGORA!
NÃO FIQUE PARADO AÍ – ENVOLVA-SE!
O TEA PARTY PRECISA UNIR & MOBILIZAR

Na outra ponta do espectro político, o movimento Occupy Wall Street defende expressamente a não violência (e tem sido, majoritariamente, não violento – HARCOURT, 2012), mas os manifestantes com frequência portam cartazes que poderiam facilmente ser interpretados como incivilizados – ou, ao menos, que contêm um bocado de linguagem que teria que ser editada nos jornais. (Quando tentei publicar estas fotos junto com um editorial no *The New York Times*, a resposta foi simplesmente “nem pensar”.) Estes são os dizeres de alguns cartazes:



Foto: Mia Ruyter¹⁸

Observemos um aspecto que caracteriza muitos destes cartazes do Occupy: o uso do humor. Ao contrário de outros movimentos sociais contemporâneos, os manifestantes do Occupy muitas vezes acrescentam tiradas bem humoradas a suas intervenções – embora a retórica permaneça impúblicável. Este cartaz reflete bem isso:



Foto: Mia Ruyter

¹⁸ (N. do T.) Primeira foto, cartaz de cima: “Eu não preciso de sexo. O governo já fode comigo todos os dias.” Primeira foto, cartaz de baixo: “Seu governo à venda (vendido)”. Segunda foto: “Morda a mão que te dá merda.”

D. A política presidencial e o episódio “Santorum” no Google

O Tea Party e o movimento Occupy não são, contudo, de forma alguma os únicos que, de vez em quando, são “incivilizados” (ao menos de acordo com algumas definições). O candidato republicano à presidência Rick Santorum foi muitas vezes acusado de incivilizado. Em um dado momento, durante debates políticos tensos, o então senador Santorum comparou Tom Daschle, o então líder democrata no Senado, a um “cachorro hidrófobo” (LEIBOVICH, 2012:A14). Santorum também “fez parte de um grupo de senadores republicanos que, em 2002, convocou uma conferência de imprensa exibindo uma matilha de sabujos para ‘farejar’ qualquer legislação que a maioria democrata tivesse produzido” (Id.). A sua retórica muitas vezes se voltou contra ele. Conforme relata o *New York Times*:

O falecido senador Robert C. Byrd, democrata de West Virginia e um dos mais ardentes tradicionalistas no Senado, ficava pasmo com o Sr. Santorum. Depois que [o senador Santorum] acusou o Sr. Clinton de dizer “inverdades descaradas”, o Sr. Byrd proferiu um discurso virulento no qual ridicularizava a “insolência” e a “linguagem rude” de seu colega e sugeria que o Sr. Santorum talvez fosse mais adequado para “uma cervejaria ou taberna”. Ele lamentou que tivesse vivido o suficiente “para ver pigmeus avançando a passos largos como se fossem colossos” na câmara augusta.

As atitudes bizarras do Sr. Santorum no debate sobre o orçamento inspiraram o senador Bob Kerrey, democrata de Nebraska, a fazer uma observação, algo famosa, de que ‘santorum’ era, na verdade, uma palavra latina para uma vulgaridade anatômica. O Sr. Santorum protestou e o Sr. Kerrey esclareceu sua observação.

“Eu disse que, na verdade, ‘santorum’ talvez não fosse a palavra certa em latim”, explicou o Sr. Kerrey em uma entrevista. “Mas ele estava se comportando como aquela palavra” (LEIBOVICH, 2012: A14).

Conforme o professor Kenji Yoshino sugere, a incivilidade é muitas vezes um jogo olho por olho – ou, ao menos, é muitas vezes justificado como uma reação legítima à incivilidade inicial do outro (YOSHINO, 2012). Mais uma vez, Rick Santorum é um bom exemplo aqui – um grande pugilista no que se refere ao discurso político. Santorum bate um bocado, mas também apanha muito. É famosa sua comparação do casamento entre pessoas do mesmo sexo com a poligamia, dizendo recentemente a um grupo de Republicanos

Universitários¹⁹ em Concord, New Hampshire: “então qualquer um pode se casar com qualquer um? Então qualquer um pode se casar com várias pessoas?” (LEIBOVICH, 2012: A14).

Como revide a alguns de seus comentários mais grotescos, se jogarmos no Google a palavra “Santorum”, uma das primeiras coisas que surge (e que, durante vários meses em 2011, era a primeira entrada) é uma definição inventada da palavra “Santorum”, cortesia do ativista dos direitos LGBT Dan Savage. Se você clicar neste site sugerido pelo Google, surgirá isto na sua tela²⁰:



Dan Savage descobriu uma maneira de garantir que o seu website fosse sempre um dos primeiros a aparecer em uma busca no Google pelo nome do ex-senador. Rick Santorum protestou veementemente e pediu ao Google, em setembro de 2011, para retirar a definição e alterar o resultado da busca. Mas o Google respondeu que “não remove conteúdo dos nossos resultados de busca, a não ser em casos muito específicos, tais como conteúdos ilegais e violações das nossas diretrizes gerais” (BURNS, 2011).

E. A falta de qualquer evidência empírica sólida de danos

Estas evidências anedóticas, evidentemente, não nos dizem nada sobre a conexão entre uma possível polarização e incivildade, ou, ainda, entre polarização e violência política. Em relação à primeira, a conexão ainda é tênue. Há evidências, conforme sugerem os professores Massaro e Stryker, de que “durante o período

¹⁹ (N. do T.) Em inglês, *College Republicans*, organização de estudantes universitários que apoiam o Partido Republicano.

²⁰ (N. do T.) “A mistura espumosa de lubrificante e matéria fecal que é às vezes o subproduto de sexo anal.”

em que a polarização aumentou, o discurso incivilizado no plenário da Câmara dos Deputados aumentou da mesma maneira”; e isto é igualmente verdadeiro no caso do Senado (MASSARO & STRYKER, 2012:413). Mas a correlação ainda não foi explicada, deixando-nos com poucas informações quanto a “se a polarização produz incivilidade, a incivilidade produz polarização ou – como parece ser o mais provável – há uma relação recíproca entre as duas” (Id.). No que diz respeito à conexão com a violência política, há menos ainda o que dizer. Encontrei um estudo que nos oferece algumas evidências empíricas para embasar a afirmação de que a polarização política tem associação com riscos mais altos de violência ou com distúrbios políticos sérios (ESTEBAN & SCHENIDER, 2008). Entretanto, a pesquisa não é específica para os Estados Unidos, e é mais voltada para conflitos entre estados e guerras civis.

Os professores Massaro e Stryker abordam o problema correlato da fragmentação política, da balcanização e das câmaras de eco²¹, que também podem exacerbar a polarização, a incivilidade e talvez a violência política. Embora os autores encontrem evidências de que “as pessoas talvez se sintam mais motivadas a buscar informações que *confirmem* suas opiniões do que informações que as desafiem” (MASSARO & STRYKER, 2012:419), e embora expressem sua preocupação de que estes efeitos da balcanização e das câmaras de eco possam ter efeitos negativos (inclusive consequências nefastas para a participação política e o envolvimento democrático), afirmam claramente que a combinação dos estudos, na melhor das hipóteses, deixa a questão em aberto.²² No final, somos, mais uma vez, deixados com poucos dados empíricos sólidos com base nos quais prosseguir.

²¹ (N. do T.) No original, *echo-chamber*. O autor se refere a uma instância capaz de amplificar demandas, argumentando que estas “caixas de ressonância” podem aumentar o grau de polarização.

²² Massaro e Stryker reuniram diversos estudos que sustentam e questionam as hipóteses da fragmentação e das câmaras de eco, (2012:413-419. Na primeira categoria, ver especialmente WARNER (2010), criando um estudo transversal de uma amostra aleatória de participantes em grupos de discussão on-line neonazistas que mostrava que aqueles que declaravam visitar o site com maior frequência também demonstravam maior apoio à violência racial e a Hitler, sem variações quanto a gênero, educação, idade, renda, exposição à mídia e participação on-line mais geral); na segunda categoria, ver especialmente HARRIGAN *et al.* (2004), encontrando uma significativa heterogeneidade de opinião entre grupos de discussão organizados em torno de temas políticos. Os autores também nos remetem a estudos inconclusivos em relação a estas hipóteses. Ver GARRETT, 2009, (constatando que as pessoas tendem a escolher artigos que reforçam seus pontos de vista, mas também escolhem alguns artigos que os desafiam; se começam a ler algo e percebem que o texto questiona suas visões, só raramente param de ler por esta razão); KOBAYASHI & IKEDA, 2009 (descobertas semelhantes).

F. Verdadeiras ameaças e a coalizão americana de ativistas pela vida

Nesta discussão, é importante explicitar uma categoria particular do discurso político que vai além da incivilidade tradicional e inclui ameaças diretas e reais a pessoas específicas, e que carrega a possibilidade de causar violência física, danos e ferimentos pessoais. Aqui, a relação causal é direta e, como resultado, há conjuntos de orientações jurisprudenciais distintos para lidar com estes casos. Há legislações penais que proíbem ameaças intencionais de danos físicos a pessoas quando há uma probabilidade real de dano²³, e há também exceções categóricas à proteção da liberdade de expressão da Primeira Emenda quando se trata de verdadeiras ameaças ou palavras belicosas. A análise constitucional tende a recorrer à doutrina das “verdadeiras ameaças” de *Brandenburg v. Ohio*²⁴, e a Suprema Corte demarcou o escopo das ameaças protegidas em vários outros casos, em particular *Watts v. United States*²⁵ e *NAACP v. Claiborne Hardware Co.*²⁶.

Um exemplo de verdadeiras ameaças envolve a mira de médicos que praticam o aborto e o processo aberto em 26 de outubro de 1995 por quatro médicos e duas clínicas contra a Coalizão Americana de Ativistas Pela Vida

²³ Ver, e.g., 18 U.S.C. §§ 115, 248, 844, 871, 875, 876 (2012).

²⁴ 395 U.S. 444 (1969) (per curiam). Em *Brandenburg*, a Suprema Corte estabeleceu o teste usado para determinar a constitucionalidade de uma lei que criminaliza a incitação à violência. Id.:447-448. O caso *Brandenburg* envolveu um líder da Ku Klux Klan que fez um discurso defendendo a violência contra negros, judeus e aqueles que os apoiam para um grupo de homens armados e encapuzados. Id.: 444-447. Ele foi condenado com base em uma lei de Ohio que criminalizava a defesa da violência como meio de conseguir reformas políticas. Id.: 444-445. A Suprema Corte anulou a condenação e a lei de Ohio, afirmando que “as garantias constitucionais de liberdade de expressão e liberdade de imprensa não permitem que um estado proíba ou proscreeva a defesa do uso da força ou da violação da lei a não ser quando esta defesa estiver dirigida para a incitação ou produção de ação ilegal iminente e tiver probabilidade de incitar ou produzir tal ação” Id.: 447.

²⁵ 394 U.S. 705 (1969) (per curiam). Em *Watts*, a Suprema Corte decidiu que as hipérboles devem ser distinguidas das verdadeiras ameaças, anulando a condenação de um rapaz de 18 anos que havia “ameaçado” o presidente dizendo: “Estão sempre gritando com a gente para estudar e se formar. E agora eu já recebi minha convocação para o serviço militar como 1-A e tenho que me apresentar para o exame médico na próxima segunda-feira. Eu não vou. Se eles algum dia me fizerem carregar um rifle o primeiro homem que eu quero encontrar é L.B.J.” (Id.: 706). A Corte sugeriu alguns fatores que deveriam ser levados em conta ao se determinar se uma afirmação é uma verdadeira ameaça, incluindo: (1) se o discurso constitui ou não uma hipérbole política; (2) o contexto geral no qual a afirmação é feita; (3) a reação dos ouvintes; e (4) se a afirmação era ou não condicional, especialmente se estava condicionada a um acontecimento de improvável ocorrência. (Id.: 706-708).

²⁶ 458 U.S. 886 (1982). *Claiborne Hardware* envolveu um grupo de cidadãos negros que organizaram um boicote contra comerciantes brancos (Id.: 888). Um grupo de homens conhecido como “Chapéus Negros” registrou todos os negros que entravam nas lojas (Id.: 903). Estes nomes foram então lidos em voz alta em reuniões e publicados em um jornal (Id.: 904). Cerca de dez atos violentos foram cometidos contra os que violaram o boicote (Id.: 905). Uma das questões levantadas pela Corte era se um homem que fizera um discurso em uma reunião, ameaçando quebrar o pescoço de qualquer um que violasse o boicote, havia feito uma ameaça criminoso (Id.: 902, 906). A Corte respondeu unanimemente que não, classificando o discurso como um tipo de hipérbole política protegida por *Watts* (Id.: 911).

(*American Coalition of Life Activists* – “ACLA”)²⁷. Nestes casos, os médicos alegaram que a ACLA havia deslanchado uma campanha de terror e intimidação ao visá-los com ameaças específicas – incluindo um cartaz com uma “Lista dos Doze Mais Perigosos” (Id:1362). A “Lista dos Doze Mais Perigosos” era parte de uma série de cartazes de “procurado” que identificava 13 médicos nominalmente, incluía alguns de seus endereços residenciais, declarava-os culpados de crimes contra a humanidade e oferecia US\$ 5.000 por informações que pudessem levar à sua prisão, condenação e revogação da licença para praticar medicina (Id.). Os médicos também alegaram que a ACLA mantinha um conjunto de “Arquivos Nuremberg” – uma combinação de arquivos em papel com um website que continha fotos, endereços e outras informações sobre médicos que praticavam o aborto²⁸. Diversos médicos identificados nos Arquivos Nuremberg foram assassinados ou vitimizados de outras maneiras, e o website riscava seus nomes ou os colocava em cinza se fossem assassinados ou feridos, respectivamente (Id.).

Após anos de apelações, o Nono Circuito decidiu *en banc* que as ações da ACLA constituíam “verdadeiras ameaças de força”, no sentido definido pelo Ato de Liberdade de Acesso às Entradas das Clínicas (*Freedom of Access to Clinics Entrances Act* – “FACE”) (18 U.S.C. § 248) e, portanto, não estavam protegidas pela liberdade de expressão definida pela Primeira Emenda. O Nono Circuito defendeu que:

“ameaça de força” significa, no FACE, aquilo que a nossa lei estabelecida de ameaças diz ser uma verdadeira ameaça: uma declaração que, à luz do contexto e sob todas as circunstâncias, uma pessoa razoável anteciparia que seria interpretada por aqueles a quem a declaração fosse feita como uma séria expressão da intenção de infligir danos corporais àquela pessoa. Nesta definição, uma declaração ameaçadora que viole o FACE não está protegida pela Primeira Emenda. (Id.: 1077).

Ao fazer isto, a Corte destacou *Brandenburg, Watts e Claiborne* apontando o fato de que a ACLA havia individualizado sua mensagem:

Os cartazes de “CULPADO” foram publicamente

²⁷ *Planned Parenthood of the Columbia/Willamette, Inc. v. Am. Coal. of Life Activists*, 945 F. Supp. 1355 (D. Or. 1996), *vacated*, 244 F.3d 1007 (9th Cir. 2001), *aff'd in part, vacated in part*, 290 F.3d 1058 (9th Cir. 2002) (en banc).

²⁸ *Planned Parenthood of the Columbia/Willamette, Inc. v. Am. Coal. of Life Activists*, 290 F.3d 1058, 1065 (9th Cir. 2002) (en banc).

distribuídos, porém com alvos personalizados. Embora uma ameaça comunicada privadamente tenha, em geral, maior probabilidade de ser levada a sério do que uma ameaça pública difusa, isto não pode ser dito a respeito de uma ameaça feita publicamente, porém relativa a um médico especificamente identificado e feita no mesmo formato que havia previamente resultado na morte de três médicos, que também haviam sido pública mas especificamente visados. Não houve qualquer ameaça individualizada em *Brandenburg*, *Watts* ou *Claiborne*. Entretanto, ninguém que tenha colocado Crist, Hern ou os Newhalls em um cartaz do tipo “procurado”, ou participado da escolha destes médicos em particular para um cartaz desse tipo, ou que o tenha publicado, poderia acreditar que eles não ficariam seriamente preocupados com a possibilidade de ser o próximo da lista a ser assassinado com um tiro. E eles ficaram seriamente preocupados (Id: 1086).

Apesar desta decisão judicial, é interessante notar que um website sucessor dos Arquivos Nuremberg existe ainda hoje e contém informações idênticas²⁹. Esta é a página no site³⁰:

²⁹ *Alleged Abortionists and Their Accomplices*, CHRISTIAN GALLERY, <http://www.christiangallery.com/atrocity/aborts.html> (último acesso em 10 de março de 2012).

³⁰ (N. do T.) O título do quadro é “Supostos Abortistas e seus Cúmplices”. O trecho em vermelho está citado no corpo do texto logo a seguir. Em azul, lê-se “Tiller the Killer Aborted”. Trata-se de um trocadilho com o nome do médico que está no último quadrado. Há um duplo jogo de palavras aí: entre “Tiller” e “killer” (“assassino”; “Tiller, o assassino”) e entre “abortist” e “aborted” (“abortista” e “abortado”, no sentido de “abortar missão”, como se este médico tivesse sido poupado pela decisão judicial do Nono Distrito). Cada campo do quadro traz o nome de um ou mais médicos, seguido do dia e do lugar em que sofreram o atentado, de sua condição como vítima (morto ou ferido) e do nome do agressor (referido no quadro como “terrorista”), este último acompanhado por sua situação atual (“cumprindo prisão perpétua”, etc.). A título de exemplo, seguem as traduções dos dois primeiros campos: “Donald L. Catron/Claudia Gilmore. Baleados em 28/12/1991 no Central Health Care for Women, em Springfield, Missouri. Vítima: feridos. Terrorista: solto, planejando o próximo assassinato?”; “Dr. David Gunn. Baleado em 10/3/1993 em uma clínica em Pensacola, na Flórida. Vítima: assassinado. Terrorista: Michael Griffin, cumprindo prisão perpétua”.

ALLEGED ABORTIONISTS AND THEIR ACCOMPLICES

Tiller the Killer Aborted!

Due To The Recent Ninth Circuit Court of Appeals Decision We Have Reverted To A Version Of The Nuremberg Files Published Without The Strike Through Lines Defined By A Hysterical Ninth Circuit Court of Appeals As A "True Threat". (Most weirdly, the Ninth Circuit found that it was only the use of the strike through graphical device on the names of dead abortionists that somehow made the Nuremberg Files a "true threat". I temporarily removed that graphic device to conform to the cloud cocoon land decrees of the Ninth Circuit.)

Since we were forced to remove the names of the abortionists who were killed or wounded, we have found another list that contains precisely the same information that we had published with the exception that this list uses no graphic devices such as strike through lines, etc. [The form and most of the content of the list that follows was obtained from a pro-abortion web site.](#)

Aborted and Nearly Aborted Abortionists			
<p>Donald L. Catron Claudia Gilmore Shot 12/28/91 at Central Health Center for Women in Springfield, Missouri Victims: Wounded Terrorist: At large, planning next murder?</p>	<p>Dr. David Gunn Shot 3/10/93 at clinic in Pensacola, Florida Victim: Murdered Terrorist: Michael Griffin, serving life sentence</p>	<p>Dr. George Tiller Shot 8/19/93 at clinic in Wichita, Kansas Victim: Wounded Terrorist: Rachelle "Shelley" Shannon sentenced to 11 years in prison, planning next murder?</p>	<p>Dr. Wayne Patterson Shot in Mobile, Alabama Victim: Murdered Terrorist: At large, planning next murder?</p>
<p>Dr. John Britton James Barrett June Barrett Shot 7/29/94 outside clinic in Pensacola, Florida Victims: Murdered (John and James) and wounded (June) Terrorist: Former minister Paul Hill, facing death sentence</p>	<p>Dr. Garson Romalis Shot 11/8/94 at home in Vancouver, British Columbia Victim: Wounded Terrorist: At large, planning next murder?</p>	<p>Shannon Lowmyr Leanne Nichols Shot 12/30/94 at clinics in Brookline, Massachusetts Victims: Murdered Terrorist: John Salvi, prison suicide following life sentence</p>	<p>Anjama Agrawal Antonio Hernandez Brian Murray Jane Sauer Richard J. Seron Shot 12/94 at clinics in Brookline, Massachusetts Victims: Wounded Terrorist: John Salvi, prison suicide following life sentence</p>
<p>Dr. Hugh Short Shot 11/10/95 at home in Ancaster, Ontario Victim: Wounded Terrorist: At large, planning next murder?</p>	<p>Dr. Calvin Jackson Stabbed 12/96 outside the Orleans Women's Clinic in New Orleans, Louisiana Victim: Wounded Terrorist:</p>	<p>Unidentified Victims 4-7 victims of 2 bombs 11/6/97 outside the Northside Family Planning Services clinic near Atlanta, Georgia Victims: Wounded Terrorist: At large; \$1 million reward for Eric Rudolph; planning next murder?</p>	<p>Unidentified Doctor Shot 10/28/97 at home in Perinton, New York Victim: Wounded Terrorist: At large, planning next murder?</p>
<p>Dr. Jack Falman Shot 11/11/97 at home in Winnipeg, Manitoba Victim: Wounded Terrorist: At large, planning next murder?</p>	<p>Officer Robert Sanderson Bombed 1/29/98 outside New Woman, All Women Health Care Clinic in Birmingham, Alabama Victim: Murdered Terrorist: At large; \$1 million reward for Eric Rudolph; planning next murder?</p>	<p>Emily Lyons Bombed 1/29/98 outside New Woman, All Women Health Care Clinic in Birmingham, Alabama Victim: Wounded Terrorist: At large; \$1 million reward for Eric Rudolph; planning next murder?</p>	<p>Dr. Barnett Stepan Shot 10/23/98 at home in Amherst, New York Victim: Murdered Terrorist: At large, planning next murder?</p>
<p>Paul Wellstone Senator from Minnesota, Died in Plane Crash With Wife and Daughter on October 25, 2002 Terrorist: No Evidence of Terrorism At Present</p>	<p>George Tiller</p>		

Ele há uma nota interessante na página:

Devido À Recente Decisão Do Tribunal de Recursos Do Nono Circuito Retornamos A Uma Versão Dos Arquivos Nuremberg Publicada Sem O Apagamento Por Meio De Riscos Definido Por Um Tribunal de Recursos Histórico Do Nono Circuito Como Uma "Verdadeira Ameaça". (Da forma mais estranha, o Nono Circuito decidiu que era apenas o uso dos riscos por meio de recursos gráficos sobre o nome dos abortistas mortos que de alguma forma transformou os Arquivos Nuremberg em uma "verdadeira ameaça". Removi temporariamente os recursos gráficos para me adaptar aos decretos do mundo de faz de conta do Nono Circuito.)

Já que fomos forçados a remover os nomes dos abortistas que foram mortos ou feridos, descobrimos uma outra lista que contém exatamente as mesmas informações que havíamos publicado, com a exceção de que esta lista não utiliza qualquer recurso gráfico tais como riscos, etc. *A forma e a maior parte do conteúdo da lista abaixo foi obtido em um site pró-aborto (Id).*

Apesar da continuidade da existência deste website, e da querela legal quanto à disponibilização da informação, este é exatamente o tipo de discurso

político que vai além da incivildade e constitui uma ameaça direta de danos reais a indivíduos. Este tipo de discurso, evidentemente, está fora do escopo dos debates sobre a civilidade na política e deveria ser legalmente proibido.

Naturalmente, isto levanta questões relativas a como traçar essas fronteiras, tais como se o mapa de alvos de Sarah Palin em sua página do Facebook constitui verdadeiras ameaças ou se a retórica de grupos mais revolucionários neste país representa uma verdadeira ameaça de violência.³¹ É extremamente improvável que fossem considerados desta forma de acordo com a atual doutrina da Primeira Emenda.³² Entretanto, traçar limites e definir termos pode ser também um exercício político. É importante definir estritamente a categoria de verdadeiras ameaças, mas também é importante não permitir um tipo de discurso cuja conexão causal com a violência política possa ser estabelecida através de procedimentos judiciais.

III. A política da incivildade

É curioso, embora não inteiramente surpreendente, que muitos destes exemplos de discurso pretensamente incivilizado estejam associados a posições menos *mainstream* (como no caso do Tea Party ou do movimento Occupy Wall Street) ou com os partidos políticos, ativistas e políticos mais estridentes ou extremistas (tais como Sarah Palin, Rick Santorum, Dan Savage ou o Partido Comunista Revolucionário). Digo “não inteiramente surpreendente” porque, quando se tem

³¹ Por exemplo, o Partido Comunista Revolucionário defende que: “Para que este novo estado socialista venha a existir, seria necessário derrotar, dismantelar e abolir integralmente o estado capitalista-imperialista dos Estados Unidos da América; e isto, por sua vez, só se tornaria possível com o desenvolvimento de uma crise profunda e aguda na sociedade e com o surgimento de um povo revolucionário, aos milhões, que tenha a liderança de uma vanguarda comunista revolucionária e esteja consciente da necessidade de mudança revolucionária e determinado a lutar por isso. Trabalhar por este objetivo – acelerar enquanto aguardamos a emergência destas condições necessárias, mantendo claramente em mente o objetivo da revolução e, ao final, do comunismo – é a orientação estratégica do Partido Comunista Revolucionário dos Estados Unidos da América”. Constitution for the New Socialist Republic in North America (Draft Proposal), p. i (2010). Disponível em <http://revcom.us/socialistconstitution/SocialistConstitution-en.pdf>.

³² Para um civil, é certamente legal pregar a revolução. Hoje, o teste utilizado para avaliar a legalidade de clamar por uma revolução seria o teste *Brandenburg*: (1) defender a violência; (2) que seja voltado para a incitação de violência iminente; e (3) que tenha probabilidade de incitar violência iminente. *Brandenburg v. Ohio*, 395 U.S. 444, 447 (1969) (per curiam). Em *Yates v. United States*, 354 U.S. 298, 300–01 (1957), anulado por *Burks v. United States*, 437 U.S. 1 (1978), um grupo de comunistas da Califórnia foi preso por violar o *Smith Act*, que criminalizava a defesa da derrubada do governo norte-americano. A Suprema Corte decidiu que os comunistas não podiam ser condenados com base no *Smith Act*, a não ser que tomassem uma atitude aberta voltada para o cometimento de um ato ilegal (além da defesa). *Yates*, 354 U.S. at 329-330. Neste caso, a Corte estava se distanciando da era McCarthy e de *Dennis v. United States*, 341 U.S. 494, 508-510 (1951), no qual a Corte decidiu que a gravidade do mal de se pregar a revolução comunista se sobrepunha às preocupações da Primeira Emenda. Dito isto, pode-se argumentar que o medo em torno do terrorismo e algumas decisões da Corte referentes ao *Patriot Act* fazem com que estejamos escorregando de volta para a era de Dennis e dos *Alien and Seditio Act*s. Ver Holder v. Humanitarian Law Project, 130 S. Ct. 2705 (2010); LIPTAK, 2010: A1.

muito poder ou influência política, em geral não é necessário ser incivilizado. É quase como se ser incivilizado guardasse alguma correlação com estar meio que fora do *mainstream*.

A verdade é que Dan Savage provavelmente não tem a mesma capacidade de atrair a atenção da mídia, a não ser por seu discurso radical, que políticos ou comentaristas mais estabelecidos. Da mesma forma, foi o discurso radical de Rick Santorum e Sarah Palin que, em parte, os transformou em estrelas da mídia. Conforme sugere Stephen Carter em seu livro *Civility* (“Civildade”), parte do problema tem relação com a estrutura do mercado, especialmente o jornalismo e seu foco no discurso radical (CARTER, 1998). A mídia tende a nivelar por baixo, o que produz uma corrida em direção ao fundo. O que atrai a atenção no ciclo das notícias e nos *talk shows* tende a ser aquilo que é radical e incivilizado (CARTER, 1998:129). Mas, em última instância, o problema não pode ser dissociado dos temas mais abrangentes do status e do poder. O que significaria, exatamente, em termos de acesso ao debate público, ao tempo no ar e à influência política, exigir que Savage se contivesse? Deixando de lado, por um instante, a pergunta quanto a quem começou – aquilo a que o professor Yoshino se refere como o problema “olho por olho” (YOSHINO, 2012:472) –, a questão da civildade está inextricavelmente relacionada ao tema do poder político.

A. Privilégios e a definição de incivilidade

A própria definição de incivilidade – quem pode defini-la e como ela é definida – está, ela mesma, intimamente relacionada com o poder. Nos dias de hoje, de forma muito semelhante ao século XVIII, aquilo que é considerado como um discurso civilizado tem uma carga política. O termo é, em si mesmo, notavelmente flexível – o que é inevitável – e moldado por forças políticas. Em geral, achamos que sabemos qual é a essência desta categoria, até olharmos mais de perto.

No contexto análogo da teoria das janelas quebradas, vimos que a definição do que é incivilidade é um exercício político. Entre os exemplos típicos de desordens, estão a prostituição e a vadiagem. A forma como se tornaram sinônimos de desordem, contudo, é um reflexo das concepções políticas dominantes – e, muitas vezes, esta visão é factualmente incorreta. As regiões de comércio de sexo – em geral conhecidas como “zonas de prostituição” – tendem a ser mais tranquilas do que se espera, uma vez que o negócio do sexo comercial precisa garantir que seus clientes não se sintam ameaçados (HARCOURT, 2001a:132-133). Da mesma forma, as áreas dominadas pelo crime organizado muitas vezes têm a reputação de serem regiões seguras (Id.). E a vadiagem – pessoas à toa

pelas esquinas – é muitas vezes, como se constata, uma forma de controle social e de monitoramento que garante a segurança em uma comunidade de vínculos estreitos (PATILLO, 2008).

É verdade que as percepções da incivilidade são racialmente codificadas: a forma como percebemos a desordem é produto da composição racial da vizinhança. Regiões habitadas por negros e hispânicos são percebidas como muito mais desordeiras do que uma mensuração objetiva demonstraria (EBERHARDT *et al*, 2004; SAMPSON & RAUDENBUSH, 2004; WALLACE, 2012). Os professores Robert Sampson e Stephen Raudenbush, em um estudo realizado em 2004, mostram que a composição racial de uma área afeta as percepções da desordem (:337). O estudo explora as bases sobre as quais os indivíduos constroem suas percepções da desordem e conclui que, embora a desordem observada possa prever, em algum grau, a desordem percebida, o contexto racial e econômico tem maior influência sobre a desordem percebida por um indivíduo (Id.). Em outras palavras, as pessoas olham para a raça e veem desordem.

Este *bias* torna difícil definir a incivilidade no contexto das janelas quebradas. De fato, isto é praticamente impossível. A desordem está nos olhos de quem vê – trata-se, ironicamente, de uma categoria normativa. Embora seja usada de forma descritiva, funciona como uma afirmação normativa. Eis, talvez, a melhor prova: na cidade de Nova Iorque, durante a gestão do prefeito Rudolph Giuliani, os índices da criminalidade caíram abruptamente de 1994 para 1996 (KRAUSS, 1996). O índice de assaltos, por exemplo, caiu aproximadamente 60%. Durante o mesmo período, as acusações de má conduta policial por cidadãos aumentaram em aproximadamente 68%. (HARCOURT, 2002:167-168). Este foi um período de ordem ou um período de desordem? O modo como respondemos a esta pergunta, como se pode ver, diz muito mais sobre a política de cada um do que sobre qualquer definição “neutra” de ordem.

Neste sentido, o professor Barak Orbach tem inteira razão. Em seu ensaio *Sobre Hubris, Civilidade e Incivilidade* (“On Hubris, Civility, and Incivility”), ele afirma que a própria definição de discurso “civilizado” e “incivilizado” é profundamente ambígua (ORBACH, 2012). As nossas fragilidades cognitivas, enquanto seres humanos, implicam que somos extremamente incompetentes ou desequilibrados – em outras palavras, tendenciosos – ao identificar a incivilidade. Nossas imperfeições heurísticas, e, o que é pior, nossa cegueira para nossas próprias imperfeições, atrapalham a passagem. Gostaria apenas de acrescentar que o problema não é apenas de um *bias* cognitivo, mas tem

também uma natureza política. Poder dizer que alguma coisa é “incivilizada” não é, ironicamente, assim tão diferente daquilo a que Margaret Radin se refere como uma captura retórica (RADIN, 2012). Não é tão diferente do seu exemplo do termo “cyberintruso”. Ambos levantam um mesmo “problema de referência” (Id:05). O ponto é rotular, atribuir rótulos às coisas, e, neste processo, se colocar em vantagem.

B. Questionando o consenso sobre a incivilidade

Em seu brilhante artigo intitulado “Liberdade de expressão, Democracia Liberal e o surgimento de evidências sobre civilidade e envolvimento democrático efetivo” (“Freedom of speech, Liberal Democracy, and emerging evidence on civility and effective democratic engagement”), os professores Toni Massaro e Robin Stryker são enfáticos ao afirmar que as pesquisas de opinião confiáveis apontam uma significativa concordância no que diz respeito à incivilidade (MASSARO & STRYKER, 2012:439-440). “Ao contrário do que muitas pessoas pressupõem”, dizem eles, “há um consenso bastante significativo entre os cidadãos, e também entre estes e os estudiosos do comportamento, quanto ao que é mais ou menos civilizado ou incivilizado na política, e quanto à essência daquilo que é considerado como incivilidade política” (Id.). Também não tenho dúvidas, por exemplo, de que muitos americanos considerariam o ataque desferido por Dan Savage a Rick Santorum na rede como incivilizado. Se é possível falar de um caso de “eu sei quando vejo”, a definição de Santorum feita por Savage parece ser um bom exemplo. A maioria de nós concordaria que se trata de um caso de incivilidade política – independentemente de quem começou –, ainda que alguns também a achem divertida.

Mas, mesmo aqui, é importante escavar mais fundo e nos perguntarmos se parte do rótulo de “incivilizado”, neste caso específico, tem alguma relação com o fato de aludir ao intercurso homossexual masculino. Será que todos sentiríamos a mesma coisa se a definição aludisse ao intercurso heterossexual, não de uma forma que atingisse as mulheres, mas que, ao invés disso, expressasse a potência de um homem heterossexual? O que acontece se invertemos os lugares nas relações de poder existentes? E se o ataque na rede tivesse definido a palavra “Santorum” como “um garanhão”? Este termo também tem uma conotação sexual. Significa, como todos bem sabemos, um “homem (a quem se atribui) grande potência ou conquistas sexuais” (OXFORD ENGLISH DICTIONARY). Será que teríamos achado isso menos ofensivo – e não seria porque se refere a um tipo ou fantasia sexual mais comum? Secreções corporais, é verdade, tendem a ser “nojentas” e uma fonte de insultos. Mas, mesmo assim, a natureza repulsiva

das secreções corporais tem sido usada com frequência, especificamente, como uma forma de contestar a homossexualidade.³³ Qual é o papel das hierarquias sexuais na forma como imaginamos a civilidade – ou em como rotulamos e definimos o discurso como incivilizado?

Insultos e ofensas guardam uma íntima relação com a posição social, conforme demonstrou Norbert Elias em *O Processo Civilizador*. As instigantes discussões de Elias das representações pictóricas presentes nos desenhos e pinturas das classes superiores na Baixa Idade Média servem como um bom exemplo. A inclusão de imagens de mendigos esmolando, ou de camponeses mancos, ou de servos trabalhando nas obras de arte não era, na época, encarada como uma declaração política e não causava ofensas – como aconteceria mais tarde. “Elas não ganhavam destaque em um espírito de protesto, como ocorreria em épocas posteriores”, afirma Elias (1994:170). Ao contrário, na Idade Média, “era parte inseparável da existência dos ricos e nobres que também houvesse camponeses e artesãos trabalhando para eles, e mendigos e aleijados estendendo as mãos” (Id.). Estas descrições não representavam uma ameaça para os nobres, nem causavam qualquer ofensa ou sentimentos dolorosos. Na verdade, com frequência, acrescenta Elias, “os camponeses rústicos chegam a ser objeto de gracejos” (Id.). A presença destas figuras hoje perturbadoras não era vista como ofensiva ou incivilizada. “Esta presença não é de mau gosto; ela faz parte da ordem natural e inquestionável do mundo que guerreiros e nobres se distraiam com o lazer enquanto os outros trabalham para eles” (Id.:171).

A transformação das regras de ofensa e das boas maneiras permitiria a alguém como o pintor flamengo Brueghel “colocar aleijados, camponeses, patibulos ou pessoas se aliviando em seus quadros” (Id.:172). A ideia de retratar uma pessoa urinando pode chocar as pessoas de uma época diferente como inadequada ou ofensiva, mas isto é apenas um reflexo de como as mudanças nas relações de classe e de poder alteram as nossas convenções de boas maneiras. Conforme escreveu Elias: “Os sentimentos da classe superior medieval não demandavam ainda que todas as coisas vulgares fossem suprimidas da vida e, portanto, das pinturas. É gratificante para os nobres saberem-se diferentes dos outros. *A visão do contraste aumenta a alegria de viver*” (Id.).

Há uma dimensão política na definição do que é vulgar e indecente. Isto é verdade ainda hoje. De forma semelhante, a iniciativa por qualidade de vida realizada na cidade de Nova Iorque, que atingia incivildades tais como urinar

³³ Martha Nussbaum escreveu sobre a relação entre secreção corporal e nojo. Ver NUSSBAUM, 2010 e 2004.

em público, foi alterada por relações de posição social, riqueza e cosmopolitismo – e, de forma pouco surpreendente, influenciada por interesses imobiliários (HARCOURT, 2005). Boa parte da redefinição de civilidade e incivilidade em Nova Iorque, entre os anos 1970 e 1990, e também em outras grandes metrópoles tais como Los Angeles e Chicago, girou em torno dos interesses de empreendedores imobiliários e proprietários (Id.). O desenvolvimento comercial de Times Square, em Nova Iorque, a moda do desenvolvimento dos *lofts* nas áreas mais pobres do centro de Los Angeles e as remoções e derrubadas nas áreas pobres da zona oeste de Chicago não foram o resultado de uma sensibilidade aguçada para com as incivildades urbanas, mas de interesses materiais, comerciais e financeiros – misturados com fartas doses de política urbana (Id.: 326-327; 351-365; 385-403). A verdade é que a civilidade e sua imposição não são tanto uma questão de normas universais ou cristalizadas, ou de princípios neutros, mas estão, com maior frequência, ligadas a interesses materiais.

Há também uma dimensão política naquilo que poderíamos chamar de “discurso incivilizado inaceitável”. Na verdade, a “janela de Overton” da incivilidade está em transformação: o discurso incivilizado pode representar o extremo, mas aquilo que representa a “incivilidade *mainstream*” muda ao longo do tempo. Os professores Massaro e Stryker nos dão vários exemplos históricos de retórica incivilizada que mostram bem que aquilo que a sociedade considera um discurso incivilizado “aceitável” muda ao longo do tempo. Eles nos contam, por exemplo, que “os jornais que se opunham às políticas de Abraham Lincoln publicavam charges políticas que mostravam homens brancos dançando como mulheres afro-americanas, com a legenda ‘O Baile da Miscigenação’ – esforços patentes para mobilizar as ansiedades racistas em relação às relações raciais para promover a simpatia anti-republicana” (MASSARO & STRYKER, 2012:403).³⁴ Ataques raciais semelhantes não seriam aceitáveis hoje mesmo nos debates incivilizados *mainstream*.

Ao mesmo tempo, as pesquisas na área da sociolinguística mostraram variações na forma como escutamos o discurso. Estas diferenças muitas vezes surgem ao longo de linhas étnicas, raciais e de gênero que correm paralelas às linhas que definem o poder social. Por exemplo, as mulheres têm maior tendência a adotar padrões de fala indiretos e deferentes, que podem impactar suas relações comunicativas – principalmente no domínio cívico (ver AINSWORTH,

³⁴ Ver MASSARO & STRYKER (2012:403) – baseando sua discussão em *Political Caricature. No. 4, The Miscigenation Ball*, LIBR. CONGRESS, <http://www.loc.gov/pictures/item/2008661682> (último acesso em 09 de março de 2012).

1993). Esta diferença, muitas vezes conhecida como um “registro feminino”, constitui um modo de fala generificado identificado por seus aspectos sintáticos e paralinguísticos, capaz de reforçar, de determinadas formas, o papel subordinado das mulheres na sociedade (Id.:285; LAKOFF, 1973). Estas diferenças linguísticas também surgem em relação a distinções raciais e de classe³⁵. Se é verdade que o modo de falar de uma pessoa – ou a maneira como é escutada – lhe atribui um poder comunicativo social maior ou menor, e se estas diferenças têm relação com o gênero ou a raça, então certamente temos que ter cautela em relação ao próprio conceito e definição de incivilidade.

Embora haja, é claro, certas formas extremas de insulto que a maioria de nós concordaria em considerar como incivilidade política, elas estão muitas vezes perpassadas por dimensões perturbadoras de hierarquia social e relações de poder. Elas são também, com frequência maior ainda, superadas pelos casos-limite de fala mordaz em que a acusação de incivilidade é politizada e pode mascarar *biases* e preconceitos. A existência de alguns poucos casos fáceis de incivilidade não deve ofuscar a complexa política da incivilidade.

C. As dimensões políticas do discurso civilizado

O clamor em favor de um discurso civilizado privilegia uma determinada posição política – uma posição política mais *mainstream*, conciliadora, razoável, dominante e de centro que pode, mais facilmente, arcar com os custos de desprezar o conflito político. Esta posição consegue evitar o discurso incivilizado exatamente devido ao seu privilégio na esfera política. A reivindicação de civilidade é muitas vezes apresentada como politicamente neutra; mas ela não o é. Ela se alinha a uma abordagem dominante, de centro, ligada ao *status quo*. Deixem-me explicar.

Ao longo da história, houve clamores por mudanças políticas radicais e às vezes violência política – em outras palavras, por incivilidade – em todas as pontas do espectro político, das Revoluções Americana e Francesa até a Revolução Bolchevique e, mais tarde, a Revolução Russa, até chegarmos à Primavera Árabe. Isto às vezes inclui ações políticas que praticamente todos nós endossaríamos e adotaríamos. O povo egípcio, por exemplo, depôs seu líder despótico, o presidente Hosni Mubarak. Não há qualquer dúvida de que este ato foi “incivilizado” – houve um levante popular e um *quasi-coup d'état* por parte dos militares. E, mesmo assim, a maioria dos norte-americanos apoiou a

³⁵ Ver AINSWORTH (1993:274-275); BAUGH (1983); LABOV (1972a; 1972b; 1966); MACAULAY (1977) e TRUDGILL (1974).

revolução no Egito e em outros lugares³⁶. Da mesma maneira, tanto o Partido Comunista Revolucionário quanto o Tea Party nos Estados Unidos acreditam que precisamos de uma mudança revolucionária. Isto também é incivilizado. Algumas posições políticas, como se pode ver, não promovem o *status quo*. Elas clamam por reformas radicais, quando não por uma revolução – mudanças que necessariamente envolvem danos “incivilizados” aos interesses de alguns co-cidadãos.

Mas não é apenas a política revolucionária ou radical que é incivilizada. Mesmo a política *mainstream* tende a ser incivilizada, no sentido de que terá efeitos prejudiciais para alguns cidadãos. Mesmo os políticos *mainstream* – os republicanos e democratas – estão recorrentemente defendendo posições que irão prejudicar alguns americanos, quer estejam no alto ou abaixo na hierarquia sócio-econômica. Aumentar (ou não) os impostos sobre os ricos irá prejudicar (ou beneficiar) a posição financeira e o bem-estar de classes diferentes de americanos. Não há como fugir disso. A concessão universal (ou não) de atendimento em saúde também vai beneficiar (ou prejudicar) grupos diferentes de americanos. A política, como se pode ver, é um negócio incivilizado.

Se isto de fato é verdade, não seria um tanto hipócrita exigir um discurso “civilizado”? Não seria como pedir ao carrasco que sorria enquanto injeta a substância, ou à policial que diga “por favor” enquanto coloca as algemas? Por que exigir civilidade no discurso quando o próprio discurso vai, inevitavelmente, gerar resultados incivilizados? Em seu ensaio em que louva as virtudes das decisões legais como um modelo para o discurso civilizado, o professor Yoshino argumenta que os julgamentos evitam os danos da incivilidade ao permitir que as partes adversárias falem através de profissionais que são socializados na civilidade e ensinados a não se dirigirem um ao outro, mas sim a uma parte neutra – o juiz ou o júri (YOSHINO, 2012:476). Ao fazer isso, os julgamentos estimulam um discurso que é menos político sem sacrificar o rigor ou impedir a abordagem autêntica das questões. Mas não é estranho que o método “civilizado” de julgamento seja exatamente aquilo que legitima e performa, enquanto um ato de fala, a execução de um réu condenado, o aprisionamento perpétuo de um criminoso, a execução da hipoteca da sua casa, a tomada da sua propriedade ou, pior ainda, a retirada da guarda dos seus filhos? O método só é civilizado na forma. Seus resultados decididamente não o são. E o que é mais importante?

³⁶ *American Public Sees Democratization of Middle East as Positive for US*, WORLD PUB. OP. (11 de abril de 2011), <http://www.worldpublicopinion.org/pipa/articles/brunitedstatescanadara/685.php>.

Ironicamente, quanto mais incivilizado o ato – por exemplo, aplicar uma injeção letal em um ser humano – mais civilidade exigimos do processo. Os debates incivilizados e *ad hominem* sobre a pena de morte nunca levam a uma execução legal; somente um método civilizado pode gerar esta punição máxima.

D. Escolhas pessoais quanto à civilidade política

Enquanto opção pessoal, tendo a evitar ser incivilizado, em larga medida, suponho, devido à forma como fui criado – mas também, talvez, devido a meu próprio status privilegiado nos planos profissional, social e, significativamente, também demográfico. De forma algo parecida com Stephen Carter, também me ensinaram boas maneiras e fui rigidamente disciplinado na escola e em casa (embora, ao contrário de Carter, nunca tenha sido inquirido quanto a se as lâminas das facas devem apontar para dentro ou para fora; por alguma razão, meu filho e minha filha parecem saber isso; CARTER, 1998:66). Isto tem efeitos duradouros – efeitos que andaram de mãos dadas com certos tipos de privilégios na educação e na profissão. Estes privilégios inculcaram em mim – e permitiram que eu pudesse me dar ao luxo de ter – uma ética baseada em dizer a verdade e ser civilizado.

Ainda hoje, tendo a acreditar que a maneira mais forte e eficaz de conseguir que os outros se envolvam com a política e na vida é ser verdadeiro e sincero. Sou atraído por uma ética da honestidade e de dizer a verdade, e acredito em seu poder de persuasão. No meu discurso político, me esforço para falar de forma genuína e honesta, e para evitar, tanto quanto possível, a estratégia olho por olho – embora, lamentavelmente, nem sempre consiga. Acredito que dizer a verdade cumpre um papel importante como forma de autocontrole, tanto para si mesmo quanto como problema político³⁷. Mas também percebo que estas escolhas são políticas. Elas representam estratégias políticas.

Evitar a incivilidade, adotar a postura mais honrada, oferecer a outra face – estes atos estão perpassados por relações de poder e, ao mesmo tempo, constituem estas relações. O interlocutor que permanece impassível diante de um discurso áspero e incivilizado se fortalece. Nietzsche captou isto talvez da melhor forma possível em uma passagem à qual retorno com muita frequência. É uma passagem de seus escritos mais aforísticos da *Genealogia da*

³⁷ No plano da ética pessoal, fui enormemente influenciado pelos últimos escritos de Michel Foucault, principalmente no que diz respeito à questão de se dizer a verdade, *parrhêsia*, e aos cuidados com o *self*. Ver FOUCAULT (2011) e Michel Foucault, *Wrong-Doing, Truth-Telling: The Function of Avowal in Justice* (Fabienne Brion & Bernard E. Harcourt eds., Stephen W. Sawyer trans., publicação prevista para 2012).

Moral, e diz respeito à punição. Nietzsche afirma:

À medida que seu poder aumenta, uma comunidade começa a não levar as transgressões de um indivíduo tão a sério, porque não podem mais ser consideradas tão perigosas e destrutivas para o todo como o eram antes: o malfeitor não é mais “considerado sem possibilidade de redenção” e expulso; a raiva universal pode não ser mais lançada sobre ele de forma tão incontida quanto antes. Não é inconcebível que uma sociedade atinja tal *consciência de poder* que possa se permitir o luxo mais nobre possível – *não punir* aqueles que a prejudicam. “O que são para mim meus parasitas?”, diria ela. “Que vivam e prosperem: sou forte o suficiente para aguentar!” (NIETZSCHE 1989, grifos meus)³⁸.

Ao final das contas, a decisão de ser civilizado é uma decisão política em um mundo no qual a política é, na maior parte das vezes, incivilizada. Apesar disso, não acredito que estejamos hoje diante de uma crise de incivilidade no nosso discurso político, nem temo que decaíamos em um excesso infernal de incivilidade. Tenho a impressão – infundada, talvez, e também ingênua – de que o discurso positivo, civilizado, verdadeiro e genuíno tende a prevalecer ou, ao menos, a contrabalançar o poder da incivilidade. E sei que reivindicar civilidade é mais fácil para uns do que para outros. Por estas razões, resisto à tentação de clamar por um discurso mais civilizado.

Conclusão

Em seu elegante ensaio “Os tribunais ‘civilizados’: o caso do casamento entre pessoas do mesmo sexo” (“The ‘civil’ courts: the case of same-sex marriage”), o professor Kenji Yoshino discute três tipos de argumentos contrários ao projeto de se civilizar o discurso político (YOSHINO, 2012:07). O primeiro é que adotar a civilidade no discurso político deixará o falante civilizado em desvantagem retórica (Id.). O segundo é que a civilidade honra o que não merece ser honrado, ou, nas palavras de Gertrude Himmelfarb, honra “pessoas desprezíveis” (Id.: 09)³⁹. O terceiro é que a civilidade diante dos insultos impede o envolvimento autêntico (YOSHINO, 2012:09). A ideia, conforme sugere Randall Kennedy, é que exigir civilidade não encaixa bem com aquilo que o verdadeiro liberalismo exige: o debate de ideias em alto e bom som (KENNEDY, 1998:84).

³⁸ Em dois ensaios anteriores (HARCOURT, 2009; 2001) me refiro também a esta passagem.

³⁹ Ver também Gertrude Himmelfarb, *Victorian Minds: A Study of Intellectuals in Crisis and Ideologies in Transition* (1995).

Nenhum destes três argumentos me convence, mas mesmo assim resisto, ao mesmo tempo, a clamar por civilidade e adoto pessoalmente um tom civilizado. Acredito firmemente, como Nietzsche, que a civilidade é um sinal de força, não de fraqueza. Duvido que ela honre o adversário; ao contrário, e de maneira algo desafortunada, ela o diminui ao expor suas bizarrices. E sou cético diante da alegação de que a civilidade, diante da incivilidade, não permite um debate íntegro e vigoroso. Ao final das contas, minha posição é um pouco diferente. Minha posição é de que a civilidade é uma preferência pessoal e uma estratégia política – uma estratégia política poderosa em uma arena política inerentemente incivilizada.

No dia 13 de abril de 1956, o reverendo Martin Luther King Jr. subiu ao púlpito da Rockefeller Memorial Chapel, na Universidade de Chicago, e declarou:

Não podemos diminuir o passo, porque temos um encontro com o destino e precisamos seguir na velocidade máxima. Este é um conflito entre as forças da luz e da escuridão, e no final a justiça e a democracia vencerão, porque o amor triunfará. Se você não consegue correr, ande; se não consegue andar, rasteje, mas não pare de avançar! (ALLEN & DRAPA, 2012).

Muitos acusaram Martin Luther King de fomentar a desordem social com esta linguagem de conflito, luz e escuridão, vitória e triunfo. Muitos o acusaram de ser incivilizado. E, é claro, as coisas foram ainda piores no caso de Malcolm X e seu conhecido apelo a “todos os meios necessários”⁴⁰.

As suas vozes, eu diria, eram marginalizadas no tecido mais vasto do poder político neste país naquela época. Teria sido fácil demais, penso, pedir um discurso mais civilizado. Isto teria exigido demais de uma posição de poder político. Teria sido confortável demais – talvez não suficientemente respeitoso. Conforme Antoine de Courtin explicou há trezentos anos em seu tratado, a civilidade tem suas raízes na modéstia, na humildade e no respeito – em suas palavras, em “um sentimento de modéstia diante de nós mesmos em relação a outros a quem julgamos dignos de nossa obediência e de nosso amor” (DE COURTIN, 1998:59).

Tradução: Maria Claudia Coelho

⁴⁰ *Malcolm X: The Last Speeches 133* (Bruce Perry ed., 1989) Para uma esclarecedora discussão destas duas formas diferentes de resistência política, ver SHELBY, 2007 (discutindo Martin Luther King, Jr.e Malcolm X).

Referências

ABRAMOWITZ, Alan

(2010) *The disappearing center: Engaged citizens, polarization, and American Democracy*. New Haven: Yale University Press.

(2009) "U.S. Senate elections in a polarized era" (Oct. 24) (manuscrito inédito), disponível em <http://www.vanderbilt.edu/csdi/archived/Bicameralism%20papers/abromowitz3.pdf>.

AINSWORTH, Janet E.

(1993) "In a different register: The pragmatics of powerlessness in police interrogation". *The Yale Law Journal*. Vol. 103, nº 2, p. 259-332.

ALLEN, Susie & DRAPA, Michael

(2012) "When king made history at UChicago". *The University of Chicago*. Disponível em: http://www.uchicago.edu/features/20120109_mlk. Acesso em 07 de abril de 2012.

ARDITI, Jorge

(1998) *A genealogy of manners: transformations of social relations in France and England from the fourteenth to the eighteenth century*. Chicago: University of Chicago Press.

ARIËS, Philippe & DUBY, Georges (eds.).

(1991) *A history of private life*. Cambridge: Harvard Univ. Press.

BARTELS, Larry M.

(2000) "Partisanship and voting behavior, 1952-1996". *American Journal of Political Science*. Vol. 4, nº 1, p. 35-50.

BAUGH, John

(1983) *Black street speech: Its history, structure, and survival*. Texas: University of Texas Press.

BURNS, Alexander

(2011) "Rick Santorum contacted Google, says company spreads 'filth'". *Politico*, Sept. 20. Disponível em: <http://www.politico.com/news/stories/0911/63952.html>.

CARTER, Stephen L.

(1998) *Civility: Manners, morals, and the etiquette of Democracy*. NY: Harper Perennial.

DE COURTIN, Antoine

(1998) [1671] *Nouveau traité de la civilité qui se pratique en France parmi les honnêtes gens (New treatise on civility as practiced in France among the honnêtes gens)*. Saint-Étienne: Presses Université de Saint-Étienne.

EBERHARDT, Jennifer L. et al.

(2004) "Seeing black: Race, crime, and visual processing". *Journal of Personality & Social Psychology*. Vol. 87, nº 6, p. 876-893.

ELIAS, Norbert

(1994) [1939]. *The civilizing process: the history of manners, and State formation and civilization*. New Jersey: Wiley-Blackwell.

ESTEBAN, Joan & SCHENIDER, Gerald

(2008) "Polarization and conflict: theoretical and empirical issues". *Journal of Peace Research*. 45, p. 131-141.

FAGAN, Jeffrey & DAVIES, Garth

(2000) "Street stops and broken windows: terry, race, and disorder in New York City". *Fordham Urban Journal* 28 L.J. 457, p. 461-462.

FISCHER, Claude S. & MATTSON, Greggor

(2009) "Is America fragmenting?" *Annual Review Sociology*. Vol. 35, nº 1, p. 435-455.

FOUCAULT, Michel

(2012) *Wrong-doing, truth-telling: The function of avowal in justice*. Chicago: University of Chicago Press.

(2011) *The courage of truth: 2 The government of self and others – Lectures at the Collège de France, 1983-1984*. NY: Palgrave Macmillan.

GARRETT, R. Kelly

(2009) "Echo chambers online? Politically motivated selective exposure among Internet news users". *Journal of Computer-Mediated Communication*. Vol. 14, nº 2, p. 265-285.

HARCOURT, Bernard E.

(2012) "Outlawing dissent: Rahm Emanuel's new regime", *Guardian* (Jan. 19, 2012).

- Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/cifamerica/2012/jan/19/outlawing-dissent-rahm-emanuel-new-regime>. Acesso em 07 de abril de 2012.
- (2005) "Policing L.A.'s skid row: crime and real estate development in Downtown Los Angeles [An experiment in real time]". *University of Chicago Legal Forum*, p. 326-334.
- (2002) "Policing disorder: can we reduce serious crime by punishing petty offenses?" *Boston Review*. Vol. 27, nº 2 (Apr-May).
- (2001a) *Illusion of order: the false promise of broken windows policing*. Cambridge: Harvard University Press.
- (2001b) "Joel Feinberg on crime and punishment: Exploring the relationship between the moral limits of the criminal law and the expressive function of punishment". *Buffalo Criminal Law Review*. Vol. 146, nº 2, p. 145-171.
- HARCOURT, Bernard E. *et al.*
 (2009) "Randomization in criminal justice: A criminal law conversation". In: ROBINSON, Paul; GARVEY, Stephen & FERZAN, Kimberly (eds.). *Criminal law conversations*. Oxford: Oxford University Press.
- HARCOURT, Bernard E. & LUDWIG, Jens
 (2006) "Broken windows: new evidence from New York City and a five-city social experiment". *University of Chicago Law Review*. Vol. 73, p. 315-316.
- HETHERINGTON, Marc J.
 (2009) "Review article: Putting polarization into perspective". *British Journal of Political Science*. V. 39, nº 2, p. 413-448.
- (2001) "Resurgent mass partisanship: The role of elite polarization". *The American Political Science Review*. Vol. 95, nº 3 (Sept.), p. 619-631.
- HORRIGAN, John *et al.*
 (2004) "Pew Internet & Am. life project, The Internet and democratic debate". Disponível em http://www.pewinternet.org/~media/Files/Reports/2004/PIP_Political_Info_Report.pdf.
- KENNEDY, Randall
 (1998) "The case against 'civility'". *American Prospect* 41(Nov-Dec).
- KOBAYASHI, Tetsuro & IKEDA, Ken'ichi
 (2009) "Selective exposure in political web browsing: Empirical verification of 'Cyber-Balkanization' in Japan and the USA". *Information, Communication & Society*. Vol. 12, nº 6, p. 929-953.
- KRAUSS, Clifford
 (1996) "New York crime rate plummets to levels not seen in 30 years". *New York Times*, Dec. 20, p. A1-B4.
- LABOV, William
 (1972a) *Language in the inner city: studies in the Black English vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- (1972b) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- (1966) *The social stratification of English in New York City*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAKOFF, Robin
 (1973) "Language and woman's place". *Language in society*. Nº1, vol. 2, p. 45-79.
- LAYMAN, Geoffrey C. *et al.*
 (2006) "Party polarization in American Politics: Characteristics, causes, and consequences". *Annual Review of Political Science*. Vol. 9, nº 1, p. 83-110.
- LEIBOVICH, Mark
 (2012) "The Santorum of 2012 comes from a long history of political brawling". *New York Times* (07 de janeiro).
- LIPTAK, Adam
 (2010) "Court affirms ban on aiding groups tied to terror". *New York Times* (22 de junho).
- MACAULAY, Ronald K.S.
 (1977) *Language, social class and education*. New York: Columbia University Press.
- MASSARO, Toni M. & STRYKER, Robin

- (2012) "Freedom of speech, liberal democracy, and emerging evidence on civility and effective democratic engagement". *Arizona Law Review*, 54, p. 375-441.
- MENNELL, Stephen & ELIAS, Norbert
(1989) *Civilization and the human self-image*. Oxford: Blackwell.
- MUSKUS, Jeff
(2011) "Sarah Palin's PAC puts gun sights on Democrats she's targeting in 2010". *Huffington Post* (09 de janeiro). Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/2010/03/24/sarah-palins-pac-puts-gun_n_511433.html.
- NIETZSCHE, Friedrich
(1989) [1887] *On the genealogy of morals*. NY: Vintage Books.
- NUSSBAUM, Martha C.
(2010) *From disgust to humanity: sexual orientation and constitutional law*. Oxford: Oxford University Press.
- (2004) *Hiding from humanity: Disgust, shame, and the law*. NJ: Princeton University Press.
- ORBACH, Barak
(2012) "On hubris, civility, and incivility". *Arizona Law Review*. Vol. 54, nº 2, p. 443-456.
- PATILLO, Mary.
(2008) *Black on the Block: the politics of race and class in the city*. Chicago: University of Chicago Press.
- PILDES, Richard H.
(2011) "Why the center does not hold: the causes of hyperpolarized Democracy in America". *California Law Review*. Vol. 99 nº 2, p. 273-334.
- RADIN, Margaret Jane
(2012) "Rhetorical capture". *Arizona Law Review*. Vol. 54, p. 457-468.
- SAMPSON, Robert J. & RAUDENBUSH, Stephen W.
(2004) "Seeing disorder: neighborhood stigma and the social construction of 'broken windows'". *Social Psychology Quarterly*. Vol. 67, nº 4, p. 319-342.
- (1999) "Systematic social observation of public spaces: A new look at disorder in urban neighborhoods". *American Journal of Sociology*. Vol. 105, nº 3, p. 603-651.
- SAMPSON, Robert J. et al.
(1997) "Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy". *Science*. Vol. 277, nº 5328, p. 918-924.
- SAMAHA, Adam M.
(2012) "Regulation for the sake of appearance". *Harvard Law Review*. Vol. 125, nº 7, p. 1563-1638.
- SHELBY, Tommie
(2007) "Justice, deviance, and the Dark Ghetto". *Philosophy & Public Affairs*. Vol. 35, nº 2, p. 126-160.
- SOMASHEKHAR, Sandhya
(2011) "Gabrielle Giffords shooting in Tucson: Did it Stem from State of Political Discourse?", *Washington Post* (9 de janeiro). Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2011/01/08/AR2011010803652.html>.
- STRYKER, Robin
(2011) "National Institute of civil discourse, Research Brief No. 6, Political Polarization". Disponível em: http://www.nicd.arizona.edu/sites/default/files/research_briefs/NICD_research_brief6.pdf.
- SUNSTEIN, Cass R.
(2009) *Going to extremes: how like minds unite and divide*. Oxford: Oxford University Press.
- (2007) *Republic.com 2.0*. NJ: Princeton University Press.
- TRUDGILL, Peter
(1974) *The social differentiation of English in Norwich*. Cambridge: Cambridge University Press.
- YOSHINO, Kenji
(2012) "The 'civil' courts: the case of same-sex marriage". *Arizona Law Review*. Vol. 54, nº 2, p. 469-479.

WALLACE, Danielle
(2012 – forthcoming) “A test of the routine activities and neighborhood attachment explanations for bias in disorder perceptions”, 58 *Crime & Delinquency*. Vol. 58.

WARNER, Benjamin R.
(2010) “Segmenting the electorate: The effects of exposure to political extremism online”. *Communication Studies*. Vol. 61, nº 4 (Sept-Oct.), p. 430-444.

WILSON, James Q. & KELLING, George L.
(1982) “Broken windows: The Police and neighborhood safety”. *Atlantic Monthly*, (março), p. 29-38.

Sites consultados:

OCCUPY WALL STREEY
<http://occupywallst.org>. Acesso em 07 de abril de 2012.

OXFORD ENGLISH DICTIONARY
Civility - etymology and definitions 1, 2, and 3. Disponível em: <http://www.oed.com/view/Entry/33581?redirectedFrom=civility>. Acesso em 09 de março de 2012.

Stud - definition 4.d. Disponível em: <http://www.oed.com/view/Entry/192047?rskey=fAZcMs&result=2&isAdvanced=false>. Acesso em 09 de março de 2012.

Recebido em

10 de fevereiro de 2013

Aprovado em

25 de maio de 2013

A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparados¹

Carlos Aurélio Pimenta de Faria*

Resumo

O trabalho analisa, comparativamente, a maneira como o Brasil de Lula (2003-2010) e a Venezuela de Chávez (1999-2013) procuraram instrumentalizar os processos de difusão internacional de políticas sociais nos quais estiveram envolvidos em benefício de suas estratégias de inserção internacional, levando em consideração que ambos os países pretenderam, no período em questão, exercer liderança no contexto regional. São privilegiadas as variáveis: O que se transfere? Quem transfere? Quais os propósitos da transferência e como tais motivações se vinculam às estratégias internacionais dos dois países?

Palavras-chave

Difusão de políticas públicas. Política externa. Brasil. Venezuela. América Latina.

Abstract

This paper comparatively analyses the means by which Lula, during Brazil's presidency (2003-2010) and Chávez during Venezuela's presidency (1999-2003), tried to conduct the instrumentalization of the international diffusion processes pertaining social policies once their international insertion strategies would benefit from it. It was also considered the fact that both countries intended, at that time, to lead in the regional context. Here the following variables are privileged: What is being transferred? Who transfers it? What are the purposes of this transfer and what motivations are associated to the international strategies of both countries?

Key words

Dissemination of public policies. Foreign policy. Brazil. Venezuela. Latin America.

Em função da ênfase dada pelas organizações internacionais, particularmente aquelas do chamado “Sistema ONU”, à problemática social durante os anos 1990, aquele período foi denominado de “década das conferências” (ALVES, 2001), que culminou no estabelecimento pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, dos Objetivos do Milênio. Se os atentados do 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, redundaram em uma profunda (re)securitização da agenda

¹ Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada no VI Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP 2012), Quito, 12 a 14 de junho de 2012. O autor agradece o apoio financeiro recebido do CNPq e da FAPEMIG para o desenvolvimento da pesquisa que deu origem a este artigo.

* Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil) e professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte/Brasil). E-mail: carlosf@pucminas.br.

internacional, na América Latina o início do novo século consolidou um processo que ficou conhecido como “onda rosa”, caracterizado pela ascensão ao poder, em diversos países da região, de lideranças que representavam agremiações situadas à esquerda no espectro partidário (PANIZZA, 2006). Esse processo, ainda não estancado na região, tem sido compreendido como resultado, entre outros fatores, do generalizado repúdio ao legado neoliberal das décadas de 1980 e 1990, como uma refutação do regressivo impacto do chamado “Consenso de Washington”, que pregava, entre outros “imperativos”, a redução do gasto público social.

Recentemente, o presidente do Centro de Pesquisas do *Inter-American Dialogue* cunhou o termo “Consenso de Brasília” para se referir às novas diretrizes de políticas públicas que estariam sendo seguidas por diversos governos latino-americanos desde o início dos anos 2000 (e não apenas pelos governos esquerdistas da “onda rosa”), na esteira do propalado sucesso da experiência brasileira. O novo “modelo” estaria centrado na promoção da estabilidade macroeconômica, na valorização do salário mínimo, na ênfase na inclusão social e na adoção de programas de transferência condicional de renda, aos moldes do Programa Bolsa Família brasileiro (MELLO, 2011).

Ambos os “Consensos”, o de Washington e o de Brasília, parecem ter redundado em (ou são a expressão de) uma pronunciada convergência de diversas das políticas públicas adotadas pelos governos da região. Ambos os processos parecem exemplificar um fenômeno que, entre os analistas das políticas públicas, tem sido denominado de difusão ou transferência de políticas públicas. Se esse é um processo bastante antigo, havendo registros de difusão de políticas no Período Helenístico (DOLOWITZ, 2000), por exemplo, os estudiosos são unânimes em apontar que, com o advento da globalização e com a “revolução” promovida pelas novas tecnologias de informação e comunicação, tal processo seria hoje, nas suas distintas formas e graus, quase onipresente.

Sendo difícil a mensuração do fenômeno, que parece ter se intensificado tanto no plano internacional como no doméstico ou nacional, em recente trabalho, de caráter bibliométrico, Graham, Shipan & Volden (2008) mostraram que:

Ao longo dos últimos 50 anos, as revistas de ciência política publicaram aproximadamente 800 artigos sobre a política da propagação de políticas públicas (*politics of public policy spreading*) de um governo a outro, um fenômeno normalmente denominado “difusão de políticas”. Mais da metade desses artigos foi publicada na última década, o que indica um aumento dramático no interesse pela difusão

(2008:1). (Tradução do autor. O mesmo se aplica a todas as demais citações originalmente em língua estrangeira).

Na ciência política brasileira, ainda é escasso o interesse pela difusão/transferência de políticas públicas. E isso apesar de serem abundantes os exemplos de difusão/transferência de políticas no plano doméstico, havendo ou não indução por parte dos governos federal e estaduais, como exemplificado pela proliferação no país de programas de transferência de renda e de processos de orçamentação participativa, e apesar também de o Brasil ser, no plano internacional, um tradicional e ativo “importador” de políticas, tendo se tornado também, mais recentemente, um “exportador”² (AYLLON & LEITE, 2010; FARIA & PARADIS, 2013).

Os programas Fome Zero e Bolsa Família são hoje amplamente divulgados, pelos organismos internacionais, como práticas exitosas a serem adotadas por outros países em desenvolvimento. Dito de outra forma, tornaram-se *best practices* a serem emuladas pelos demais países em desenvolvimento. Nesse contexto, não deixa de ser surpreendente o escasso número de trabalhos acadêmicos, escritos por autores brasileiros ou estrangeiros, dedicados à questão da difusão/transferência das políticas públicas no/do/para o Brasil (CHAHAD, 2004; COÊLHO, 2009 e no prelo; HOCHMAN, 1988 e 2007; LANA & EVANS, 2004; MELO, 2004; MELO & COSTA, 1995; PINHEIRO, 2004; SUGIYAMA, 2011, 2008, 2007; WAMPLER & AVRITZER, 2006).

A proposta deste trabalho é analisar, comparativamente, a maneira como Brasil e Venezuela têm procurado instrumentalizar os processos de difusão internacional de políticas sociais nos quais estão envolvidos em função da necessidade de concretização de suas estratégias de inserção internacional. Essa proposta parte do reconhecimento que os processos de difusão/transferência de políticas públicas, mesmo sendo cada vez mais intensos, ainda são pouco estudados no Brasil (e também na América Latina) e que a difusão transfronteiriça de políticas sociais poucas vezes tem sido tematizada levando-se em consideração os objetivos e as estratégias internacionais dos países exportadores e importadores.

Ao explorar algumas das convergências entre política externa e política social, este artigo busca, também, contribuir para a superação de uma divisão do trabalho analítico-intelectual que tem tornado defasada a agenda de pesquisas dos cientistas sociais latino-americanos, posto que, na empiria, governos nacionais, burocracias públicas, especialistas setoriais e organizações internacionais têm, há tempos, evidenciado o caráter em ampla medida artificial das fronteiras entre

² Os termos já canônicos na literatura especializada são: *borrowers* e *lenders*.

as políticas públicas. Nesse sentido, os internacionalistas por certo contribuem para a consolidação da convergência de agendas que aqui nos interessa ao definir como questão central da 54ª Convenção Anual da *International Studies Association* (ISA), ocorrida em abril de 2013, em São Francisco, EUA, *The Politics of International Diffusion: Regional and Global Dimensions*.

A investigação comparativa aqui proposta também é justificada em razão da centralidade assumida na pauta doméstica, tanto no Brasil quanto na Venezuela, pelas políticas social e externa. No caso do Brasil, a ênfase dada pelo governo Lula (2003-2010) ao “social” tem sido apontada não apenas como responsável, ainda que apenas em parte, pela redução da desigualdade social no país, mas também como elemento decisivo nos processos eleitorais e como estratégia central no fortalecimento do mercado de consumo doméstico, que contribuiu para a redução da vulnerabilidade internacional do país, em um contexto de grandes turbulências econômicas e financeiras globais, desencadeadas pela crise de 2008. A política externa, por seu turno, assumiu, na última década, grande proeminência na agenda pública brasileira, em função não apenas da progressiva internacionalização da economia e da sociedade do país, mas também da ativa diplomacia presidencial exercida por FHC (1995-2002) e por Lula, presidente último este que, ao enfatizar não apenas o aspecto comercial da inserção internacional do país, mas também ao se empenhar na promoção de um regionalismo sul-americano de corte “pós-liberal” e ao fomentar o chamado eixo Sul-Sul das relações internacionais, ampliou o coeficiente propriamente político da política externa, produzindo inúmeras controvérsias no âmbito doméstico e amealhando para o país, no plano internacional, um prestígio inaudito. Também por isso, eu acredito, é necessária a apreciação das interfaces entre política social e política externa, que é o objeto do presente artigo.

Contudo, se as profundas mudanças políticas testemunhadas pela América Latina da “onda rosa” parecem conferir sentido à ideia de um “Consenso de Brasília”, sustentada também, como veremos, pelo engajamento do governo brasileiro na difusão regional de suas próprias políticas, dificilmente será possível sugerir que a Venezuela tenha aderido ao suposto modelo. Basta recordarmos, por exemplo, que a Venezuela é dos poucos países latino-americanos que não colocaram em prática programas de transferência condicionada de renda, cujos pioneiros na região são Brasil e México, que desenvolveram programas nessa área ainda hoje tidos como exemplares (OSÓRIO, 2012). Na verdade, como inúmeros trabalhos demonstram, Brasil e Venezuela têm competido pela liderança regional, sustentados por projetos que, mesmo assemelhados em

alguns pontos, apresentam divergências significativas, o que pode ser atestado, por exemplo, pelas singularidades do projeto da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), capitaneado por Venezuela e Cuba, como se verá adiante.

Este trabalho, que procura comparar os governos Lula (2003-2010) e Chávez (1999-2013), se estrutura a partir da seguinte questão: como as transferências internacionais de políticas sociais, exportação e importação, têm sido instrumentalizadas na política externa de dois governos que pretendem exercer liderança no contexto regional? O trabalho adota como pressupostos, amplamente respaldados pela literatura específica e que aqui não serão tratados com mais detalhe: (a) que as elites de ambos os países têm tradicionalmente aspirado à conquista de uma maior proeminência no cenário internacional (LIMA, 2005b; VILLA, 2011), o que confere uma maior legitimidade doméstica às estratégias de projeção externa de poder colocadas em prática pelos dois governos em questão; (b) que as pretensões internacionais dos dois países puderam se beneficiar da ampliação da demanda internacional e da elevação dos preços das *commodities* produzidas por Brasil e Venezuela; e (c) que os presidentes em questão são/foram lideranças carismáticas, que gozaram, durante os seus mandatos, de amplo respaldo político doméstico, consolidado, também, pelas políticas sociais que adotaram.

Cabe destacar, ainda, que a utilização de um termo tão vago quanto “instrumentalização” da difusão internacional de políticas sociais pretende ressaltar o fato de que, por mais deliberada que possa ser a ação de um governo no sentido de comandar, dar direção e conferir racionalidade e utilidade política aos processos de difusão nos quais eles se veem envolvidos, esse é um processo em ampla medida multidirecional, que envolve uma série de atores, redes e iniciativas que possuem variados graus de coordenação, atuando sob jurisdições nem sempre passíveis de serem manipuladas pelos governantes. Ressalte-se, também, que os impactos da atuação dessa multiplicidade de atores e redes nem sempre estão circunscritos pela sua intencionalidade. Até porque a difusão envolve também aprendizagem e não apenas “compra” e “venda” de soluções ou modelos.

Para a consecução de nossos objetivos, o trabalho está estruturado da seguinte maneira: a primeira seção apresenta um breve panorama do campo analítico da difusão ou transferência de políticas públicas, destacando a problemática conceitual e as variáveis usualmente ressaltadas pela literatura. Nesta primeira seção, apresentaremos também, de maneira igualmente sintética, as variáveis que serão privilegiadas em nossa comparação, quais sejam: O que

se transfere? Quem transfere? Quais os propósitos da transferência e como tais motivações se vinculam às estratégias internacionais dos dois países em questão? A segunda seção discute o lugar das políticas sociais na política externa desenvolvida pelo Brasil durante o governo Lula. A terceira aborda a mesma questão no que diz respeito à Venezuela de Hugo Chávez. A comparação entre as duas experiências é apresentada nas considerações finais.

A difusão/transferência de políticas públicas: definições, variáveis e explicações

Na ampla e diversificada bibliografia acadêmica dedicada ao estudo dos processos que aqui nos interessam, que mobiliza não apenas cientistas políticos, mas também sociólogos, economistas e internacionalistas, prolifera uma Babel de termos correlatos, tais como: *policy diffusion*; *policy transfer*; *lesson-drawing*; *policy convergence*; *policy bandwagoning*; *emulation* e *policy learning*, entre outros. Por vezes, tais termos são usados de forma intercambiável. Diversos estudiosos, contudo, procuram distingui-los. Mesmo não havendo consenso na literatura acerca da problemática conceitual, muitos autores assinalam que, entre os cientistas sociais, esses processos de mudança nas políticas públicas têm, normalmente, sido compreendidos a partir de dois paradigmas distintos, mas em certa medida complementares: o da transferência e o da difusão de políticas. O Quadro 1, a seguir, elaborado por Levi-Faur & Vigoda-Gadot (2004), sintetiza a discussão de maneira pertinente:

Quadro 1
Transferência e Difusão de Políticas

Paradigma	Transferência de Políticas	Difusão
Definição	“Transferência de políticas, emulação e lições aprendidas (<i>lesson drawing</i>) se referem ao processo por meio do qual o conhecimento sobre as políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias em um ambiente político (passado ou presente) é utilizado no desenvolvimento de políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias em outro ambiente político” (DOLOWITZ & MARSH, 2000:5).	“O processo pelo qual uma inovação é comunicada por intermédio de certos canais ao longo do tempo entre os membros do sistema social. Trata-se de um tipo especial de comunicação na qual as mensagens são relativas a novas ideias” (ROGERS, 1995:5).
Predominância	Entre cientistas políticos, analistas de políticas públicas e da gestão pública (<i>public management</i>)	Entre sociólogos, mas cada vez mais utilizado por cientistas políticos
Orientação Metodológica	Estudos de caso e análise comparativa	Quantitativa
Principais termos e conceitos	Aprendizado das políticas (<i>policy learning</i>), lições aprendidas (<i>lesson drawing</i>), aprendizado Bayesiano (<i>Bayesian learning</i>)	Contágio, modismo/tendência (<i>bandwagoning</i>), comportamento de manada (<i>herding</i>), isomorfismo
Principal pressuposto	O processo de mudança é político no sentido de que o aprendizado das políticas é filtrado por instituições políticas.	O processo de mudança ocorre em redes sociais
Mecanismo de mudança da política pública	Varia entre coercitivo e voluntário; por exemplo, emulação, redes de elites, harmonização pela via dos regimes internacionais e penetração por atores e interesses externos (BENNETT, 1991)	Isomorfismo, cultura, normas internacionais, melhores práticas
Resultados	Viés pró-convergência	Forte viés pró-convergência
Foco relativo ao processo das políticas	Compreensivo: foco nos objetivos das políticas, no seu conteúdo, nos seus instrumentos, resultados, estilos	Seletivo: foco nos objetivos das políticas e no seu conteúdo

Fonte: Levi-Faur & Vigoda-Gadot (2004:4-5).

Neste trabalho, denomino o processo como difusão/transferência, dado o meu intuito de ressaltar a complementaridade entre as abordagens. Como o meu propósito aqui é apenas fazer uma breve síntese desta vasta literatura, para estabelecer alguns balizamentos para a compreensão do que há de inovador neste trabalho, apresento a seguir, no Quadro 2, o que os próprios autores, em um artigo amplamente citado, denominaram de “Modelo de Dolowitz & Marsh”, que se pretende um modelo analítico, mas que deve ser lido, eu acredito, como

uma síntese das principais indagações que têm sido endereçadas ao fenômeno da difusão/transferência e que têm informado a maior parte das investigações³. O “modelo” apresenta respostas sintéticas para oito importantes questões relativas ao processo de difusão/transferência, que devem ser verificadas na empiria, quais sejam: (a) Por que ocorre a transferência de políticas públicas? As respostas a essa questão variam em um *continuum* que vai da opção voluntária à coerção; (b) Quais atores estão envolvidos neste processo?; (c) O que é transferido?; (d) De onde são extraídas as lições ou de onde vem o aprendizado?; (e) Quais são os distintos graus da transferência?; (f) Quais são os constrangimentos sobre o processo de transferência?; (g) Como se pode demonstrar a ocorrência da transferência?; (h) Como a transferência pode levar ao fracasso da política?

³ Para uma contundente crítica ao trabalho de Dolowitz & Marsh, ver James & Lodge (2003).

Por que transferir?		Quem está envolvido na transferência?		O que é transferido?	De onde?		Graus de transferência	Constrangimentos à transferência	Como demonstrar a transferência de políticas	Como a transferência leva ao fracasso da política
		Voluntário	Misturas		Coerção	Passado				
Lições aprendidas (lesson drawing) (Perfeita Racionalidade)	Lições aprendidas (Racionalidade Limitada)	Representantes eleitos	Partidos políticos	Políticas (Objetivos) (conteúdo) (instrumentos)	Interno	Governos regionais	Cópia	Complexidade da política (Jornal) (Revista) (TV) (Rádio)	Mídia	Transferência não informada (<i>uninformed</i>)
	Pressões internacionais	Burocratas/ Servidores públicos	Programas		Global	Governos regional estadual local	Emulação	Políticas pretéritas	Relatórios (Comissionado) (não comissionado)	Transferência incompleta
	(Imagem) (Consenso) (Percepções) Externalidades	Grupos de pressão	Instituições	Ideologias		Governos municipais	Misturas	Possibilidade estrutural institucional	Conferências	
	Condicionalidade	Consultores								
	(Empréstimos) (Condições vinculadas à atividade comercial)	Corporações transnacionais		Atitudes/ valores culturais		Autidades locais	Inspiração	(Ideologia) (proximidade cultural) (tecnologia) (económico) (burocrático)	Encontros/ visitas	Transferência inapropriada
	Obrigações	Instituições supranacionais	Lições negativas			Relações passadas		Língua	Declarações (escritas) (verbais)	

Quadro 2 – O Modelo Dolowitz & Marsh para o estudo da Transferência de Políticas Públicas

Fonte: Dolowitz & Marsh (2000:9).

A busca por soluções alhures para problemas domésticos (ou por inovações nas políticas públicas) tem sido explicada de diversas maneiras, que a primeira coluna do Quadro 2 procura apresentar de modo sintético, ainda que certamente lacunar. A ortodoxia ensinava que a mudança nas políticas públicas era derivada principalmente de pressões sociais. Essa visão tradicional, hoje amplamente questionada, complementada ou simplesmente relegada a um plano secundário, quer estivesse ancorada no pluralismo, no neopluralismo, no corporativismo ou no marxismo, pressupunha um governo relativamente passivo (BENNETT & HOWLETT, 1992). Como é bem sabido, a emergência do neoinstitucionalismo se encarregou de resgatar, no plano analítico/acadêmico, a agência do Estado e de seus atores.

No subcampo da análise de políticas públicas, contudo, o trabalho de Heclo (1974) é muitas vezes pensado como outro divisor de águas, uma vez que, ao questionar as teorias baseadas no conflito, o autor, enfatizando o papel das ideias (FARIA, 2003), abre o caminho para o desenvolvimento de abordagens explicativas do processo de produção das políticas centradas na aquisição e utilização do conhecimento (BENNETT & HOWLETT, 1992). A seguinte passagem do trabalho de Heclo tem sido amplamente citada e merece ser reproduzida aqui:

A tradição nos ensina que a política é constituída pelo conflito e pelo poder. Essa é uma visão parcial (*blinkered view*) da política e particularmente ofuscante quando aplicada à política social. A política tem a sua fonte não apenas no poder, mas também na incerteza – homens se perguntando coletivamente sobre o que deve ser feito (...) Os governos não apenas exercem o “poder” (...) eles também quebram a cabeça (*they also puzzle*). O processo de produção das políticas públicas (*policy making*) é uma forma de perplexidade (*puzzlement*) coletiva em benefício da sociedade; ele requer tanto decisão quanto conhecimento (...). Muito da interação política constituiu um processo de aprendizagem social expresso através das políticas (HECLO, 1974:305-306).

Eu acredito ser possível sugerir que a literatura sobre difusão/transferência de políticas permaneceu, por algum tempo, circunscrita à dicotomia opção/coerção ou simplesmente focada na problemática da incerteza, que justificava tanto o “empréstimo” ou a “importação” de políticas quanto o crescente papel das redes ou mesmo das comunidades epistêmicas (HAAS, 1992). Mais recentemente, porém, com a expansão, diversificação e sofisticação teórica e metodológica

da subárea, diversas outras teorias foram desenvolvidas. Revisando a fortuna crítica do subcampo, Dobbin, Simmons & Garrett (2007) apresentam as quatro principais teorias que teriam sido desenvolvidas pelas Ciências Sociais para a compreensão da “difusão global de políticas públicas”, quais sejam: a abordagem construtivista; aquela dos “teóricos da coerção”; a teoria da competição; e a teoria do aprendizado. Weyland (2005), por seu turno, assinala, seguindo diversos outros autores, que, se os estudiosos da subárea têm investigado em que medida os modelos externos influenciam a produção das políticas e através de quais canais eles exercem influência, “eles raramente enfocaram os mecanismos causais que conduzem a difusão” (:263-264). Com base em um estudo sobre a difusão da reforma previdenciária na América Latina, o autor conclui que:

(...) contrariamente à abordagem da pressão externa, os tomadores de decisão do plano doméstico têm autonomia significativa; contrariamente à abordagem da imitação normativa (*normative imitation approach*), objetivos meramente utilitários guiam a formulação de políticas; e contrariamente à abordagem do aprendizado racional, os tomadores de decisão normalmente utilizam atalhos inferenciais (*inferential shortcuts*), especialmente as três principais heurísticas documentadas pelos psicólogos cognitivistas – disponibilidade (*availability*), representatividade (*representativeness*) e ancoragem (*anchoring*) (WEYLAND, 2005:264).

Se na América Latina a proliferação de reformas previdenciárias espelhadas na experiência chilena, concentrada na década de 1990, pode ser considerada uma “onda de difusão” pautada pelo Consenso de Washington, talvez possamos considerar a difusão regional dos programas de transferência condicionada de renda, mais recente, como uma nova “onda de difusão” (BASTAGLI, 2009). Em que medida ela é “inspirada” nas experiências do Brasil e do México, que adotaram programas-piloto em 1995, é uma questão que parece ainda carecer de investigação mais cuidadosa. O empenho do governo Lula em promover a difusão de políticas e programas sociais desenvolvidos no Brasil, porém, se hoje reconhecido, longe está de ser plenamente conhecido, mesmo sendo crescente a bibliografia dedicada à expansão e mudança de direção da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD) ofertada pelo país durante a gestão Lula (AYLLÓN & LEITE, 2010; FARIA & PARADIS, 2013).

A investigação aqui proposta, porém, não pretende procurar explicações para a convergência regional de políticas sociais, com o intuito de dar sentido a essa nova “onda de difusão” na região, até porque o foco da pesquisa não

se restringirá aos programas de transferência condicionada de renda. O meu objetivo principal, como já explicitado, é explorar, em um trabalho comparativo, as conexões possíveis entre política externa e difusão internacional de políticas sociais, em um empreendimento que me parece inovador.

A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: a experiência do governo Lula (2003-2010)

A despeito da grande ênfase conferida pelo governo Lula, em sua estratégia internacional, às questões sociais, o que é perceptível tanto no plano retórico/discursivo como nas iniciativas de política externa do país, poucos analistas ressaltaram esse fato. Lima & Hirst (2006), entretanto, afirmaram que a “inclusão da agenda social como uma questão central dos assuntos internacionais foi uma das primeiras e mais importantes inovações” (:22). No discurso das autoridades brasileiras do período, mencionava-se, frequentemente, o caráter “humanista” ou “solidário” da atuação internacional do país (FARIA & PARADIS, 2013)⁴. Essa nova ênfase da política externa brasileira deve ser vista como um instrumento para a consecução do objetivo de priorizar o eixo Sul-Sul, (re)aproximando o Brasil dos demais países da periferia do capitalismo, o que foi justificado, como veremos, tanto por motivos domésticos, como regionais e sistêmicos. Essa estratégia foi colocada em prática, *inter alia*, por intermédio da ampliação e redirecionamento da ajuda internacional concedida pelo país, pela transferência de recursos e de tecnologias e por uma ênfase na difusão, aos países parceiros, de algumas das políticas e dos programas, principalmente os sociais, mas não apenas, desenvolvidos com sucesso no plano doméstico. Nesta seção do trabalho, discutiremos: (a) a maneira como esse viés “humanista” e “solidário” da política externa do governo Lula apareceu e foi instrumentalizado no discurso das autoridades do país; (b) as razões e lógicas dessa inovação; e (c) apresentarmos um mapeamento, muito sumário, dessas iniciativas, destacando áreas e parceiros preferenciais.

No plano discursivo, essa inovação na política externa do país seria anunciada reiteradas vezes, tanto pelo presidente como pelo seu ministro das Relações Exteriores, frequentemente de maneira enfática, e desde o início da gestão presidencial, em 2003. Ainda que o viés humanista e solidário da inserção internacional do país possa ser justificado pelo fato de o próprio Lula ter, em

⁴ O início desta segunda seção do trabalho sintetiza parte da discussão feita por este autor em Faria & Paradis (2013).

sua infância e juventude, experimentado a pobreza, a fome e a exclusão, o que certamente emprestou credibilidade às iniciativas que seriam adotadas, tal ênfase encontra justificativa, também, nos planos doméstico e extranacional. É necessário que se note, como corretamente apontado por Lima & Hirst, que “a luta do governo contra a pobreza e a desigualdade de renda no plano doméstico e a sua política externa assertiva e ativa podem ser vistas como os dois lados da mesma moeda” (2006:21).

Já em seu discurso de posse, Lula conclamava a nação a transformar o “fim da fome em uma grande causa nacional”, em uma “cruzada”. “Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional.” A grande prioridade seria construir uma “América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social”. O Brasil iria respaldar os esforços para transformar as Nações Unidas e suas agências em instrumentos eficientes para promover o “desenvolvimento social e econômico, o combate à pobreza e às desigualdades”. “Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.”⁵

A mensagem que Lula levou a Porto Alegre (III Fórum Social Mundial) e para Davos (*World Economic Forum*) mais tarde naquele mesmo janeiro de 2003 foi a mesma: ressaltando que a sua vitória eleitoral significava esperança não apenas para os brasileiros, mas também para os movimentos de esquerda de todo o mundo, Lula afirmou que não era mais possível a manutenção de uma ordem econômica que permitisse que crianças fossem dormir com fome. “A verdade é que os problemas sociais do mundo nunca tinham sido discutidos em Davos”, disse Lula em Porto Alegre. Dois dias depois, o novo presidente brasileiro afirmou em Davos que a “construção de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática, não é somente um ato de generosidade, mas, também, e principalmente, uma atitude de inteligência política”. Para

⁵ Todos os discursos citados nesta seção foram acessados no sítio do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa>. Acesso em 14 de agosto de 2010. As citações foram selecionadas dos discursos proferidos por Lula e por seu chanceler Celso Amorim, durante os seus oito anos de governo (2003-2010), que tiveram por objeto a política externa e que estão disponíveis no sítio do MRE, o qual tenta publicizar todos os pronunciamentos oficiais. Todos os discursos foram lidos e as citações feitas neste artigo foram selecionadas tendo em vista os objetivos do trabalho, mencionados há pouco.

justificar a sua proposição de se criar um fundo internacional para combater a miséria e a fome no terceiro mundo, Lula disse que “[...] É necessário admitir que, muitas vezes, a pobreza, a fome e a miséria são o caldo de cultura onde se desenvolvem o fanatismo e a intolerância”. O seu discurso em Davos foi finalizado da seguinte maneira: “Precisamos, urgentemente, nos unir em torno de um pacto mundial pela paz e contra a fome. E, fiquem certos, o Brasil fará a sua parte”.

Lula via, como parte das suas atribuições, a tarefa de convencer lideranças, sensibilizar audiências e pautar a agenda internacional, o que fica imediatamente evidente quando se examina a sua agenda e quando se leem os seus inúmeros discursos. Porém, Lula pôde contar com mais do que um discurso moral, o seu carisma pessoal e sua própria história de vida para sustentar a sua “cruzada”. Ele também apresentaria, de maneira recorrente, como uma espécie de boa prática a ser emulada, as políticas sociais criadas ou aprimoradas durante o seu governo, como o Programa Fome Zero e o programa brasileiro de transferência condicionada de renda, denominado Bolsa Família, que viria a se tornar o maior do mundo em sua categoria. Em 2011, o ex-ministro de Lula, José Graziano da Silva, seria eleito diretor-geral da FAO (*UN Food and Agriculture Organization*). Lula disse uma vez que o “Brasil quer se orgulhar de ser o primeiro país a cumprir todas as Metas do Milênio estabelecidas em Roma” (30ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, Brasília, 16/04/2008). De fato, o Brasil conseguiu cumprir a primeira meta (“erradicar a extrema pobreza e a fome”) bem antes do previsto. No entanto, não apenas as políticas domésticas foram louvadas e difundidas. Os programas sociais financiados pelo Fundo do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), por exemplo, foram premiados pela ONU e anunciados como uma “boa prática”.

Tanto Lula como seu chanceler Celso Amorim ressaltaram diversas vezes o caráter “humanista” que marcava a mobilização brasileira tanto no plano doméstico como no internacional. De acordo com a lógica que estava sendo difundida, a “luta contra a exclusão e a desigualdade, repito, não é mera decorrência do crescimento – mas sim, sua mola mestra”. Como Lula havia recriminado, de maneira enfática, a invasão do Iraque, que aconteceu em 20 de março de 2003, ele diria, repetidas vezes, que a “nossa guerra [é] contra a fome e a pobreza. Aliás, a única guerra que nos interessa”. Mas talvez o argumento mais contundente utilizado por Lula, igualmente repetido pelo presidente inúmeras vezes em seus discursos mundo afora, tenha sido que seria possível considerar a fome como a mais letal das armas de destruição em massa,

uma vez que ela matava “24 mil pessoas por dia e 11 crianças por minuto”, afetando aproximadamente um quarto da humanidade. Como explicitado vezes sem conta, o objetivo era “transformar a fome em um problema político”. “Não teremos êxito no combate à fome se não mudarmos radicalmente os padrões de cooperação internacional. É preciso virar a página dos modelos impostos de fora” (Lula, *World Summit on Food Security*. Roma, 16/11/2009). “Com o Fundo IBAS, estamos provando que não é preciso ser rico para ser solidário, que é possível ajudar sem ingerência nos assuntos internos de outras nações” (Lula, *4th Summit of IBSA*. Brasília, 15/04/2010).

A retórica da solidariedade também foi frequentemente apresentada como parte da defesa do interesse nacional brasileiro, que foi definido uma vez por Celso Amorim como o bem-estar do povo brasileiro. Os esforços diplomáticos brasileiros nas organizações multilaterais, especialmente na Organização Mundial do Comércio (OMC), em que o país liderou a articulação do G20, em 2003, procurando viabilizar a liberalização do comércio internacional de produtos agropecuários, também foram vinculados à necessidade de construção não apenas de um sistema internacional mais equitativo, mas também da justiça social. Como Lula disse inúmeras vezes, “não haverá paz e segurança sem desenvolvimento econômico e justiça social” (Lula, *Press conference on the World Fund to Combat Poverty*. Genebra, 30/01/2004).

Tendo como alvo os pesados subsídios ofertados pelos Estados Unidos e pela Europa aos seus produtores, tanto Lula como Amorim enfatizaram diversas vezes que “não é possível que as vacas, em alguns países desenvolvidos, recebam mais de 2 dólares em subsídios a cada dia, enquanto metade da população do globo tem que sobreviver com menos do que isso” (Lula, *World Bank Conference on the Fight against Poverty*. Shanghai, 26/05/2004).

Em outro discurso, Lula afirmou que o “montante de recursos gastos com subsídios agrícolas equivale a seis vezes o valor adicional necessário, a cada ano, para viabilizar o cumprimento das Metas do Milênio” (*Celebration of the 60th anniversary of FAO*. Roma, 17/10/2005). De acordo com Amorim, “nós conseguimos, pela primeira vez na história da diplomacia comercial, juntar dois objetivos que pareciam antagônicos: a liberalização comercial e a justiça social. Isso só foi possível com esse pano de fundo que o presidente Lula, de certa maneira, criou com a sua verdadeira cruzada de combate à fome” (Reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Brasília, 26/10/2004).

Finalmente, mas não menos relevante, devemos recordar a relevância e oportunidade de um termo cunhado pelo chanceler Amorim: “não indiferença”.

Se a não intervenção e a defesa da autodeterminação dos povos têm sido tradicionais balizas da diplomacia brasileira, como ressaltado por diversos analistas, o novo conceito da “não indiferença” foi inicialmente empregado para justificar a liderança da missão da ONU no Haiti (MINUSTAH), assumida pelo Brasil em 2004, missão esta que foi estabelecida sob o capítulo 7 da Carta das Nações Unidas. O termo seria posteriormente utilizado, pelas autoridades diplomáticas brasileiras, na tentativa de legitimar não apenas a crescente assistência humanitária prestada pelo país, mas também iniciativas internacionais como o perdão da dívida dos países mais pobres e a cooperação técnica para o desenvolvimento, prestada pelo Brasil com o objetivo de promover o desenvolvimento social em outros países do terceiro mundo. Se depois da Guerra do Iraque o *right to intervene* foi amplamente utilizado pelos Estados Unidos em sua Guerra contra o Terror, a “não indiferença” também procurava legitimar uma espécie de intervenção, mas em nome da justiça social (LIMA, 2005a). Com a forte participação brasileira no Haiti, Amorim acreditava que o país estava “criando um novo paradigma de cooperação internacional para a solução de conflitos. (...) O que desejamos é que nossa ação no Haiti seja um modelo, neste momento em que a ONU passa por profundas transformações” (AMORIM, Seminário de Alto Nível sobre Operações de Manutenção da Paz. Brasília, 05/02/2007).

É possível afirmarmos, então, que Lula, em sua “cruzada” (ou “apostolado”, como Amorim também disse uma vez), trabalhou arduamente para pautar a agenda internacional e difundir o exemplo e as políticas brasileiras, tornando-se uma espécie de empreendedor internacional de políticas. Nessa tarefa, o ex-presidente brasileiro acabou sendo muito bem-sucedido, o que é evidenciado, por exemplo, pelo fato de Lula ter recebido da FAO, em maio de 2010, a *Medal of the Food Day*, tendo também sido declarado *World Champion of the Fight Against Hunger*. No ano subsequente ele recebeu o *2011 World Food Prize*.

Mas como se pode compreender uma tal “cruzada”? Quais são as razões a sustentar o viés humanista e solidário da política externa desenvolvida pelo Brasil durante o governo Lula? Mesmo que motivações individuais, psicológicas, possam facilmente ser evocadas para explicar o fato de a política externa brasileira ter sido pautada, no período em questão, pela questão social, como já ressaltado, nos parágrafos seguintes serão enfatizadas as variáveis doméstica, regional e sistêmica⁶.

⁶No “Colóquio Brasil: Ator Global”, acontecido em Paris no dia 13 de julho de 2005, Lula disse: “Pela minha própria trajetória de vida e experiência política, [a luta contra a fome e a miséria] é uma prioridade pessoal. Sempre tive consciência de que essa tarefa não era apenas dos brasileiros, mas de todas as nações. A fome e a pobreza têm determinações internacionais”.

Inicialmente, devemos ressaltar que, se o governo do Partido dos Trabalhadores e o “Lulismo” têm sido rotulados como “pragmáticos”, pelo menos em comparação com outros governos do “giro à esquerda” latino-americano dos anos 2000, parece-nos difícil distinguir as razões políticas e ideológicas por trás da adoção desse viés “humanista” da política externa do Brasil daquelas de ordem mais pragmática. Seja como for, parece ser aconselhável nos perguntarmos se realmente existe política sem ideologia.

Lula venceu as eleições presidenciais de 2002 após ter disputado as três eleições anteriores. A sua vitória foi possível não apenas em função da grande mobilização nacional liderada por seu partido (Partido dos Trabalhadores – PT) e de seu carisma. Os seus apelos por justiça social durante a campanha foram combinados com a promessa de preservação da ortodoxia da política econômica do país, que teve o objetivo de acalmar os mercados e ganhar a confiança da classe média. As políticas neoliberais de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não seriam superadas ao preço da instabilidade. Como a ortodoxia econômica caracterizou o primeiro mandato de Lula, a nova administração, além de estancar o processo de privatização que havia sido acelerado no governo anterior, imediatamente começou a colocar em prática as políticas externa e social há muito pregadas pelo Partido dos Trabalhadores.

De acordo com o planejamento e as expectativas governistas, essas duas políticas, os “dois lados da mesma moeda”, abririam o caminho para o projeto de transformação econômica e social do país. Contudo, se a mudança social e econômica seria atingida de maneira gradual, a autoestima dos brasileiros poderia ser rapidamente elevada se induzida pela veemência do discurso acerca da justiça social e por uma reapreciação do lugar do Brasil em um mundo em transformação. Se o país efetivamente viveu anos de crescimento econômico sustentado, isso se deveu tanto à boa fortuna externa (particularmente ao *boom* das *commodities*) quanto à progressiva expansão do mercado interno, produzida pelas políticas sociais, pelos aumentos sucessivos do salário mínimo, por novas formas de acesso ao crédito e pela criação de milhões de novos postos de trabalho. A mobilidade social ascendente, a ampliação do consumo e da renda e um novo sentido de orgulho coletivo pelo país (BURGES, 2005; ANDERSON, 2011), por seu turno, fortaleceram o papel de liderança que o Brasil passou a exercer em diversas arenas internacionais. Esses elementos seriam comparados à crescente desigualdade produzida durante o governo anterior e à fidelidade diplomática aos Estados Unidos, com nenhum impacto doméstico visível, que, segundo a retórica petista, era a diretriz básica dos social-democratas.

Em resumo, podemos afirmar que, no plano doméstico, a estratégia de uma inserção internacional orientada pela solidariedade, que privilegiava o eixo Sul-Sul, foi produzida, legitimada e reforçada por uma diversidade de fatores, quais sejam: as singularidades da liderança política brasileira, pela competição político-eleitoral e pela necessidade de garantir o desenvolvimento econômico. Após a eclosão da crise financeira internacional, no final de 2008, durante o segundo mandato de Lula, a economia brasileira foi uma das primeiras do mundo a se recuperar. Uma tal performance foi atribuída, em ampla medida, aos impactos tanto da política externa quanto da social, uma vez que a demanda interna manteve a máquina em funcionamento e que as exportações brasileiras não mais dependiam principalmente dos países desenvolvidos, que sentiram a crise mais imediata e drasticamente (a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil em 2009).

Fatores regionais também desempenharam um papel importante, uma vez que a nova política externa brasileira procurava reforçar a tradicional prioridade dada pelo país à América do Sul, dando à região toda uma nova ênfase. Rapidamente se tornou evidente que o tipo de liderança regional inicialmente advogada por Lula e por outras lideranças do PT, um anseio por liderança abertamente explicitado e por vezes arrogante, não teria resultados positivos. Se as enormes assimetrias regionais, quase por si mesmas, tornavam suspeitas muitas das iniciativas brasileiras, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, por intermédio da ALBA e de sua petrodiplomacia, também estava deixando evidentes as suas ambições regionais (BURGES, 2007).

Durante o governo Lula, as aspirações brasileiras pelo exercício da liderança regional foram sustentadas por diversas razões, que se reforçaram mutuamente, quais sejam: substituir o regionalismo aberto da década de 1990 por estruturas e arranjos pós-liberais, supostamente capazes de promover objetivos políticos, estratégicos e sociais tidos como compartilhados; minimizar os impactos da hegemonia norte-americana sobre a região; promover o comércio regional e os interesses internacionais das companhias brasileiras (e recorde-se que o governo Lula concedeu amplos e sistemáticos incentivos para a internacionalização das empresas brasileiras); respaldar, direta e indiretamente, lideranças políticas dos países vizinhos que demonstrassem sintonia com o projeto petista; e, finalmente, mas não menos importante, ao contrário, transformar a região em uma plataforma para a consolidação do Brasil como um ator global. A pretendida liderança brasileira teria, assim, que se pautar na solidariedade e no humanismo, o que também demandava uma disposição, por parte do Brasil, de agir como um *paymaster* da integração regional.

No que diz respeito aos constrangimentos e oportunidades, oriundos do sistema internacional, para o desenvolvimento das estratégias brasileiras, o impacto global dos atentados terroristas do 11 de setembro de 2001 tem relevância central. Tendo a resposta norte-americana assumido a forma de uma Guerra ao Terror, que selou a (re)securitização da agenda internacional e fez com que os Estados Unidos concentrassem a sua atenção em outras partes do globo, os países latino-americanos viram-se livres para a definição mais autônoma de seus objetivos nacionais. O legado das políticas neoliberais das décadas de 1980 e 1990, muitas vezes considerado ruinoso, certamente cumpriu um papel importante, uma vez que tornou possível a emergência da chamada “onda rosa”, ou seja, do “giro à esquerda” na região. A retórica das autoridades brasileiras, ao sustentar uma postura humanista e solidária, bem como as políticas implementadas pelo país no plano doméstico e difundidas no âmbito internacional, contribuíram para uma redefinição das clivagens Norte-Sul. A Guerra ao Terror foi contrastada à guerra contra a pobreza, e os objetivos autointeressados da liberalização comercial, bem como a hegemonia das poucas nações desenvolvidas sobre os mais relevantes regimes internacionais, começaram a ser denunciados de maneira veemente tanto nas ruas como por intermédio das novas lideranças dos países em desenvolvimento.

As antigas ambições acalentadas pelo Brasil de reformar a estrutura institucional do sistema internacional, particularmente a ONU, em cujo Conselho de Segurança o país demanda um assento permanente, também são pensadas por muitos como uma importante motivação para a prioridade dada ao eixo Sul-Sul. Isso porque novas parcerias no plano internacional e a ampliação dos beneficiários da cooperação para o desenvolvimento prestada pelo Brasil poderiam também garantir um mais amplo respaldo político às ambições do país, podendo eventualmente redundar em apoio eleitoral nas organizações internacionais.

A eclosão da profunda crise financeira de 2008, que ainda limita o ímpeto internacional e a influência dos países desenvolvidos, tem sido interpretada na periferia como um sinal e como uma oportunidade. A transformação dos BRICs, de um acrônimo em um grupo de países emergentes que tentam coordenar o seu posicionamento internacional, e a sua subsequente expansão para incorporar a África do Sul são fenômenos que devem ser pensados como apenas mais uma manifestação daquela percepção.

Tendo analisado a retórica da solidariedade e do humanismo na política exterior do governo Lula e apresentado brevemente as razões domésticas,

regionais e sistêmicas que justificam essa inovação na política, devemos agora discutir como essa inovação foi traduzida em prática.

O viés “humanista” da política externa brasileira ganhou materialidade por intermédio de uma série de projetos, atividades e programas, implementados por uma rede de organizações governamentais e não governamentais, com distintos graus de institucionalidade. Essas iniciativas incluíram: (a) a provisão de cooperação técnica Sul-Sul; (b) a ajuda humanitária a países vitimados por desastres naturais ou conflitos; e (c) o perdão da dívida de países mais pobres. Apresentaremos, a seguir, um mapeamento sintético, certamente não exaustivo, das iniciativas (a), que é onde se concentram, em grande medida, os esforços brasileiros de difusão ou de busca de exportação de suas políticas e programas sociais.

Desde o início do governo Lula, a chamada cooperação técnica para o desenvolvimento (CTPD) (ou cooperação técnica Sul-Sul ou cooperação horizontal) passou a ser “reforçada”, como assinalado por Puente (2010), o que é evidenciado, por exemplo, pela ampliação do orçamento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Ministério de Relações Exteriores. De acordo com a ABC, a CTPD brasileira procura fortalecer as relações do país com os demais países em desenvolvimento, apoiando projetos que sejam prioridades nacionais dos países parceiros, que tenham o envolvimento de instituições locais e sejam capazes de produzir um impacto significativo e multiplicar os seus efeitos nos países parceiros (ABC, 2010).

De acordo com um relatório do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o número de projetos implementados pela ABC aumentou muito durante o governo Lula. Em 2003, a ABC iniciou 34 projetos. Em 2009, foram iniciados 96 projetos (MRE, 2011). No que diz respeito aos países beneficiários, em 2009, 50% dos projetos foram implementados em países africanos, 39% em países da América do Sul e Central e no Caribe e 11% na Ásia e no Oriente Médio. Esses projetos e iniciativas foram das seguintes áreas: agricultura (21,86%), saúde (16,28%), educação (12,12%), meio ambiente (7,43%) e segurança pública (6,28%). Os projetos na área do desenvolvimento social representaram 5,31% das iniciativas (*Ibid.*).

Até 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que foi criado em 2003, tinha assinado 62 acordos de cooperação internacional, na forma de memorandos, projetos de cooperação, cartas de intenção e outros formatos. A maioria desses acordos era parte da cooperação Sul-Sul provida pelo país (MDS, 2010).

A grande centralidade conferida pelo governo Lula à “questão social” em sua agenda internacional pode ser atestada, também, a partir de uma análise do conteúdo dos “atos internacionais” firmados pelo Brasil durante os seus oito anos de governo⁷. Essa pesquisa é facilitada pelo fato de o Departamento de Atos Internacionais (DAI) do MRE disponibilizar, em seu sítio na internet, um banco de dados que permite não apenas o acesso aos atos bilaterais e multilaterais assinados pelo país, mas também a pesquisa através de palavras-chave e do cruzamento de distintos filtros. Uma comparação entre os dois mandatos de FHC (1995-2002) e os dois mandatos de Lula (2003-2010) mostra-se reveladora. A nossa comparação destacará apenas os atos bilaterais, dado o pressuposto de que fica reduzida a capacidade de influência do país nos atos multilaterais, quando comparada aos bilaterais. O referido sítio registra a assinatura de 845 acordos bilaterais durante o governo FHC, número este que mais do que dobrou durante o governo Lula (1.896 atos bilaterais firmados), o que comprova o notável ativismo internacional do Brasil durante os anos Lula. Interessa-nos observar, porém, o resultado da pesquisa com a utilização da palavra-chave “desenvolvimento social”. Se a expressão “desenvolvimento social” aparece no título de apenas três atos bilaterais firmados durante o governo FHC e no título de onze acordos bilaterais assinados durante o governo Lula, a busca por essa palavra-chave no texto dos atos bilaterais nos revela o seguinte quadro: enquanto a expressão aparece em 576 dos acordos firmados durante o governo FHC (ou 68,2% do total), ela aparece em 1.546 dos 1.896 acordos bilaterais firmados no governo Lula (81,2%)⁸. Mesmo admitindo a possibilidade de lacunas nesses registros oficiais do DAI, acredito que os dados apresentados comprovam a maior ênfase conferida pelo governo Lula, também em sua agenda internacional, às questões sociais, tendo o país assumido crescentes responsabilidades no combate à fome e à pobreza também no plano internacional, sempre com base na cooperação Sul-Sul.

Note-se, porém, que, até aqui, a nossa discussão esteve fortemente concentrada em um subcampo das políticas sociais que no Brasil é denominado “assistência social”, que, diga-se, não é sinônimo de desenvolvimento social. Deixando de enfrentar, neste trabalho, os problemas conceituais e aqueles relativos à classificação das distintas políticas sociais, também ela problemática, cabe recordarmos que subáreas como a da saúde e da educação não apenas

⁷ São as seguintes as distintas modalidades de “atos internacionais”: tratado; convenção; acordo; ajuste ou acordo complementar; protocolo; memorando de entendimento; convênio e acordo por troca de notas.

⁸ Fonte: Sistema Consular Integrado no site do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil. Acesso em 25 de abril de 2012.

são mais institucionalizadas no Brasil como também no sistema internacional, o que envolve, por exemplo, organizações internacionais tão relevantes como a OMS, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Unesco. Cabe ressaltarmos, ainda, que nas organizações internacionais sul-americanas, de formação mais recente, a preocupação com a saúde pública e com a educação está também amplamente institucionalizada. Nessas duas subáreas, o Brasil tem protagonismo internacional já antigo, atuando não apenas no mercado de importação e exportação de políticas, programas, técnicas e formas de atuação, mas também na construção das diretrizes e regras que pautam e estruturam os regimes internacionais da saúde e da educação.

No que diz respeito à saúde, Cepik e Sousa contabilizaram, para o ano de 2009, “mais de 150 ações de cooperação internacional em saúde desenvolvidas pelo Brasil” (2011:126). Esse trabalho nos importa, ainda, na medida em que realiza um mapeamento da cooperação internacional do Ministério da Saúde (MS) quando do início do primeiro mandato de Lula (2003), ressaltando não apenas sua diversidade e intensidade, mas também: (a) o fato de o Ministério receber diversas demandas de cooperação de outros países, em um processo que é, em ampla medida, paralelo ou desconectado da atuação do Ministério das Relações Exteriores e das diretrizes da política externa do país (dito de outra maneira, o MS tem, em ampla medida, uma agenda internacional que lhe é própria e que já era muito intensa mesmo antes do início do governo de Lula); e (b) a falta de coordenação intraorganizacional (no interior do MS) e intragovernamental (entre os diversos ministérios). Vale recordarmos, ainda, que o termo “diplomacia da saúde” tornou-se, também no Brasil, amplamente divulgado [ver, entre muitos outros trabalhos: Souza (2012) e Buss e Ferreira (2012)]. Parece possível afirmarmos que algo muito semelhante ocorra também na área da educação [veja-se, por exemplo, (Beshara & Pinheiro (2012), e Candeas (2012)]. Na verdade, os diversos ministérios brasileiros têm hoje autonomia legal e uma relativa capacidade institucional para atuarem na seara internacional, sendo um desafio para o Itamaraty (MRE) a coordenação dessa miríade de iniciativas internacionais e a sua instrumentalização em benefício da política externa do país (FARIA, 2012).

Ainda no que concerne o foco de nossa discussão, outra lacuna deve ser reconhecida e explicitada: uma análise exaustiva da difusão de políticas sociais do e para o Brasil deveria considerar, também, o papel desempenhado pelas organizações internacionais (OIs), que têm hoje ampla atuação nesse sentido. Essa atuação e as relações triangulares que envolvem as OIs (Brasil-OIs-outros países) não serão consideradas aqui.

O que fica claro, contudo, é que, na estratégia de inserção internacional perseguida pelo governo Lula, a assistência social, entre as demais políticas sociais, parece ter sido aquela mais explícita e recorrentemente associada à política externa do Brasil⁹.

A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: a experiência do governo Chávez (1999-2013)

O embaixador e analista venezuelano Edmundo Urrutia, em trabalho recente, fez a seguinte apreciação acerca dos conflitantes projetos regionais acalentados (e liderados) pelo Brasil e pela Venezuela Bolivariana:

Um novo mapa geopolítico regional tende a se consolidar no espaço sul-americano em torno de novas lideranças e do surgimento de novas instâncias de integração. Nesse novo tabuleiro geopolítico, convergem duas visões contrapostas, com potenciais dimensões antagônicas: a visão geoestratégica, militarista, populista, confrontacional e ideologizada de Hugo Chávez, assumindo um crescente papel de protagonista com a construção de alianças intrarregionais (ALBA) e extrarregionais (Rússia, Irã, China), que utiliza o petróleo como ferramenta de suporte de suas políticas e um discurso ultraradical e de ruptura com os Estados Unidos. Em contraposição, está o modelo de Lula, com uma visão multidimensional, reformista, que evita a confrontação, cuja diplomacia se move com equilíbrio, maior planejamento, discrição e eficácia, e que soube não só neutralizar o discurso do mandatário venezuelano, mas impor-se sistematicamente aos seus ambiciosos e desmedidos projetos personalistas (URRUTIA, 2011:10).

Ainda que essa síntese dos objetivos e métodos da política externa brasileira para a região possa não estar de acordo com o que pensam os seus críticos domésticos, notadamente aqueles diplomatas de carreira que assumiram

⁹ Lee & Gómez (2011), contudo, ressaltam a proeminência do Brasil na “diplomacia da saúde global” (*global health diplomacy*), sugerindo também que “a reputação do país como um campeão da saúde global foi uma parte importante dos esforços da administração Lula no sentido da elevação do status global do Brasil como um todo” (64). Nessa subárea, contudo, o envolvimento direto do presidente e do seu chanceler foi seguramente menor do que o ocorrido na seara do combate à fome e à miséria, o que talvez possa ser explicado pela confluência dos seguintes fatores: a trajetória pessoal do presidente; ao sucesso, no plano doméstico, de políticas assistenciais (e de tecnologias sociais) que levavam a marca da nova administração, como o Bolsa Família, desenvolvido por um ministério (o MDS, Ministério do Desenvolvimento Social) que foi criado no primeiro ano do governo Lula; e à possibilidade de transformar o combate à fome em um apelo moral capaz de sensibilizar os mais distintos atores, sendo uma “bandeira” que se encontrava carente de respaldo e de institucionalização no sistema internacional.

posições de destaque durante o governo de FHC, eu acredito que, no tocante às ambições e aos métodos do chavismo, a citação anterior reflete com precisão as interpretações prevalecentes sobre a política exterior da República Bolivariana da Venezuela.

É comum, porém, que se defina o ano de 2004, quando o presidente Chávez saiu vitorioso do referendo revogatório e quando se acelerou a elevação dos preços internacionais do petróleo, como um divisor de águas também na política externa venezuelana. Nos primeiros anos do governo Chávez (1999-2004), que foram profundamente turbulentos no plano interno, cujo epicentro foi o golpe de 2002 e as greves de 2002-2003, a ação internacional do país teria preservado diretrizes tradicionais, como a busca de um maior equilíbrio internacional e o incentivo à integração regional (URRUTIA, 2006). Após 2004, porém, com o “trânsito da experiência venezuelana de uma revolução nacionalista para uma revolução socialista” (ROMERO, 2010:15), Chávez põe em prática uma “nova e ambiciosa estratégia internacional”, cujos lances mais visíveis, dentre tantos outros, teriam sido a retirada do país da Comunidade Andina de Nações (CAN), o seu ingresso no Mercosul, a criação da *Telesur* e do *Banco del Sur*, a proposta de criação de uma OTAN sul-americana e a compra de armamentos da China e da Rússia (URRUTIA, 2006:159).

Se não nos interessa, aqui, uma apreciação mais detalhada da evolução do regime chavista e de sua política exterior, parece-nos útil, em função de nossos propósitos, a exposição sintética das principais características do regime político venezuelano na era Chávez formulada por Sánchez, que é apresentada na tabela a seguir:

Tabela 1**Características do regime político venezuelano no governo de Hugo Chávez**

IDEÁRIO	Recuperação da noção de povo no discurso político e como sujeito das políticas públicas. Ideologia revolucionária. Discurso anti-imperialista.
MODELO POLÍTICO	Substituição formal do modelo de democracia representativa por outro modelo de democracia protagônica-participativa. Desmantelamento (ao menos no plano formal) da institucionalidade sobre a qual se estruturou o antigo regime representativo.
ATORES POLÍTICOS	Papel ativo dos militares na vida pública expressado no caráter cívico-militar do regime. Deslocamento da antiga elite política, dos partidos políticos que a representavam e de suas bases de apoio.
BASE DE APOIO	Existência de uma base de apoio ao governo pouco institucionalizada. Aumento da polarização social.
TIPO DE LIDERANÇA	Existência de um líder carismático que cultiva uma relação direta com as massas e se apoia nesse poder para promover um discurso populista e opositor a certos fatores da hegemonia mundial e ao que é qualificado como políticas neoliberais.

Fonte: Sánchez (2006, Tabela 1:21-22).

Sem renegar a tradicional identidade da Venezuela como um país andino, amazônico e caribenho, Hugo Chávez, em sua política exterior do pós-2004, “promoveu a visão estruturalista e anticapitalista dos assuntos internacionais”, fomentando a rivalidade entre centro e periferia, a luta anti-imperialista, o desenvolvimento endógeno, a concepção do Estado como instrumento central do desenvolvimento e a construção de um Estado socialista e comunitário (ROMERO, 2010:3), ideais estes subsumidos no *slogan* do “socialismo do século XXI”. Se o petróleo tem sido o principal instrumento da inserção internacional da Venezuela desde muito antes da ascensão de Chávez ao poder, o líder bolivariano inovou não apenas na intensidade do uso da chamada “petrodiplomacia”, mas também ao transformar a companhia petrolífera estatal (PDVSA) em uma das principais agências executoras da política externa. Ressalte-se, também, o papel central que a PDVSA tem desempenhado no financiamento das novas políticas sociais do pós-2004¹⁰.

Por se sustentar simultaneamente no poderio energético do país (a Venezuela tem as maiores reservas mundiais de petróleo fora do Oriente Médio) e em seu compromisso revolucionário é que a política exterior de Chávez foi denominada “bifronte” (ROMERO, 2010).

¹⁰ Segundo Villa, “a nova filosofia da PDVSA é servir como um instrumento da política social por intermédio do Fundo de Investimento Social da companhia, por meio do qual o governo financia a maioria das políticas públicas no âmbito das missões” (Villa, 2011, rodapé 12:320).

No que diz respeito à dimensão das relações internacionais da Venezuela que nos interessa mais especificamente neste trabalho, qual seja, o papel nelas desempenhado pela transferência/difusão de políticas sociais, foi a partir da transição do regime rumo ao “socialismo do século XXI”, e em nome da “solidariedade revolucionária”, que essa vertente social da política externa chavista ganhou destaque, notadamente no plano regional.

É a partir de 2004, também, que a Venezuela de Chávez aprofunda os seus vínculos com Cuba (ALFONSO, 2006; ROMERO, 2008). Essa “aliança estratégica” é a catalisadora dos processos de difusão internacional de políticas sociais capitaneados por Chávez, os quais, como veremos, envolveram tanto a exportação como a importação. Foi após a ascensão de Chávez ao poder, em 1999, que se abriu um novo capítulo nas relações bilaterais, uma vez que, como nos recorda Serbin (2006:80), “desde 1960 a Venezuela havia se constituído como a anti-Cuba por excelência”. Ainda de acordo com esse autor:

Mesmo que forjada na conjuntura específica da Guerra Fria, a experiência cubana aporta dois elementos importantes para a política exterior de Chávez: a necessidade de ampliação da capacidade militar no marco de uma visão estratégica (o que está em sintonia com a formação militar do presidente e com a atribuição de um papel crucial às Forças Armadas) e o desenvolvimento de uma ideologia que inclui apelos à equidade, à solidariedade e à justiça internacional desde uma perspectiva nacionalista, que encontra sua expressão no bolivarianismo de Chávez (SERBIN, 2006:84).

A ALBA, fundada em 2004 por Venezuela e Cuba, e originalmente pensada por Fidel Castro como uma alternativa à ALCA (VILLA, 2011), desempenha, no âmbito regional, papel difusor fundamental, tanto da ideologia quanto da prática “revolucionária” e de suas políticas, incluindo as sociais. Note-se, antes de apreciarmos esse papel difusor com mais detalhe, que a ALBA não se restringe à América do Sul, abarcando também países centro-americanos e caribenhos¹¹. A Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América, denominada desde 2009 como Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), funda-se sobre os seguintes princípios: integração não capitalista dos povos e refutação do neoliberalismo; diversificação comercial;

¹¹ São oito os membros da ALBA (junho, 2012): Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, São Vicente y Granadinas, e Antígua y Barbuda. Para uma discussão acerca do posicionamento do chavismo diante das instituições regionais, ver: Ruiz (2010) e Romero (2011). Para uma interessante análise da resistência dos países caribenhos à petrodiplomacia de Chávez, ver Serbin (2006).

convênios e investimentos intragovernamentais, um sistema de alianças e de segurança comum entre governos progressivos e socialistas, e o fomento a formas não privadas de propriedade (ROMERO, 2010:7). De acordo com Villa:

(...) até hoje a ALBA subsiste com base na mobilização dos recursos petrolíferos venezuelanos, capazes de subsidiar o petróleo consumido por Cuba e parte dos programas sociais em curso na Bolívia, Equador e Nicarágua. Em outras palavras, a ALBA é um tipo de clientelismo de política externa (*foreign policy clientelism*) que funciona com base na troca de petróleo (ou de seus recursos) por influência (VILLA, 2011:313).

O fato de a ALBA ter sido inicialmente concebida como uma “Alternativa” à ALCA é também um reflexo da postura antiamericanista do chavismo, que é central nos processos que nos interessam neste trabalho. Romero & Corrales (2010) ressaltam a estratégia de *soft-balancing* adotada pela Venezuela: na tentativa de reduzir a influência norte-americana sobre a região, a qual envolve um forte coeficiente de *soft power*, Chávez, também pela via da ALBA, teria desenvolvido a sua diplomacia do *social power* (veja-se ainda, para mais detalhe, Corrales, 2009). Se os elementos centrais do *soft power* estadunidense incluem a difusão de valores liberais como o respeito pela democracia, o estado de Direito, os direitos humanos e a relevância do empreendedorismo, os autores assim definem a diplomacia do *social power* cultivada pela Venezuela:

o valor de se investir em programas de desenvolvimento social e de empoderar novos grupos políticos acima de outros objetivos. Ao promover essa diplomacia do poder-social (*social-power diplomacy*), Chávez presta pouca atenção nos resultados efetivos dos programas sociais que ele ajuda a financiar (i.e., ele mal se preocupa com o coeficiente custo-benefício de seus investimentos). Ele também não se mostra preocupado em preservar o sistema de pesos e contrapesos que limita o poder dos presidentes (...). E ele privilegia o setor público sem maiores preocupações com a transparência pública (ROMERO & CORRALES, 2010:224).

Villa (2011), por seu turno, ressaltando também os esforços de Venezuela e Cuba no sentido da “exportação da agenda social”, levanta uma questão interessante: o impacto positivo das iniciativas de cooperação social parece ter sido reconhecido também pelo governo de George W. Bush, que teria buscado contrabalançar essas iniciativas. Em sua última viagem à América do Sul, Bush definiu como um dos seus objetivos o apoio a programas nas

áreas de educação, saúde e habitação. Outra questão importante salientada pelo autor é que, se Argentina e Brasil prometem investimentos e iniciativas de ajuda social e abrem os seus mercados para produtos sul-americanos no médio prazo, Chávez, lastreado pelos recursos do petróleo e libertado dos controles democráticos em casa, “investe, auxilia e compra no curto prazo” (VILLA, 2011:318).

A partir de 2003/2004, as chamadas “*Misiones*” tornaram-se as principais políticas sociais desenvolvidas pelo governo chavista no âmbito doméstico (BURCHARDT, 2009, e VERA, 2008). Suas conexões eleitorais e o papel desempenhado por Cuba na sua formulação e execução foram explicitados pelo próprio Chávez, sem meias palavras, em um discurso proferido a aliados durante um *Taller de Alto Nivel* realizado em novembro de 2004, após a vitória governista no referendo revogatório:

houve um momento em que nós estivemos empatados (*parejitos*) ou talvez em desvantagem. Uma pesquisadora (*encuestadora*) internacional recomendada por um amigo, que veio em meados de 2003, passou uns dois meses aqui e foi ao Palácio e me deu a notícia bomba: “Presidente, se o referendo fosse hoje você perderia”. Eu recordo que aquela noite para mim foi uma bomba aquilo. (...) Então foi quando começamos a trabalhar com as missões, desenhamos aqui a primeira e eu comecei a pedir apoio a Fidel. Eu disse a ele: “Olha, tenho esta ideia, atacar por baixo com toda a força”. E ele me disse: “Se eu sei alguma coisa disso, conte com todo o meu apoio”. E começaram a chegar médicos às centenas, uma ponte aérea, aviões iam e vinham buscando recursos (...) e começamos a inventar as missões (CHÁVEZ, 2004, *apud* Urrutia, 2006:164).

Desde que foi firmado o Convênio Integral de Cooperação entre Cuba e Venezuela, em 2000, a ilha passou a receber, da Venezuela, grandes quantidades de petróleo subsidiado, além de outros benefícios como: crédito mais acessível para importações e investimentos, incentivo para a criação de empresas mistas e proteção para alguns de seus produtos no mercado venezuelano. Em troca, Cuba

provê à Venezuela, no marco de cerca de 200 projetos de cooperação, o seu recurso mais abundante: pessoal técnico, basicamente nas áreas de saúde, educação e esportes. Apenas na primeira área, foi reportada a presença na Venezuela de 26 mil profissionais da saúde, o que equivale a mais da

metade dos médicos que trabalhavam no subsistema de saúde primária na ilha (ALFONSO, 2006:145)¹².

No âmbito dessa aliança estratégica, assim, a Venezuela, exportadora de recursos financeiros e de ideias para a promoção do desenvolvimento social nos países aliados, importa técnicos da área social, decisivos na implementação de alguns dos programas das chamadas “missões”.

Mas, afinal, o que são as missões? De acordo com Sánchez:

Sob a denominação de missões sociais aparecem ou se reorganizam distintas políticas, programas e atividades de ordem social, os quais têm em comum a sua definição como formas de inclusão dos setores mais necessitados que tradicionalmente estiveram excluídos do acesso aos principais bens e serviços sociais (educação, saúde, moradia, emprego, entre outros) (2006:14).

No território venezuelano, as “missões sociais”, a despeito de sua abrangência e do impacto de sua atuação, têm sido criticadas pelo fato de terem sido desenvolvidas a partir de uma institucionalidade social paralela, de “corte notoriamente cívico-militar, autoritária e centralista” (MAINGON, 2004:65. Ver, também: D’ELIA & CABEZAS, 2008a, 2008b; VERA, 2008; e SÁNCHEZ, 2006)¹³. É importante, também, que se percebam as “missões” não apenas como instrumento de legitimação do regime, após as turbulências de 2002-2003, e como alavanca eleitoral para os candidatos chavistas, mas também tendo como objetivo a criação e o reforço de novas identidades políticas e sociais. De acordo com Sánchez (2006), as “missões” dão um novo formato à velha cultura política venezuelana, pautada pelo modelo rentista-estatista. Segundo Vera (2008), pretendia-se também, com essa nova política social, implementada por mecanismos extrainstitucionais, reforçar as iniciativas governamentais de fomento a uma “economia social” com base em novas formas de organização

¹² “Em finais de 2007, as autoridades cubanas calculavam que havia na Venezuela 39 mil ‘colaboradores’ desse país, 31 mil deles no setor de saúde, 75% do total mundial dos cooperadores internacionais de Cuba, cuja cifra total chegou nesse ano a 62mil. Estima-se que há 51 mil colaboradores cubanos na Venezuela no ano 2010” (ROMERO, 2010:16).

¹³ De acordo com D’Elia & Cabezas (2008a:15): “um sistema paralelo tão extenso em sua oferta, o que é possível apenas em função das vantagens especiais oferecidas pela renda petrolífera ao Estado venezuelano, foi deslocando e substituindo as medidas ou políticas sociais de caráter institucional. Em vez de políticas públicas de emprego, o sistema cria um mercado interno para dar trabalho àqueles que tenham formação ideológica; em vez de políticas sanitárias, são ofertados serviços médicos para atender às necessidades de saúde mais urgentes; em vez de políticas educacionais, criam-se vagas para os praticantes dos valores revolucionários”.

empresarial não privada, como cooperativas e empresas de produção social. Este seria, nas palavras do autor, o “esqueleto de um novo modelo de desenvolvimento” (:111). A vulnerabilidade do modelo seria resultado, entre outros fatores, de sua originária e progressiva dependência em relação ao Estado petrolero rentista e patrimonialista.

Criticando a cooperação internacional provida pelo governo Chávez, que não se limita ao continente, diga-se, Cardozo (2010) ressalta a sua “contaminação geopolítica e ideológica” (:11), que teria pelo menos dois tipos de impactos domésticos mais relevantes: (a) na medida em que se passou de um modelo de cooperação pautado pela complementação de necessidades, como no caso dos primeiros convênios de cooperação energética, para modalidades pautadas pela busca de influência, por terem se tornado concessões ou doações, os compromissos teriam ficado mais onerosos para a Venezuela, não possibilitando a geração de oportunidades para os produtores ou prestadores de serviços do país; (b) tendo esses acordos internacionais sido definidos como “estratégicos”, os procedimentos constitucionais para sua aprovação e controle foram paulatinamente abandonados; sua falta de transparência teria dado margem à corrupção e ao financiamento (ilegal) de candidatos amigos em outros países. Isso em um contexto doméstico de proibição do financiamento público dos partidos políticos, de busca de controle dos recursos externos remetidos aos partidos e ONGs venezuelanos e de queda nos investimentos produtivos e em infraestrutura no país (CARDOZO, 2010:11).

Em função de seu propósito de construção do “socialismo do século XXI”, alicerçado por um neobolivarismo no plano regional e por um discurso e por alianças antiliberais, anti-imperialistas e antiestadunidenses no âmbito extrarregional, e em razão também dos inúmeros compromissos estabelecidos pelo regime chavista com organizações e personalidades da esquerda mundial, Caracas tornou-se a “nova Meca Revolucionária” (ROMERO, 2010:30). Importado com adaptações o modelo cubano, bem como parte de seus recursos humanos, a Caracas chavista tornou-se, como o Brasil, ativa na cooperação internacional, mas, como veremos a seguir, exportando uma agenda social significativamente diferente daquela exportada pelo Brasil.

Breves Considerações Finais

Como evidenciado nas duas últimas seções, a difusão/transferência internacional de políticas sociais cumpriu um papel de destaque na política externa e nas

estratégias de inserção internacional tanto do Brasil de Lula quanto da Venezuela de Chávez, tendo objetivos relativamente similares. E isso vale também no que diz respeito ao seu impacto no plano doméstico de ambos os países, no sentido da legitimação das políticas redistributivas adotadas. Parece claro que a transferência promovida pelos dois governos está intimamente associada à pretensão de ambos de exercer a liderança no contexto regional e de ampliar a sua capacidade de influência extrarregional. Buscaremos a seguir comparar as duas experiências, de maneira sintética, destacando as semelhanças e distinções entre os seus propósitos e métodos e as maneiras como tais motivações se vinculam às estratégias internacionais dos dois países em questão.

Cabe reiterar, inicialmente, que a questão social ganhou grande proeminência no posicionamento internacional dos dois presidentes, o que por si só se constituiu, no caso de ambos os países, como uma novidade. No que diz respeito às iniciativas concretas de cooperação internacional estabelecidas por Lula e Chávez, em que também se destaca a nova ênfase social conferida aos acordos firmados, é preciso apontar as seguintes diferenças: a cooperação internacional provida pelo Brasil, em comparação com aquela provida pela Venezuela, parece não apenas ser mais diversificada e mais focada na transferência disso que tem sido denominado “tecnologias sociais” (e também de outras formas de tecnologia), mas também uma cooperação que conta com um maior grau de institucionalização, tanto no que diz respeito a suas bases organizacionais domésticas como no que concerne o seu respaldo por parte de organizações e instituições internacionais.

Sendo assim, dificilmente se poderá compreender como casual a inauguração em 2004, em Brasília, do *International Policy Centre for Inclusive Growth*, que pode ser pensado como um *think tank* encarregado de produzir e divulgar estudos e práticas capazes de promover o crescimento com inclusão. O IPC-IG é uma organização criada através de uma parceria da *United Nations Development Programme* (UNDP) com o governo brasileiro, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que se define como: “um fórum global para o Aprendizado Sul-Sul em políticas sociais com sede em Brasília, Brasil. Produz e divulga estudos e recomendações de políticas públicas para o crescimento inclusivo a partir de experiências inovadoras e de sucesso nos países em desenvolvimento”¹⁴.

Se a política externa de ambos os presidentes foi criticada por seu

¹⁴ Fonte: <http://www.onu.org.br/pnud-seleciona-diretor-do-centro-internacional-de-politicas-para-o-crescimento-inclusivo-em-brasilia/>

personalismo, devemos recordar o elevado grau de profissionalismo e insulamento do serviço exterior brasileiro, o qual foi em alguns sentidos ampliado, a despeito da intensa diplomacia presidencial desenvolvida por Lula. Durante os seus dois mandatos, ou oito anos de governo, o presidente Lula teve um único chanceler, Celso Amorim, que era diplomata de carreira e contava com grande prestígio e influência junto ao presidente. No que diz respeito ao governo Chávez, Villa (2011) chega, inclusive, a sugerir que seria possível dizer que, a exemplo do que ocorre na política doméstica, “a política externa sou eu” (*foreign policy is me*) (:309). Até 2007, o seu governo já tinha tido seis chanceleres diferentes, sendo que nenhum deles era diplomata de carreira.

Essa diferença parece ter impactado não apenas na forma de gestão da cooperação, na sua eficácia e transparência, mas também na imagem internacional da agenda externa dos dois governos: sob o chavismo, a transferência de políticas sociais e de recursos financeiros, oriundos da renda petrolífera, beneficiava regimes e lideranças “amigas”, sintonizadas ideologicamente com a revolução bolivariana e com o “socialismo do século XXI”, que faziam dessa ajuda uma alavanca de suas plataformas eleitorais. A Venezuela também foi, como vimos, ativa importadora de recursos humanos provenientes de Cuba, que foram fundamentais para a implantação, no plano doméstico da Venezuela, das “*misiones*”, política esta também marcada por seu forte caráter extrainstitucional. A cooperação provida pelo Brasil, por seu turno, fortemente inclinada para a transferência, sem contrapartida, de recursos e tecnologias voltadas para o desenvolvimento social, procurou se pautar por um maior grau de institucionalidade¹⁵, inclusive buscando a triangulação com outros países e organizações internacionais, o que não apenas lhe confere mais eficácia e legitimidade, mas também maior visibilidade internacional. Isso não quer dizer, evidentemente, que a CTPD brasileira seja gerida de maneira exemplar, muito pelo contrário, segundo os seus críticos domésticos.

Ainda que neste artigo não tenhamos explorado o ponto em maior detalhe, parece que ambos os governos se valeram das instituições regionais para a promoção de sua agenda externa específica, o que visava também, sem dúvida, à busca de conformação da própria agenda regional. No entanto, se tanto o Brasil como a Venezuela fazem parte da Unasul, o primeiro não é membro da

¹⁵ Nesse sentido, vale recordar a criação, ainda em 2003, da Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME), que é ligada à Secretaria Geral do Ministério das Relações Exteriores. O CGFOME foi criado para coordenar as ações das distintas agências governamentais e para ser a interface externa do Programa Fome Zero, que tem o objetivo de prover assistência humanitária para a garantia de segurança alimentar.

ALBA e a Venezuela, cuja incorporação oficial ao Mercosul foi finalizada em 2012, parece ter, nos anos mais recentes, reduzido o seu engajamento e a sua aposta no bloco, segundo evidências arroladas por Ruiz (2010).

Fica evidenciado, assim, que, a despeito das semelhanças dos propósitos da difusão internacional de políticas sociais promovida por Brasil e Venezuela, e da centralidade que ela teve na agenda internacional de ambos, os seus métodos foram muito distintos. Eles estiveram a serviço de projetos de construção de liderança regional que eram, também eles, bastante distintos, ainda que estivessem, os dois, lastreados na busca de consolidação, na América Latina, de formas de regionalismo pós-liberais. Ambos os processos aqui estudados devem ser pensados, ainda, como expressão e produto da “onda rosa” experimentada pela região, sendo também capazes, pelo menos potencialmente, de emprestar-lhe maior vigor e longevidade.

Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO

(2010) *Projetos de Cooperação Sul-Sul*. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestada.asp>. Acesso em 12 de setembro de 2010.

ALFONSO, Haroldo Dilla

(2006) “Hugo Chávez y Cuba: subsidiando posiciones fatales”. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, nº 205, ago., p.141-158.

ALVES, J. A. Lindgren

(2001) *Relações Internacionais e Temas Sociais: a década das conferências*. Brasília: IBRI.

ANDERSON, Perry

(2011) “Lula’s Brazil”. *London Review of Books*, Vol.33, No.7, 31 march, p.3-12.

AYLLÓN, Bruno & LEITE, Iara Costa

(2010) “La cooperación Sur-Sur de Brasil: ¿Instrumento de política exterior y/o manifestación de solidaridad internacional?” *Mural Internacional*, ano 1, nº 1, jan-jun., p. 20-32.

BASTAGLI, Francesca

(2009) “From Social Safety Net to Social

Policy? The role of conditional cash transfers in welfare state development in Latin America”. *International Policy Centre for Inclusive Growth*, Brasília, nº 60, p. 01-35.

BENNETT, Collin J.

(1991) “What Is Policy Convergence and What Causes It?” *British Journal of Political Science*, v.21, p.215-233.

BENNETT, Colin J. & HOWLETT, Michael

(1992) “The Lessons of Learning: Reconciling Theories of Policy Learning and Policy Change”. *Policy Sciences*, v.25, nº.3, p.275-294.

BESHARA, Gregory & PINHEIRO, Leticia

(2012) “Política externa e educação: confluências e perspectivas no marco da integração regional”. In: MILANI, Carlos R. S. & PINHEIRO, Leticia. (Orgs.) *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 149-180.

BURCHARDT, Hans- Jürgen

(2009) “Un misionero y sus misiones. Progresos y trabas de la nueva política social em Venezuela”. *Revista Politeia*, nº42, vol.32, p.79-96.

- BURGESS, Sean W.
(2007) "Building a global southern coalition: the competing approaches of Brazil's Lula and Venezuela's Chávez". *Third World Quarterly*, vol. 28, nº 7, p. 1343-1358.
- (2005) "Auto-estima in Brazil. The logic of Lula's south-south foreign policy". *International Journal*, Autumn, p. 1133-1151.
- BUSS, Paulo Marchiori & FERREIRA, José Roberto
(2012) "Brasil e saúde global". In: MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. (Orgs.) *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 241-268.
- CANDEAS, Alessandro
(2012) "Educação e política externa: por uma parceira diplomacia-universidade". In: MILANI, Carlos R. S. & PINHEIRO, Letícia. (Orgs.) *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 181-202.
- CARDOZO, Elsa
(2010) "La política exterior del gobierno bolivariano y sus implicaciones em el plano doméstico". *Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ildis)*, Caracas, ago., p. 01-16.
- CEPIK, Marco & SOUSA, Romulo Paes
(2011) "A Política Externa Brasileira e a Cooperação Internacional em Saúde no começo do governo Lula". *Século XXI*, Porto Alegre, v. 1, nº 1, jan-jul., p. 109-134.
- CHAHAD, José Paulo Zeetano
(2004) "Foreign models in the adoption of unemployment insurance in Brazil". In WEYLAND, Kurt (Ed) *Learning from Foreign Models in Latin American Policy Reform*. Washington D.C: Woodrow Wilson Center Press, p. 139-165.
- COELHO, Denílson Bandeira
(no prelo) "A agenda social nos governos Cardoso e Lula: competição política e a difusão do modelo renda mínima". In: HOCHMAN, Gilberto & FARIA, Carlos A.P. (Orgs.). *Federalismo e políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz.
- (2009) *Competição Política e a Difusão de Programas de Transferência de Renda no Brasil: um estudo empírico com a metodologia de Event History Analysis*. Tese de doutorado da Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Recife.
- CORRALES, Javier
(2009) "Using Social Power to Balance Soft Power: Venezuela's Foreign Policy". *The Washington Quarterly*. Washington, v.32, n.04, out., p. 97-114.
- D'ELIA, Yolanda & CABEZAS, Luis Francisco
(2008a) "Las misiones sociales en Venezuela". *Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ildis)*, Caracas, abr., p. 01-15.
- (2008b) "La politica social em Venezuela". *Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ildis)*, Caracas, jul., p. 01-18.
- DOBBIN, Frank; SIMMONS, Beth & GARRETT, Geoffrey
(2007) "The Global Diffusion of Public Policies: Social Construction, Coercion, Competition or Learning?" *Annual Review of Sociology*, v. 33, p. 449-472.
- DOLOWITZ, David
(2000) "Introduction". *Governance*, v. 13, nº1, jan, p. 01-04.
- DOLOWITZ, David & MARSH, David
(2000) "Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making". *Governance*, v. 13, nº1, jan., p. 05-24.
- FARIA, Carlos Aurélio P. & PARADIS, Clarisse Goulart
(2013) "Humanism and solidarity in Brazilian foreign policy under Lula (2003-2010): theory and practice". *Brazilian Political Science Review*, vol.7, nº 2, p. 08-36.
- FARIA, Carlos Aurélio P.
(2012) "O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários". *Contexto Internacional*, vol. 34, nº 1, p. 311-355.

- (2003) "Idéias, conhecimento e políticas públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº 51, p. 21-30.
- GRAHAM, Erin; SHIPAN, Charles R. & VOLDEN, Craig
(2008) "The Diffusion of Policy Diffusion Research". Paper presented at the 2008 Annual Meeting of the American Political Science Association, mimeo.
- HAAS, Peter M.
(1992) "Introduction: epistemic communities and international policy coordination". *International Organization*, v.4, nº.1, p. 01-35.
- HECLO, Hugh
(1974) *Modern social politics in Britain and Sweden: from relief to income maintenance*. New Haven: Yale University Press.
- HOCHMAN, Gilberto
(2007) "Agenda Internacional e Políticas Nacionais: uma comparação histórica entre programas de erradicação da malária e da varíola no Brasil". In: HOCHMAN Gilberto; ARRETICHE, Marta & MARQUES, Eduardo (Orgs). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 369-397.
- (1988) "Aprendizado e difusão na constituição de políticas: a previdência social e seus técnicos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.7, p. 84-97.
- JAMES, Oliver & LODGE, Martin
(2003) "The Limitations of 'Policy Transfer' and 'Lesson Drawing' for Public Policy Research". *Political Studies Review*, v 1, p. 179-193.
- LANA, Xenia & EVANS, Mark
(2004) "Policy transfer between developing countries: the transfer of the Bolsa-Família programme to Ecuador". In: EVANS, Mark (Ed.). *Policy transfer in global perspective*. Burlington, VT: Ashgate, p. 190-210.
- LEE, Kelley; GÓMEZ, Eduardo J.
(2011) "Brazil's Ascendance: The soft power role of global health diplomacy". *The European Business Review*, p. 61-64. Disponível em: http://www.brazil.org.uk/publications/index_files/brazilsascendance.pdf. Acesso em 31 de maio de 2012.
- LEVI-FAUR, David & VIGODA-GADOT, Eran
(2004) "The International Transfer and Diffusion of Policy and Management Innovations: Some Characteristics of a New Order in the Making". In: VIGODA-Gadot, Eran & LEVI-FAUR, David (Eds.). *International Public Policy and Management: Policy Learning Beyond Regional, Cultural and Political Boundaries*. NY; Marcel Dekker, p. 01-24.
- LIMA, Maria Regina Soares
(2005a) "Autonomia, não-indiferença e pragmatismo: vetores conceituais da política exterior". *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, nº. 83, p.16-20.
- (2005b) "Aspiração internacional e política externa". *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Vol.19, nº. 82, p.4-19.
- LIMA, Maria Regina Soares & HIRST, Mônica
(2006) "Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities". *International Affairs*, vol. 82, nº 1, p. 21-40.
- MAINGON, Thais
(2004) "Política social en Venezuela: 1999-2003". *Cuadernos del Cendes*, v. 21, nº 55, p. 49-75.
- MELO, Marcus André
(2004) "Escolha institucional e a difusão dos paradigmas de política: o Brasil e a segunda onda de reformas previdenciárias". *Dados*, v.47, nº.1, p. 169-206.
- MELO, Marcus André & COSTA, Nilson do Rosário
(1995) "A difusão das reformas neoliberais: análise estratégica, atores e agendas internacionais". In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & FRY, Peter (Orgs.). *Pluralismo, espaço social e pesquisa*. São Paulo, Hucitec/Anpocs, p. 153-176.
- MELLO, Patrícia Campos
(2011) "A cartilha do consenso de Brasília". *Folha de São Paulo*, 17/06.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(2010) Balanço de Política Externa 2003/2010. 7.1.1 Anexo - Cooperação Internacional. Cooperação bilateral prestada. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.1-anexo-cooperacao-internacional-cooperacao-bilateral-prestada/view>. Acesso em 28 de maio de 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Sobre o Ministério. Relações Internacionais. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/sobreministerio/relacoesinternacionais>. Acesso em 02 de dezembro de 2010.

OSORIO, Cecília

(2012) “Cómo se difunden los Programas de Transferencia Condicionada em América Latina. Uma proposta de operacionalización de los mecanismos de difusión”. Trabalho apresentado no VI Congresso Latinoamericano de Ciência Política organizado pela Associação Latino Americana de Ciência Política (ALACIP). Quito, 12 a 14 de junho.

PANIZZA, Francisco

(2006) “La Marea Rosa”. *Análise de Conjuntura OPSA - IUPERJ/UCAM*, nº 8, p. 01-16.

PINHEIRO, Vinícius C.

(2004) “The politics of social security reform in Brazil”. In WEYLAND, Kurt. (Ed) *Learning from Foreign Models in Latin American Policy Reform*. Washington D.C: Woodrow Wilson Center Press, p. 110-138.

PUENTE, Carlos Afonso

(2010) *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento (CTPD) no período 1995-2005*. Brasília: FUNAG.

ROGERS, E. M.

(1995) *Diffusion of Innovations*. New York: Free Press.

ROMERO, Carlos A.

(2011) “La integración como instrumento de

la política exterior de Venezuela”. In: CAMPOS, Taiane Las Casas & VADELL, Javier. (Orgs.) *Os novos rumos do regionalismo e as alternativas políticas na América do Sul*. Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, p. 268- 302.

(2010) “A política externa da Venezuela bolivariana”. *Plataforma Democrática*, working paper nº 4, jul., p. 01-36.

(2008) “Venezuela y Cuba. Una seguridad diferente”. *Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ildis)*, Caracas, Dec., p. 01-13.

ROMERO, Carlos A. & CORRALES, Javier

(2010) “Relations between the United States and Venezuela, 2001-2009: A Bridge in Need of Repairs”. In: CASTRO, Rafael Fernández; DOMÍNGUEZ, Jorge I. (Orgs.) *Contemporary U.S. – Latin American Relations*, New York: Routledge, p. 218-246.

RUIZ, José Briceño

(2010) “Venezuela y el proceso de construcción del modelo económico del Mercosur. El ALBA como variable”. *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo e Desarrollo*, nº 10, vol. 5, jul/dec., p. 85-111.

SÁNCHEZ, Irey Gómes

(2006) “El papel de las misiones sociales em la construcción de identidades políticas en Venezuela”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, nº1, vol.13, p. 13-34.

SERBIN, Andrés

(2006) “Cuando la limosna es grande”. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, nº 205, ago, p. 75-91.

SHIPAN, Charles R. & VOLDEN, Craig

(2008) “The Mechanisms of Policy Diffusion”. *American Journal of Political Science*, v. 52, nº4, out., p. 840-857.

SOUZA, André de Mello

(2012) “Saúde pública, patentes e atores não estatais: a política externa do Brasil ante a epidemia de AIDS”. In: MILANI, Carlos R. S. & PINHEIRO, Leticia. (Orgs.) *Política Externa*

Brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 203-240.

SUGIYAMA, Natasha Borges

(2011) "Bottom-up Policy Diffusion: National Emulation of a Conditional Cash Transfer Program in Brazil". *Publius: The Journal of Federalism*, jul., p. 1-27.

(2008) "Theories of Policy Diffusion: Social Sector Reform in Brazil". *Comparative Political Studies*, v. 41, nº 2, p. 193-216.

(2007) *Ideology and Social Networks: The Politics of Social Policy Diffusion in Brazil*. Ph.D. Dissertation. University of Texas at Austin.

URRUTIA, Edmundo González

(2011) "As relações do Brasil com a Venezuela: da desconfiança à aliança estratégica". *Plataforma Democrática*, working paper nº15, jul., p. 01-24.

(2006) "Las dos etapas de la política exterior de Chávez". *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, nº 205, ago., p. 159-171.

VERA, Leonardo V.

(2008) "Políticas sociales y productivas em un Estado patrimonialista petrolero: Venezuela

1999-2007". *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, nº 215, mai., p.111-128.

VILLA, Rafael Duarte

(2011) "South American Cleavages and Venezuela's Role". In: MOYO, Sam & YEROS, Paris. (Orgs.) *Reclaiming the nation*. London: Pluto Press, p. 299- 324.

WAMPLER, Brian & AVRITZER, Leonardo

(2006) "The spread of Participatory Democracy in Brazil: From Radical Democracy to Participatory Good Government". *Journal of Latin American Urban Studies*. v. 7, p. 37-52.

WEYLAND, Kurt

(2005) "Theories of Public Diffusion: Lessons from Latin American Pension Reform". *World Politics*, v. 57, jan., p. 262-295.

Recebido em

maio de 2013

Aprovado em

junho de 2013

Professores e modelos estrangeiros para a Educação profissional brasileira (1936/1945)

Luiz Antônio Cunha*

Resumo

Este artigo almeja refletir sobre as tentativas do Ministério da Educação e Saúde, na gestão de Gustavo Capanema (1934/1945), de contratar docentes alemães para o ensino profissional brasileiro em reforma, em 1936 e 1938, em pleno período nazista; a efetiva contratação e emprego de 29 técnicos suíços; e a preparação da colaboração norte-americana na modernização das escolas industriais da rede federal. Vital para o desenvolvimento e, particularmente, para o esforço de guerra, esse ramo do ensino não tinha alternativa interna de desenvolvimento, na amplitude demandada e na urgência ditada pelas circunstâncias, razão pela qual a alternativa que se impunha era o suprimento de quadros e metodologias estrangeiros. Os países escolhidos dependeram das conjunturas políticas, desde a nazista Alemanha até os liberais Estados Unidos, passando pela neutra Suíça na Segunda Guerra Mundial. A pesquisa beneficiou-se dos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, situado no Rio de Janeiro. No Arquivo Gustavo Capanema, sob a guarda do CPDOC, foi possível encontrar correspondência emitida e recebida pelo ministro, bem como relatórios não publicados de comissões e de quadros técnicos, fonte inestimável para a compreensão desse período.

Palavras-chave

Políticas educacionais. Educação brasileira. Relações internacionais. Estado Novo.

Abstract

This paper aims to reflect upon the attempts from both Ministries of Health and Education, during Gustavo Capanema's government (1934/1945), of hiring German instructors for the Brazilian vocational education under reform, in 1936 and 1938, in the middle of the Nazi period; the effective hiring and employment of 29 Swiss technicians; as well as the preparing of the North American cooperation in order to improve industrial schools belonging to the Federal State. Essential to the development and especially to the war effort, this field of education had no internal alternative to develop itself considering the large demand and the urgency established by the circumstances. Thus, the only alternative was to replenish boards and implement foreign methodologies. The eligibility of those countries depended on political conjectures, which ranged from the Nazi German, the neutral Switzerland in Second World War to the liberal United States. This research was benefited from the files belonging at the Centro

*Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo/Brasil) e professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil). E-mail: lacunha@globocom.

de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) and the Fundação Getúlio Vargas, located in Rio de Janeiro. In the Gustavo Campanema File, under the CPDOC care, it was possible to find sent and received letters by the minister, as well as unpublished reports from commissions and technical frameworks, an inestimable source for understanding this period.

Key words

Educational policies. Brazilian Education. International Relations. New State.

A educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 oferece um bom exemplo do protagonismo do Estado brasileiro na importação de modelos educacionais e de docentes para modalidades de ensino ainda incipientes no país. Esse período pode servir para a reflexão a respeito da capacidade de escolha do Estado brasileiro diante dos centros mundiais de poder, para além da ingenuidade genérica que atribui ao “imperialismo” as mudanças e permanências no campo educacional.

A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à chefia do governo provisório, deu início a um período singular na História do Brasil, terminado em 1945, quando ele foi deposto por um golpe militar. Durante esses 15 anos, Vargas foi presidente da República, primeiro garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército; depois, eleito pelo Congresso Nacional; e, por último, sustentado pelo Exército, já com o monopólio do uso da força.

A repressão aos liberais, socialistas e comunistas, extensiva aos dirigentes sindicais, iniciada em 1935, propiciou condições para o reforço dos autoritários de todos os matizes, do que resultou maior desenvoltura dos germanófilos no âmbito do Ministério da Educação, inclusive na busca de modelos e de professores na Alemanha.

Antes que os contatos entabulados com as organizações nazistas produzissem efeitos práticos, as invasões alemã da Tchecoslováquia, da Áustria e da Polônia, que conduziram já em 1940 à guerra europeia, e no ano seguinte à mundial, e o progressivo alinhamento brasileiro com os Aliados impediram o sucesso do projeto educacional germanófilo.

Este artigo almeja refletir sobre fatos pouco considerados na historiografia brasileira: as tentativas do Ministério da Educação e Saúde do Brasil, na gestão de Gustavo Capanema (1934/1945), de contratar docentes alemães para o

ensino profissional em reforma no país, em 1936 e 1938, em pleno período nazista; a efetiva contratação e emprego de 29 técnicos suíços; e a preparação da colaboração norte-americana na modernização das escolas industriais da rede federal. Para isso, foi realizada investigação nos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, situado no Rio de Janeiro. No Arquivo Gustavo Capanema, sob a guarda do CPDOC, pudemos encontrar correspondência emitida e recebida pelo ministro, bem como relatórios não publicados de comissões e de quadros técnicos, fonte inestimável para a compreensão desse período.

Dois trabalhos utilizaram documentos sobre a contratação de professores estrangeiros constantes do Arquivo Capanema do CPDOC para analisar as mudanças do ensino industrial brasileiro, nos anos 1930/40. A partir de acesso pioneiro a esse arquivo, Schwartzman, Bomeny & Costa (2000) traçaram um panorama amplo da gestão de Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública. O ensino profissional não foi o interesse principal dos autores, mas eles projetaram no Liceu Industrial Nacional/Escola Técnica Nacional, instituição tida como modelar, no Rio de Janeiro, o impulso dado por docentes contratados no exterior às Faculdades de Filosofia da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil. De fato, essas universidades empregaram professores estrangeiros, mas eles eram, sobretudo, perseguidos pelos regimes totalitários e autoritários europeus: primeiro, os alemães, italianos e portugueses; depois, também os franceses. Talvez pela ênfase conferida aos contatos do Ministério da Educação com os alemães, os autores desconsideraram a reação de quadros da burocracia ministerial à submissão dessa modalidade de ensino profissional aos ditames de consultores da *Deutsche Arbeitsfront*, justamente no movimento ascendente do nazismo no plano internacional, por difusão ideológica e força militar.

Uma década depois de publicado *Tempos de Capanema*, Machado (2010) beneficiou-se desse e de outros trabalhos sobre o ensino profissional no Brasil e aprofundou a análise do processo de contratação de professores estrangeiros. Ampliando a consulta ao arquivo do CPDOC, então organizado, de consulta mais fácil e eficiente, a tese de doutoramento dessa autora focalizou a distinta posição de quadros do ministério diante do que seria um intento de entregar a solução de problema educacional brasileiro a estrangeiros, no caso a *Frente Alemã do Trabalho*, central sindical vinculada ao Partido Nazista. Para esses quadros, o caminho conveniente seria a definição prévia dos interesses nacionais, somente depois viria a contratação de docentes – e nos países onde eles se mostrassem mais capazes nas diversas especialidades.

O Brasil e os centros do poder mundial

As mudanças da política externa brasileira, nos 15 anos da era de Vargas, resultaram de uma inédita conjugação de transformações significativas, no plano interno, de ordem econômica, social e política; e, no plano externo, de um profundo reordenamento do poder mundial. Nessa década e meia, a política externa brasileira passou por dois momentos distintos e sucessivos: uma política de “equidistância pragmática” diante das grandes potências, seguida de um realinhamento com os Estados Unidos (MOURA, 1983:576).

Visto da América Latina, o reordenamento do poder mundial consistiu no recuo britânico e na constituição de dois novos polos de poder mundial, os Estados Unidos e a Alemanha, ambos recuperando-se da crise do capitalismo segundo duas vias distintas e opostas: a economia de mercado e a liberal-democracia no primeiro; o dirigismo e totalitarismo nazifascista no segundo. A União Soviética não tinha expressão comparável àqueles, no Brasil, embora o comunismo constituísse elemento importante no jogo político-ideológico, tanto no plano real quanto no imaginário.

A relação que o Brasil mantinha com os dois centros hegemônicos era, portanto, muito particular: o governo Vargas explorava as possibilidades oferecidas por ambos os centros, sem se definir por qualquer um deles. Essa indefinição não derivava apenas da ausência de um sistema de poder plenamente consolidado no plano internacional. Derivava também do fato de que na conjuntura política brasileira ocorria uma divisão completa, tanto nas instâncias centrais quanto nas instâncias inferiores de decisão, no que dizia respeito à melhor aliança para o país. O mesmo era verdade para os grupos de interesse organizados que conseguiam introduzir suas demandas nas arenas de decisão do Estado. A esse traço fundamental da política externa brasileira desse período tenho chamado de *equidistância pragmática*; não se tratava de uma trajetória retilínea, mas muito mais um movimento de aproximações alternadas ou simultâneas a um e outro centro, e que tinha como resultado alguns ganhos significativos no plano do comércio exterior e um aumento considerável do poder de barganha do governo brasileiro nos anos por vir (MOURA, 1983:580).

O movimento pró-Eixo do pêndulo ganhou impulso na radicalização político-ideológica que se seguiu à promulgação da Constituição de 1934. A eleição de Vargas para a presidência da República, agora com base legal, não amorteceu os conflitos políticos. Ao contrário, os intensificou e radicalizou posições, polarizadas

pela Ação Integralista Brasileira (AIB) e pela Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A Ação Integralista Brasileira foi um movimento de inspiração fascista criado em 1932 sob a liderança de Plínio Salgado, que contava com forte base de massa nas camadas médias urbanas e no meio rural, assim como numerosos simpatizantes no governo, no clero católico e nas forças armadas¹.

A ideologia da AIB expressava-se, sinteticamente, no lema “Deus, Pátria e Família”, proclamava a excelência dos valores cristãos, aqueles ensinados para facilitar a aceitação da ordem estabelecida e do destino; a primazia dos valores rústicos; a precedência dos interesses do Estado sobre os interesses particulares, dos indivíduos ou das classes sociais, principalmente os que ameaçavam a ordem estabelecida. Propunha a solução dos conflitos entre capital e trabalho pela representação política exclusivamente corporativa, juntando patrões e empregados em comissões, sob arbitragem estatal, como propugnava a encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII. Insurgia-se contra a “burguesia”, entendida como um “estado de espírito” considerado esnobe, fraco diante dos “desafios dos tempos que correm” e das “necessidades da pátria”. Insurgia-se, com furor ainda maior, contra o “bolchevismo” e os “bolchevistas,” assim qualificados todo o pensamento e todos os movimentos, grupos, partidos e indivíduos que se orientassem pelas reivindicações das classes trabalhadoras. O integralismo incorporou, com adaptações à cor local, o uso dos símbolos, a hierarquia e o estilo de mobilização do fascismo europeu: em vez do *fascio*, a letra grega sigma; no lugar do *duce*, o *chefe nacional*; como naquele, a saudação com o braço direito estendido para cima, ao brado nativista *anauê*; milícias paramilitares; as organizações de juventude e de mulheres.

No outro extremo do espectro político, trabalhadores, setores das camadas médias e a ala esquerda dos militares insurgentes constituíram a Aliança Nacional Libertadora, segundo o formato europeu de frente única antifascista. Seu presidente de honra era Luiz Carlos Prestes, líder da mais importante das insurreições militares antioligárquicas, e que havia, recentemente, se filiado ao Partido Comunista. O programa da ANL defendia, entre outros pontos, a liberdade de manifestação e organização política, o cancelamento das dívidas externas, a nacionalização das empresas estrangeiras, a desapropriação dos latifúndios e a entrega das terras aos trabalhadores, o fim do pagamento de “foro”, e a defesa das pequenas e médias empresas e propriedades.

A luta ideológica da ANL contra o fascismo se expressava por numerosos

¹ Para uma análise das afinidades do integralismo com o fascismo, remetemos o leitor a Trindade (1974).

comícios, numa ascensão vertiginosa do movimento das massas. Ameaçadas, as classes dominantes e os setores direitistas das camadas médias conseguiram a aprovação, pelo Congresso, da lei de Segurança Nacional, utilizada para reprimir os sindicatos dos trabalhadores, base da ANL, até que esta foi fechada por decreto de Vargas, em julho de 1935. Intensificaram-se as prisões de seus membros, mas, também, de todos os que fossem definidos, pela polícia política, como seus simpatizantes. Assim, numerosos liberais foram presos e outros sofreram represálias como a perda dos cargos que ocupavam na burocracia do Estado.

Posta fora da lei, a ANL foi abandonada pela maioria dos filiados das camadas médias, justamente os que defendiam princípios democrático-liberais. Em consequência, aumentou o peso político dos que se orientavam pelo golpismo. Em novembro de 1935, houve levantes militares no Rio de Janeiro, em Recife e em Natal, que forneceram o alibi para a nova e mais violenta onda repressora contra as lideranças dos trabalhadores e das camadas médias. Luiz Carlos Prestes foi preso com sua mulher Olga Benário, cidadã alemã e agente do *Komintern*², que, mesmo grávida, foi entregue à Gestapo.

Diante de graves problemas econômicos, efeitos, por sua vez, da crise norte-americana, um novo golpe de Estado foi desfechado a partir de dentro do próprio Estado. Em novembro de 1937, o Senado e a Câmara dos Deputados foram fechados pelas Forças Armadas e dissolvidos todos os partidos políticos, proibidas as milícias, os uniformes e as insígnias. Uma nova Constituição foi outorgada, inaugurando o Estado Novo, denominação emprestada ao regime autoritário português. A repressão política e ideológica foi a mais intensa desde o fim da Primeira República.

À medida que a repressão fazia sentir seus efeitos, a Ação Integralista Brasileira, sem a confrontação ideológica da Aliança Nacional Libertadora, e facilitada no seu proselitismo pelo clima anticomunista, via crescer suas milícias, recebia novas adesões. Tudo fazia crer que estava para se instalar no Brasil um regime fascista segundo o modelo italiano. Com efeito, logo após o golpe de 1937, os integralistas pensaram ter chegado a hora da implantação de um regime político totalitário no país. Vargas os animava e chegou a prometer a Plínio

² A Terceira Internacional Socialista, conhecida pela sigla *Komintern*, coordenava os partidos comunistas alinhados com o soviético em todo o mundo. Em novembro de 1936, a Alemanha e o Japão firmaram um pacto de luta contra a influência comunista no mundo, ao qual a Itália aderiu no ano seguinte. Governos de países situados nas esferas de influência dos dois primeiros também se juntaram a eles, como a Hungria e o Manchukuo. O Pacto *Anti-Komintern* era de natureza sobretudo ideológica, mais amplo do que o Eixo Berlim-Roma-Tóquio, de natureza propriamente militar. A Espanha aderiu ao pacto, em retribuição ao apoio teuto-italiano a Franco na guerra civil, sem, contudo, integrar o Eixo.

Salgado o Ministério da Educação no novo regime. Houve manifestações das milícias integralistas em todo o país (a do Rio de Janeiro foi assistida por Vargas), anunciando a nova aliança. Entretanto, ela não era aceitável pela burocracia do Estado, principalmente pelo Exército. Ele não poderia tolerar a existência de um partido composto de milícias, dotado de organização paramilitar, um possível contestador do monopólio tão duramente conseguido.

Com os liberais e os esquerdistas postos na cadeia, desde 1935, o novo regime pôde se dedicar à repressão às bases da AIB, para o quê contou com a inesperada colaboração de um frustrado atentado ao presidente da República, perpetrado por um grupo de oficiais integralistas inconformados com as protelações de Vargas. Em reação, as sedes integralistas foram fechadas e foram proibidas todas as manifestações políticas da organização. O *chefe nacional* foi confinado e logo despachado para Lisboa, onde, sem o status de asilado, usufruiu da hospitalidade do Estado Novo de Salazar e se manteve com subsídios do Estado Novo de Vargas. Destino menos generoso tiveram numerosos dirigentes de base, que não aceitaram a cooptação nem a desmobilização forçada.

Junto com as instituições integralistas, o Estado Novo fechou todas as organizações estrangeiras que atuavam no Brasil, inclusive as do Eixo. As organizações alemãs, as mais ostensivamente atuantes, especialmente em meio à população de origem germânica do sul do país, compreendiam uma seção do Partido Nacional-Socialista, e outras, semidependentes dele, como a Organização da Juventude Germano-Brasileira, a Associação de Trabalho das Mulheres Nacional-Socialistas, a Associação dos Professores Nacional-Socialistas e a Frente Alemã do Trabalho (SEITENFUS, 1983:636).

Em 1938 teve início a política de nacionalização das colônias estrangeiras. Os não brasileiros foram impedidos de exercer atividades políticas; o ensino foi nacionalizado, a começar com o uso obrigatório da língua portuguesa nas escolas; a imprensa em língua estrangeira foi proibida.

A repressão às bases da AIB, depois do fracassado levante integralista, a política de nacionalização das colônias estrangeiras, sobretudo a recusa de Vargas de integrar o Pacto Anti-*Komintern*, levaram o governo alemão a concluir pela impossibilidade de ter Vargas ao lado do Eixo. Em reação, o embaixador alemão iniciou intenso ataque ao governo brasileiro na imprensa germanófila, gerando uma crise que culminou na qualificação de *persona non grata* e sua consequente substituição. Reativamente, o mesmo aconteceu, em Berlim, com relação ao embaixador brasileiro.

Com efeito, apesar do padrão autoritário do regime presidido por Vargas,

o governo brasileiro passou a aproximar-se dos Estados Unidos, que incluiu a nomeação, em 1938, de Osvaldo Aranha, então embaixador em Washington, para ministro das Relações Exteriores. Os Estados Unidos, por sua vez, concederam os créditos, a assistência técnica e as prioridades industriais para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, antiga demanda dos militares e dos defensores da industrialização do Brasil.

Apesar disso, o governo brasileiro seguia dividido numa corrente a favor do polo nazifascista e outra a favor do polo liberal, no gradiente em que se distribuíam os países capitalistas. As vitórias militares obtidas pelo Eixo em 1940 permitiram que o setor pró-Eixo continuasse com poder, mesmo depois da Conferência de Havana que, nesse ano, selou a solidariedade continental das Américas.

Entretanto, o processo de realinhamento seguiu seu curso. Em janeiro de 1942, um mês depois do ataque japonês a Pearl Harbour, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo e cedeu bases militares no Nordeste do país aos Estados Unidos. A “equidistância pragmática” foi substituída, então, pelo realinhamento pró-Aliados (à época, Grã-Bretanha e Estados Unidos).

Em consequência desse posicionamento beligerante, a Marinha alemã desfechou ataques contra navios mercantes brasileiros, afundando 13 deles nos seis meses que vão de fevereiro a agosto de 1942. Em 21 de agosto desse ano, o governo brasileiro declarou guerra ao Eixo e começou a preparar uma força expedicionária, cujo primeiro escalão partiu para a Itália em julho de 1944, integrando-se no V Exército dos Estados Unidos, tendo seguido, também, para aquele teatro de operações um grupo de aviação de caça. Estava completo o movimento de realinhamento político com os Estados Unidos, que contou com a URSS entre os aliados, a partir da invasão alemã, em junho de 1941.

Os partidários da hegemonia norte-americana patrocinaram associações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos. As entidades com simpatias à esquerda, inclusive a União Nacional de Estudantes, viram nessa contradição a oportunidade de fazer propaganda antifascista e, por extensão, contra o Estado Novo. Multiplicaram-se, então, associações desse tipo, surgindo a União Cultural Brasil-Estados Unidos, fundada em São Paulo pelos presidentes dos centros acadêmicos.

As políticas de formação da força de trabalho

No que diz respeito à formação da força de trabalho diretamente ligada à

produção, especialmente a do setor industrial, as políticas educacionais da Era de Vargas foram herdeiras de antigas ideologias. A novidade, particularmente no Estado Novo, diante dos períodos anteriores, é que houve condições objetivas para a industrialização do país, de modo que essas ideologias puderam efetivar-se em medidas concretas, para além das declarações de intenção.

Nos cem anos que antecederam a Revolução de 1930, a economia brasileira vinha se desenvolvendo integrada no capitalismo “internacional” como exportadora de alimentos e matérias-primas, e importadora de bens industrializados e combustíveis, até que as contradições geradas por esse desenvolvimento determinaram a progressiva substituição de importações por manufaturados locais. A partir de 1937, o Estado assumiu um novo papel, intervindo direta e intensamente na economia, promovendo a industrialização.

O Estado Novo assumiu a industrialização como meta, e é provável que essa opção tenha determinado (ou, pelo menos, reforçado) a preocupação com a qualificação da força de trabalho, manifesta na Constituição outorgada em 1937. Era fácil deduzir que a política projetada de substituição de importações iria necessitar, a curto prazo, de contingentes adicionais de trabalhadores qualificados, que não estavam disponíveis.

No plano externo, o envolvimento direto na guerra da Europa e o dos Estados Unidos, estes como fornecedores e em processo intenso de mobilização militar, criou condições propícias para a substituição de importações por mercadorias produzidas no Brasil. Para isso, abriram-se novas fábricas e expandiram-se as já existentes. A substituição de importações exigiu uma quantidade adicional de trabalhadores não facilmente improvisáveis, principalmente no caso dos qualificados. A intensificação da produção industrial se fez, também, nos setores chamados tradicionais, que tiveram suas exportações bastante aumentadas. Os países beligerantes concentraram sua capacidade produtiva nos equipamentos militares, abrindo espaço para mercadorias dos países periféricos, fosse para seu próprio consumo interno, fosse para o consumo de outros países, também periféricos.

A lei 378, de 13 de janeiro de 1937, que deu nova estrutura ao Ministério da Educação e Saúde (criado em novembro de 1930), transformou as escolas de aprendizes-artífices e a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás em liceus industriais. Tratava-se de algo mais do que atribuir valor simbólico àquelas escolas. Transformadas em liceus, elas passaram a atuar exclusivamente no nível pós-primário, vale dizer, com alunos mais selecionados, o que possibilitava a implementação de currículos mais complexos. A mesma lei previu recursos para

a reforma das escolas existentes e a criação de novas, além da autorização para desapropriação de terrenos para a construção das instalações do Liceu Industrial Nacional, no Rio de Janeiro. A rede federal de educação profissional ganhou, assim, condições para as mudanças que vieram nos anos seguintes. A Constituição de novembro de 1937 determinou um papel inédito para o Estado, as empresas e os sindicatos na formação profissional das “classes menos favorecidas”. O artigo 129 determinava:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Pela primeira vez, no Brasil, o Estado atribuiu às empresas industriais o dever de formar sistematicamente, em escolas, os seus aprendizes. Com esse dispositivo, incorporou a experiência alemã da segunda metade do século XIX, que foi assimilada pelos países industrializados de forma mais ou menos espontânea. A Constituição determinava que também os sindicatos mantivessem escolas de aprendizes para os filhos dos seus associados.

Passar da determinação legal para a prática não foi tarefa fácil nem rápida. Entre 1938 e 1941, várias comissões elaboraram minutas de decretos-leis regulamentando aquele dispositivo constitucional, que, submetidas à análise do empresariado industrial, foram rejeitadas. Somente depois da intervenção direta de Vargas, que empregou o poder discricionário que o regime autoritário lhe conferia, os industriais concordaram com esse encargo financeiro, administrativo e pedagógico, cujo produto, aliás, lhes beneficiaria diretamente (CUNHA, 2005b:24-48).

O formato institucional definido pelo decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, consistiu na aprendizagem destinada a trabalhadores menores de idade, remunerados pelas empresas empregadoras, na criação de um órgão privado encarregado de ministrar cursos em nome de todas elas, dirigido pelos próprios industriais, por intermédio dos sindicatos patronais, financiado com recursos recolhidos pelos empresários via institutos de aposentadorias e pensões. Essa

entidade *sui generis*, privada no financiamento e na gestão, mas criada por ato do poder público, foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Proposta, então, antes do início da guerra, a institucionalização da aprendizagem industrial sistemática só ocorreu mesmo depois de eclodido o conflito, quando o envolvimento direto do Brasil era dado como certo.

Paralelamente às gestões para a institucionalização da aprendizagem sistemática, o Ministério da Educação organizou uma comissão para elaborar as diretrizes do ensino industrial em todo o país, abrangendo as escolas de níveis primário e médio mantidas pelo poder público e pelos particulares. Em fins de 1941, a comissão concluiu sua proposta, que foi submetida ao presidente da República, em princípios de janeiro, junto com o projeto de criação do Senai. Cada projeto tinha uma orientação distinta, que se pode associar à prioridade conferida à “escola-oficina” ou à “oficina-escola”, como já tinha se manifestado em São Paulo na década de 1920 (CUNHA, 2005a:119-120). A primeira era a preferida do Ministério da Educação, e a segunda, de inspiração alemã, do Ministério do Trabalho. A “oficina-escola” existia no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, mantido pelo estado de São Paulo e pelas empresas paulistas de transporte ferroviário.

A “lei” orgânica do ensino industrial, na verdade decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, resultou de uma composição entre os interesses conflitantes do Ministério do Trabalho (quando seu titular era Valdemar Falcão) e do Ministério da Educação (a cargo de Gustavo Capanema). A prevalecer a orientação deste último, os cursos de aprendizagem seriam apenas uma das modalidades previstas para as escolas industriais, não cabendo, portanto, nenhuma regulamentação específica. Como prevaleceu a orientação contrária, ou seja, da montagem de todo um sistema próprio para a aprendizagem industrial, custeado e gerido pelo patronato, a “lei” orgânica resultou de uma solução salomônica: a aprendizagem foi apresentada como uma das modalidades de formação da força de trabalho diretamente ligada à produção, que admitia seu oferecimento por escolas ou por “serviços” especializados.

Em visão retrospectiva, não há dúvida de que o principal efeito da “lei” orgânica do ensino industrial foi no segundo ciclo, isto é, nos cursos técnicos propriamente ditos, os quais se beneficiaram do elevado desempenho da rede federal. O Senai, por sua vez, mostrou sua eficácia na qualificação dos trabalhadores diretos, a ponto de levar ao atrofamento do primeiro ciclo do ensino industrial. Em poucas palavras, a “oficina-escola” prevaleceu na qualificação dos operários, e a “escola-oficina”, na dos técnicos.

A conexão alemã

Naqueles tempos de prestígio ascendente da Alemanha nazista no Brasil, dois emissários foram enviados pelo ministro Gustavo Capanema a Berlim, tratando, cada um a seu modo e com seu foco, da contribuição alemã para o ensino industrial brasileiro – Antônio de Sá Pereira em 1936 e Rodolfo Fuchs em 1938, ambos quadros técnicos do Ministério da Educação.

Antônio Leal de Sá Pereira nasceu na Bahia, fez o curso secundário na Alemanha, estudou química e dedicou-se à música. De volta ao Brasil, fundou o Conservatório de Música de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Transferiu-se para São Paulo, onde lecionou piano e fundou uma revista dedicada à música. Em 1931 foi convidado pelo ministro da Educação Francisco Campos para integrar a comissão encarregada da reforma do ensino da música no país. Em 1932 passou a integrar o corpo docente da Escola de Música da Universidade do Rio de Janeiro, ocupando a cátedra de Pedagogia Musical.

Pelo que pudemos depreender dos documentos do Arquivo Capanema, Sá Pereira foi o primeiro emissário brasileiro a sondar, oficialmente, na Alemanha, a possibilidade de contratação de professores para o ensino industrial. Pelo que se pode depreender de carta sua enviada de Berlim a Gustavo Capanema, em 26 de maio de 1936, a ideia da missão foi do próprio ministro (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.262, rolo 43, fotograma 271 e 272). Segue uma súmula da carta. A viagem à Europa foi motivada pela participação de Sá Pereira no Congresso de Educação Musical em Praga, na Tchecoslováquia. Terminado o congresso, partiu para Berlim, onde o embaixador o pôs em contato com o *Aussenpolitisches Amt* (Seção dos Negócios Estrangeiros do Partido Nacional Socialista). Essa entidade pôs um “alto funcionário” à sua disposição, que lhe apresentou às “personalidades mais competentes”, capazes de lhe prestar “as mais completas informações”. O emissário de Capanema ficou impressionado “com a formidável organização que reina neste país”.

Em vez de levá-lo ao Ministério da Educação, o prestimoso agente do Partido Nazista conduziu-o ao *Deutsche Arbeitsfront* (Frente Alemã do Trabalho), concorrente daquele na oferta da educação profissional.

Essa organização era o equivalente político do aparato sindical social-democrata, que fora demolido pelo regime nazista. Ela era o braço do partido no mundo do trabalho, intermediando tanto o emprego quanto a demissão, para o que contava com minucioso registro da vida funcional de cada trabalhador. Ademais do lazer, a organização exercia direto controle político dos trabalhadores,

que se estendia a cada unidade industrial e comercial, mediante estrutura celular.

Além dessa ampla gama de atividades, a organização também atuava na educação profissional para menores, para o quê mantinha uma rede de escolas, as quais operavam em articulação com as empresas, onde se desenvolvia a aprendizagem em contato direto com a produção. Em consequência, a Frente Alemã do Trabalho gerou uma dualidade no sistema de educação profissional, em competição direta com o Ministério da Educação.

Diante da exposição que os anfitriões da Frente Alemã do Trabalho lhe fizeram sobre as escolas profissionais, Sá Pereira foi enfático em qualificá-las de modelar.

O emissário brasileiro abordou a questão da contratação de professores para as escolas industriais, diante do que os interlocutores alemães disseram não ser isso possível de maneira tão vaga. Melhor seria o governo brasileiro contratar, inicialmente, um especialista alemão, “escolhido entre os atuais organizadores do admirável plano do ensino profissional do Terceiro Reich”. Acompanhado de dois ou três auxiliares, ele conheceria *in loco* nossas possibilidades, as falhas e lacunas mais graves. Proporia, então, ao governo brasileiro, as medidas mais urgentes a tomar, indicando os instrutores de que nossas escolas precisariam (ver fac-símile anexo). Essas condições foram formalizadas em carta endereçada a Sá Pereira, ainda em Berlim, cuja fotocópia foi enviada ao ministro Capanema. A carta dá conta de outros assuntos, pelo que fica clara a atribuição de tarefas pelo ministro.

Capanema não respondeu imediatamente ao emissário, que permaneceu em Berlim, à espera do posicionamento do ministro. Uma comissão foi constituída para analisar a carta de Sá Pereira. Infelizmente, não foi possível conhecer sua composição, mas tudo indica ter sido uma composição informal, da qual só conheci o nome de seu presidente, Leon Renault, especialista em educação profissional atuante em Minas Gerais (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2, rolo 43, fotogramas 273 e 274).

Minuciosa na análise, a comissão mencionada por Renault destacou tópicos da entusiástica carta e os comentou. De um modo geral, foram apresentadas informações que mostravam que a eficiência do ensino profissional alemão dependia de elementos externos a ele, nenhum deles encontrável no Brasil, como a inexistência de analfabetos entre os trabalhadores e a persistência de “uma tradição vigorosa e profunda constituída pelo prolongamento dos espíritos da organização do operariado da idade média, que os séculos não conseguiram apagar”. Sobre a vinda ao Brasil de especialista alemão para dizer de nossas

necessidades, a comissão foi enfática: “A solução alvitrada não atende, de modo nenhum, aos interesses e necessidades do ensino profissional. Um especialista alemão, por mais tempo que aqui permanecesse, nunca formaria uma ideia completa e perfeita de nossas necessidades”.

Além da dificuldade da língua a “psicologia” de nosso povo era muito diferente da sua. E mais: “Nunca poderemos entregar a solução de um problema educacional brasileiro a estrangeiros”.

Em vez da via sugerida pela Frente Alemã do Trabalho a Sá Pereira e repassada por ele ao ministro Capanema, a comissão entendeu conveniente enviar brasileiros para conhecer a educação alemã. Contratar técnicos para ensinarem nas nossas escolas, sim, mas eles deveriam provir de distintos países. Além da Alemanha, outros países poderiam ser fontes para o reforço do corpo docente de nossos liceus industriais. Os 30 técnicos a serem contratados (efetivo estimado pela comissão) deveriam vir de sete países, cada um deles com suas especialidades preferenciais, pela excelência de sua produção. As especialidades destacadas de cada país foram as seguintes:

Alemanha: marcenaria, fototécnica, litografia, ajustagem mecânica, indústrias químicas (adubos, explosivos, inseticidas, fungicidas, tintas, esmaltes, vernizes, matérias graxas e produtos farmacêuticos), couros e peles;

França: encadernação artística, cinzelagem, fundição artística, decoração de interiores, cerâmica, avicultura;

Suíça: mecânica de precisão, laticínios;

Itália: apicultura, sericultura e vitivinicultura;

Espanha: cantaria e estatuária;

Portugal: horticultura;

Estados Unidos: eletrotécnica.

A listagem não ficou restrita ao setor industrial, pois incluiu atividades agrícolas e artesanais. Extrapolou a Europa, incluindo os Estados Unidos, que compareceram com apenas uma especialidade. Artes gráficas, mecânica e química eram os setores que faziam da Alemanha a fonte mais importante de suprimento de técnicos. Em segundo lugar vinha a França, com destaque para o artesanato artístico.

Capanema acolheu em tudo a proposta da comissão presidida por Renault.

Ainda na Europa, Sá Pereira recebeu resposta de sua carta um mês depois. Assim se manifestou o ministro:

Continua de pé a ideia da vinda de técnicos alemães. Não desejo, entretanto, convidar um especialista de organização do ensino profissional, em geral, pois temos aqui vários elementos com uma visão larga do conjunto. O que nos interessa vivamente são os técnicos de cada especialidade do ensino profissional recrutados nos países onde essas especialidades alcançaram maior desenvolvimento (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2, rolo 43, fotograma 275).

O ministro insistiu na contratação de técnicos em diversas especialidades, sem a sanção de um consultor alemão, justamente as especialidades listadas na carta assinada por Léon Renault.

O Arquivo Capanema não contém material que permita conhecer alguma ação posterior de Sá Pereira nem de seus interlocutores alemães. Novo documento veio pôr em relevo a atuação de outro brasileiro.

A comissão brasileira no Congresso Internacional do Ensino Técnico de 1938, realizado em Berlim, foi constituída de Nereu Sampaio, professor do Liceu Nacional, cujo prédio estava em construção no Rio de Janeiro, e Rodolfo Fuchs, inspetor regional do ensino industrial do Ministério da Educação no Nordeste³.

Além de participar do congresso, Fuchs visitou instituições de educação profissional na Alemanha e na França. Anexo ao relatório de sua viagem, o ministro recebeu o texto intitulado *O ensino profissional na Alemanha – 1938*, redigido por Fuchs, com 72 páginas.

A carta e o relatório de Fuchs foram enviados ao ministro Capanema com data de 14 de outubro de 1938 (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1935.12.00 rolo 37, fotogramas 685 a 759). No extenso texto, o teuto-brasileiro defendeu, incisivamente, o modelo alemão para o ensino industrial no Brasil. Vou sumariá-lo a seguir.

Os elogios de Fuchs dividiram-se entre tradição da organização corporativa do trabalho e da aprendizagem profissional, que associava o trabalho do mestre,

³Gaúcho de ascendência alemã, Rodolfo Fuchs formou-se na Escola de Engenharia de Porto Alegre, em 1923. João Lüderitz, seu professor e diretor da instituição, dirigiu o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a que estavam afetas as Escolas de Aprendizes Artífices. Em 1928, Fuchs foi contratado como engenheiro civil por esse Serviço e enviado a Pernambuco, onde dirigiu a Escola de Aprendizes Artífices do Recife. Após a reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, por efeito da lei 378/37, Fuchs foi promovido a inspetor do ensino industrial da 4ª Região, que compreendia os estados do Rio Grande Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas.

no próprio local da produção, com escolas especiais; e a “revolução nacional-socialista” que teria assumido essa tradição, “conferindo-lhe um vigor inaudito”. Outra virtude do governo nazista foi tornar obrigatória a frequência regular de escola profissional para todos os adolescentes, entre 14 e 18 anos. A imposição da formação profissional só poderia funcionar mesmo num regime político que combateu os males do liberalismo. “Oxalá o Brasil, à sombra da Constituição de 10 de novembro [de 1937, LAC], encontre o caminho que o conduza à realização desse sonho.”

A ideologia nazista teria sido decisiva, também, para propiciar uma concepção de educação integral, descartando a ênfase puramente intelectual dos países liberais.

O nacional-socialismo quer o indivíduo todo, inteiro, para si. E por isso, a sua pedagogia considera o homem no seu tríplice aspecto: corpo, alma e espírito, colocando, em primeiro lugar, a formação de um corpo forte e sadio, depois a consolidação do caráter e, em terceiro lugar, o desenvolvimento das faculdades intelectuais. Este é o objetivo geral da educação alemã e em nenhum outro ramo essa tendência se revela mais claramente do que no ensino profissional. (...) É, a nosso ver, a primeira tentativa feita por uma nação para fazer a educação integral do homem.

Sem a ênfase intelectualista, a educação ministrada nas escolas profissionais simplificou os estudos teóricos, reduzindo-os ao mínimo, “suprimindo completamente o inútil” e inserindo, no seu lugar, conteúdos morais e cívicos. Em vez de noções livrescas, esses conteúdos diziam respeito aos deveres relativos ao partido, à nação e ao *führer*.

O capítulo final do relatório foi denominado “confronto necessário”, no qual Fuchs comparou a Alemanha com a França, e ambas com o Brasil, num trinômio que ele pretendia formasse o binômio teuto-brasileiro. A comparação entre os dois países foi montada de modo a evidenciar a excelência desta.⁴

O que a Alemanha realizou a França apenas pretendia fazer, isto é, a obrigatoriedade do ensino profissional, coisa que Fuchs duvidava de que ela conseguisse. Enquanto a França estava voltada para a democracia, a Alemanha encarnava “um regime autoritário integral”. “Os resultados colhidos pela Alemanha são tão extraordinários que não deveríamos ter receio de aplicar os

⁴O contraponto entre a Alemanha e a França era correlato às posições de Léon Renault, descendente de franceses, e as de Rodolfo Fuchs, descendente de alemães, como se cada um estivesse a defender políticas dos governos dos países de onde emigraram seus pais para o Brasil.

processos de que ela lançou mão para desenvolver o seu ensino profissional ao nosso país.”

O sucesso alemão e a convergência legal da França, todavia ineficaz, deveriam servir de ensinamento e alerta para o Brasil, onde existiriam pessoas resistentes à instituição da obrigatoriedade do ensino profissional.

Mas, se ainda isso não os convencer, que tenham então a hombridade de assumir o papel de coveiros do nosso futuro e abdicar à função cômoda de conselheiros da prudência e profetas de um falho nacionalismo que nesse caso não representa senão a prova das suas próprias dúvidas e a falta de coragem para tomar uma resolução. Porque não tenhamos a menor ilusão a esse respeito: ou o Brasil resolve dar um rumo seguro e acertado ao ensino profissional, ou dentro de pouco estaremos presenciando servirem tais reivindicações de arma de combate dos incansáveis agitadores comunistas, tal como se pode ver em Paris, onde o Partido Comunista ainda hoje se serve dela para agitar o operariado, apesar do governo francês já haver adotado uma legislação que excede em benefícios às exigências tardias daquele partido. E se o nosso operariado se encontra coeso e decidido ao lado do governo, não pensemos, porém, que isso perdurará sempre. Os motivos principais dessa atitude são a gratidão pelos benefícios recebidos da legislação revolucionária e a admiração votada ao Chefe da Nação. Mas a gratidão e o reconhecimento são sentimentos pouco duráveis; dentro de 10 anos, todo o operariado julgará os favores recebidos como normais e estará disposto a deixar-se embair pelo primeiro agitador hábil que se manifestar entre eles. O governo então os apaziguará com novas concessões possíveis ou impossíveis, se antes não tiver procurado agir de um modo decisivo sobre a mentalidade do operariado. Modo de ação que não consiste apenas em proporcionar-lhe, pela instrução profissional, conhecimentos técnicos necessários, mas uma compreensão mais larga para as realidades político-sociais da nação, através da formação cívica e moral do futuro operário. Nada ou quase nada se faz no Brasil no sentido de desenvolver esse sentimento no indivíduo. Esse crime começa na escola primária e consuma-se no curso secundário, no qual à falta de elementos positivos ainda se junta, às vezes, a ação nefasta de certos professores de história pátria, que pensam demonstrar erudição, contando anedotas ou traços ridículos dos nossos grandes homens e heróis.

O arquivo Capanema não contém documento que registre a reação do ministro às recomendações de Fuchs.

Três anos depois de enviado ao ministro, o relatório de Fuchs sobre o ensino profissional na Alemanha foi publicado em três números de *Formação – Revista Brasileira de Educação*, editada no Rio de Janeiro, de março a maio de 1941⁵. O texto sofreu pequena revisão formal, mas foi acrescentada nota que diz ter sido ele apresentado no V Congresso Internacional de Ensino Profissional em Berlim. Isso não é verdadeiro, pois o autor disse, em carta a Capanema, que não havia levado nenhuma tese, limitando-se a assistir aos trabalhos do evento, após o quê realizou entrevistas e visitas, na Alemanha e na França.

Para um leitor apressado, o texto publicado em 1941 pode padecer de um irremovível anacronismo. O governo brasileiro já havia se aproximado dos Estados Unidos, com Osvaldo Aranha ministro das Relações Exteriores; e a França estava ocupada pela Alemanha havia um ano, com sua região livre, governada de Vichy, submetida a um regime autoritário, que em nada lembrava o tom democrático da III República. Todavia, a atualidade do artigo de Fuchs pode ser percebida na luta que se desenvolvia no Brasil entre a concepção francesa da educação profissional, da escola-oficina, e a alemã, da oficina-escola, cada uma delas sustentada por um ministério, respectivamente, o da Educação e o do Trabalho. Fuchs não escondia sua preferência pela concepção alemã, cujo sucesso atribuía tanto ao nacional-socialismo quanto às práticas herdadas por esse regime político, a exemplo da contribuição dos empregadores para a formação profissional dos trabalhadores, tanto no financiamento quanto no deslocamento de mestres para o ensino nas oficinas, em regime de alternância. A propósito, depois de listar as atribuições dos empregadores para com as escolas profissionais de primeiro grau, Fuchs escreveu:

É supérfluo dizer que, na Alemanha, ninguém se espanta com essas exigências. Entre nós, se fôssemos pedir a metade de tudo isso, as indústrias ameaçariam de fechar os seus estabelecimentos. Também ninguém procura fugir ou iludir a essa obrigação. É considerada vantajosa para o progresso industrial do país. Para fazer justiça completa, não se perca de vista que a legislação vigente foi reclamada pelas corporações profissionais, e não imposta pelo governo (FUCHS, 1941, nº 34: 53).

⁵A julgar pelo nº 34, de maio de 1941, essa revista tinha uma ostensiva orientação germanófila. Estranhamente, para uma revista de educação, o artigo que seguia a última parte do de Fuchs, era intitulado “O que são os paraquedistas alemães”, assinado pelo barão von Medem. Em quatro páginas, o autor teceu elogios à tropa aerotransportada que invadiu a Holanda, tomou Roterdam e as posições estratégicas daquele país no ataque que culminou na ocupação dos Países Baixos e da França, bem como na retirada da Força Expedicionária Britânica em Dunquerque. Nenhuma palavra sobre a educação, pelo menos no sentido estrito.

Enquanto isso, no Brasil, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo resistiu o quanto pôde às induções do governo para fazer os empregadores assumirem as responsabilidades de formação da força de trabalho que eles próprios iriam consumir. E só as aceitaram depois de pressões irresistíveis. O decreto-lei 4.048/42, decidiu a vitória da concepção alemã para a formação dos trabalhadores diretos, no setor industrial, mas o decreto-lei 4.073/42, a vitória da concepção francesa para os trabalhadores indiretos, isto é, os técnicos de nível médio (ensino industrial de segundo grau).

As menções às características e virtudes do ensino profissional alemão por Fuchs e Sá Pereira são tão parecidas, mesmo após decorridos dois anos entre suas visitas, que sugerem a suposição de que ambos acolheram, assimilaram e traduziram a propaganda nazista que lhes foi apresentada pelos cicerones. Fuchs foi além no acolhimento do sucesso internacional do nacional-socialismo. Em 1938, a expansão alemã fez-se sentir na anexação da Áustria ao Terceiro Reich, na ocupação da Tchecoslováquia e na bem-sucedida intervenção na Espanha, que viabilizou a derrota da República pelo nacional-catolicismo do general Francisco Franco. Nesse ano, o Estado Novo brasileiro convergia com o Estado nazista alemão no combate à maçonaria, ao comunismo e ao liberalismo, com ambas as polícias políticas colaborando na troca de informações e até de prisioneiros.

A conexão suíça

Quatro meses antes da invasão da Polônia pela Alemanha, que marcou o início da Segunda Guerra Mundial (facilmente previsível pelos movimentos agressivos das tropas daquele país, desde a invasão dos Sudetos), o embaixador brasileiro na Suíça assinou documento que mostrou a existência de uma translação para esse país das atenções de autoridades brasileiras, visando à contratação de professores para o ensino profissional.

Com efeito, o embaixador brasileiro em Berna, Mário de Barros e Vasconcelos, enviou carta ao ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha, em 29 de maio de 1939 (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43 fotograma 289), cujo conteúdo apontava exatamente nessa direção. Mostrando conhecer a busca de professores estrangeiros para os liceus industriais, pelo ministro da Educação, o embaixador tomou providências para traçar rota distinta da alemã, mas não foi possível saber se tal iniciativa foi sua ou do ministro Aranha, para a qual Barros e Vasconcelos teria oferecido base material.

De um modo ou de outro, a carta começou dizendo que a Suíça “dispõe, presentemente, de grande número de professores, mestres e artífices de comprovada competência e que não têm, aqui, seus meios de subsistência bem assegurados”. Em conversa com Philipp Etter, presidente da Confederação Helvética, o embaixador teria aludido à conveniência de intensificar o intercâmbio intelectual entre os dois países, diante do que o dirigente suíço teria feito referência à disponibilidade daqueles profissionais devido à “precariedade de suas condições de vida”⁶. O decorrer da conversa teria abordado condições de contratação, tão similares ao que já vinha sendo levantado no âmbito do Ministério da Educação, que não é descabido pensar que o assunto tivesse sido tratado por iniciativa do embaixador brasileiro, previamente instruído. Se essa iniciativa existiu, o Arquivo Capanema não permite concluir. Tampouco se ela se deveu ao ministro da Educação ou das Relações Exteriores. A oferta do presidente da Confederação Helvética teria sido, na realidade, efeito de uma sugestão de Osvaldo Aranha, apresentada pelo embaixador?

Num argumento que parece se contrapor às sugestões de Renault e assumidas por Capanema de se contratar professores para as escolas profissionais em vários países, o embaixador brasileiro na Suíça assim defendeu a contratação num único país:

Reunidos em turmas de especialidade técnica, professores, mestres, contra-mestres e artífices estariam habilitados a dar a seu ensino orientação harmônica que, de outro modo, não será possível, tão profundas são as diferenças de técnica de país a país, cada qual com aparelhos, ferramentas e demais utensílios de sua fabricação (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43 fotograma 289).

A carta do embaixador brasileiro em Berna foi analisada por Lycerio Schreiner, da Divisão do Ensino Industrial, que manifestou sua opinião em carta de 27 de julho de 1939 (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43 fotograma 290 e 291). O melhor para o Brasil seria o estágio de nossos profissionais na Europa e nos Estados Unidos, embora essa alternativa exigisse tempo. Como solução de curto prazo, a contratação de professores estrangeiros se impunha. A Suíça seria a fonte mais conveniente desses profissionais, pelo seu reconhecido valor técnico e pela possibilidade de

⁶ Essa é uma referência surpreendente. A Suíça não era um país com força de trabalho industrial em situação de pobreza material.

serem escolhidos em zonas do país de língua francesa ou italiana, o que facilitaria o aprendizado da língua portuguesa pelos contratados.

Sete meses se passaram até que uma comissão nomeada pelo ministro Capanema apresentasse suas recomendações sobre a questão. Integrada por Francisco Montojos, diretor da Divisão de Ensino Industrial do ministério, Joaquim Faria Góes Filho, do Departamento de Educação do Distrito Federal, e Rodolfo Fuchs, inspetor do Ensino Industrial no Nordeste, a comissão encaminhou texto conclusivo a Capanema em 16 de fevereiro de 1940 (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43 fotograma 283 a 287). A comissão recomendou que os profissionais fossem escolhidos num mesmo país, para ser assegurada a unidade técnica, “tão necessária à eficiência da aprendizagem”. Naquele momento, somente a Suíça, a Itália e os Estados Unidos poderiam “fornecer elementos de valor”. A Itália teria dificuldade de aprovar a saída de técnicos do país devido a sua política interna. Os norte-americanos teriam dificuldade no aprendizado de nosso idioma, além de possuírem um padrão de vida muito elevado, o que aumentaria nossas despesas. A Suíça, ao contrário dos outros dois países, somente ofereceria vantagens: alto desenvolvimento industrial, ensino profissional de elevada qualidade e o domínio de línguas latinas, o francês e o italiano, ensinadas em todas as escolas. Ademais, a legação brasileira em Berna já teria informado a existência de técnicos interessados em vir para o Brasil, o que contaria com o apoio do governo suíço.

A comissão recomendou, também, que os profissionais suíços fossem localizados, inicialmente, no Liceu Nacional, no Rio de Janeiro, combinando-se a eficiência de sua atividade conjunta com a possibilidade de fiscalização direta dos mesmos. Posteriormente, quando os técnicos estivessem “mais afeitos ao meio”, poderiam ser comissionados para desenvolver suas atividades em outros liceus da rede federal.

A seleção dos interessados em lecionar no Brasil seria feita, no entender da comissão, por um técnico brasileiro que se deslocaria para a Suíça, onde manteria contatos com as autoridades escolares, com os técnicos e com as empresas industriais. Todos eles deveriam ter concluído um curso profissional de segundo grau (*technicum*) e experiência na produção industrial. A minuta de sugestão de contrato de trabalho foi anexada ao relatório da comissão.

Cinco dias depois, o ministro Capanema solicitou do presidente Vargas autorização para iniciar as gestões para o contrato de professores na Suíça, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores e a atuação direta de um técnico do ministério. O presidente aprovou o procedimento e o nome

do emissário, Roberto Mange, suíço de nascimento e professor catedrático de Mecânica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, também atuante no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional⁷. Naturalizado brasileiro e vivendo no país desde 1913, Mange havia se destacado na adaptação do método germânico do ensino profissional mediante alternância escola-trabalho, que teve a mais alta expressão no Senai, instituição da qual ele veio a ser um dos principais dirigentes, desde a inauguração (cf. ZANATTA, 1991).

Enquanto as providências para a viagem de Mange eram tomadas no Brasil, com numerosas trocas de mensagens solicitando sua liberação das funções no Estado de São Paulo, bem como recursos junto ao Banco do Brasil, a *Gazette de Lausanne* noticiava, em 15 de março de 1940, que *On cherche des professeurs suisses pour le Brésil*. Mencionava o intento do governo brasileiro de explorar as riquezas do país, a falta de pessoal qualificado, a inauguração de grande escola industrial e a próxima chegada à Suíça de um funcionário do Ministério da Educação para contratar 27 professores. E assim termina a matéria: “Isso prova a estima que o Brasil tem pela Suíça” (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotograma 295).

O governo suíço não esperou pelas candidaturas espontâneas, e tomou a iniciativa de procurar por interessados. Em 5 de julho de 1940, o Departamento Político Federal enviou carta ao embaixador brasileiro com os nomes de 15 candidatos considerados adequados: oito em metal e eletricidade, quatro em madeira, dois em “trabalhos femininos” e um tapeceiro (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotograma 302). Apenas três dos nomes indicados, nessa ocasião, vieram ao Brasil, um do primeiro grupo de especialidades e dois do segundo.

Roberto Mange partiu para a Europa em dezembro de 1940, para uma missão de três meses de duração. Antes da seleção dos candidatos suíços, ele deveria visitar instituições de ensino profissional na França e na Bélgica⁸.

O relatório que Mange encaminhou a Capanema, em 15 de maio de 1941 (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotografias 329 a 343), começou com uma apreciação menos otimista do que o do embaixador brasileiro, dois anos antes. A guerra na Europa teria mudado o panorama:

⁷ Ver o verbete sobre Roberto Mange no *Dicionário de Educadores no Brasil*.

⁸ A viagem foi realizada de navio do Lloyd Brasileiro até Lisboa. É possível que daí a Berna, Mange tenha prosseguido de trem. No relatório, ele sugere que a viagem dos contratados fosse feita de trem até Lisboa e de lá ao Rio de Janeiro em navio brasileiro. A viagem pelos países ocupados e pela Península Ibérica seria difícil, pela quantidade de pessoas e pelas dificuldades trazidas pela guerra. Mange previa a necessidade de dois vagões ferroviários especiais, um para os contratados e suas famílias, outro para as bagagens.

A atual intensa atividade industrial na Suíça, especialmente no setor da construção de máquinas, e as contingências de caráter militar trouxeram, como consequência imediata, boas possibilidades de emprego e, conseqüentemente, vieram dificultar o recrutamento de técnicos suíços para o Brasil. Porém, a incerteza do futuro levou muitos desses técnicos a se candidatarem para os cargos oferecidos pelo governo brasileiro no ensino profissional federal (Idem, *ibidem*).

Depois da propaganda inicial, houve 300 ofertas, mas a seleção concentrou-se em um terço desse número, sendo que 95 candidatos foram entrevistados. Para a divulgação e a montagem dos dossiês dos candidatos, o emissário brasileiro contou com a colaboração de duas entidades suíças: o *Office Federal de L'Industrie des Arts et Métiers et du Travail*, de Berna; e o *Service Technique Suisse de Placement*, de Zurique. Foram considerados os seguintes elementos: preparo técnico, prática industrial, experiência no ensino, atributos pessoais e condições de adaptabilidade. Os três primeiros elementos foram objeto de análise documental, mas os dois últimos foram aquilatados na entrevista pessoal. Concluído o processo seletivo, restaram 42 candidatos e 15 suplentes, todos eles atuantes na indústria ou em escolas profissionais. A maioria estava engajada no Exército Suíço, na época mobilizado, mas as autoridades militares não opuseram resistência a sua migração para o Brasil.

O contrato-padrão do governo brasileiro foi objeto de críticas pelos candidatos, o que levou Mange a sugerir a Capanema que ele fosse alterado em diversas cláusulas, principalmente nos seguintes pontos: os técnicos deveriam deixar a Suíça já com o contrato assinado, sem que dependessem de avaliação posterior pelo Tribunal de Contas; o “estágio probatório” deveria ser abolido, com estabilidade empregatícia por três anos; ajuda de custo para viagem e instalação deveria ser concedidas; rescisão do contrato pelo governo brasileiro dependeria de comprovação de não cumprimento das obrigações ou incapacidade técnica.

As ponderações de Mange foram aceitas por Capanema, que escreveu a Vargas, em 19 de maio de 1940:

Não pôde o professor Mange concluir os contratos, pois a nossa legislação estabelece condições que não seriam aceitas pelos técnicos europeus. Esses técnicos, que são empregados, que têm em seu país condições seguras de vida, não virão sem garantias de estabilidade e sem que lhes seja assegurada desde logo, desde antes de sua partida para o Brasil, a plena e irrevogável vigência dos contratos (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotograma 283 a 287).

A reação de Vargas foi rápida e favorável, pois o decreto-lei nº 3.297, de 22 de maio de 1941, autorizou o ministro da Educação, nos termos por ele sugeridos, a fazer os contratos com professores estrangeiros para os estabelecimentos de ensino profissional federais, os quais teriam plena vigência desde o momento da assinatura das partes.

Os contratos foram assinados pelo embaixador brasileiro em Berna, com a interveniência do Departamento Político Federal da Suíça. Os termos eram padronizados. Eles estabeleciam o salário de cada um, variando conforme a especialidade e a qualificação; previam passagem para o contratado, esposa e filhos; tinham a duração de três anos, podendo ser renovados, se fosse do interesse do técnico contratado e do governo brasileiro; previa o exercício da atividade profissional em 44 horas semanais e dedicação exclusiva, no lugar que o ministro da Educação designasse; podia ser rescindido por iniciativa do contratado (que deveria devolver o valor da ajuda de custo e das passagens) ou pelo governo, caso ele demonstrasse incapacidade técnica, apurada por comissão designada pelo ministro (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotogramas 437 a 438).

Em janeiro de 1942, depois de muitas gestões, chegaram ao Rio de Janeiro os 29 técnicos suíços efetivamente contratados⁹. O cronograma favoreceu a contratados e contratante. No mês seguinte ao do desembarque dos técnicos no Rio de Janeiro, os submarinos alemães começaram a torpedear navios brasileiros, em navegação de longo curso e cabotagem. Eram eles, com as especialidades e a hierarquia que trouxeram consigo (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotograma 469)¹⁰:

Alfredo Zuberbühler - assistente técnico de construção de máquinas
André Rochat - mestre-geral de cerâmica
Anton Dakitsch - mestre encadernador
Constantin Wuthrich - técnico especializado
Emil Bohren - mestre em soldas elétricas
Emil Kampf - assistente técnico, móveis e decorações de interiores
Ernst Kreis - mestre em aparelhos elétricos
F. Mattmuller Frey - técnico especializado
Friedrich Walter Brandi - mestre de operações de máquinas

⁹ Mange ainda entrou em contato com dois técnicos da mesma nacionalidade, que se encontravam na Argentina, mas eles não foram contratados, por razão desconhecida.

¹⁰ Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotograma 469. Foi mantida a ordem do documento, que não é exatamente a sequência alfabética nem a hierarquia funcional/salarial.

Fritz Spalty - técnico chefe em construção civil
Gaspar Stauffacher - mestre em mecânica de avião
Gustav Martin - técnico chefe de cerâmica
Hans Gwarder - mestre de ajustagem
Hermann Bart - mestre de mecânica de precisão
Hermann Steffen - mestre-geral de mecânica
Jahannes Sulser - mestre montador eletricitista
Josef Amhrein - mestre em soldas elétricas
Julius Forrer - mestre de mecânica e instrumentos de precisão
Marius Mercier - mestre de operação de máquinas
Max Dittrich - mestre em marcenaria
René A. Staempli - mestre de construção naval
Theodor Zeller - mestre em acabamento de móveis
Walter Egli - mestre-geral de mecânica
Theodor Leutweyler - mestre em formas de cimento armado
Werner Amacher - mestre escultor em madeira
Willy Burri - assistente técnico em construção de máquinas
Willy Rubli - assistente técnico de artes gráficas
Alfonso Martignoni - mestre de eletricidade
Enrico Martignoni - contramestre de eletricidade

Os contratados tinham três categorias funcionais, como técnicos, assistentes técnicos e mestres. Sua remuneração variava substancialmente, conforme a classificação recebida, de 4:000\$ (Wuthrich) a 1:500\$ (Stauffacher, Amrein, Sulser, Leitwyler, Amacher). Apesar dessa amplitude de categorização, eles foram denominados, coletivamente, de técnicos, em sentido amplo. A Escola Técnica Nacional foi a maior beneficiária do trabalho desses profissionais. Em 1944, quando da renovação dos contratos, ela empregava 16 dos 26 recontratados, enquanto os demais se distribuíram pelas escolas da rede federal em São Paulo (3), Curitiba (2), Belo Horizonte, Florianópolis, Pelotas, Salvador e Recife (as cinco últimas escolas, com um técnico suíço cada).

Constantin Wuttrich, o mais qualificado dos contratados, o que recebia salário mais elevado, o único que tinha o cargo de “técnico chefe de mecânica”, pretendeu rescindir o contrato, um ano depois de chegar. Em carta enviada ao diretor da Divisão de Ensino Industrial, Francisco Montojos, em 4 de fevereiro de 1943, ele pediu seu repatriamento, para o quê elencou as seguintes razões: não recebeu as aulas de português que lhe foram prometidas; ficou subordinado a um mestre de ofício, apesar de ter maior qualificação do que ele; a organização do ensino e a disponibilidade de materiais e equipamentos eram insatisfatórios; e os salários eram baixos. E assim finalizou o arrazoado: “só debaixo de circunstâncias todas especiais poderia concordar de encarregar-me do segundo ano da Escola Técnica” (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC,

GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotografamas 451 a 456).

Em 21 de julho de 1944, Montojos pediu a Capanema a renovação de 27 dos 29 técnicos suíços. A reclamação de Wuttrich foi em parte acolhida pelo diretor da DEI, que não só recomendou a renovação de seu contrato, como, também, sugeriu que ele recebesse “excepcional aumento de salário, pelas suas qualidades técnicas relevantes” (Cf. Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936 rolo 43, fotografamas 459 e 460). Não foi possível saber se Wuttrich recebeu o aumento sugerido nem se outras providências foram tomadas no sentido de atender pelo menos parte de suas demandas. Mensagem de Francisco Montojos a Carlos Drumond de Andrade, chefe de gabinete do ministro, informa outra razão de se manter o contrato até o fim do prazo estipulado, evitar a má repercussão que isso poderia causar no país de origem (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotografia 457). O fato é que, em 1945, sua atuação estava prevista para a Escola Técnica Nacional.

O diretor da DEI recomendou que não fossem renovados os contratos de três suíços: Gaspar Stauffacher, técnico em aviação, especialidade não contemplada por nenhuma escola técnica; Emil Bohrem, por ter “pouco produzido”, mesmo sendo transferido para três escolas; e Willy Rubli, que “tem revelado não possuir as qualidades pessoais necessárias ao desempenho da função de educador” (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotografamas 459 a 460). Este último foi objeto de inquérito, mas acabou “isento de culpa”¹¹.

Em novembro de 1945, já terminada a guerra e findo o Estado Novo, o trigésimo técnico foi contratado – Ângelo Martignoni –, que se juntou a Enrico e Alfonso Martignoni, estes já no Rio de Janeiro havia três anos. No arquivo Capanema, sobre ele só foi encontrado um manuscrito datado de 10 de outubro de 1944, passando ao ministro a informação do diretor da Divisão de Ensino Industrial de que não havia verba para contratar Angelo Martignoni¹². Não foi encontrado pedido dele para ser contratado, mas, no ano seguinte, o ministério fez publicar no *Diário Oficial da União* o contrato do trigésimo técnico suíço, por dois anos, como professor de construção de máquinas, motores e aparelhos (Cf. *Diário Oficial da União*, 28/11/1945, seção 1, página 10). Esse contrato foi várias vezes renovado.

¹¹ O embaixador suíço, Henri Valloton, havia intercedido a favor de Rubli e recebeu de Capanema comunicação do resultado favorável ao técnico suíço (Cf. Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotografia 464).

¹² O manuscrito não está assinado, mas tem as iniciais CD, possivelmente Carlos Drumond (de Andrade), chefe de gabinete do ministro (Cf. Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2, rolo 43, fotografia 465).

A conexão norte-americana

Antes mesmo que os técnicos suíços chegassem ao Brasil, o Ministério da Educação já promovia a busca de modelos e docentes para a educação profissional nos Estados Unidos.

Em agosto de 1941, no mesmo mês em que foi formada a Comissão Militar Mista Brasil-EUA, culminância no processo de reorientação anti-Eixo do governo Vargas, carta de Carlos Martins Pereira e Sousa, embaixador naquele país, a Capanema, datada de 20 de agosto de 1941, revelou a existência de demanda expressa, pelo ministério, de técnicos norte-americanos para lecionarem no Brasil. A carta do embaixador anexou cópia da mensagem do dirigente da Comissão Comercial e Financeira do Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos, dando conta de que havia recebido “um considerável número de *applications*”, que lhe pareceram corresponder às demandas do Ministério da Educação do Brasil (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 35.12.00 - A).

Pelo que depreendi da correspondência depositada no Arquivo Capanema, em vez de os norte-americanos se dirigirem ao Ministério da Educação, contataram diretamente Roberto Mange, na época diretor do Departamento Regional de São Paulo do Senai, recém-criado. Carta enviada por ele ao ministro, em 25 de abril de 1942, diz que o coordenador de Assuntos Inter-Americanos, de Washington, cujo titular era Nelson Rockefeller, o havia incumbido (sic) de promover entendimentos urgentes para que fosse posto em prática “um novo plano visando a preparação técnica, rápida e em larga escala, de mão de obra destinada à defesa de guerra”. Mange relata já ter estado nos Estados Unidos, recentemente, quando estabeleceu, com aquele interlocutor, que a colaboração fosse feita nos seguintes setores industriais: construção naval, siderurgia, fabricação de armamentos, construção aeronáutica. Para isso, seriam montados, na rede existente de escolas industriais, técnicas e de engenharia, cursos monotécnicos, intensivos e de curta duração, para a preparação da mão de obra necessária ao esforço de guerra, como vinha sendo feito nos Estados Unidos.

Diante de urgência requerida pelos norte-americanos, Mange propôs a Capanema que fosse montada uma reunião, no ministério, com um representante de cada um daqueles quatro setores. Cópia da carta da proposta deve ter sido enviada ao ministro da Guerra, o general Eurico Dutra, que se dirigiu ao “prezado amigo e colega” de ministério, Gustavo Capanema. Em linguagem diplomática, Dutra manifestou incômodo com a desenvoltura

de Mange no contato com o coordenador de Assuntos Inter-Americanos, e sugeriu que a iniciativa seja transferida para o Ministério da Educação. Para participar dos entendimentos, indicou um coronel da Diretoria de Material Bélico.

O incômodo do ministro da Guerra não afetou os entendimentos com os norte-americanos. Tanto que, em 25 de junho de 1942, Mange notificou Capanema de que a reunião proposta havia sido realizada, com três representantes dos ministérios militares (inclusive o coronel indicado por Dutra) e um da siderurgia, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Euvaldo Lodi, à época já aderente ao projeto do Senai, cujo Conselho Nacional presidia. Aliás, os cursos sugeridos pela comissão foram exatamente os que a nova instituição se preparava para montar, em caráter emergencial, em todo o país. Mange concluiu a mensagem com a demanda de equipamento para o ensino, a ser fornecido pelos Estados Unidos; e de 36 instrutores, estes sim, especificados por especialidade, totalizando 36 pessoas.

Em 1943, a conexão alemã já não era lembrada por ninguém no Ministério da Educação, a conexão suíça estava ativada, com 29 técnicos em exercício nas escolas industriais do país, quando a conexão norte-americana começou titubeante.

Naquele ano o Brasil estava plenamente envolvido na guerra, já totalmente mundializada: bases aéreas e navais norte-americanas estavam instaladas em Belém, Fortaleza, Natal e Recife, apoiando os comboios de navios com suprimentos para o norte da África. A Força Aérea Brasileira e a Marinha do Brasil participavam com os norte-americanos do patrulhamento do Atlântico Sul, contra os submarinos alemães e italianos. E a Força Expedicionária Brasileira estava em organização, para integrar os exércitos aliados na Europa.

Documento com timbre da Divisão de Ensino Industrial, sem data nem assinatura encontrado no Arquivo Capanema, intitulado “Técnicos Americanos”, lista os nomes de oito pessoas que teriam sido contratadas (sic) por Mange nos Estados Unidos, e que haviam chegado ao Brasil em maio de 1943 (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 36.05.26/2 III – 18 p.2). Comparando essa lista com a das especialidades elencadas um ano antes, o resultado é decepcionante. Não só o número era apenas um quarto do pretendido, como as especialidades não coincidiam com as especificadas. Tirando o eletroquímico, o fundidor e o armeiro, os demais eram estranhos à demanda anterior: dois especialistas em orientação e seleção profissional, além de dois agricultores. O armeiro logo retornou a seu país de origem, porque não conseguiu montar

oficina e sua esposa ficou doente (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.2/62 rolo 43 fotograma 462). Os especialistas em produção agrícola foram transferidos para o ministério correspondente.

Ao contrário da Suíça, neutra na guerra, o governo norte-americano estava diretamente interessado no desempenho dos técnicos. O Ministério da Educação pagava um salário aos técnicos norte-americanos, que era complementado pela representação no Brasil da Coordenação dos Negócios Inter-Americanos, por intermédio do Instituto de Educação Internacional. Em reunião realizada em 12 de junho de 1943, com nove pessoas, do Ministério da Educação, da embaixada dos Estados Unidos e dois dos norte-americanos contratados, foram levantados problemas e soluções para a integração deles às atividades técnicas. Celso Suckow da Fonseca, diretor da Escola Técnica Nacional, disse que os norte-americanos frequentavam de modo irregular as aulas de português que tinham sido organizadas para eles, condição essencial para o desempenho eficiente de sua atividade. Em contrapartida, concluiu-se que os técnicos agrícolas deveriam ser realocados no Ministério da Agricultura e o armeiro, no Ministério da Guerra ou no da Aeronáutica; enquanto a Escola Técnica Nacional não tivesse condições de plena utilização dos contratados, que eles fossem empregados nas indústrias locais; que “as classes sejam organizadas para rapazes mais velhos, melhor preparados física e mentalmente que os atuais estudantes da Escola” (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g b FRIELE, rolo 3, fotograma 459 e 460).

Em 30 de junho de 1943, o representante especial de Rockefeller, Berent Friele, enviou carta ao ministro Capanema referindo-se às anotações tomadas naquela reunião e, em linguagem diplomática, fez uma chantagem: os técnicos norte-americanos deveriam receber uma “designação efetiva dentro em breve”, caso contrário, eles seriam chamados de volta a seu país para ocuparem postos nas indústrias de guerra ou na frente de combate (Idem).

Ao contrário dos suíços, para quem Celso Suckow da Fonseca dirigiu elogios, apesar dos problemas de adaptação, os norte-americanos não receberam menção alguma do diretor da Escola Técnica Nacional.

Não foi possível saber por que Capanema pretendia prosseguir com a conexão suíça, quando a norte-americana já havia sido ativada.

Em 27 de março de 1945, quando a guerra estava praticamente acabada, o embaixador suíço pediu ao ministro especificação da demanda que ele havia manifestado de mais 50 técnicos para serem contratados pelo governo brasileiro (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 36.05.26/2 rolo 43, fotograma 470). Não há registro de resposta do ministro.

Capanema enviou carta a Vargas, em 14 de abril de 1945, informando que o representante no Brasil da Coordenação dos Negócios Interamericanos havia manifestado a criação, pelo governo norte-americano, da Inter-American Educational Foundation. A atuação dessa instituição no Brasil começaria pelo ensino industrial, que consistiria no oferecimento de bolsas de estudos naquele país de diretores, administradores e professores desse ramo do ensino médio, além da remessa de aparelhagem para as escolas da rede federal. O financiamento do acordo seria feito pelos dois governos, 250 mil dólares pelo norte-americano e o dobro disso pelo brasileiro, num período de três anos. O ministro informou o presidente de que sua pasta havia examinado a proposta e concluído pelo grande alcance da cooperação norte-americana para a melhoria de nosso ensino profissional” (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 35.12.00 I – 19).

Jogo duplo ou súbita mudança de rumo, ditada pelas circunstâncias?

O que foi possível verificar é que Vargas respondeu positivamente a Capanema, mas as providências para o prosseguimento dos entendimentos foram feitas por seus substitutos no Ministério da Educação. Em 3 de janeiro de 1946, pouco mais de dois meses depois do golpe militar que pôs fim ao Estado Novo, foi firmado o acordo entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, que constituiu a Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI), a qual deu início a uma duradoura presença norte-americana nesse ramo do ensino. Em vez de professores norte-americanos virem ao Brasil, membros dos corpos docente e administrativo da rede federal do ensino industrial foram aos Estados Unidos para visitas e cursos; algum equipamento também veio, mas, principalmente, material didático (especialmente livros e filmes) que foi traduzido ou legendado para ampla distribuição¹³.

Conclusão

Em pouco menos de uma década (1936/45), num momento de grave conflito internacional, o Ministério da Educação, na gestão de Gustavo Capanema, buscou professores e modelos para o ensino industrial em três países: Alemanha, Suíça e Estados Unidos. Vital para o desenvolvimento do país e, particularmente, para o esforço de guerra, esse ramo do ensino não tinha alternativa interna de desenvolvimento, na amplitude demandada e na urgência ditada pelas circunstâncias, o que levou o ministério a buscar professores e modelos no exterior.

O primeiro destino foi a Alemanha, em 1936, país escolhido pelo rápido

¹³ Para uma análise da CBAI, remeto o leitor a Cunha & Falcão (2009).

crescimento industrial, pelo comércio crescente com o Brasil e pelo fascínio que a política nazista suscitava em quadros do Ministério da Educação. Sem disfarces, os setores situados mais à direita no espectro político aplicaram no nazismo suas expectativas para o Brasil. Admiradores da eficiência e das virtudes ideológicas nazistas, Antônio Leal de Sá Pereira e Rodolfo Fuchs, pretendiam que o ensino industrial se desenvolvesse no Brasil segundo o que viram na Alemanha, fosse pela vinda de consultores e professores, fosse pela adoção de seu etos. Resistências no interior do Ministério da Educação, movidas explicitamente pelo nacionalismo, importante componente da ideologia do Estado Novo, serviram para protelar as medidas sugeridas, até que a mudança da conjuntura internacional dirigiu a demanda brasileira para outro país.

A mudança da Alemanha para a Suíça não foi difícil. País industrializado, famoso pela excelência na mecânica de precisão, e tendo duas línguas neolatinas entre as oficiais, esse país tinha a vantagem de permanecer neutro na guerra. Nessa mudança de rumo, a importância da atuação de Roberto Mange é difícil de exagerar. Engenheiro nascido e formado na Suíça, vivendo no Brasil desde 1913, professor catedrático da Escola Politécnica de São Paulo, criador da Escola Profissional Mecânica junto ao Liceu de Artes e Ofícios paulista e primeiro diretor do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, Mange foi o principal emissário nos contatos que resultaram na contratação em Berna de 29 técnicos para lecionarem nas escolas técnicas industriais brasileiras.

O Arquivo Capanema não contém documento que registra a reação do ministro às recomendações de Fuchs, tão ostensivamente nazistas. Todavia, é possível estabelecer algumas afinidades com medidas de política educacional tomadas nos anos 1940.

A política de formação da força de trabalho industrial foi disputada pelos Ministérios da Educação e do Trabalho, sendo que este último esteve mais próximo do “modelo alemão”, o da “oficina-escola”, enquanto aquele estava mais afinado com o “modelo francês”, calcado na “escola-oficina”. Entre as duas políticas e os dois ministérios, Vargas decidiu por ambas(os): a “lei” orgânica do ensino industrial orientou-se pela “escola-oficina” e o Senai, pela “oficina-escola”. A educação moral e cívica foi explícita nas “leis” orgânicas que Capanema promoveu a partir de 1942, sendo que ela foi mais enfatizada no ensino secundário, o destinado à formação das “individualidades condutoras”, cuja inspiração autoritária é notória.

Vale a pena questionar o benefício que os técnicos suíços teriam trazido para o ensino industrial brasileiro. Mesmo sabendo que um balanço está por

seu feito, cabe transcrever o depoimento de Celso Suckow da Fonseca, que foi diretor da Escola Técnica Nacional, onde a maioria deles atuou:

Os primeiros tempos foram difíceis para os técnicos suíços e para as autoridades brasileiras que com eles trataram. A viagem fora feita antes das escolas estarem em condições de recebê-los, de maneira que, ao aqui chegarem, não encontrando as instalações já prontas e não estando a par das dificuldades burocráticas, pois vinham das indústrias, começaram a provocar questões e a criar problemas. Como não podiam trabalhar desde logo, alguns deles foram empregando suas atividades em indústrias particulares, o que fez surgir dificuldades adicionais, quando se tornou necessário seu serviço na Escola. Nem todos foram úteis ao ensino industrial. Da atuação de muitos deles, entretanto, houve um real benefício para a aprendizagem, pois eles se revelaram bastante competentes, introduzindo em nosso meio métodos modernos de trabalho. Aos poucos, à medida que os contratos foram terminando, uns tantos voltaram à Suíça, porém a maioria permaneceu no Brasil, trabalhando em indústrias que fundaram. De qualquer forma, o efeito da missão suíça foi benéfico ao nosso país (FONSECA, 1960, vol. II: 285).

A julgar por quem teve a responsabilidade direta de lidar com eles, houve problemas de ambos os lados – da burocracia do Ministério da Educação, dos estabelecimentos escolares, mas, também, dos suíços. O saldo favorável é inequívoco no depoimento do autor da *História do ensino industrial no Brasil*.

Vários dos técnicos suíços permaneceram aqui, onde desenvolveram parte substancial de sua vida profissional. Menciono aqui apenas dois dos Martignoni¹⁴, que publicaram livros em suas especialidades, de amplo e prolongado emprego nas escolas técnicas da rede federal, como também em outras. Alfonso publicou 12 livros de eletrotécnica e eletrônica; Angelo publicou dois livros, um sobre medidas elétricas e outro sobre eletroquímica.

Como vimos, também por iniciativa de Capanema, a busca de professores e modelos nos Estados Unidos se processou, mesmo antes do desembarque dos suíços no Rio de Janeiro. Alguns profissionais norte-americanos foram contratados e vieram para o Brasil, para o quê Mange foi mais uma vez engajado. Todavia, Celso Suckow da Fonseca não lhes dedicou uma palavra sequer. Parece que, além de poucos em número, eles não deixaram contribuição apreciável.

¹⁴ Enrico Martignoni retornou ao país natal.

Todavia, nos últimos dias da Segunda Guerra Mundial, que eram também os do Estado Novo, definia-se outro formato na cooperação internacional, que só se concretizou em 1946, mediante acordo firmado pelo governo provisório, alguns meses após a deposição de Vargas. Foi a Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI), que produziu efeitos até 1962, quando foi extinta, suas funções sendo assumidas por outro organismo de cooperação. Em vez de professores, as escolas técnicas da rede federal, bem como as de outros sistemas, receberam consultores norte-americanos e enviaram docentes aos Estados Unidos para aperfeiçoamento e visitas técnicas; material bibliográfico foi traduzido e/ou adaptado; e cursos foram promovidos em diversos lugares do país, ministrados por brasileiros egressos dos cursos montados no país e no exterior.

Da vinda dos técnicos suíços e da cooperação norte-americana, mais a adoção do modelo alemão da “oficina-escola”, mas sem o “espírito” nazista que tantos queriam trazer junto com ela, foram gerados dois sistemas de educação profissional que se destacaram nas décadas seguintes: um sistema público, o das escolas técnicas industriais federais; e um sistema *sui generis*, privado no financiamento e na gestão, mas imposto ao patronato por decreto-lei, o Senai.

Uma última palavra, agora sobre as oscilações político-ideológicas das políticas de contratação de professores estrangeiros para as instituições educacionais brasileiras no período em foco.

Alguns anos antes de começarem as sondagens para a contratação de professores e a adoção de modelos educacionais alemães para as escolas profissionais brasileiras, duas instituições universitárias recém-criadas também foram buscar na Europa docentes para completar seus quadros. A Universidade de São Paulo, iniciativa do governo estadual paulista em 1934, e a Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira no ano seguinte, no âmbito da prefeitura do DF, tinham como características comuns a oposição à tendência autoritária que crescia no governo federal. Daí que as contratações recaíram sobre docentes que buscavam no estrangeiro amparo para a liberdade de pensamento. A USP contratou, inicialmente, para sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 13 professores europeus (dos quais seis franceses, quatro italianos e três alemães). Eles foram contratados por pouco tempo; uns renovaram os contratos, outros foram substituídos. De 1934 a 1942, trabalharam nessa instituição 45 professores estrangeiros, mais alguns assistentes de laboratório. Nesse último ano havia 22 professores estrangeiros na universidade, seis dos quais desde a sua criação. Entre eles, havia três judeus europeus, que lecionaram na Faculdade de Direito. O pátio das arcadas, onde estão os restos mortais de professor luterano falecido

em 1841 (que não pôde ser enterrado no cemitério público, portanto católico), foi transformado em local de referência à liberdade política e ideológica. Ao lado do túmulo do jovem alemão do século XIX, foi fixada, em 2005, placa alusiva a três professores europeus perseguidos em seus países, que trabalharam naquela faculdade durante a Segunda Guerra Mundial.

Tão logo a Universidade do Distrito Federal foi criada, foram contratados sete professores na França, que chegaram ao Rio de Janeiro no ano seguinte. Outros professores estrangeiros vieram lecionar na UDF, que, todavia, sofreu intervenção em fins de 1935, resultado da inflexão autoritária do governo federal. Em 1939, a instituição foi extinta, e seus docentes foram incluídos nos quadros da Universidade do Brasil.

Em suma, enquanto as duas universidades pautaram as contratações por um critério liberal de liberdade de pensamento, o que permitiu a vinda de docentes de diversas orientações políticas e ideológicas, as iniciativas do Ministério da Educação foram dirigidas para o Terceiro Reich. Só não vingaram por causa da inflexão da política externa do governo brasileiro, determinada pela mudança do panorama pré-bélico na Europa. Gustavo Capanema, que havia sondado o Terceiro Reich, enviando entusiastas funcionários a Berlim, concretizou a contratação de professores para as escolas técnicas industriais na neutra Suíça e mudou seu foco, oportunamente, para os Estados Unidos, tão logo as correlações de força reposicionaram o Brasil no panorama internacional.

Referências

- BOMENY, Helena (org.) (2001) *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (1995) *Educação e integralismo: um estudo sobre estratégias de organização da ação integralista brasileira (1932-1937)*. Tese de doutorado em Educação. Universidade de São Paulo.
- CUNHA, Luiz Antônio (2005a) *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo/Brasília, Flacso-Brasil/Editora da Unesp.
- (2005b) *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo/Brasília, Flacso-Brasil/Editora da Unesp.
- CUNHA, Luiz Antônio & FALCÃO, Luciane Quintanilha (2009) "Ideologia, política e educação: a CBAI (1946/1962)". *Revista Contemporânea de Educação* (Rio de Janeiro), v. 4, nº 7, jan/jul, p. 148-173. Disponível em <http://www.educacao.ufrj.br/contemporanea.html>.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque & BRITTO, Jader de Medeiros (orgs)

- (2002) *Dicionário de Educadores no Brasil*. Brasília/Rio de Janeiro: MEC-INEP/Editora da UFRJ.
- FONSECA, Celso Suckow da
(1960) *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 2 vols.
- FUCHS, Rodolfo
(1941) "O ensino profissional na Alemanha". *Formação – Revista Brasileira de Educação* (Rio de Janeiro), ano IV, nº 32-34.
- GOMES, Ângela de Castro (org.)
(2000) *Capanema: o ministério e seu ministério*, Rio de Janeiro: Editora FGV.
- LOPES, Sonia de Castro
(2006) *Oficina de mestres: história, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ.
- MACHADO, Maria Lucia
(2010) *Racionalidade, trabalho e "harmonia social": configurações do projeto de modernização brasileira e ensino industrial na Escola Técnica de Curitiba (1930-1960)*. Tese de doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- MOURA, Gerson
(1983) "A revolução de 1930 e a política externa brasileira: ruptura ou continuidade?". In: *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Rio de Janeiro/Brasília: FGV-CPDOC/Editora UnB, p. 573-596.
- (1980) *Autonomia na dependência – a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- PANDOLFI, Dulce (org.)
(1999) *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro
(2000) *Tempos de Capanema*. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/FGV.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva
(1983) "O difícil aprendizado do nacionalismo: as relações brasileiras com a Itália e a Alemanha, 1930-1942". *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Rio de Janeiro/Brasília: FGV-CPDOC/Editora UnB, p. 623-643.
- TRINDADE, Helgio
(1974) *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo/Porto Alegre: DIFEL/UFRGS.
- ZANATTA, Marisa (org)
(1991) *De homens e máquinas*. São Paulo: SENAI-SP.

Recebido em
fevereiro de 2013

Aprovado em
maio de 2013

ANEXO

Cópia da comunicação que me foi feita por um dos diretores desta seção da Arbeitsfront com relação à consulta feita sobre a possibilidade de serem empregados professores técnicos especializados.

Documento



Die Deutsche Arbeitsfront

Amt für Arbeitsführung und Berufserziehung

Postfach: Die Deutsche Arbeitsfront
Amt für Arbeitsführung und Berufserziehung, Berlin W 57, Potsdamer Str. 73

Herrn Professor
Antonio Leal de Sà Pereira
Z. Zt. B e r l i n W.,

Kurfürstendamm 43
Pension Mara.

Abteilung:

Geschäftsführung

Telefon: 64 (Postfach) 3440

Berlin - Schöneberg, Kottbuser Damm 87-91

am 15. Mai 1936.

Ihre Zeichen:

Ihre Bezeichnung:

Meine Zeichen: Br./Ba.

Sehr geehrter Herr Professor,

es war mir eine Freude, Ihnen bei Ihrem gestrigen Besuch über das Berufs- und Fachschulwesen Deutschlands Auskunft geben zu können. Als Ergänzung zu meinen Ausführungen erhalten Sie von meinem Mitarbeiter, Herrn Messarius, eine schriftliche Aufstellung über den Aufbau und die Gestaltung des deutschen Fachschulwesens.

Wie ich schon bei meiner Unterredung erklärte, wird der Aufbau eines gewerblichen Berufsschulwesens in Ihrem Lande nach deutschem Muster unter Berücksichtigung der brasilianischen Verhältnisse nur dann ohne Rückschläge möglich sein, wenn Sie für den Anfang durch einen unserer Fachleute eine genaue Untersuchung der jetzigen Schulverhältnisse Ihres Landes vornehmen lassen, der dann auf Grund seiner Erfahrungen Ihrer Regierung einen Bericht mit den entsprechenden Vorschlägen vorzulegen in der Lage ist. Dieser Experte hätte dann die Möglichkeit, auf Grund genauer Kenntnis Ihrer Verhältnisse den Aufbau des gewerblichen Schulwesens vorzuschlagen. Erst nach einem derart grundlegenden Vorschlag wird es sinnvoll sein, Lehrkräfte und Betriebspädagogen aus Deutschland für den Aufbau des Berufs- und Fachschulwesens einzusetzen.

Ich bin gern bereit, Ihnen bei dem weiteren Verfolg dieser Angelegenheit mit Rat und Tat zur Seite zu stehen und Ihnen alle Wege zu eröffnen, die der Erledigung Ihres Auftrages dienlich sind.



Heil Hitler

(Bremhorst)

855

A percepção dos jovens sobre desigualdades e justiça social no Brasil

Celi Scalon*

Pedro Paulo de Oliveira**

Resumo

Este artigo reúne a análise das percepções, valores e opiniões a respeito de temas sobre justiça social, igualdade de classes e das possibilidades de ascensão e mobilidade social de jovens, no Rio de Janeiro, pertencentes a grupos sociais que aqui chamamos “classe média” e “classe popular”, obtidas a partir de pesquisa com grupos focais. Além disso, foram abordados, também, assuntos relacionados a temas tais como as políticas de discriminação positiva e o papel do Estado e da sociedade civil no combate às desigualdades. O estudo realizado em 2008 está baseado nas falas transcritas das dinâmicas de grupos focais e não pretende responder questões específicas, mas, sim, oferecer elementos para reflexão sobre percepção de desigualdades e justiça. Em linhas gerais, os jovens atribuem a definição da classe à renda e, principalmente, ao local de moradia, mostrando que a espacialidade é significativa para a atribuição de um lugar social. Os jovens de classe média mostraram-se mais críticos, atribuíram a fatores mais diversos e complexos, tanto as causas e consequências das desigualdades, como a responsabilidade pela superação delas. Os jovens de classe popular mostraram um repertório mais vinculado a prescrições genéricas e apresentaram muita confiança na educação e no esforço pessoal para superação das desigualdades e obter ascensão social, atribuindo sucesso ou fracasso à esfera da conquista individual.

Palavras chave

Juventude. Desigualdades. Classe. Justiça social.

Abstract

This article analyzes the perceptions and opinions about class equality, social justice and chances of social mobility among the youth in Rio de Janeiro, who belonged to groups we are calling “middle class” and “lower class”, obtained by focus groups research. We also discuss their opinions about affirmative action and the role of State and civil society in fighting inequality. The fieldwork was conducted in 2008 and our aim was not answer specific questions, but just to present for reflection and development of the analysis and the debate on perceptions of inequality and justice. Broadly, the youth who belonged to the middle class showed a more critical, complex and diverse repertoire about the causes, consequences, as well as, the responsibility for overcoming the Brazilian inequality. The youth who belonged to the lower class presented a repertoire bounded to some more generic prescriptions and showed a lot of confidence in education and effort as main means of overcoming inequalities

* Professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil) e pesquisadora visitante na University of California (Los Angeles/Estados Unidos), com apoio da Fundação CAPES. E-mail: celiscalon@gmail.com.

** Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil). E-mail: ppolivera1933@uol.com.br.

and experiencing upward mobility, and so, attributed success or failure to the individual achievement sphere.

Keywords

Youth. Inequalities. Class. Social justice.

Este artigo reúne a análise das percepções, valores e opiniões a respeito de temas sobre justiça social, igualdade de classes e das possibilidades de ascensão e mobilidade social de jovens, no Rio de Janeiro, pertencentes a grupos sociais que aqui chamamos “classe média” e “classe popular”, obtidas a partir de pesquisa com grupos focais. Além disso, foram abordados, também, assuntos relacionados a temas tais como políticas de discriminação positiva e o papel do Estado e da sociedade civil no combate às desigualdades. O estudo realizado em 2008 baseia-se nas falas transcritas das dinâmicas de grupos focais e não pretende responder questões específicas, mas sim oferecer elementos para reflexão e desenvolvimento argumentativo futuro no debate sobre percepção de desigualdades e justiça social.

A pesquisa qualitativa teve como base a realização de dinâmicas com seis grupos de jovens divididos em três faixas etárias: 16 a 18 anos, 19 a 21 anos e 22 a 24 anos. Em cada faixa etária, os jovens foram selecionados e agrupados de acordo com o pertencimento às classes mais ou menos favorecidas – aqui nomeadas “classe popular” e “classe média”. Os grupos focais foram realizados em 2008 como parte do projeto do Instituto do Milênio, coordenado por Nelson do Valle Silva. Para o recrutamento dos jovens participantes das dinâmicas, contratamos uma empresa especializada que separou os agentes de acordo com a renda familiar e outros aspectos relevantes para a caracterização socioeconômica dos jovens, segundo a metodologia de recrutamento utilizada nesses casos e adotadas por uma série de empresas e organismos destinados a empreender esse tipo de dinâmica.

Sabemos que o conceito de classe é complexo e de difícil delimitação e não temos a pretensão de fazer uma discussão sobre classes e, tampouco, defender que os dois grupos denominados “classe média” e “classe popular” sejam interpretados dentro do conceito específico de classe social. Portanto, no caso particular desse estudo, o grupo que chamamos de “classe média” são jovens que estudam em instituições de ensino privadas, oriundos de famílias com renda elevada e moradores da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Os jovens pertencentes ao grupo aqui denominado “classe popular” são estudantes de

escolas públicas, oriundos de famílias de baixa renda e moradores da periferia ou dos subúrbios do Rio de Janeiro.

O texto está dividido em partes que tratam das discussões realizadas durante as dinâmicas dos grupos focais. Desse modo, busca-se organizar em temas as questões apresentadas aos agentes, fazendo uma comparação das impressões e das falas dos jovens segundo a classe e a faixa etária em que estão inscritos. Finalmente um conjunto bastante circunscrito de impressões está registrado na última parte a título de sugestões para reflexão e desenvolvimento argumentativo futuro.

O que é classe social?

A primeira parte das discussões realizadas versou sobre a questão das classes sociais e o que determina a inclusão das pessoas em uma ou outra classe. Os jovens de estratos mais baixos, em grande parte, declararam que as classes são definidas pela renda e/ou pelo local de moradia. A caracterização da classe nesses grupos baseia-se em aspectos mais concretos e palpáveis do que aquela efetivada pelos jovens dos segmentos mais favorecidos. Eles tendem a usar uma lógica social, fundamentada em aspectos da materialidade, como apontou Bourdieu em alguns de seus textos (1976; 1979).

Hoje em dia é considerada uma pessoa de classe média, uma pessoa que tem um micro-ondas em casa, um computador, uma geladeira boa, duas três televisões dentro de casa, isso eu acho que qualquer pobre pode ter. Eu trabalhava na zona sul e uma vez uma senhora esteve lá falando que a empregada dela tinha as mesmas coisas que ela tinha dentro da casa dela, duas televisões, uma TV a cabo, micro-ondas, DVD, computador... tinha a mesma coisa que ela tinha dentro de casa, a questão é zona sul, zona norte (classe popular 22-24).

Essa questão de classe já é discriminada há séculos atrás, e conforme o tempo só vai se agravando: o carro que você usa, o supermercado que você faz suas compras, dependendo do supermercado, até o mesmo produto, o preço é diferente, dependendo do bairro, o bairro que você mora diz qual é a sua classe (classe popular 22-24).

Eu entendo que sejam diferentes classes na sociedade. Tipo... Vou dar um exemplo: a localidade onde a pessoa mora. Tem a classe social da zona sul de um jeito e na zona norte de outro, e na baixada fluminense... (classe popular 19-21).

Até determinado salário é classe média baixa, classe média alta e classe média... Nem tanto por onde mora. Eu entendo pela renda da pessoa, da família, em geral (classe popular 19-21).

(...) varia muito e depende sim do lugar onde mora... Porque determinados lugares as pessoas já olham para você... Vê mais a pessoa por onde mora... (classe popular 19-21).

A classe social na maioria das vezes é definida pela renda da pessoa (classe popular 19-21).

Já os jovens de classe média apontaram para estas características, mas deram relevância também ao estilo de vida, ao status, à cultura e ao prestígio ocupacional.

Acho que você acaba tendo vários tipos de classe social. Uma classe social cultural, uma classe social... econômica, então eu acho que eu posso fazer parte da classe social... classe econômica e classe social média, cultural... (classe média 19-21).

Isso até hoje dá pra ver porque a pessoa, por exemplo, olha com mais prestígio para um professor do que, por exemplo, pra um mecânico, que ganha a mesma coisa. Isso... até coisa bastante enraizada (classe média 19-21).

Acho que os valores que a gente dá a determinadas profissões também, a gente já olha com um certo preconceito (classe média 19-21).

Eu acho que mais assim pelo profissional que a pessoa é, que exerce (classe média 22-24).

Os hábitos das pessoas, o meio que ela vive... (classe média 22-24).

Eu acho que classe social não está ligada só a dinheiro. Como o nome diz, está ligada a sociedade que você vive, a religião, se você pratica algum tipo de esporte, a sociedade daquele esporte que você pratica ou então uma faculdade, no caso dele (indicando outro membro integrante da dinâmica), de Educação Física, mas depende do meio das pessoas que você convive, não só dinheiro (classe média 16-18).

Isso, estilo de vida (classe média 16-19).

Características adquiridas e características adscritas: quem manda nesse jogo?

Foi perguntado aos jovens o que eles acreditavam ser mais importante no Brasil para uma melhor ou pior posição social. Educação? Esforço (quem se esforça mais)? Nascer em família rica? Ter conexões e redes para indicação de emprego e outras oportunidades? Sorte? Ser corrupto etc.? Os jovens de classe popular invariavelmente apontam como determinantes da estratificação a educação e o esforço.

O estudo é a base de tudo. Pra gente ter alguma coisa no futuro, está no estudo (classe popular 16-19).

O estudo ajuda bastante, mas o esforço... Você pode fazer mil faculdades, mas não vai ficar lá sentado esperando (classe popular 16-19).

Eu acho que é o estudo, principalmente a força de vontade e se você faz isso tudo, estuda e, por exemplo, uma pessoa escolhe uma coisa pra seguir: “Eu quero ser aquilo”, aí estuda. Não deu certo, desiste e não está nem aí. Eu acho que a pessoa não pode focar só numa coisa. Como ela falou. Não deu tenta outra coisa. Não vai ficar esperando aparecer (classe popular 16-19).

É a força de vontade (classe popular 19-21).

Além disso, a base vem com a educação, com certeza (classe popular 19-21).

Para mim é estudo (classe popular 19-21).

Estudo e força de vontade (classe popular 19-21).

Acho que tem que ter força de vontade mesmo (classe popular 19-21).

Apesar de os jovens de classes privilegiadas também apontarem o esforço e a educação como fatores relevantes, eles enfatizam o papel das características adscritas, como origem e redes sociais, com muito mais frequência do que os jovens de classe popular.

Eu acho que nascer em berço de ouro na família rica e depois o esforço da pessoa. Abre portas, às vezes seu pai já tem um cargo bom, você já começa ali. Ou te indica para algum lugar. Mas sem esforço também fica complicado (classe média 22-24).

Acho que a família... ajuda muito. E o estudo em segundo

lugar. Quem estuda muito, se esforça muito, com certeza consegue chegar aí no topo da pirâmide (classe média 22-24).

Acho que com estudo e esforço consegue, mas quem tem influência consegue mais rápido. Influência, pais ricos, consegue bem mais rápido (classe média 22-24).

Eu acho que a influência, porque a família não deixa de ser o pistolão. Por exemplo, tem um menino na minha faculdade que tá no segundo período e tá estagiando na Petrobras ganhando quase 3 mil por mês. Porque ele conhece o deputado de não sei onde que colocou, que mandou colocar... (classe média 22-24).

Eu conheço algumas pessoas que estudam pra caramba, são muito esforçadas, mas muito esforçadas mesmo, são feras, e que não conseguem sair ali do mundinho (classe média 19-21).

É rede e esforço. Se você não se esforça você não se mantém. Você pode entrar, mas você não vai se manter. São as duas coisas. Relacionamento e esforço (classe média 22-24).

Com relação a essa questão, na coorte mais velha, de 22 a 24 anos, alguns agentes de classe popular demonstraram uma tendência de apontar a origem social e as redes de relações como importantes. A trajetória, a vivência, o desencantamento fazem com que as características adscritas passem a ter relevância na análise desses jovens, ainda que a expressão dessa perspectiva apresente um diferencial em relação às classes mais favorecidas, em termos da ênfase dada a ela.

A pessoa que nasce num berço de ouro já está feita, praticamente, porque na educação pública hoje em dia é uma vergonha, porque ninguém aprende nada, agora estão passando sem ter condições de estar exercendo nada no futuro, eles estão passando automaticamente, eu acho que nascer numa família que já tenha uma condição melhor, que dê uma condição para ela ter um futuro, uma profissão, eu acho que isso é o mais importante (classe popular 22-24).

Bom, na atual situação do Brasil hoje, eu acho que em primeiro lugar é nascer numa família rica, porque para o pobre está difícil, está complicado, está cada dia mais difícil, vou dar um exemplo, faculdade pública, claro que tem pobres que estudam e conseguem chegar lá, mas a grande maioria são filhos de pessoas ricas, que estudaram em colégios particulares, fizeram bons cursinhos pré-vestibular e conseguiram passar, a grande maioria, entendeu (classe popular 22-24).

Igualdade e Justiça: realmente dois lados da mesma moeda?

Confrontados com a pergunta se é justo ou injusto que um “médico ou advogado” ganhe 30 a 40 vezes mais que um “frentista de posto de gasolina ou lixeiro”, os jovens de classe popular tenderam a responder, quase unanimemente, que essa disparidade é justa. Segundo eles, essa discrepância entre salários estaria justificada pela educação e esforço que as ocupações de mais alto status e renda supõem. Por outro lado, entre os jovens da classe média, as posições em relação a essa pergunta são mais divididas, conflitantes e complexas.

Ninguém falou: “Você vai ser médico”, ele estudou pra ser médico, ele teve força de vontade. Ninguém sabe o que ele passou pra ser o que é. O frentista até pode ser um cara que fez faculdade. Mas pra ser frentista ninguém vai te pedir uma advocacia, não vai pedir um curso superior (classe popular 19-21).

Ele também estudou. Dedicou tanto tempo... pra ser juiz. Vai julgar alguém e pra isso tem que saber muito... (classe popular 19-21).

Eu acho justo. Ele estudou, fez curso pra médico (classe popular 19-21).

A pessoa fica horas e horas estudando, não tem mais vida, não sai, não se diverte, não vai a lugar nenhum, só fica ali de cara nos livros, a pessoa está se esforçando para ter um salário bom, o frentista, vai ali encheu, e fica ali parado... (classe popular 22-24).

Justo não é. Justo, tô falando do critério o país devia dar igualdade a todos. Assim, pro frentista poder chegar e poder estudar e ter a mesma instrução que o juiz teve pra chegar aonde ele chegou. É injusta a forma como que eles não podem competir um com o outro. Frentista nunca vai melhorar na vida, a não ser que, pô, não sei, alguma ocasião que ele consiga se tornar juiz... (classe média 19-21).

Pelo dinheiro, a diferença é muito grande. É como se um não ganhasse nada e outro... porra... Do zero ao cem. Eu acho que é justo, um juiz merece esse dinheiro. Frentista não merece, mas... é o que... (classe média 19-21).

Eu concordo plenamente, eu acho que é justo (classe média 19-21).

Justo. Quanto mais você estuda, mais você ganha. Já que às vezes isso não acontece (classe média 22-24).

Se os altos salários se devem a outros fatores que não correspondem à educação e ao esforço, a disparidade é percebida como injusta. É o caso dos jogadores de futebol ou do presidente Lula, citados no grupo de classe popular de 16 a 18 anos.

O Ronaldinho Gaúcho, por exemplo...
Ou o Maradona que não teve estudo também...

O cara joga futebol ali e ganha 200 mil por mês. Um policial que arrisca a vida aí contra bandido, a ponto de morrer ganha 900 por mês.

Porque, na verdade, o Lula não teve muito estudo (...) E ganha pra caramba... E aí? Só vai assinar papel. Pra assinar papel eu também vou...

Foi possível perceber a ênfase dada à educação como principal determinante da estratificação, tal como observado no survey sobre desigualdades realizado em 2000 (SCALON, 2003). Nesse ponto, é importante ressaltar que a literatura sobre percepção de desigualdades indica o fato de que, quando dada população vige a crença de que os esforços e recursos individuais são o principal fator para a obtenção de riquezas e o sucesso social, tende-se a encontrar aí também uma maior disposição para a aceitação das assimetrias sociais (HIRSCHMAN, 1973). Nesse sentido, altos salários são justificáveis quando vinculados ao mérito individual – como esforço, qualificações, inteligência, educação – e, portanto, a desigualdade de renda é moral ou eticamente legitimada. Caso os fatores que determinam as chances econômicas estejam associados a características além do controle dos indivíduos, será menos provável a aceitação das desigualdades (CORNEO & GRÜNER, 2000; SUHRCKE, 2002). A hipótese central postulada afirma que os determinantes das diferenças na obtenção de posições sociais e riqueza são reconhecidos como justos quando há maior tolerância com os níveis de desigualdade de renda (SCALON, 2003).

A análise dos dados quantitativos apontou para o fato de que no Brasil a população adere mais à ideia de que as pessoas são recompensadas por sua inteligência e qualificações, quando se comparam os dados para a mesma questão em outros países¹. Considerando a adesão a um item incluído em outra questão daquele survey, concluiu-se que no Brasil e em Portugal dá-se maior importância

¹ Os outros países-alvo da mesma pesquisa foram o Chile, a Rússia, a Suécia, Portugal, a Espanha e os Estados Unidos.

às credenciais², uma vez que os entrevistados tendem a concordar com o papel das diferenças educacionais como critério de estratificação, que também justifica grandes diferenças na obtenção de rendimentos (SCALON, 2003).

Do mesmo modo, os resultados qualitativos do grupo focal apontam uma justificativa pela educação e pelo esforço e, assim, para uma maior adesão à ideia de que prevalecem no Brasil as características adquiridas em relação às adscritas para a alocação e ascensão em posições sociais. Isso pode apontar para um alto grau de conformismo em relação às desigualdades. Contudo, verifica-se aqui diferenças de classe que não foram possíveis de serem averiguadas no survey. Jovens de classe média mostram-se mais propensos a enfatizar as características adscritas, tais como redes sociais e origem familiar, enquanto elementos significativos para as chances de melhor inserção social dos agentes.

Um aspecto também destacado por alguns agentes das classes mais privilegiadas é o tamanho da desigualdade. Eles acreditam na justiça das diferenças salariais, mas a questão primordial é a magnitude dessa distância. Por serem as disparidades de renda excessivamente grandes, elas se tornam injustas.

Eu acho totalmente injusto a questão salarial ter uma defasagem tão grande, porque você coloca uma importância maior num certo tipo de trabalho do que no outro (classe média 22-24).

Eu acho injusto, claro. Como eles falaram, o problema é o salário do gari que é baixo demais. Agora, essa questão do salário tem a ver também com o mercado, com lei de mercado, e com o próprio status que é vinculado à profissão (classe média 22-24).

Eu acho que deveria ser melhor distribuída a renda, diminuindo um pouco do juiz, aumentando um pouco do gari. Ficaria tudo certo. São dois cargos importantes. São duas funções importantes, óbvio, toda profissão é importante. Agora, porra, essa diferença entre salário eu também acho muito complicado, mas eu discordo. Acho que uma distribuição feita justamente... (classe média 19-21).

Seria interessante, entretanto, destacar que algumas justificativas se basearam na ideia liberal de que a desigualdade de renda é inerente ao sistema

² O item sugerido para concordância na questão era: "Ninguém estudaria tantos anos para ser advogado ou médico se não pensasse que viria a ganhar muito mais dinheiro do que trabalhadores comuns". Os respondentes poderiam optar por: "concordo totalmente", "concordo em parte", "nem concordo nem discordo", "discordo em parte", "discordo totalmente".

capitalista, uma vez que ela é necessária para a competição no mercado. Essa mesma perspectiva reaparece num momento posterior da dinâmica, quando se discutia a possibilidade e a responsabilidade de quem deveria atuar no sentido de diminuir essas assimetrias, tal como discutiremos mais à frente.

Então, de repente, é um dinheiro que é válido, é uma disparidade que tem que existir, até para a economia fluir.

Existir no sentido para as pessoas correrem atrás e também crescer na vida (classe média 19-21).

Eu acho que é justo. Porque o frentista do posto, ele vai querer melhor, ele vai querer chegar à gerente do posto, por isso ele vai chegar no trabalho, como o médico vai sempre querer ter uma clínica, para ganhar mais dinheiro e viver bem para sempre (classe popular 22-24).

Eu acho que é justo, porque também traz força de vontade para a pessoa, diz, eu ganho tão pouco, e às vezes ganha tão bem, então eu vou estudar para poder igualar aquela pessoa, dá uma motivação para a pessoa batalhar para poder crescer (classe popular. 22-24).

(...) Se a gente está querendo viver no capitalismo é fundamental que ocorra esse tipo de disparate assim (classe média 19-21).

Essas afirmações corroboram a visão do capitalismo como injusto, desigual, mas necessário. No limite, essas opiniões justificariam a disparidade social no Brasil. Aqui também encontramos um ponto de contato com os resultados obtidos no survey sobre desigualdades. Ainda na análise comparativa, os dados quantitativos revelaram que “são os países latino-americanos – Brasil e Chile – que apresentam maior tendência a concordar com a justificativa de que grandes diferenças salariais são necessárias para a prosperidade do país. Esse tipo de legitimação das desigualdades de renda faz lembrar a lógica que imperou no Brasil durante a década de 1970, e ainda sobrevive nos discursos, de que era necessário fazer primeiro o bolo crescer para depois dividi-lo. Parece que essa crença permanece ainda nos dias atuais (SCALON, 2003:8).

Cotas: Para quem?

As cotas foram criticadas pela maioria dos jovens, independentemente da

classe a que pertenciam. Houve alguma adesão à política de cotas para negros por parte de apenas dois jovens negros do grupo de 19 a 21 anos de classe popular e de dois jovens do grupo de 19 a 21 anos de classe média. Quando expressam conformidade em relação a algum tipo de discriminação positiva, os entrevistados demonstraram ser mais favoráveis às cotas quando definidas pela renda. Em alguns grupos foi indicada a aceitação de cotas também para portadores de necessidades especiais. As cotas baseadas na cor ou raça são vistas como discriminatórias.

Essa coisa de cota eu acho que isso está sendo um preconceito. Eu acho um preconceito porque os negros, índios, não-sei-o-quê, todo mundo é igual. Esse rótulo já tem um preconceito ali (classe popular 19-21).

Pode ser um negro que cresceu junto comigo, estudou junto comigo, passamos pelo mesmo colégio, subimos e fizemos o curso. Ele vai ter a cota dele e eu vou ter que bater junto com todo mundo. Tem que tirar vaga aí de muita gente branca (classe popular 19-21).

Eu acho que essa questão de cota, é como se fosse uma aprovação automática, e também acaba isolando essa minoria cada vez mais. Porque uma pessoa entra na faculdade, entrar é mole, agora sair, fazer uma prova, entrar numa empresa, conseguir um estágio, ninguém se forma sem estágio, tem estágio que você precisa fazer prova para entrar, então às vezes a pessoa está lá dentro, mas não adiantou nada, está se iludindo, enquanto o sistema continua prejudicando ele (classe popular, 22-24).

Eu sou contra as cotas porque acho que é uma forma de segregação. Por exemplo, a cota pra universidade é igual ao apartheid que tinha na África do Sul. Como se tivesse separando os negros dos brancos, como se dissesse que os negros são menos capazes de fazer certa coisa. Quando a pessoa quer mesmo, por exemplo, ir para uma faculdade federal ela vai se esforçar, mesmo não tendo estudado em colégio particular bom assim, ela vai, sei lá, trabalhar e pagar um cursinho pré-vestibular para poder ir. Isso depende da pessoa, a pessoa tem que se esforçar (classe média, 19-21).

Eu sou contra a cota, totalmente, de qualquer coisa, branco, de carência, quanto de raça, eu acho que o que tem que ser feito é um ensino de qualidade, foi o que eles dois falaram. (classe popular 22-24)

Sou a favor da cota relacionada a renda da pessoa. Em relação a cor da pele eu acho que não tem nada a ver, se não teria que ter cota pra loiro, pra ruivo, pra tudo. Cor da pele já autodescrimina a pessoa. Eu não gostaria, por exemplo, se fosse negro, de entrar por causa de cota. Entrar pelo meu esforço, da minha capacidade. Isso não tá relacionado à cor da pele (classe média 22-24).

Eu sou contra as cotas, mas contra a cota para negros, sou a favor da cota para pobre, pessoas de classe popular, se a pessoa não teve oportunidade, ela nunca vai se formar, isso é uma chance que o governo dá para ela se formar (classe média, 16-18).

Entendi. Tem umas restrições... Assim... Deficiente, realmente, pra mim é uma restrição, eu acho que sim. Porém para mulher, cor, pode ser negro e ser uma situação tranquila. Eu não sou a favor (classe média 19-21).

Eu sou contra essa cota de negro, mas eu sou a favor das cotas no que tange a tratar igualmente os desiguais, como deficiente físico. Ele não tem condição de fazer determinadas coisas, mas tem condições de fazer outras. Só que é muito mais fácil você botar uma pessoa sem nenhuma deficiência. Então nesse caso eu sou a favor (classe média, 19-21).

Tem que ter cota pra pobre (classe popular, 22-24).

Quem pode diminuir as assimetrias sociais?

Nesta análise foram recolhidos trechos de falas que respondem às questões acerca da responsabilização sobre as iniciativas no sentido de diminuição das assimetrias sociais. Quando indagados sobre quem deveria ser responsabilizado no caso de se almejar uma melhor distribuição de renda, percebemos uma tendência no grupo de faixa etária mais jovem (16-18 anos) das classes menos favorecidas para enfatizar a responsabilidade dos próprios agentes, ou seja, eles tendem a efetuar uma autoimputação de responsabilidade ao pensarem nos possíveis responsáveis pela resolução do problema.

Não basta só o governador (ir) lá ou o presidente sei lá, querer dar oportunidade, botar aí escolas e trabalhos aí, e muita gente não querer. Por exemplo, o cara continuar trabalhando na boca de fumo ou no morro lá. O cara vai querer sair de lá pra trabalhar? Ter um trabalho digno? Vai querer estudar? Não vai (classe popular, 16-18).

O que adianta ter mais escolas se o que a gente vive não consertam. A gente não respeita, a gente não respeita os professores, diretor, picha... (classe popular, 16-18).
E por causa dele e de alguns não dá pra fazer? Tem que fazer. Tem um monte de gente querendo. É o tempo de cada um, cada um tem a cabeça diferente. Conforme algumas pessoas são influenciadas pelas outras, as outras têm cabeça formada. Tem que dar tempo ao tempo, tem que ir fazendo pra ver se a cabeça das pessoas vai mudando. Só assim que vai ter oportunidade de mudar isso aí. Senão, vai continuar do jeito que está (classe popular, 16-18).

Cada um fazendo a sua parte diminui. Se eu fizer o meu e ela fizer o dela, você fizer o seu, e ele assim sucessivamente, vai diminuir (classe popular, 16-18).

Esse tipo de perspectiva prossegue no grupo de jovens de baixa inserção da próxima faixa etária (19-21), ainda que neste a imputação de responsabilidade para o governo ou o Estado tenha sido mais enfatizada que no anterior.

O governo, com certeza (classe popular, 19-21 anos).

Primeiramente, antes de tudo, o governo (classe popular, 19-21 anos).

A gente tem também que ajudar. Não pode ter esse pensamento de só deixar na mão do governo (classe popular, 19-21 anos).

Não é só ele (classe popular, 19-21 anos).

Tem a nossa parte (classe popular, 19-21 anos).

(...) O que gera a violência? O que gera os assaltantes? É o tráfico. Tem sempre uma boquinha lá com um “aviãozinho”... É uma coisa assim, o que gera a violência é o tráfico. O que gera sei lá enchente, poluição, é uma coisa puxando a outra. Abaixo da violência é você não ajudar nas drogas. Na poluição, não jogue o lixo no chão. Sei lá, seja mais solidário (classe popular, 19-21 anos).

Conforme avançamos na faixa etária, percebemos que a situação de autoimputação para a resolução da questão da desigualdade tende a ser reavaliada. Ela ressurge ainda, porém o “nós” agora aparece personificado na palavra “sociedade”, ou seja, prossegue o voluntarismo, embora alguns membros desse grupo explicitem

sua sensação de impotência para resolver o problema. Dessa forma, ao contrário do voluntarismo que se percebia no grupo de faixa etária mais jovem dos segmentos populares, nos jovens mais maduros das classes desfavorecidas emerge uma sensação de incapacidade deles próprios para a resolução desse tipo de problema.

Eu acho que todas as classes, como dizem, classe média, classe popular, eu acho que se todo mundo se reunisse, quem tivesse mais tentasse dividir com quem tivesse muito menos, eu acho que daria certo, é lógico que é uma coisa meio fantasiosa, mas eu acho que é a única solução, do jeito que o Brasil está indo, fica cada vez mais difícil de um pobre conseguir uma colocação (classe popular 22-24).

É difícil falar. Porque a gente, coitado, a gente não manda em nada, só trabalha, trabalha... Acho que só os que estão lá em cima mesmo para resolver esse problema (classe popular 22-24).

Os políticos, os governantes, porque a gente, acho que não pode resolver, na minha opinião acho que não (classe popular 22-24).

Hoje em dia quem tem mais favorece quem tem mais, você não vê uma propaganda política de um vereador que não tem dinheiro, um vereador do povo, você só vê os políticos apoiados por presidente, por quem tem dinheiro, então, a gente colocar um de nós lá dentro é muito difícil (classe popular 22-24).

Mas também a sociedade é culpada, porque coloca eles (classe popular 22-24).

(Pergunta do moderador: Quem é a sociedade?) Nós, todos nós. Porque podemos fazer a diferença sim, como eles falam, um rapaz ou uma moça de 16 anos votar é uma diferença, pode até ser para colocar mais um corrupto no lugar do outro, eu acho que, se a população se unisse, por exemplo, como vai vir as eleições domingo, todos votassem em branco... (classe popular 22-24).

Pergunta: Nesse sentido, quem tem que resolver isso? Nós, a sociedade (classe popular 22-24).

Para mim, os políticos (classe popular 22-24).

Já os jovens que integraram os grupos focais de classes mais favorecidas apresentaram uma visão diferenciada em relação a essa questão. Além das

respostas se apresentarem de forma mais articulada, surge a figura do empresário como um dos principais artífices dessa possível melhoria. Alguns atribuem essa responsabilidade às pessoas mais bem posicionadas e que apresentam, portanto, mais capitais (econômico, cultural, simbólico etc.).

Acho que isso depende tanto do povo quanto dos políticos. A gente tem que se manifestar e os políticos que estão lá para nos representar têm que dar voz à nossa manifestação (classe média, 16-18 anos).

Concordo com o que todo mundo disse sobre o fator político, mas acho que tem outro lado que também é muito responsável e que poderia dar fim a isso: são os empresários. (...) Eu concordo com ela, se as pessoas começarem a dar mais oportunidade às pessoas que não têm acesso a essas oportunidades, pode ser um meio de quebrar essa barreira, porque as pessoas pobres têm muito poucas oportunidades de estudar, de fazer curso e se especializar em alguma coisa (classe média, 16-18 anos).

Acho que qualquer pessoa que tenha mais conhecimento, mais estudo podia ajudar, e as que não têm se empenhar para poder saber mais sobre isso (classe média, 16-18 anos).

É, governo. (...) Com ajuda de empresários e de ONGs. Mas é o governo (classe média, 16-18 anos).

Com ajuda privada assim, acho que o governo é responsável por isso. Diminuir um pouco essa pobreza que a gente tem aqui, através de vários recursos, educação, projetos, mas é a parte do governo. Monetariamente falando, precisaria de uma ajuda de capital privado e tal, mas a responsabilidade ficaria com o governo (classe média, 16-18 anos).

Mas assim... eu acho que a mídia, no caso, [tem] extrema importância, porque acho que a mídia é formadora de opinião. O político, ele não é formador de opinião. Ele é um mero executor do que a população quer. Porque o político, ou pelo menos o atual, ele não dá educação pra ganhar voto. Ele dá festa pra ganhar voto. (...) Seria[m] os empresários (de mídia) (classe média, 16-18 anos).

Um tipo de resposta se diferencia bastante daquelas dadas por jovens de classes menos favorecidas: a ideia de que a desigualdade não é um problema, pois é constitutiva do próprio sistema capitalista, tal como já havia aparecido num momento anterior quando se discutia sobre a desigualdade de disparidade de renda no país:

Acho que é a participação dos empresários pra diminuir... [para ter] oportunidade para mais pessoas. [Mas] acho que desigualdade sempre vai haver em todas as sociedades, mas pobreza... (classe média, 22-24).

Acho que com os empresários ajudando, ajuda muito, mas acho que não seja uma solução efetiva porque desde o início sempre foi assim, estudei isso em sociologia mesmo, que a sociedade sempre tem um explorando o outro inferior. É muito capitalismo mesmo, já tem uma classe que está em cima e explorando sempre os pobres. (classe média, 16-18).

Acho que primeiro, para responder logo a sua pergunta, acho que ninguém. Porque a pobreza e a desigualdade não é vista como um problema. É vista como problema pra gente aqui. Mas pro sistema não. Não tem problema (classe média, 19-21).

A gente vive de capitalismo, e pobreza e desigualdade tem que ter no capitalismo, sem isso não tem capitalismo. Então resolver acho que ninguém resolve, mas se alguém poderã melhorar... acho que seriam os indivíduos, todos (classe média, 22-24).

[Indivíduos] relacionados aos pobres, porque o indivíduo da classe média ele não vai se esforçar para mudar nada, porque ele tá feliz da vida (classe média, 22-24).

O indivíduo da classe média só vai se mexer se mexerem no bolso deles (classe média, 22-24).

Tem indivíduo da classe média que faz de tudo, por exemplo, os impostos, tem gente da classe média que faz de tudo para não pagar imposto. Bota empresas no nome de outras pessoas pra... pra tentar burlar as leis, e quem paga mais é o povo mais pobre. Não tem da onde tirar, tira do povo. Aumenta as coisas (classe média, 22-24).

A situação dos jovens no futuro

Nesta parte do estudo, estão assinalados trechos de falas que incidem sobre a perspectiva individual futura de ascensão e mobilidade social. Quando interpelados a vislumbrarem sua situação no futuro, os jovens pobres apontam para a situação de precariedade dos pais e acreditam que estarão numa situação muito melhor a médio e longo prazo, dado o fato de que têm mais condições de estudo e que estão dispostos a se esforçarem para melhorar sua posição social.

Eu vou batalhar pelo o que eu quero. Eu vou batalhar com certeza pra ser o que eu quero. (...) Não é prejudgando o meu pai, porque eles não tiveram... eu quero pra mostrar pros meus irmãos que eu consegui antes deles... pra ter aquele exemplo: “A minha irmã conseguiu eu também posso conseguir”. Posso ajudar o meu pai e minha mãe no que eles precisarem. E ter uma família pra poder ensinar pros meus filhos que dinheiro não é tudo (classe popular, 16-18 anos).

Eu vou estudar bastante. Ninguém que ser igual ao pai... Quero ser melhor, estudar bastante... (classe popular, 16-18 anos).

Eu também acho que vou estar numa condição melhor do que eles. Porque tenho mais oportunidades. A minha mãe parou na 8ª série. Ela tem que estudar pra continuar no emprego. E eu já vou ter tudo, tem mais cursos (classe popular, 16-18 anos).

Com certeza vai ser melhor. Porque o meu pai era o maior sofrimento. O meu pai ficava às vezes 15 dias fora de casa. Ele trabalhava num barco de pesca. A minha mãe é manicure. Agora o meu pai está aposentado por invalidez... (classe popular, 16-18 anos).

Eu pretendo ser melhor porque a minha mãe só fez até a 8ª série (classe popular, 16-18 anos).

(...) Eu não conheci o meu pai. Conheci, mas era pequena e não lembro. Eu quero ajudar a minha mãe. A minha mãe precisa muito da gente. Ela toma conta da minha avó, então, ela não pode trabalhar. Eu quero ter um futuro melhor do que o da minha mãe (classe popular, 16-18 anos).

Da mesma forma. A minha mãe não teve condições de estudar, tanto que ela não sabe ler nem escrever. A única que está cursando nível superior sou eu. Eu tenho mais que por obrigação estar melhor do que ela, até pra ajudá-la também. É mais do que obrigação, por mim é a realização profissional e por ela pra ajudar na família em si (classe popular, 19-21 anos). Eu acho que vou estar melhor. Porque eu acho que pode mudar muita coisa do que era antigamente para agora, mudou muito, a tecnologia está avançada, muita coisa avançou demais, então eu acho que pode melhorar sim (classe popular, 22-24 anos).

Vou procurar ser melhor, porque tudo que meu pai não pode me dar, eu vou querer dar para o meu filho o melhor, para

isso eu tento, eu estudo, e o conhecimento que eu... (classe popular, 22-24 anos).

Eu com certeza vou estar melhor, porque, no caso dos meus pais, no tempo deles, não deu para terminar o segundo grau, no caso teve filhos, a situação era mais precária do que agora, e com certeza eu estou estudando para isso, não é questão que eu estou parado hoje, eu tenho meu futuro em mente, e com certeza eu vou dar um futuro muito melhor para meu filho (classe popular, 22-24 anos).

Eu vou estar melhor, porque eu estou lutando e vou continuar lutando, porque assim... minha mãe teve eu jovem e os sonhos dela ela não pode [puderam se] realizar, e também [ela] não tinha condições na época, então eu quero fazer isso, eu quero poder realizar meus sonhos, ter um futuro bom, até mesmo para ajudar ela e meu irmão e os próximos, amigos, parentes (classe popular, 22-24 anos).

Eu também acho que eu tenho condições de chegar na frente da minha mãe, em relação de estudo, condições que ela está me dando que ela não teve, informação, cultura, educação, antigamente as crianças geralmente trabalhavam, hoje em dia você vê várias pessoas, adolescente, jovens, eu tenho 22 anos e não trabalho, mesmo assim minha mãe me dá uma situação boa... (classe popular, 22-24 anos).

Entre os jovens de segmentos mais favorecidos também há uma parcela de integrantes que apontam a possibilidade de melhora, porém, ao contrário do que se viu nos grupos focais de jovens de classes menos favorecidas, aqui ouvimos respostas que trazem a possibilidade de se manter no mesmo nível dos pais ou, então, algo que em nenhum momento sequer foi aventado nos grupos menos favorecidos: a melhora pode estar relacionada não a um incremento de renda, mas à possibilidade de se ter mais satisfação profissional e pessoal do que seus pais.

(...) acho que, contanto que eu esteja feliz, que eu esteja satisfeito comigo mesmo, acho que vai ser bem legal para mim. Embora ele [meu pai] seja empresário, eu acho que tenho minha vida, então ele é o que é, e eu não sou o que meu pai é. Eu acho que vou estar numa posição melhor que ele porque vou fazer uma coisa que quero, não vou fazer que nem meu pai, por obrigação (classe média, 16-18 anos).

Eu também estou tendo mais oportunidades que meus pais,

pretendo estar melhor do que eles hoje, mas se eu estiver igual a eles estarei muito feliz (classe média, 16-18 anos).

Financeiramente eu acho que não, mas vou fazer uma coisa que gosto. Não vou ser pobre, mas não vou ser igual a eles. Estou fazendo Educação Física, é o que eu gosto, mas meus pais são juiz e engenheiro, dão mais dinheiro, mas não dão tanta satisfação (classe média, 16-18 anos).

Eu acho que vou estar melhor, porque eu não vou estar no Rio de Janeiro, vou estar num lugar que o custo de vida vai ser muito menor. E acho que minha qualidade de vida vai ser muito melhor. Acho que vou estar melhor por causa disso, mas acho que vou estar ganhando menos (classe média, 19-21 anos).

Eu almejo estar melhor. Mas se já tiver igual estou muito feliz (Classe média, 19-21 anos).

Acho que pior não deve ficar não. Pode ser igual ou um pouco melhor. Pelas oportunidades que surgem de vez em quando. Mas pior eu acho que não fica não (classe média, 22-24).

Igual, um pouquinho melhor. (classe média, 22-24).

Eu vou ser professor, né?(risos) (classe média, 22-24).

Com relação aos meus pais, no máximo igual (classe média, 22-24).

Acho que igual ou melhor, se tiver mais sorte. Mas acho que igual (classe média, 22-24).

Eu acho que igual, embora eu... quero muito que seja melhor, mas acho que... se pensar friamente vai ficar igual mesmo (classe média, 22-24).

A situação do país no futuro

Aqui foram recolhidas as impressões de alguns jovens sobre o que eles vislumbram para o país a médio e longo prazos. Desvinculando a sua perspectiva de um futuro melhor daquela vislumbrada para o país, os jovens do segmento menos favorecido tendem a esperar uma piora na situação geral nacional.

Eu acho que piora. Nessa questão da política também o que está acontecendo na Bolívia com o gás. Daqui a pouco isso vai acontecer aqui também. A água também vai faltar. Eu não sei

se é daqui a 10 ou 20 anos. Pode estar também a mesma coisa, eu posso estar enganado. Pode ficar a mesma coisa. Agora pode piorar em questão disso (classe popular, 16-18 anos).

A gente vai melhorar. Mas o país não melhora (classe popular, 16-18 anos).

Tanta gente melhora e o país continua a mesma coisa... (classe popular, 16-18 anos).

O Brasil está em decadência.

Pra você o Brasil vai piorar? [pergunta do moderador] [E] como! Porque não adianta que não vai entrar uma pessoa honesta. Ela pode ser honesta e querer mudar uma parcela do Brasil... um pouco. Mas quando começar o dinheiro a rolar e ver que aquilo ali é só uma chance pra ele, vai querer avacalhar as coisas (classe popular, 19-21 anos).

Pra você é quase certo que vai piorar? Eu tenho quase certeza (classe popular, 19-21 anos).

Eu acho que sim, a tendência não tem muito a melhorar não (classe popular, 22-24 anos).

A tendência é só piorar. Com os políticos que estão aí, eles só pensam neles, neles... Aí não dá (classe popular, 22-24 anos).

Vai piorar. Cada dia que passa está... A gente lê jornal, a gente vê televisão, tá cada vez pior (classe popular, 22-24 anos).

Antigamente só tinha bandido, hoje tem polícia bandido (classe popular, 22-24 anos).

A gente não sabe quem é quem (classe popular, 22-24 anos).

Não queria que piorasse, mas... (classe popular, 22-24 anos).

Nesse segmento de jovens, não são poucos aqueles que pensam numa melhora apenas quando houver uma mudança de regime político no sentido do endurecimento, pois apenas um governo de “pulso firme” poderia alterar essa perspectiva de piora dada por eles como certa para o país.

O que você está dizendo é que o Brasil vai continuar na mesma. E só poderia ter mudança se tivesse uma mudança radical... um governo ditadura, assim... tipo os militares...? Tinham que mudar pro

bem, fazer o que é certo. Porque eles estão ali pra fazer. E eles não fazem (classe popular, 16-18).

E se você tivesse que dar uma sugestão... Ele falou num governo mais forte com medidas radicais, foi o que o Alessandro falou. O Robson disse que não vai mudar nada... o governo não tem capacidade de mudar. E você? Eu concordo com ele (classe popular, 16-18 anos).

Você concorda com o Alessandro? Tem que ter um pulso mais firme... (classe popular, 16-18 anos).

Então tem que mudar, como disse o Alessandro. Tem que vir um governo... Com certeza. Mais sério, ter voz ativa e não ir pela cabeça dos outros. E a maioria deles se candidata indo pela cabeça dos outros (classe popular, 16-18 anos).

E pra mudar também o que você pensa? Ter pulso firme, pensar nos outros. E não só neles (classe popular, 16-18 anos).

Essas mesmas visões apresentam-se no grupo de jovens médios de baixa inserção.

Tende a piorar (classe popular, 19-21 anos).

Eu acho que é piorar. Não é o que a gente espera... Vamos ver o que o nosso presidente vai poder fazer... Melhor do que a gente está agora vai ser muito difícil (classe popular, 19-21 anos).

Há aqui uma visão centrada numa perspectiva individualista. Destacável é a separação entre o que pensam sobre a sua situação individual (para eles diminuir a desigualdade é ter perspectiva de ascensão individual) e a situação coletiva. Ao final dessa bateria de perguntas o comentário geral no grupo dos mais jovens das classes baixas foi o de que o Brasil era um país marcado pelo egoísmo das pessoas.

Eu acho o brasileiro muito egoísta. Só pensam neles (classe popular, 16-18 anos).

Só pensam em si mesmos. Não pensa no próximo (classe popular, 16-18 anos).

Mas pensa bem, a gente não pensa no próximo e o próximo não pensa na gente mesmo.

É egoísmo (classe popular, 16-18 anos).

É o egoísmo, mas o Brasil acima de tudo. Mas é aquilo, um por todos e todos por um. Porque se não for todo mundo numa coisa só, não acontece (classe popular, 16-18 anos).

Diferentemente dos grupos menos favorecidos os jovens de classe média tem uma perspectiva muito mais otimista em relação ao Brasil e vinculam esta melhora à própria atuação deles, coisa bastante distinta do que ocorreu no outro segmento. Houve também quem assinalou a atuação deles próprios para que o país possa ter uma situação melhor no futuro.

Nós somos o futuro do país, se não fizermos nada vai ficar do jeito que está ou até piorar.

Acho que melhor pelos recursos que estão surgindo, descoberta de petróleo e de outros meios naturais. (...) Acho que possivelmente lá para frente, se for coordenada pelas pessoas certas vai ter uma melhora (classe média, 16-18 anos). Eu acho que economicamente vai melhorar, como a Jéssica falou, depende da nossa geração, eu me preocupo com isso, se depender de algumas pessoas que conheço da nossa idade, estamos ferrados, mas em nível geral não vai melhorar, mas talvez para os juízes e doutores vai melhorar, acho que o país vai ficar mais rico (classe média, 16-18 anos).

Acho que vai melhorar. Vai sim (classe média, 19-21 anos).

Melhora, melhora (classe média, 19-21 anos).

Vai, vai [melhorar]. (classe média, 19-21 anos).

Vai melhorar (classe média, 19-21 anos).

Foi o que ela falou, acho que economicamente eu tenho esperança que vai melhorar. Socialmente de repente acompanha. Acho que a gente tem esperança, ainda tem esperança (classe média, 19-21 anos).

Eu não sei se vai ficar pior, mas eu acho que tá melhorando. Se pegar os números, por exemplo, em relação a desemprego acho que diminuiu. Hoje o pobre já pode andar de avião, antigamente não podia (classe média, 22-24 anos).

Isso é verdade (classe média, 22-24 anos).

Eu acho que pode melhorar um pouquinho, não mais do que isso. Não vejo como melhorar muito não (classe média, 22-24 anos).

Eu acho que igual, pode melhorar um pouco, talvez. (classe média, 22-24 anos).

Mas o Brasil não vai virar Suécia. Pode melhorar um pouquinho... (classe média, 22-24 anos).

Conclusões preliminares

Na visão dos jovens de classe popular, as classes sociais são definidas basicamente pela renda e pela espacialidade, isto é, pelo bairro ou região onde as pessoas vivem. Mesmo concordando com esses elementos como definidores de classe social, os jovens da classe média tendem a demonstrar uma perspectiva mais complexa, incluindo outros fatores como definidores de posição social, tais como o prestígio das ocupações, o status e o estilo de vida. A ideia de que os agentes de segmentos menos favorecidos prendem-se a uma lógica baseada na funcionalidade e na materialidade se confirma também nesse caso (BOURDIEU, 1979; 1976).

Essa diferença fica ainda mais evidente quando analisamos as respostas sobre quais fatores são determinantes das posições no sistema de estratificação social. Os jovens de classe popular apontam para o esforço e a educação como principais fatores, ou seja, apostam nas características adquiridas e, portanto, num sistema de estratificação mais meritocrático. Já os jovens de classe média mencionaram um conjunto maior de características, adscritas e adquiridas, como responsáveis pela inserção dos indivíduos em uma posição social mais favorável. Entre as características adscritas eles assinalaram as redes sociais e a origem dos indivíduos. Desse modo, demonstram uma visão mais crítica da realidade social, uma vez que a maior parte dos jovens das classes baixas não enfatizaram tais características como relevantes.

Nesse caso, os dados do survey sobre desigualdades apontaram na mesma direção (SCALON, 2009). Embora povo e classe média indiquem forte crença na educação como via de inserção e ascensão social, os agentes de classes menos favorecidas mostram-se mais confiantes nas características adquiridas, como esforço e educação, do que a classe média, mais cética em relação a esse cenário. “O povo se mostrou mais confiante nas recompensas obtidas através

de qualidades pessoais, talvez uma estratégia de manter a crença na superação de sua condição social” (SCALON, 2009:60). Não basta apenas pensar que, se o esforço e a educação são as únicas vias de acesso a melhores posições para os agentes menos favorecidos, então seriam justificadas essas características com muito mais naturalidade nesse grupo do que nos grupos mais favorecidos. Destacável é a opinião expressa dessa forma e que ajuda a conformar um estado de resignação e conformismo em relação à situação de desigualdade e grandes assimetrias sociais no país.

Outro tema que corrobora conclusões baseadas em estudos anteriores diz respeito à justiça das disparidades de salários entre ocupações. Os jovens veem como justas as grandes disparidades de salários entre ocupações, e o que permite a legitimação dessas desigualdades profundas é a crença na educação como principal critério de estratificação. Uma vez que as diferenças entre salários se devem a fatores tidos como meritocráticos, o nível educacional e o esforço para obtê-lo, elas passam a ser interpretadas como justas.

Apesar dessa perspectiva ser também aceita por uma parcela significativa dos agentes de classe média, esses jovens da classe média tendem a ter uma visão mais crítica, em especial com relação ao tamanho da desigualdade.

O grande debate na área de desigualdades e, mais especificamente, no que diz respeito às formas de combate às desigualdades está focado na diferença entre igualdade de oportunidades e igualdade de recompensas. Influenciados pelo trabalho de Rawls, muitos estudiosos na área de estratificação e desigualdades passaram a considerar a igualdade de oportunidades como elemento-chave para uma sociedade justa, em oposição à perspectiva de que todos deveriam receber as mesmas recompensas, ainda que tivessem posições ocupacionais diferentes.

Nossa noção intuitiva é que essa estrutura contém várias posições sociais e que homens nascidos em condições diferentes têm expectativas de vida diferentes, determinadas, em parte, pelo sistema político bem como pelas circunstâncias econômicas e sociais. Assim, as instituições da sociedade favorecem certos pontos de partida mais que outros. Essas são desigualdades especialmente profundas. Não apenas são difusas, mas afetam desde o início as possibilidades de vida dos seres humanos; contudo, não podem ser justificadas mediante um apelo às noções de mérito ou valor. É a essas desigualdades, supostamente inevitáveis na estrutura básica de qualquer sociedade, que os princípios de justiça social devem ser aplicados em primeiro lugar (RAWLS, 2002:8).

Essa visão aparece, ainda que naturalmente, de modo muito mais simplificado em algumas falas dos jovens participantes das dinâmicas:

(...) o pobre quer subir na vida e não dá porque as pessoas não dão chance, as pessoas têm preconceito (...). Aí nunca depende só dele (classe média 16-19).

Tem que ter oportunidade também (classe média 16-19).

Eu acho injusto porque às vezes o gari não teve tanta oportunidade de ter esse ensino todo e ser um juiz, às vezes ele não tem culpa, de vez em quando tem porque não quer nada na vida, mas, assim, tem pessoa que é gari porque não teve oportunidade e fez o que pode, procurou o que podia (classe média 16-19).

Eu acho que também é falta de oportunidade, todo mundo precisa de uma oportunidade na vida para estar seguindo aquilo que ele quer, eu concordo com eles também (classe popular 22-24).

Questão de classe social tem gente que tem menos oportunidade, a gente pode estudar em colégio pago que o ensino é bem melhor. Ninguém quer estudar em colégio público. Se você tem oportunidade de estudar num bom colégio, colégio pago, você vai preferir ter uma educação melhor, fazer cursinhos e tal e ter alguma vantagem. Aquela pessoa que tem mais dificuldade pra você trabalhar, não precisa... não tem tanta oportunidade quanto você (classe média 19-21).

De um modo geral, jovens de classe popular e jovens de classe média reconhecem como problema a desigualdade de oportunidades, no entanto, rejeitam as alternativas de igualdade de recompensa para indivíduos em posições ocupacionais distintas. Nesse caso, as disparidades entre salários seriam injustas porque expressam desigualdades de oportunidades, no entanto, reconhecem que, uma vez em posições distintas, os indivíduos devem receber recompensas distintas. As disparidades de renda seriam injustas quando avaliadas segundo as chances de oportunidade desiguais, porém são consideradas justas quando observadas como desigualdades de recompensa. Uma das falas exprime uma intuição bastante próxima daquela defendida pelo filósofo da justiça social.

Eu continuo tendo a mesma opinião: é justo e injusto. Justo, porque a pessoa estudou, batalhou... lógico, evidentemente ela tem que conseguir um emprego, tem que ter um

salário bom. Mas ao mesmo tempo eu acho que deveria ter condições [oportunidades] melhores para as classes mais baixas, salários melhores, condições de você ter uma coisa melhor (classe popular 22-24).

Eu concordo que seja justo, mas as oportunidades são injustas. Creio que sim... quem lute, quem tem um esforço a vida inteira, se esforce bastante, estude, estude, estude... claro! Merece ter um salário muito melhor! (classe popular 22-24).

Em suma: desigualdades de oportunidades são injustas, mas as desigualdades de recompensa podem ser justas. É possível concluir que para muitos a igualdade desejada corresponde à igualdade de oportunidades, mantendo-se a inevitável desigualdade de recompensa.

É importante ressaltar que alguns agentes adotam a perspectiva de que as desigualdades são funcionais para o capitalismo, uma vez que incrementam a competição por posições sociais mais privilegiadas. Essa é uma visão comum aos utilitaristas e foi apoiada pela teoria do crescimento econômico. Também os dados do survey já mencionado revelaram opiniões semelhantes às que aqui foram recolhidas nas dinâmicas dos grupos focais. De certo modo, essas opiniões vão ao encontro da ideia de que o esforço e o investimento educacional são os motores da ascensão social, abastecidos pelas disparidades de recompensas oferecidas pelo mercado capitalista.

A questão sobre cotas apareceu espontaneamente no primeiro grupo focal realizado, desde então foi introduzida no roteiro da pesquisa. O que fica claro pelas falas dos jovens é que as cotas raciais são compreendidas como discriminatórias e excludentes, até mesmo intensificando os preconceitos. Por outro lado, as cotas sociais, ou seja, para pessoas pobres, são mais bem aceitas; assim como as cotas para pessoas com necessidades especiais. Essas opiniões demonstram que as políticas de cotas estão longe de serem consensuais e livres de debate.

Quando questionados sobre a responsabilização em relação a quais agentes poderiam atuar no sentido de diminuir as assimetrias sociais no Brasil, as respostas obtidas desafiam nossa imaginação sociológica no sentido de explicá-las. Antes de tudo, compreender as razões que motivaram, por exemplo, os jovens de segmentos menos favorecidos a apresentarem os próprios indivíduos como os prováveis responsáveis para uma melhora no quadro da colossal desigualdade social brasileira. Ainda que tenha havido falas em que essa responsabilidade tenha sido imputada ao governo e aos políticos, seria interessante verificar em que se fundamenta essa autoimputação para a resolução do problema. Pode-se

pensar que, excluídos das teias e redes de interdependência mais importantes, esses agentes oscilem entre duas alternativas: a salvação milenarista imputada a um redentor todo-poderoso que viria salvá-los, e que nesse caso se personifica na figura do Estado ou de seus agentes mais evidentes como os políticos, ou então a hipótese de que todos estão entregues à sua própria sorte e assim tudo dependeria apenas deles. O Leviatã hobbesiano que anda *pari passu* com a sentença popular do “Deus nos salve” por um lado ou então, por outro, o famoso dito que consagra a renhida competição capitalista do “cada um por si e Deus por todos”. Nesse sentido as justificativas para a desigualdade social imputada às características não adscritas destacadas na primeira parte deste trabalho podem ser lembradas como reforço dessa perspectiva.

Já em relação às perspectivas pessoais e nacionais de médio e longo prazos, foi unânime entre os jovens de segmentos menos favorecidos a opinião de que estarão melhor num futuro de médio a longo prazo em relação aos seus pais. Quando sabemos que esses jovens têm um volume de capital total bastante precário, qualquer incremento é visto obviamente como uma situação de melhora. Normalmente, esses jovens apontam para a possibilidade de ascensão via estudos e investimentos no setor escolar.

Ao considerarmos o fato de que o capital cultural é uma das alternativas para se obter posições melhores dentro da estrutura social, entende-se que para esses agentes a aposta nos diplomas e nas qualificações escolares tende a ser a principal via de acesso a postos que possam dar a eles uma melhor inserção. Não dispondo de outras vias e percebendo o leque de possibilidades de qualificações escolares disponíveis, esses agentes não poderiam ter senão essa perspectiva unânime de mobilidade e ascensão.

Já nos segmentos mais favorecidos, apesar de um otimismo reinante, é possível encontrar um conjunto de falas no qual se vislumbra apenas a manutenção da posição social dos pais, ou até um possível decréscimo de capital (econômico, principalmente) compensado pela possibilidade de se atuar numa profissão na qual a realização pessoal esteja melhor assegurada. Uma vez atendidas as necessidades materiais fundamentais esses agentes podem “se dar ao luxo” de viver com menos (ainda que nesse cálculo provavelmente este menos ainda assegure uma vida confortável) se tiverem garantidas suas aspirações subjetivas de realização profissional.

Vale registrar que se de um lado a homeostase do sistema de desigualdade se mantém porque os que estão na base da pirâmide têm sempre possibilidades de melhorar sua situação propiciadas fundamentalmente pela formação escolar (profissionalizante ou não), por outro, nas posições privilegiadas, encontram-se

agentes que vislumbram manter-se, no mínimo, nessas mesmas posições ou em outras em que, se o ganho material não se mantiver em relação aos pais, serão compensados pela maior satisfação pessoal profissional: um ganho imaterial. É esse desequilíbrio e essas aspirações diferenciadas que asseguram a manutenção de um regime de assimetria no qual os que estão embaixo esperam subir e os que estão melhor situados esperam se manter em suas atuais posições. Crenças distintas, resultantes de posicionamentos diferenciados, mas que se complementam e asseguram a reprodução e manutenção de hierarquias vigentes.

Em relação à perspectiva dos grupos sobre a situação provável do país num futuro a médio e longo prazo podemos verificar uma total discrepância entre os jovens de classe média e os jovens das classes menos favorecidas. Enquanto no primeiro grupo há uma visão otimista de que o país tem grandes possibilidades de melhorar a sua situação, entre os jovens das classes populares é quase unânime a ideia de que o Brasil vai piorar e ficar numa situação mais calamitosa do que aquela que eles já vivenciam. Vale lembrar que a pesquisa foi feita em 2008, ano em que o Brasil apresentava índices de crescimento econômico. Se o primeiro grupo apenas repete a visão que vem sendo veiculada por uma série de análises econômicas nas diversas mídias, atestada por índices que apontam uma efetiva melhora, no segundo, ouvimos um tipo de narrativa que só pode ser verificado num difuso senso comum pessimista que tende a justificar nossa situação enquanto nação destinada ao fracasso.

Nesse aspecto específico podemos verificar a maior adesão que os agentes jovens das classes populares concedem às narrativas de senso comum. Não apenas neste, mas também em diversos outros aspectos podemos constatar entre esses jovens uma adesão mais irrefletida às prescrições genéricas. Para entender isso, caberia aqui pensar num processo diferenciado de subjetivação no qual agentes mais bem posicionados tendem a desenvolver uma individualidade crítica mais evidenciada do que aquela encontrada nos agentes das classes populares. Podemos lançar mão de hipóteses que buscam explicar os diferentes processos de subjetivação nas diferentes classes sociais. Segundo essas hipóteses, há uma lógica do social (ou uma sociológica) que distingue os processos de subjetivação no sentido de que aqueles agentes destinados às posições de poder são estimulados a desenvolverem um senso crítico típico de agentes individuados e, portanto, potencialmente mais afastados das prescrições genéricas típicas do senso comum (OLIVEIRA, 2004:219-239), ocorrendo exatamente o oposto quando pensamos a subjetivação dos jovens de segmentos menos favorecidos, tal como as evidências empíricas deste trabalho nos permitem confirmar.

Como este texto está sendo revisto para publicação justamente no momento em que milhares de brasileiros saem às ruas para protestar contra as políticas públicas – ou ausência destas – nas áreas de transporte, educação, saúde e segurança, bem como, contra a corrupção, é importante refletir sobre o papel da juventude após cinco anos da realização dos grupos focais. Sabemos que os protestos, que ocorrem em inúmeras cidades do país, foram inicialmente mobilizados por jovens universitários. Portanto, uma primeira análise poderia supor que eles, também, pertencem às classes mais privilegiadas, tendo em vista o viés do ensino superior no Brasil. Essa situação corrobora com nossas observações de que a classe média tende a ser mais crítica e articulada em suas demandas. Por outro lado, não podemos atribuir tamanha movimentação nas ruas, apenas à adesão de estudantes pertencentes a essa classe. Considerando, inclusive, recentes pesquisas de opinião que apontam a queda de popularidade da presidente; seria possível supor que a opinião expressa pelos jovens das camadas populares de que o Brasil tende a piorar pode estar ainda prevalecendo.

Embora o Brasil, durante e após o ano de 2008, tenha experimentado momentos de crescimento do PIB – em 2008 (5,10%) e em 2010 (7,5%) –, é importante registrar a retração vivida em 2009 (-0,60) e a contínua queda em 2011 e 2012. É fato que a renda média brasileira registrou melhoras nos últimos anos, mais fortemente impulsionada pelo aumento dos empregos formais e pela queda geral do desemprego. Contudo, recentemente, assistimos à combinação de índices econômicos desfavoráveis, tais como queda do PIB, aumento da inflação e do dólar e desequilíbrio da balança comercial e fiscal. Todos esses fatores atingem o preço dos produtos e incidem sobre o consumo, gerando uma percepção de piora relativa, sempre vinculada ao período imediatamente anterior.

De qualquer modo, os indicadores econômicos desfavoráveis não podem ser vistos como principal estopim dessas manifestações populares. Fica claro, pelas demandas vocalizadas nas ruas do Brasil, que a população deseja políticas públicas universais de qualidade, mais especificamente em educação, saúde e segurança. E essas demandas vêm tanto da classe média, como das classes populares que participam dos protestos. As políticas de transferência condicional de renda parecem ser insuficientes para promover uma sociedade mais igualitária. O que se assiste nas ruas hoje são demandas por políticas e direitos que são a base de uma sociedade justa. A essas demandas gerais, soma-se a insatisfação de minorias que assistiram, recentemente, a retrocessos em relação a direitos conquistados, como os indígenas, as mulheres e os LGBT.

A tese de que vivíamos em uma sociedade com crescente classe média e igualdade é derrubada pelos gritos nas ruas, que vão, crescentemente, incorporando

grupos desprivilegiados. A renda, sozinha, não muda uma estrutura de classes e, muito menos, constrói pontes que cubram o enorme abismo que existe entre a elite e a classe popular. Um abismo que se expressa em sistemas de ensino, serviços de saúde e acesso a direitos extremamente excludente. A falência de um modelo de geração de renda, para que as pessoas possam consumir serviços no setor privado, é patente. Os pedidos por políticas públicas e por respeito a direitos fundamentais, que são a marca de uma sociedade igualitária, mostraram, claramente, o caminho que a sociedade brasileira quer seguir.

Assim, os resultados desta pesquisa que apontam uma visão pessimista do futuro, pelos jovens de classe popular, e as críticas às desigualdades, pelos jovens de classe média, podem ser mais atuais do que, em princípio, nós, autores, supúnhamos. Para compreender melhor esses fenômenos, é necessário voltar a campo e realizar uma nova pesquisa empírica com jovens, abordando estas e outras questões que compõem nossa agenda de estudos sobre desigualdades e justiça social.

Referências

- BÉNABOU, Roland & OK, Efe A.
(2001) "Social mobility and the demand for redistribution: the POUM Hypothesis". *The Quarterly Journal of Economics*, 116 (2), p. 447-487.
- BOURDIEU, Pierre
(1979) *La distinction*. Paris: Seuil.
- (1976) "Gostos de classe e estilos de vida". In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, p. 83-121.
- CÓRNEO, Giacomo & GRÜNER, Hans Peter
(2000) "Individual preferences for political redistribution". Forthcoming in *Journal of Public Economics*, 83(1), p. 83-107.
- HIRSCHMAN, Albert
(1973) "The changing tolerance for income inequality in the course of Economic development (with a Mathematical Appendix by Michael Rothschild)". *Quarterly Journal of Economics*, vol.87, nº 4, p. 545-562.
- OLIVEIRA, Pedro P.
(2004) *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- RAWLS, John
(2003) *Uma teoria da justiça*. São Paulo, Martins Fontes.
- SCALON, Celi
(2009) *Ensaio de estratificação*. Belo Horizonte: Ed. Argumentum.
- (2003) *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- SUHRCKE, Marc
(2002) "Preferences for inequality: East vs. West". *Innocenti working paper* nº 89, out. Florence: UNICEF Innocenti Research Centre, p. 01-45.

Recebido em

junho de 2013

Aprovado em

julho de 2013

Em torno da ansiedade: subjetividade, mudança e gravidez

Claudia Barcellos Rezende*

Resumo

Neste artigo, tomo como ponto de partida a visão da ansiedade como elemento de uma condição humana genérica, apresentada por C. Geertz e A. Giddens, para refletir sobre os significados da repetida menção dessa emoção tanto em análises sobre as sociedades ocidentais modernas quanto nos meus dados empíricos. Especificamente, examino a atenção recorrente dada a essa emoção por grupos de gestante, um tipo de grupo de apoio, buscando entender o que ela revela em termos de um modo específico de pensar a relação entre o sujeito e o mundo. Busco, em última instância, uma antropologia da subjetividade, entendida nos termos de S. Ortner como modos de percepção, afetos, pensamentos, desejos e medos que animam os sujeitos enquanto agentes, examinando como a centralidade da ansiedade aponta para uma concepção particular de sujeito e de sua relação com o tempo futuro.

Palavras-chave

Ansiedade. Subjetividade. Gestação.

Abstract

In the present article, the starting point is a perspective from anxiety seen as a generic human condition, presented by C. Geertz and A. Giddens, in order to reflect upon the significance of the repeated times this emotion is mentioned not only in the analysis of modern western societies, but also in the empirical data herein. It is specifically analyzed the recurring attention attributed to the aforementioned emotion by groups of pregnant women, a sort of support group, so that what it reveals, with regard to a specific way of thinking the relation subject-world, is understood. Ultimately it is also aimed to a subjectivity anthropology understood under the terms of S.Ortner as ways of perception, affections, thoughts, desires and fears that animate the subjects while agents, analyzing how anxiety's centrality points at a specific conception concerning the subject as well as his relations towards future time.

Keywords

Anxiety. Subjectivity. Pregnancy.

* Doutora em Antropologia pela London School of Economics and Political Sciences (Londres/Reino Unido) e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil). E-mail: cbrezende@bighost.com.br.

Em sua revisão do campo da antropologia das emoções, Lutz & White (1986) analisam o debate em torno da universalidade ou particularidade cultural dos sentimentos. Eles refutam a visão de que existem emoções universais em virtude de uma base biopsicológica comum a todos os seres humanos. Argumentam, contudo, que é possível pensar na recorrência de alguns sentimentos, porque, em todas as sociedades, há questões da vida social com as quais as pessoas têm que lidar. Ou seja, existem conjuntos de problemas em torno das relações sociais e de significados existenciais que os sistemas culturais tendem a apresentar em termos emotivos. Na visão dos autores, “o que precisa ser explorado são os modos particulares com os quais significado cultural e estrutura social se relacionam a essas caracterizações gerais. Existem diversas possibilidades” (1986: 428, tradução da autora).

Um desses problemas diz respeito à existência dos sujeitos e a sua relação com os outros e com o mundo. Como seres culturais que dependem de significados e esquemas de ação para dar sentido à vida e ao mundo que, entretanto, são arbitrários, os indivíduos lidam continuamente, de formas variadas, com o risco de falha ou ameaças a seus aparatos simbólicos. Essa possibilidade é vivida emocionalmente como ansiedade, considerada por Geertz e Giddens como condição existencial dos seres humanos. É um sentimento que fala de uma relação particular com o tempo futuro, em termos de uma antecipação vivida com ânsia e receio do que está por vir (REZENDE & COELHO 2010).

Ao mesmo tempo, algumas análises apontam para o modo como a ansiedade tornou-se traço de uma subjetividade ocidental moderna. Em um ensaio recente, Ortner (2006) mostra como o foco dado à ansiedade está presente em alguns estudos que tratam de formações subjetivas articuladas ao capitalismo do final do século XX. Em “A lógica cultural” de Frederic Jameson, a condição pós-moderna é pautada em uma superficialidade que achata a subjetividade e provoca desorientação. Em “A corrosão do caráter”, de Richard Sennett, a flexibilidade na estrutura atual do trabalho gera insegurança, dificuldade de tornar legíveis as experiências vividas e destrói o caráter. Para Ortner, ambos os estudos oferecem uma leitura crítica dessas formações culturais dominantes em seus impactos sobre a subjetividade, ainda que desenvolvam pouco a dimensão de agência do sujeito e sua capacidade de resistir a elas. Na visão da autora, cabe à antropologia a tarefa de entender a complexidade da subjetividade – como a experiência da ansiedade – nesses contextos marcados por relações de poder e desigualdade.

A partir dessas formulações mais gerais, busco compreender o significado

da repetida menção à ansiedade para um conjunto de mulheres grávidas, que frequentavam um grupo de gestante no Rio de Janeiro. Por que essa emoção se destacava sobre outras e o que ela significava? Ademais, ao ler sobre grupos de apoio, dos quais o grupo de gestante seria um exemplo, encontrei igualmente o destaque dado à ansiedade como foco principal de intervenção. Assim, examino neste artigo a atenção recorrente dada a essa emoção tanto na literatura biomédica sobre grupos de apoio quanto no grupo de gestante pesquisado, procurando entender os sentidos específicos da ansiedade e como eles revelam um modo particular de pensar a relação entre o sujeito e o mundo. Procuo, neste sentido, fazer o que Ortner chama de uma antropologia da subjetividade, entendida como “modos de percepção, afetos, pensamentos, desejos e medos que animam os sujeitos agentes” (2006: 107, tradução da autora), modos estes culturalmente modelados.

Desenvolvo essa análise com dados apresentados em alguns estudos sobre grupos de apoio e de material de minha própria pesquisa de campo com um grupo de gestante no Rio de Janeiro, coletados em 2008¹. Por meio de entrevistas e observação participante, estudei mulheres das camadas médias, na primeira gestação, que frequentavam um grupo de gestante na zona sul da cidade. As gestantes eram todas casadas e tinham idades que iam dos 29 aos 41 anos, com uma concentração maior em torno dos 30-33 anos. Com formação universitária, todas trabalhavam em carreiras diversas, como *designer*, engenheira, professora, administradora, e faziam seu acompanhamento pré-natal com médicos da rede privada, através de planos de saúde. Faziam parte dos cuidados à gravidez a participação das gestantes em sessões de ioga além da troca de experiências.

A seguir, faço uma discussão teórica sobre ansiedade a partir das leituras de Geertz, Giddens, Elias e Sennet, que buscam entender esse sentimento da perspectiva do sujeito, ora a partir de uma visão existencial mais geral ora do ponto de vista específico da subjetividade nas sociedades ocidentais modernas. Analiso, em seguida, o destaque dado a essa emoção em alguns estudos da literatura biomédica sobre grupos de apoio, tratados aqui como material etnográfico, para depois apresentar como a ansiedade aparecia no grupo de gestante que acompanhei em minha pesquisa de campo.

¹ Meus dados resultam do projeto “A experiência da gravidez: corpo, subjetividade e parentesco”, apoiado pelo Programa ProCiência da UERJ e pelo CNPq. Agradeço a Myriam Lins de Barros, com quem debati algumas ideias presentes aqui, durante sua orientação de meu pós-doutorado. Uma versão anterior deste artigo foi apresentada na XVIII Reunión de Antropología Del Mercosur, em Buenos Aires, 2009, sob o título de “Ansiedade e medo na experiência da gravidez”.

Ansiedade existencial e contemporânea

Em sua discussão sobre uma antropologia da subjetividade, Ortner (2006) destaca a contribuição de Geertz por sua teoria da cultura “subjetivamente orientada”, pautada na construção e negociação de significados e subjetividades através de processos simbólicos. É também uma “teoria cultural da subjetividade”, principalmente em seus escritos sobre Bali, que delineiam concepções culturalmente específicas de pessoa. Em sua análise de Geertz, a ansiedade ocupa um lugar central no modo de compreender o sujeito e a subjetividade.

Para ele, esse sentimento é parte da condição de todo ser humano como criatura cultural que depende da ordem simbólica para funcionar no mundo. Como seres que pouco contam com sua carga genética para agir, precisam, para sobreviver, da cultura, entendida como “um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções (...) para governar o comportamento (GEERTZ, 1989:56). Embora arbitrários – construídos culturalmente e historicamente –, esses significados são, do ponto de vista do indivíduo, dados. “Ele os encontra já em uso corrente na comunidade quando nasce e eles permanecem em circulação após a sua morte, com alguns acréscimos, subtrações e alterações parciais dos quais pode ou não participar” (1989: 57).

Quando surgem acontecimentos para os quais não há interpretação ou mesmo interpretabilidade, como diz Geertz em seu ensaio sobre a religião, o sujeito depara-se com o caos. O caos é uma ameaça para o indivíduo, pois põe em relevo os limites de sua capacidade analítica, de seu poder de suportar e de sua introspecção moral (1989: 114). Qualquer abalo desse “aparato explanatório”, então, levanta a suspeita de que o ser humano não é capaz de entender ou interpretar sua experiência e “provoca nele a mais grave ansiedade” (1989:114). Nesse sentido, a inquietação em torno da fragilidade da ordem simbólica seria, na leitura que Ortner faz de Geertz, um dos elementos fundantes de sua teoria da subjetividade.

Para Giddens (2002) também, a “ansiedade existencial” está no cerne da construção do eu em qualquer sociedade. A atitude natural no cotidiano é pautada em compreensões compartilhadas sobre o eu, o outro e o mundo, que são vividas de forma tácita, sem questionamentos a princípio. Entretanto, esse sentido de realidade compartilhada, ainda que sólido por se confiar nele diariamente, é também frágil, pois o caos está sempre à espreita. Caos, para Giddens, é tanto a desorganização do cotidiano como a perda de sentido sobre a realidade das coisas e das pessoas. “O risco em torno do caos é mantido em

suspensão pela consciência prática do cotidiano, que tem um papel fundamental em organizar um “ambiente de ‘faz de conta’” em relação às questões existenciais” (2002: 41).

Dado esse quadro, a ansiedade é vista por Giddens como uma emoção relacionada “ao sistema total de segurança que o indivíduo desenvolve mais do que como um fenômeno situacionalmente específico ligado a riscos e perigos particulares” (2002: 46). Surge em torno de “questões existenciais”, nos termos do autor, em torno da própria existência, da relação com os outros e com o mundo exterior e da constituição de uma autoidentidade. É a ansiedade que precisa ser mantida em controle pelas convenções cotidianas e pela consciência prática, para que a ameaça do caos não assople o sentido de “estar no mundo”. Para tanto, os indivíduos “desenvolvem um referencial de segurança ontológica de alguma espécie, baseado em vários tipos de rotinas” (2002: 47) como forma de manejar esse sentimento.

Na visão de Giddens (1991), as condições da modernidade tardia trazem novos riscos à segurança ontológica e novos modos de experimentar a ansiedade. O autor apresenta a modernidade como descontínua em relação a etapas anteriores da histórica ocidental moderna, desvincilhando-se de formas tradicionais de ordem social bem como trazendo mudanças mais aceleradas e de escopo mais amplas do que até então. A separação entre tempo e espaço afeta profundamente as relações sociais, que se tornam deslocadas de seus contextos locais de interação. O desencaixe dos sistemas sociais é também produzido pela crescente dependência em sistemas peritos que passam a organizar áreas extensas da vida social. Como consequência desse novo tipo de ordem social, a confiança constitui-se um sentimento importante diante dos riscos de se relacionar com sistemas distanciados e continuamente questionados.

A reflexividade, que Giddens (2002) vê como traço de todos os sujeitos, torna-se particularmente aguçada na modernidade tardia, não apenas na revisão contínua de práticas sociais e sistemas de conhecimento, mas no próprio processo de construção de uma autoidentidade. O futuro passa a ser reflexivamente organizado, ao invés de simplesmente esperado. A identidade torna-se um projeto a ser monitorado consistentemente, com narrativas que articulam passado, presente e futuro, e associado a uma imagem corporal que deve refletir o eu. Essa vem a ser, então, uma das principais fontes de ansiedade para o sujeito nas sociedades ocidentais modernas.

A percepção de que a ansiedade está vinculada à crescente necessidade de manter o controle de si que se desenvolve com a modernidade já havia sido

discutida por Elias (1993) em sua análise sobre o processo civilizador. Este se desenvolve a partir de uma crescente especialização funcional, que aumenta a interdependência entre as pessoas, e da centralização e monopólio do uso da força pelo Estado, transformações que se consolidam principalmente no século XIX. Para o indivíduo, ambas exigem um controle de suas emoções e de seu corpo cada vez mais amplo – todos os afetos devem ser moderados, em todos os momentos. É também um controle internalizado pela socialização desde a infância, deslocando para o interior de cada sujeito os embates entre a necessidade do controle e a vivência de seus afetos.

Esses conflitos internos têm, segundo Elias, como um dos focos principais o sentimento de vergonha implicado na possibilidade da degradação social. Teme-se perder o controle de si – de suas emoções, de suas funções corporais – e com isso tornar-se inferiorizado pelos outros. O traço moderno dessa manifestação emotiva diz respeito principalmente à interiorização e antecipação dessa vergonha, ao contrário de outras épocas em que o sentimento só surgia em situações de desaprovação explícita de iguais ou superiores sociais. É o medo da vergonha que funciona como mecanismo de regulação para que os indivíduos se controlem e cuja possibilidade de falha produz ansiedade.

A temporalidade implicada nesse sentimento é particularmente destacada na análise de Sennett (2010) sobre o impacto do capitalismo flexível no caráter pessoal. Com atenção voltada especificamente para a organização do trabalho, sua preocupação está em entender o que acontece com o caráter – entendido como formas mais recorrentes (e por isso mais duradouras) de experiência emocional, como traços pessoais que o próprio indivíduo valoriza. A nova estrutura de trabalho pautada em funções e rotinas flexíveis aumenta a sensação de risco e incerteza sobre o futuro, produzindo também uma desorientação sobre ações a longo prazo e identificações mais fracas com posições que serão ocupadas temporariamente. Nesse contexto, as experiências passadas pouco contribuem para entender o presente, gerando falta de inteligibilidade e apreensão não só sobre empregos e carreiras, mas também sobre o próprio valor pessoal. Na visão de Sennett, “apreensão é uma ansiedade sobre o que pode acontecer, é criada num clima que enfatiza o risco constante e aumenta quando as experiências passadas parecem não servir de guia para o presente” (2010: 115).

Gostaria de reter alguns pontos destas leituras mais gerais, que tomo como referências para minha análise específica nas próximas seções. Primeiro, a ansiedade estaria de um modo geral relacionada à falta de inteligibilidade

de certas situações e experiências, portanto à dificuldade de interpretá-la, dar sentido a ela. Segundo, nas sociedades ocidentais modernas, ela parece atrelada a uma maior reflexividade, que expõe o caráter construído das práticas sociais e sistemas de conhecimento e que tem na identidade do sujeito um foco importante. Ela é vivida como uma imagem a ser mantida continuamente via um controle de si – do corpo, da emoção, do projeto identitário – que pode, contudo, ser “perdido”, gerando, portanto, ansiedade no processo. Por último, a relação com o futuro inerente a esse sentimento realça nessas sociedades um descompasso ou uma descontinuidade entre experiências passadas e futuras, quando o que já foi vivido parece contar pouco para o que está por vir.

A ansiedade como objeto dos grupos de apoio

O sentimento de ansiedade é um dos principais focos de atenção dos grupos de apoio, em alguns estudos da área biomédica. Embora a tônica desses trabalhos seja analisar as práticas e avaliar os efeitos desses grupos, busco aqui entender como eles traçam a relação entre essa emoção e uma concepção de sujeito, alvos de intervenção pela dinâmica grupal, para me deter em seguida no grupo de gestante como uma modalidade particular.

Segundo Munari & Zago (1997), grupos de apoio ou suporte constituem-se com a participação de um profissional e o tipo de trabalho desenvolvido é definido pelo objetivo do grupo. Há flexibilidade na dinâmica do grupo à medida que os participantes apresentem suas necessidades. Neste sentido, os grupos de apoio se distinguem dos de autoajuda, que se caracterizam pela formalidade de suas atividades e pela não participação efetiva de um profissional de saúde.

Grupos de apoio tendem a reunir em torno de um objetivo e tema específicos um conjunto de pessoas vivenciando crises ou se adaptando a mudanças e novas condições de vida (MUNARI & RODRIGUES, 1997), que gerariam muita ansiedade. A troca de informações e experiências propiciada pelo grupo ajudaria a atenuar o sentimento, como afirma Pichon-Rivière:

pela mobilização das estruturas estereotipadas por causa do montante de ansiedade que desperta a possibilidade de mudança, chegamos a captar no aqui-agora-comigo e na tarefa do grupo um conjunto de experiências, afetos e conhecimentos com os quais os participantes do grupo pensam e atuam, tanto em nível individual como grupal (*apud* SARTORI & VAN DER SAND, 2004).

Na medida em que a informação atua para tornar mais familiar uma situação desconhecida, é considerada por esses autores um elemento que ameniza a ansiedade e traz tranquilidade.

Outro elemento destacado nesses estudos é a possibilidade de os grupos de apoio fornecerem novos vínculos sociais e até mesmo novas fontes de identificação. Uma vez que os participantes encontram pessoas com experiências semelhantes, é possível torná-las mais inteligíveis e sentir-se acolhido e compreendido, promovendo assim um sentimento de pertencimento ao grupo (SARTORI & VAN DER SAND, 2004) e de integração social (PINHEIRO *et al.*, 2008). Assim, a sociabilidade e o acolhimento pelo grupo são vistos também em termos dos efeitos emotivos para os participantes.

Essas características são destacadas por Sartori e Van der Sand (2004) em seu trabalho sobre um grupo de gestante no Rio Grande do Sul. Nesse estudo, a gravidez é considerada uma fase em que a mulher e seu companheiro passam por várias mudanças – corporais, no caso da gestante; emocionais e sociais, no caso do casal – para se adaptar a novos papéis. Por isso, Sartori & Van der Sand entendem que “a gestação é um período de crise, por constituir-se num momento de transição do que está em vigor, para o que irá vigorar, ressignificando vivências” (2004). Esse processo de adaptação mobilizaria emocionalmente o casal, podendo, por sua vez, gerar ansiedade e medo.

A ansiedade na gestação seria o principal sentimento a ser expresso e discutido no grupo de gestante. Por um lado, as autoras consideram-na importante para a elaboração dos novos papéis de mãe e pai, tornando-se um “mecanismo de segurança patológica”. Por outro lado, “é justamente a respeito dessas ansiedades que trabalha o grupo de gestantes, oferecendo a oportunidade para as pessoas elaborarem a melhor forma de minimizá-las, através do compartilhamento das mesmas” (SARTORI & VAN DER SAND, 2004). Além do compartilhamento de sensações, informações sobre as situações futuras da gestação e o pós-parto trariam maior tranquilidade à gestante. Na visão das autoras, “este tipo de informação não sugestiona as pessoas, ao contrário, previne a instalação de ansiedades desnecessárias, provocadas pelo desconhecimento das situações próprias da gravidez, parto e puerpério” (2004).

Assim, segundo as autoras, o trabalho realizado no grupo de gestante visa diminuir a ansiedade e o medo e desenvolver a tranquilidade para que a mulher tenha segurança no parto e pós-parto. Busca, em última instância, uma mudança da gestante “em relação a si mesmo, em relação às pessoas à sua volta e com relação ao meio em que vivemos” (2004). Na avaliação das autoras, o grupo

atinge esse objetivo e tem, portanto, função terapêutica de assistir pessoas em um momento de “crise”.

É interessante apontar que, mesmo no estudo antropológico de Salem (2007) sobre casais grávidos na década de 80, a ansiedade já surgia como um dos focos de trabalho terapêutico nos cursos para gestante. Ao longo dos encontros, os participantes eram estimulados a expressar suas emoções em relação à gravidez, em particular aquelas consideradas “nefastas” – ansiedade, medo, descontrole. Segundo o médico que conduzia o grupo, um dos grandes entraves ao parto natural era a ansiedade do casal. Todo o trabalho do grupo pretendia assim preparar psicologicamente o casal para o parto, durante o qual se esperava a expressão “de forma adequada” de seus sentimentos: “Receba seu filho com amor. Acarinho (...). Tranquilize o bebê. Junte-se ao marido na alegria” (LINS *apud* SALEM, 2007: 100). A ênfase dada pelos coordenadores – médicos e psicólogos – estava na “colocação das emoções em discurso” (2007: 116), tanto pela gestante quanto por seu companheiro, para que o parto natural almejado transcorresse sem dor e com segurança.

A partir desses estudos, é possível apontar alguns aspectos em torno da ansiedade na ótica dos grupos de apoio estudados. Primeiramente, situações de mudança social, que incluem o desempenho de novos papéis sociais, como os de mãe e pai nos casais que esperam seu primeiro filho, são percebidas como geradoras de ansiedade e vividas como crise. Segundo, a transmissão por um especialista de maiores informações sobre a nova condição – como no caso da gravidez, que inclui o parto e o pós-parto – é vista como um meio de atenuar esse sentimento, sendo descartada a possibilidade de aumentá-lo. Terceiro, a troca de experiências com pessoas em circunstâncias semelhantes produziria uma identificação que também ajudaria a diminuir a ansiedade, ou seja, o entendimento de que a novidade de uma condição aflige outras pessoas na mesma posição torná-la-ia mais inteligível. Aprofundo esses pontos a seguir com dados da minha pesquisa de campo.

Lidando com a ansiedade em um grupo de gestante

O grupo de gestante que acompanhei no Rio de Janeiro era coordenado por uma psicóloga, também professora de ioga, que trabalhava com gestantes há vinte anos. Os encontros do grupo aconteciam duas vezes por semana e tinham sempre uma sessão de ioga, com exercícios de relaxamento e preparação para o parto. Uma vez por semana, havia, após a prática corporal, uma sessão de

troca de informações e experiências, conduzida pela coordenadora do grupo, na qual era esperada a participação dos maridos, que vinham ocasionalmente. A principal razão expressa para buscar um grupo de gestante era a vontade de trocar experiências com outras mulheres grávidas. Para algumas, a prática da ioga como forma de melhorar desconfortos físicos da gravidez e de se preparar fisicamente para o parto havia sido outro motivo forte para entrar no grupo.

Nas sessões acompanhadas, havia sempre um breve questionamento da coordenadora sobre o estado das gestantes, e era proposto um assunto, por parte dela ou das participantes, a ser tratado. No período estudado, discutiram-se temas diversos, como a alimentação durante a gravidez, o parto, o pós-parto, a amamentação, o enxoval necessário, os cuidados com o bebê recém-nascido e a escolha de babá ou creche pela mãe que volta a trabalhar. Muitas vezes, predominava o caráter informativo e mesmo técnico dos encontros. As emoções vivenciadas pelas gestantes foram poucas vezes o foco, mas apareciam em rápidos comentários em torno dos mais variados assuntos.

Dentre elas, figuravam a felicidade, a ansiedade e o medo. O primeiro sentimento, embora definido pela mídia como esperado na gestação (REZENDE, 2011), apareceu apenas duas vezes em dinâmicas de grupo propostas pela coordenadora. Em uma atividade de introdução do grupo, todas as participantes se apresentaram como “felizes com a gravidez”. Em outra, na qual as gestantes tinham que completar o início de várias frases, muitas terminaram o início da sentença “meu bebê nasceu e eu...” com a oração “estou feliz”. A ansiedade e o medo, por sua vez, eram muito frequentes, apareciam em quase todos os encontros e de forma espontânea em diversos comentários feitos pelas mulheres.

A ansiedade não parecia ter um objeto definido, mas se colocava como sensação difusa, que surgia da falta de conhecimento das mudanças produzidas pela gestação em cada uma. Como seria o final da gravidez, tido como fase de maior desconforto físico? Como seria o parto? Como saberiam que estavam entrando no trabalho de parto? Como seria o pós-parto – a recuperação física, o contato com o bebê? Será que o médico escolhido, uma relação recente para a maioria das gestantes, era de fato confiável?² Como seria mais tarde o retorno ao trabalho – qual a melhor opção para o bebê na ausência da mãe? Era a ansiedade que em geral complementava a justificativa da busca pelo grupo de gestante, pois havia a percepção de que as trocas de experiência com outras gestantes e as técnicas de relaxamento da ioga diminuiriam esse sentimento.

² Análise a questão da confiança na relação com os obstetras em outro trabalho (REZENDE, 2012).

Já o medo era referido a questões mais específicas do ciclo da gestação e foi expresso de forma recorrente por muitas gestantes. Havia o medo em torno da saúde do neném – de ele ter alguma doença ou má formação – e principalmente de a gestante sofrer um aborto no início da gravidez. Havia o medo em torno do parto normal – das dores do trabalho de parto, do corte na hora da expulsão, do possível uso de fórceps e até de o bebê morrer. Havia o medo do parto cesárea – de ter que tomar anestesia, de ter algum imprevisto durante a cirurgia, do pós-operatório. Havia o medo da amamentação – do neném não conseguir “pegar o peito”, de sentir dor ao amamentar, do leite empedrar. Por fim, havia um medo menos relacionado diretamente ao processo fisiológico da gestação: o receio de o marido perder o interesse sexual na mulher após o parto, em função de o corpo estar “fora de forma”. Havia ainda medos mais pessoais, como o de uma gestante que tinha medo de não conseguir agir na hora do parto por ser muito calma, ou de outra que teve medo que a avó doente morresse antes do seu parto e não conhecesse sua bisneta.

Esses sentimentos se articulavam a histórias familiares e de amigos das gestantes. A experiência do parto da mãe – se foi boa ou difícil, se foi normal ou cesárea – informava muito as sensações em torno do parto por vir, mas não diminuía o medo. Se não tivesse tido um bom parto normal, o medo estava em ter uma cesárea e vice-versa. A observação de amigas na relação com seus bebês fornecia também referências de práticas que elas gostavam ou criticavam. Ainda assim, permanecia a ansiedade em torno de como seria sua própria experiência com o bebê.

Para atenuar esses sentimentos, a coordenadora oferecia sempre informações e explicações sobre as várias etapas da gestação, parto e pós-parto, no sentido de acalmar as gestantes, assim como realizava algumas dramatizações de cada tipo de parto. Ao contrário das gestantes, seu discurso enfatizava sempre a tranquilidade que resultaria do conhecimento do corpo na gestação e no parto e da própria discussão das emoções expressas pelas mulheres. Apresento uma vivência que destaca de forma interessante as questões em torno dos sentimentos de ansiedade e medo.

“Paula³ já estava no nono mês de gravidez e se despedia do grupo. Como ela dizia estar tranquila e bem informada sobre os estágios do parto normal, a coordenadora pediu que ela representasse como achava que seu parto aconteceria,

³Os dados biográficos foram alterados para manter o anonimato das gestantes.

guiando Paula com suas perguntas:

Que dia, qual hora e onde ela está? Ela disse que seria no dia 1^o/07, meio dia, no trabalho. *O que ela está sentindo?* Ela começa a sentir uma forte pressão no útero, uma contração de uns vinte segundos. *O que ela faz?* Fala com o marido, Henrique, que trabalha junto com ela, e liga para o médico também. Ela vai almoçar no restaurante de sempre. Depois ela vai para casa. *“E agora que horas são? O que você está sentindo? O que você faz? Com quem você fala?”* Paula vai fazendo um relato de como as contrações evoluem a cada duas horas. Ela está em casa, calma e tranquila, mas sem conseguir ficar parada. O marido está bem nervoso⁴. Logo cedo, ela liga para a mãe, que mora em Petrópolis. Está tudo arrumado para ir à maternidade e ela começa a tirar as roupas do neném dos sacos. As contrações vão durando mais, mas ela faz respiração e relaxa para não sentir dor. Fala com o Pedro que vai dar tudo certo, que papai está por perto, faz orações por ele. Ao longo da tarde, o marido também faz massagem na sua região lombar. No final da tarde, os pais já chegaram e estão com ela em casa e estão tranquilos. Só o marido continua nervoso. A esta altura, ela já avisou o moço da filmagem. Em torno das oito, já são duas contrações no espaço de dez minutos e o médico diz para ela ir para a maternidade. Ela vai para a maternidade Perinatal, com o pai que dirige bem, a mãe e o marido. Nessa hora avisa a sogra que está indo para a maternidade. Consegue uma vaga (ao que as outras gestantes presentes comemoram), mas já está bem cansada e vai andando devagar, apoiada no marido, respirando fundo para aliviar o incômodo da contração (ela não fala em dor). No quarto, ela prefere ficar em pé. O médico já chegou, o rapaz da filmagem e os sogros também, mas ela só quer que ele filme a hora do parto. A coordenadora lembra que a esta altura tem enfermeira monitorando a pressão, possivelmente tirando sangue. Em torno das onze, Paula já está bem cansada e prefere ficar deitada de lado com o marido massageando suas costas. Ela está com a dilatação completa e vai então para a sala de parto de cócoras, na cadeira de rodas. O marido está junto, além da equipe médica. Fala que vem a vontade de expulsar, mas ainda não sai nada. Faz força umas duas vezes – a bolsa rompe agora - e aí nasce Pedro e (com uma almofada no peito) o coloca no peito um pouco. Depois o neném é levado para exame. Mais tarde o neném vai para o quarto e não tem problema para mamar e que ela tem leite. Ela não descreveu a saída da placenta, nem tomou anestesia nem precisou dar os cortes da episiotomia. Ela quer muito

⁴ A menção à categoria “nervoso” só apareceu com referência aos maridos, sempre com referência ao comportamento esperado no momento do parto e de forma problemática. Parecia sugerir a falta de calma que elas achavam importante na hora do parto.

não tomar anestesia para não ter nada que vá para o neném. O tempo todo sua representação foi de alguém muito calmo, com muito controle da situação.

Essa vivência foi uma representação de como Paula imaginava seu parto, acontecimento iminente na época. Para tanto, reuniu as informações que tinha, as sensações físicas e as emoções que achava que sentiria, o modo como pensava a participação da família e do médico. Nela, o hospital ou maternidade já estava definido, mesmo sem garantia prévia de vaga. Nesse sentido, a vivência poderia ser vista como um esforço de “tomada de controle” da gestante sobre uma experiência ainda não vivida, através do processo de definir todos os elementos do processo – dia, hora, local, participantes e desenrolar do parto.

De forma mais específica, Paula se mostrou muito tranquila e calma durante o encontro, e o exercício parecia mais uma forma de saber se ela estava bem preparada para o parto, em contraste com outra vivência a que assisti⁵. Representou seu parto com muita clareza de todos os detalhes, respondendo prontamente todas as perguntas da coordenadora. Paula parecia estar no controle da situação – de suas emoções, do seu corpo, do parto como um todo.

Paula foi uma exceção entre as gestantes que acompanhei. Foi a única que vi, durante o período estudado, apresentar-se de forma calma, sem expressar preocupação com dor, medo ou ansiedade. Após sua representação, as gestantes presentes comentaram que não conseguiriam ficar sem tomar anestesia, pois não tinham o domínio do corpo que Paula e a coordenadora apresentavam por já fazerem ioga há mais tempo, e por isso sentiam mais dor. Seu controle do corpo fazia crer que sentir dor não era uma preocupação nem motivo de medo. O que as outras gestantes expressavam é que, mesmo com as sessões de ioga, não sentiam segurança sobre seu corpo, daí o medo de sentir dor.

O episódio com Paula é revelador, pois é o caráter excepcional de sua postura que confirma a regra e ajuda a esclarecer as questões de fundo expressas nos sentimentos de medo e ansiedade: o problema do controle do corpo e, de forma mais ampla, de si diante de uma experiência desconhecida, mas valorizada por todas. Por um lado, a felicidade mencionada nas dinâmicas propostas pela coordenadora falava de um estado socialmente significativo para as mulheres – a gravidez como antecipação da maternidade, e por isso desejada por muitas. Por outro lado, havia ansiedade e medo pelas mudanças por vir – corporais, subjetivas, conjugais e familiares, e comparativamente, esses sentimentos estavam mais presentes do que o

⁵ Faço uma comparação mais detida entre essas duas vivências de parto em outro trabalho (REZENDE, 2009).

primeiro. Daí que os aspectos passíveis de serem controlados de alguma forma – a escolha do médico, da maternidade e do tipo de parto – tornavam-se preocupações importantes e muito discutidas entre as gestantes.

Considerações finais

Entre os Ifaluk, que vivem em um atol na Oceania, o sentimento de *melagu*, que Lutz (1988) traduz como medo/ansiedade, é considerado importante para desencorajar agressividade e comportamentos moralmente condenados, bem como produzir uma postura calma e obediente nas pessoas. Como em todas as visões da ansiedade analisadas neste artigo, também entre os Ifaluk essa é uma emoção que surge diante do desconhecido – de pessoas, espíritos e eventos desconhecidos. No entanto, ao contrário da maioria dessas percepções, é um sentimento valorizado, cuja forte presença compõe o modelo da boa pessoa, pois se torna um estímulo para o bom comportamento.

Já nos grupos de gestante discutidos aqui – e mesmo na literatura sobre grupos de apoio em geral – a ansiedade surge, de um modo geral, como um sentimento problemático, negativo, a ser equilibrado⁶. Por quê? Podemos dizer que, em uma sociedade que valoriza a felicidade como estado contínuo, procurada em todos os momentos, de forma imperativa e obrigatória (BRUCKNER, 2002; CONDÉ, 2011), a ansiedade parece perturbar essa busca. Assim, no caso analisado, a gravidez, quando desejada, deveria trazer felicidade à mulher. Não à toa, como discuti anteriormente, estar feliz foi um estado emotivo mencionado por todas, mas apenas em duas dinâmicas propostas pela coordenadora. Ou seja, não foi expresso espontaneamente.

Mas o que está em questão nas repetidas menções à ansiedade? Poderíamos sugerir que a frequente expressão desse sentimento no contexto dos grupos de apoio faria parte de uma gramática emotiva, que postula a manifestação de certas emoções, de forma regrada, em determinadas situações (MAUSS 1980; REZENDE 2011). Mas por que especificamente a ansiedade? Tomando as leituras de Geertz e Giddens como pontos de partida, a ansiedade estaria relacionada especificamente com o desconhecido – quando ele desafia as interpretações e os sentidos vigentes. Assim, nos estudos sobre grupos de apoio, são as situações novas – doenças, papéis sociais novos – que produzem esse sentimento, foco do trabalho terapêutico desses grupos. No caso específico dos grupos de gestantes, a mulher grávida teria que lidar com o desconhecido em vários planos – uma

⁶ Essa percepção negativa da ansiedade também surge na mídia (REZENDE, 2011; CONDÉ, 2011).

nova experiência corporal, um papel social novo bem como a reorganização das relações existentes – com o companheiro, as famílias de origem, amigos e trabalho.

Há também outra questão relacionada, inversa por assim dizer, que é o modo como o sujeito deve lidar com a sua vida rotineira. O desconhecido é de certo modo parte integrante do cotidiano, na medida em que é condição inerente do futuro. Além disso, como argumentou Elias (1993) sobre o processo civilizador, uma vez que cresce a interdependência das pessoas que passam a controlar seus comportamentos e afetos em função do modo esperado de agir dos outros, haveria a princípio maior previsibilidade nas condutas humanas. Contudo, é justamente a ideia de um controle constante de si colocado em suspenso em situações desconhecidas que desafia os sentidos usuais. É assim que os grupos de apoio justificam sua existência, trabalhando para resgatar um equilíbrio emotivo que resulta do bom autocontrole. Do mesmo modo, no contexto pesquisado, a gestação colocaria em cheque esse autocontrole, com a vivência de uma experiência corporal inédita, que implica não apenas sensações físicas desconhecidas, mas uma série de mudanças subjetivas e sociais, que também são discutidas nos grupos de gestante.

Há um terceiro aspecto em torno da ansiedade, que se refere a sua dimensão temporal. Esse sentimento remete a uma discontinuidade entre passado, presente e futuro – quando os sentidos que se tem não parecem tornar inteligível uma situação futura. Nas sociedades ocidentais modernas, segundo as leituras de Giddens, o ritmo das mudanças é mais acelerado, e a reflexividade aguçada implicaria a revisão constante de práticas sociais e sistemas de conhecimento, produzindo, assim, maior descompasso entre experiências passadas e ações futuras. Entre as mulheres pesquisadas, a gestação figura como um estágio liminar, à espera de uma nova condição, e essa discontinuidade temporal vem atrelada a uma série de mudanças sociais, em torno das relações de gênero e na família, que explicam manifestações mais frequentes da ansiedade.

Em outras épocas, a gravidez – mesmo sendo um estado desconhecido para as mulheres que esperavam seus primeiros filhos – não era necessariamente um estado gerador de ansiedade, como mostra Almeida (1987) em seu estudo sobre mulheres que foram mães na década de 50. Para elas, o casamento e a maternidade faziam parte de um roteiro a ser seguido pelas mulheres, de um modo geral. Mesmo na década de 80, nos estudos de Almeida, Salem (2007) e LoBianco (1985), a conjugalidade e as relações familiares de forma ampla passam a ser questionadas, mas não a maternidade, para a qual a gravidez já se constituía como etapa significativa. Agora, a própria relação com a maternidade parece mais problematizada, “desnaturalizada”. Se ter filhos era um desejo de

todas as mulheres estudadas, o lugar a ser ocupado pela maternidade diante da relação conjugal, do trabalho e da própria autonomia individual não era claro (ver também as pesquisas de BARROS *et al.*, 2009; ARAÚJO & SCALON, 2005). Daí as preocupações expressas com o futuro da relação com os maridos, o retorno ao trabalho e a conciliação com a maternidade. Assim, para essa geração de mulheres, as experiências de suas mães e avós não pareciam contar muito.

A expressão frequente da ansiedade no contexto do grupo de gestante pode ser entendida, portanto, em termos das mudanças nas relações de gênero e na família, que vieram tornar a maternidade um papel a ser desejado e também temido. Faz sentido também como um processo corporal nunca vivido por aquelas mulheres, para quem o controle tão fundamental do corpo e das emoções parecia abalado.

Assim, apesar das particularidades da gestação como um processo do corpo feminino, a ansiedade manifesta refletia questões mais amplas. Remetia às tensões em torno de uma construção de subjetividade mais geral das sociedades ocidentais modernas, nas quais o sujeito deve estar com o controle de si, mas tem que lidar sempre com a possibilidade de perdê-lo. Refletia também um traço da condição humana em sua relação com o mundo simbólico e as dificuldades de dar sentido a um desconhecido ainda por vir.

Referências

- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de
(1987) *Maternidade, um destino inevitável?* Rio de Janeiro: Campus.
- ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi
(2005) "Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil". In: ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 15-77.
- BARROS, Myriam Lins de *et al.*
(2009) "Mulheres, geração e trabalho". *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro, v. 11, n.2, p. 335-351.
- BRUCKNER, Pascal
(2002) *A euforia perpétua: ensaio sobre o dever de felicidade*. Rio de Janeiro: Difel.
- CONDÉ, Geraldo Garcez
(2011) "A dimensão emocional: mídia, emoção e felicidade". In: COELHO, Maria Cláudia & REZENDE, Cláudia Barcellos (orgs.). *Cultura e sentimentos: ensaios em antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Contracapa editora, p. 81-102.
- ELIAS, Norbert
(1993) *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GEERTZ, Clifford
(1989) *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- GIDDENS, Anthony
(2002) *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- (1991) *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- LO BIANCO, Anna Carolina
(1985) "A psicologização do feto". In: FIGUEIRA, Sérvulo (org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, p. 94-115.
- LUTZ, Catherine A.
(1988) *Unnatural emotions - Everyday sentiments on a Micronesian Atoll & their challenge to Western theory*. Chicago: the University of Chicago Press.
- LUTZ, Catherine & WHITE, Geoffrey
(1986) "The anthropology of emotions". *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v.15, p. 405-436.
- MAUSS, Marcel
(1980) "A expressão obrigatória dos sentimentos". In: FIGUEIRA, S. (org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p.56-63.
- MUNARI, Denize Bouttelet & RODRIGUES, Antonia Regina Furegato
(1997) "Processo grupal em Enfermagem: possibilidades e limites". *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 237-250.
- MUNARI, Denize Bouttelet & ZAGO, Márcia Maria Fontão
(1997) "Grupos de apoio/suporte e grupos de auto-ajuda: aspectos conceituais e operacionais, semelhanças e diferenças". *Revista de Enfermagem da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 359-366.
- ORTNER, Sherry
(2006) *Anthropology and social theory: culture, power and the acting subject*. Durham: Duke University Press.
- PINHEIRO, Cleoneide Paulo Oliveira *et al.*
(2008) "Participação em grupo de apoio: experiência de mulheres com câncer de mama". *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v.16, n.4. Disponível em: www.eerp.usp.br/rlae. Acesso em 20 de junho de 2011.
- REZENDE, Claudia Barcellos
(2012) "Trust and Intimacy among pregnant women and their obstetricians". Paper presented at the 54th International Congress of Americanists (ICA), Vienna, July.
- (2011) "Um estado emotivo: representação da gravidez na mídia". *Cadernos Pagu*. Campinas, v.36, p. 315-344.
- (2009) "Ansiedade e medo na experiência da gravidez". *Anais da VIII Reunion de Antropologia Del Mercosur (RAM)*, Buenos Aires.
- REZENDE, Claudia Barcellos & COELHO, Maria Claudia
(2010) *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- SALEM, Tania
(2007) *O Casal grávido: disposições e dilemas da parceria igualitária*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- SARTORI, Grazielle Strada & VAN DER SAND, Isabel Cristina Pacheco
(2004) "Grupo de gestantes: espaço de conhecimentos, de trocas e de vínculos entre os participantes". *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 06, n. 02. Disponível em: www.fen.ufg.br. Acesso em 20 de junho de 2011.
- SENNETT, Richard
(2010) *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Recebido em

junho de 2011

Aprovado em

julho de 2012

Metamorfoses guanabarinas: O Rio de Janeiro no raiar do século XX por Arthur Azevedo

Tatiana Oliveira Siciliano*

Resumo

Em fevereiro de 1906, foi representada *Guanabarina*, de Arthur Azevedo e Gastão Bousquet. A revista de ano comemorava 1905 e trazia como tema a disputa entre o carrancismo (apego ao passado) e o progresso, em meio às reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro – então capital federal da República – na gestão de Rodrigues Alves (1902-06). O objetivo deste artigo é, a partir de algumas obras do literato Arthur Azevedo (1855-1908) – particularmente *Guanabarina* –, entender a arqueologia desse Rio de Janeiro em transformação, buscando decifrar quais memórias sobre a cidade eram elaboradas por Arthur Azevedo, tanto do ponto de vista material – construções e demolições –, como da experiência urbana – mentalidades e práticas de seus habitantes. O trabalho pressupõe que a literatura, o teatro, as charges e as crônicas jornalísticas são representações sociais que falam sobre a sociedade, além de produzirem imagens e discursos sobre ela.

Palavras-chave

Arthur Azevedo. Rio de Janeiro. Reforma urbana.

Abstract

In February 1906, was put on a play *Guanabarina* by Arthur Azevedo and Gaston Bousquet. The revue theater recalled the main events of 1905 and showed the conflict between the carrancismo (attachment to the past) and progress in the midst of urban reforms occurring in Rio de Janeiro – then federal capital of the Republic – in the management of Rodrigues Alves (1902-06). Based on Arthur Azevedo's (1855-1908) work – particularly the play *Guanabarina* – this paper aims to understand the archeology of Rio de Janeiro in transition, and what memories of the city were created by Arthur Azevedo, both through the material point of view – construction and demolition – and the urban experience – attitudes and practices of its inhabitants. The paper assumes that literature, theater, cartoons and journalistic chronicles are social representations that talk about society and also produce images and discourses about it.

* Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil); bolsista CAPES de pós-doutorado no programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil). E-mail: tatios@terra.com.br.

Keywords

Arthur Azevedo. Rio de Janeiro. Urban reform.

O narrador em cena

O objetivo deste artigo é refletir, a partir do material literário de Arthur Azevedo¹, a questão da cidade como um lócus de circulação de ideias e de consolidação de um novo estilo de vida urbano, que inclui códigos distintos de interação social e formas de entretenimento. O crescimento das cidades no século XIX e a urbanização fizeram emergir na Europa, a partir do advento da grande indústria, uma comercialização da cultura como espetáculo, especialmente através do teatro (CHARLE, 2012). No Brasil, o teatro, sobretudo o teatro ligeiro musicado², também consistiu no lazer mais popular na virada para o século XX.

Arthur Azevedo (1855-1908), apesar de mais conhecido por sua produção teatral, escreveu contos e crônicas. Foi um jornalista atuante, colaborando nos principais periódicos de seu tempo. Como boa parte dos escritores da época, não vivia só da literatura, trabalhava como funcionário público no Ministério da Viação, na mesma repartição que Machado de Assis. Embora pertencesse à elite letrada e fosse membro-fundador da Academia Brasileira de Letras, junto com nomes como Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, Aloísio Azevedo (seu irmão) e Coelho Netto, se popularizou pelas páginas da imprensa e pelas revistas de ano³. As revistas de ano são o gênero de maior público do teatro ligeiro musicado e, de forma satírica, apresentava os principais acontecimentos do ano anterior, assemelhados à crônica jornalística⁴. Arthur Azevedo escreveu 19 revistas de ano, e, mesmo sem ser o precursor do gênero no Brasil, foi o primeiro a popularizá-lo.

Arthur Azevedo escrevia para um público heterogêneo, que abrigava

¹ Artigo adaptado da minha tese de doutorado em Antropologia Social, defendida no programa de Pós-Graduação do Museu Nacional, em junho de 2011, sob a orientação do prof. Gilberto Velho. Ver Siciliano (2011).

² Pode-se definir o teatro ligeiro musicado como espetáculos cômicos e alegres, oriundos da Europa, que incluíam números de canto e dança, efeitos cênicos e cenas dramáticas (ver PRADO, 2008; MARZANO, 2010; MENCARELLI, 1999; FARIA, 2001 e PAVIS, 2008).

³ Sobre a importância de Arthur Azevedo, ver Araújo (1988 e 2009); Magalhães Jr. (1966); Magaldi (2008); Mèrian (1977 e 1988); Prado (2008) e Seidl (1937).

⁴ Sobre a revista de ano no Brasil, ver Ruiz (1988); Veneziano (1991 e 1996) e Paiva (1991). Sobre as relações entre acontecimentos no Brasil e as revistas de ano de Arthur Azevedo, ver Sússekkind (1986); Mencarelli (1999); Prado (1986 e 2008); Faria (2001); Veneziano (1991); e Brandão (2008).

desde as camadas populares e as camadas médias baixas, espectadores de suas revistas de ano, até as elites letradas, que prestigiavam seus escritos “sérios”, feitos no padrão da “cultura erudita”⁵. Tal amplitude de público conferia a Arthur Azevedo feições de um “comunicador de massa”⁶, por desempenhar importante “mediação”⁷, entre categorias culturais e sociais distintas, a partir de uma estética associada ao popular: a comicidade⁸.

Arthur Azevedo usava o cotidiano e o riso como os ingredientes principais de seus pratos literários. Gerava empatia pelo humor, aproximava-se por retratar a vida das pessoas. Assim, entretinha, em consonância com a aspiração do público pagante, do teatro ou da imprensa. Porém, ao atuar como um comunicador, dava voz aos múltiplos modos de viver dos moradores do Rio de Janeiro na alvorada do século XX⁹. E, mesmo que tais falas e tiradas de humor tivessem uma intenção moralizadora, voltadas para uma pedagogia civilizatória, e que as revistas de ano se propusessem a inventar um Rio de Janeiro, como sublinhou Flora Süssekind (1986) em seu trabalho pioneiro sobre as revistas de ano de Arthur Azevedo, a apropriação dessa mensagem por seus receptores não produzia o “enquadramento” pretendido pelos autores. Assim, os tipos sociais e as falas das ruas, apresentados por Arthur Azevedo, produziam um efeito mais próximo a uma arena de discussão, a uma “cena aberta” – como definiu Fernando Mencarelli (1999), ao discutir a polifonia da revista de ano *O Bilontra*. Não davam o conforto de uma “cartilha fechada”, ao contrário, sugeriam ao leitor ou ao espectador um olhar caleidoscópico, com múltiplas possibilidades de combinações e que (re)produzia as contradições próprias da experiência humana. Era nesse efeito polifônico que residia o diferencial de Arthur Azevedo. Daí algumas de suas obras, mais especificamente, *Guanabarina*, ter sido eleita,

⁵ É importante sublinhar que os termos “cultura popular” e “cultura erudita” são arbitrários, usados apenas como ferramentas analíticas. Se, por um lado, a “cultura popular” pode ser entendida como um sistema simbólico autônomo e tão legítimo como a “cultura dominante”, por outro, está sujeita às disputas, coerções e trocas com a “cultura dominante” (Cf. CHARTIER, 1995).

⁶ Considero “meios de comunicação de massa” os canais utilizados na transmissão de mensagens para um grande número de receptores heterogêneos. A imprensa, especialmente após o advento dos folhetins, no século XIX, passa a ser um produto de cultura de massa – assim como o teatro de revista, a opereta e o cartaz –, por comunicar-se com um público amplo, através de linguagem simples e não ser produzida por aqueles que a consumiam (ver COELHO, 1980).

⁷ Velho (2001) define o mediador como o indivíduo que transita por diferentes planos e consegue lidar com códigos distintos.

⁸ Sobre o papel da comicidade na obra de Arthur Azevedo, ver Araújo, 1988.

⁹ Tal discussão parte da premissa de que as culturas letradas e iletradas estão em permanente interação, processo de acomodação e disputa. Existem zonas de fronteira entre o erudito e o popular, permitindo alguns intelectuais de acionarem os dois códigos e exercerem o papel de mediadores (ver BAKHTIN, 2008; BURKE, 1980).

neste trabalho, para “falar da sociedade” por tão bem representar esse caráter caleidoscópico de uma cidade em transição. Ressalto que parto de um recorte específico, que privilegia o Rio de Janeiro, em um momento de transformação urbana, e os múltiplos discursos produzidos sobre tal experiência. *Guanabarina* e outros textos de Arthur Azevedo, desse modo, constituem matrizes geradoras de práticas sociais¹⁰ em diálogo com diferentes narrativas sobre o espaço urbano, como a charge.

Literatura e cidade

Parto do pressuposto que as artes – seja literatura, música ou artes plásticas – são atividades sociais, experiências partilhadas, “ações coletivas”¹¹, que envolvem múltiplos agentes. A produção artística encontra-se interligada ao diálogo do artista com o “campo artístico” de sua época, é, simultaneamente, parte e produtora da dinâmica social. Está amalgamada à própria experiência, como sugere Thompson (1993, 2002). Assim, a obra é parte expressiva dessa sociedade, “fala” dessa sociedade e de suas várias performances, tornando-se, como nos sugeriu Becker (2009), um mapa muito interessante de apreensão sociológica.

As reformas urbanas empreendidas na capital federal, na gestão Rodrigues Alves (1902-1906), pareciam materializar os planos dos engenheiros e sanitaristas, que, desde o Segundo Reinado, aspiravam levar para a “capital do Império” as luzes do progresso. Daí a preocupação com o apagamento das feições coloniais por meio de reformas urbanas e o desejo de transformar os costumes “coloniais” e “africanos” em hábitos “civilizados”. Por meio de decretos-lei, proibições na circulação de ambulantes e repressão a práticas como a mendicância, cuspir e urinar na rua, pretendia-se educar a população.

O Rio de Janeiro, a capital federal da República da alvorada do século XX, descrita por Arthur Azevedo, consistia em uma cidade complexa e heterogênea, com quase 1 milhão de habitantes¹², onde modos de vida e costumes, tradicionais e hierárquicos, coexistiam com ideologias individualistas

¹⁰ Cf. Pesavento (1995 e 2005), a cidade, por ser um espaço privilegiado de construção simbólica, partilhada e, ao longo do tempo, transformada por seus habitantes, pode ser lida tanto a partir das suas construções de concreto – como edifícios, ruas e avenidas – como de seus produtos simbólicos como a literatura, a pintura, os projetos arquitetônicos, os discursos médicos etc. Todos se configuram em “matrizes geradoras de práticas sociais”.

¹¹ Ver Becker (1977).

¹² Conforme Censo de 1906 a capital federal possuía 811.443 habitantes.

e cosmopolitas¹³. Através das reformas urbanas, pretendia-se apresentar a capital como “metonímia”¹⁴ de um país, o Brasil, que aspirava a seu lugar no comboio do progresso. Contudo, se a maior parte da elite letrada aderiu ao modelo, tal sentimento não foi compartilhado pelas camadas populares urbanas, obrigadas a driblar os mecanismos do “processo civilizador”¹⁵ e da “etiqueta” requerida pelo “estilo de vida cosmopolita” das elites.

Quando pensamos nas transformações urbanas experimentadas pelo Rio de Janeiro no início do século XX, algumas imagens são mais vívidas do que outras na “memória coletiva”¹⁶, como as das avenidas – Central e Beira-Mar – cristalizadas nas fotos de Augusto Malta¹⁷ e o louvor às reformas descritas na *Revista Kósmos*, por Olavo Bilac, que aplaudia a radical transformação da cidade de “lagarta a borboleta”¹⁸ e entoava loas às “picaretas regeneradoras”, que iniciavam as demolições para a abertura da avenida Central.

No acervo coletivo da memória literária, menos conhecidos são os discursos sobre as metamorfoses da *urbs* produzidos por Arthur Azevedo. Dessa forma, entender esses outros “lugares de memórias”¹⁹ se faz importante na tentativa de apreensão dessa experiência urbana. Nesse esforço de empreender uma “etnografia histórica”²⁰ de *Guanabarina* e outros escritos da época, me inspiro principalmente nas ideias de Geertz (1989), combinadas às de Ginzburg (2007) e às de Darnton (1986).²¹

A inspiração de Ginzburg aguça a sensibilidade na identificação dos

¹³ Sobre essa questão, ver Dummont (2000) e Velho (2003).

¹⁴ Sobre a questão da capitalidade do Rio de Janeiro, ver Neves (1991).

¹⁵ Expressão retirada de Elias (1994). A partir da análise de manuais de etiqueta, o autor percebe que o comportamento do homem civilizado no Ocidente, mais especificamente na Europa, não é natural, mas fruto de um longo processo de transformação, em curso desde a Idade Média, que moldou as sensibilidades através de um longo “processo psíquico civilizador”. A intenção dessa elite brasileira era “moldar” através da educação e, caso preciso, da repressão, os comportamentos da massa.

¹⁶ Em *A memória coletiva*, Halbwachs (2006) mostra como a memória é construída na interlocução das consciências individuais e sociais. O testemunho individual só é possível ser localizado e enunciado, quando situado no “quadro de referências” coletivas.

¹⁷ Fotógrafo da diretoria geral de Obras e Viação da prefeitura. Cargo criado na gestão de Pereira Passos em junho de 1903.

¹⁸ Ver crônica de janeiro de 1904.

¹⁹ Nora (1984) afirma que, na sociedade ocidental, a memória deixou de pertencer ao grupo, em favor da história, que toma para si o legado de tornar os acontecimentos do passado públicos e lembrados, registrando-os e arquivando-os. Os lugares de memória passam a funcionar como suportes e assim registros como crônicas, caricaturas, notícias de jornais, fotos também podem ser considerados “lugares de memória”.

²⁰ Termo que tomo de empréstimo de El Far (2004).

²¹ A combinação entre Ginzburg e Darnton foi sugerida pelo artigo de Neves (1994).

fios, dos rastros e dos indícios que permitem compreender a experiência em outras épocas, além de sugerir metodologicamente formas de decifrar enigmas suscitados pelo objeto de pesquisa. Navegar pela ideia do “paradigma indiciário” alerta para a montagem do “quadro final”, possível após minuciosa investigação de fragmentos aparentemente não relevantes²². De Darnton e Geertz, tomo de empréstimo a natureza interpretativa e semiótica do estudo da cultura. Para Geertz, o significado da cultura é público e cabe ao antropólogo interpretar os significados da ação humana. Darnton propõe um “distanciamento” para as investigações de história cultural e sugere, como método, que se façam sempre novas perguntas ao material empírico. Pois, os valores e os códigos partilhados pelos que viveram em outras épocas são distintos dos nossos e não devem ser naturalizados.

No centro do palco: *Guanabarina* e sua metamorfose

Carrancismo: – Eu sou o Carrancismo. Esta (...) é a minha mulher, a Estupidez, e esta (...) nossa filha, a Ignorância. (...)
Satanás: – (...) Que motivos te trouxeram aqui? (...)
Carrancismo: – Durante muitos anos fui feliz (...) Dirigi longamente a administração municipal, fiquei nos ministérios (...) subi até o trono! (...) Um dia tive um desgosto profundo (...) *fizeram a lei de Treze de Maio* (...) Depois de proclamarem a República, julguei morrer de despeito (...) mas logo em seguida, cobrei ânimo: eles começaram todos a brigar uns com os outros (...) Quando ultimamente... (chora) (...) apareceram lá dois *desalmados*, um *ministro das obras públicas* e um *prefeito*, que entenderam *transformar* a cidade, fazer dela uma *capital moderna* (...) projetam melhor o porto... (...) [vão] edificar um teatro (...) e uma biblioteca, e uma escola de belas-artes; (...) querem alargar e prolongar as ruas... por jardins em toda a parte... embelezar Botafogo e o Canal do Mangue (...) Enfim, vão estragar-me o Rio! (...) Quero que envies (...) um mau gênio (...) que se oponha a todos esses projetos de melhoramentos... (...) que faça com que o Rio de Janeiro continue a ser a cidade das ruas sem sol, a capital da febre amarela e da tuberculose. (...) *Os costumes*

²² O “paradigma indiciário” é inspirado no crítico de arte Morelli e seu método de reconhecimento de um quadro falsificado pelos “pormenores mais negligenciáveis”; no pai da psicanálise Freud, que postula que a “verdade do sujeito” está no inconsciente, e no personagem Doyle, Sherlock Holmes que desvendava seus crimes a partir da observação de “indícios”, esquecidos na cena do crime (ver GINZBURG, 2007).

reformam-se, começa a haver sociabilidade. (...) Já há lá dois ou três automóveis (...) Senão fazes o que eu te peço, aquilo é capaz de civilizar-se (grifos meus) (Azevedo, 2002:977-1084).

Quais são as pistas que a epígrafe nos sugere na compreensão da experiência dos habitantes da capital federal em meio à reforma urbana, no início do século XX? A revista de ano *Guanabarina*, representada em 1906 – uma retrospectiva do ano de 1905 por Arthur Azevedo em parceria com Gastão Bousquet – expressa bem as tensões, as ambiguidades e os desejos da elite letrada em relação a uma das primeiras e principais transformações do espaço urbano no Rio de Janeiro: o bota-abaixo.

Guanabarina tematizava a luta entre o progresso e o carrancismo (carrança, na linguagem popular era um sujeito apegado ao passado). Nela, os dois condutores da peça: Guanabarina, a comadre símbolo do progresso, e Andrade, o compadre carrança²³, apresentam as transformações na capital federal. Após várias aventuras, Guanabarina transforma Andrade, e o progresso acaba por vencer o carrancismo, com a ajuda das “picaretas”. O tom é otimista, materializado pela cena final apoteótica: a visão noturna da recém-inaugurada avenida Central, feericamente iluminada. Cena que, literalmente, representava as luzes do progresso, pois a avenida, assim como a Beira-Mar, fora uma das primeiras vias públicas a contar permanentemente com iluminação elétrica²⁴, em substituição ao gás.

O primeiro a entrar em cena é o carrancismo, símbolo das atitudes que atrasam a execução dos melhoramentos planejados e conta com a politicagem no papel de vilã. Carrancismo declara ter feito uma pródiga carreira no Rio de Janeiro, mesmo depois da abolição da escravatura (seu primeiro golpe) e de proclamada a República (que no início se perdeu em meio a disputas políticas, por vezes sangrentas), mas agora pede ajuda a Satanás por ver seu reino ameaçado pelos “desalmados” que entraram no poder – isto é Rodrigues Alves e sua equipe.

A alusão, na peça, é clara, Rodrigues Alves e a equipe são desalmados para os carranças, por promoverem melhoramentos e embelezamentos no Rio de Janeiro, com intuito de transformar a capital federal em uma cidade moderna

²³ O compadre e a comadre, traduções do francês *compère* e *comère*, são fios condutores da revista de ano, aglutinam e dão sentido aos diversos quadros que compõem a revista (ver VENEZIANO, 1991).

²⁴ A partir de 1905. Embora a primeira aplicação da luz elétrica tenha se dado na estação Estrada de Ferro D. Pedro II, em 21 de fevereiro 1879, na presença de sua Majestade (Cf. LESA, 2005; DUNLOP, 2008 [1957]).

e civilizada. No subtexto, os autores pareciam acreditar que remodelar a cidade não seria mais apenas um sonho da elite letrada. Para eles a marcha do progresso era inexorável e no bojo das transformações materiais viriam as morais.

No prólogo da peça, Carrancismo pede providências a Satanás, que envia ao Rio de Janeiro um gênio, o Andrade, “com diabólicos intentos” de atrapalhar o ritmo do progresso. Para impedir o plano de Andrade, surge a fada Guanabarina. Juntos, eles transitam por toda a capital federal. Outro núcleo de personagens que aparece na peça é a família Barroso, composta por ele próprio, sua mulher Joana e sua filha Clarinha. A família Barroso se encontra de mudança, em pleno bota-abaixo, pois sua residência e negócio foram desapropriados pela prefeitura. Em meio à confusão, Joana conta ao marido ter recebido uma carta de D. Candoca, que conhecera em Cambuquira, avisando que ela e a família viriam de Nossa Senhora das Dores do Indaiá para visitá-los.

A família interiorana chega à capital federal à procura do antigo endereço dos Barroso. Aparecem Pimenta, D. Marciana (sua mulher), Candoca (sua filha), Menezes (seu genro) e Cazuza (seu filho mais novo) em meio a uma nuvem de poeira e escombros. A família interiorana se assusta: “Quedê casa? (...) Diz que mandárum botá as casa todas abaixo!”. Perguntaram, aqui e ali, para onde tinha se mudado o seu Barroso. Sem sucesso. Menezes resume: “Que ideia! (...) Pensa que isso aqui é Nossa Senhora das Dores do Indaiá? Aqui é uma Babilônia! Uns não sabem onde moram os outros” (AZEVEDO, 2002:1013).

A frase proferida por Menezes é ótima para se pensar as relações entre metrópole e individualismo. As grandes cidades – e o Rio de Janeiro era assim percebido pelos que vinham do interior – possuíam formas específicas, seja na organização geográfica de seu espaço, seja na forma de interação entre os seus habitantes, que as diferenciava significativamente das cidades pequenas. Em uma metrópole, vizinhos de porta não poderiam sequer se conhecer, como a peça sublinha: “uns não sabem onde moram os outros”. O estilo de vida urbano acionava outros códigos de sociabilidade e de interação social.

Aventurando-se pela cidade, os personagens interioranos encontram ícones materiais da modernidade, como o automóvel que assusta e impressiona: “Oto. Cumo é mesmo, Candoca? (..) É cumo se carro sem animá fosse mov[eé!]”. Em 25 de novembro de 1905, dez dias após a inauguração oficial da avenida Central, o grande símbolo da gestão Rodrigues Alves, a revista *O Malho* traz em sua capa uma ilustração de Lobão, intitulada “Vida Nova!”. A charge é ambientada na recém-inaugurada avenida e põe em destaque um automóvel com o presidente Rodrigues Alves, o ministro Lauro Müller e o engenheiro

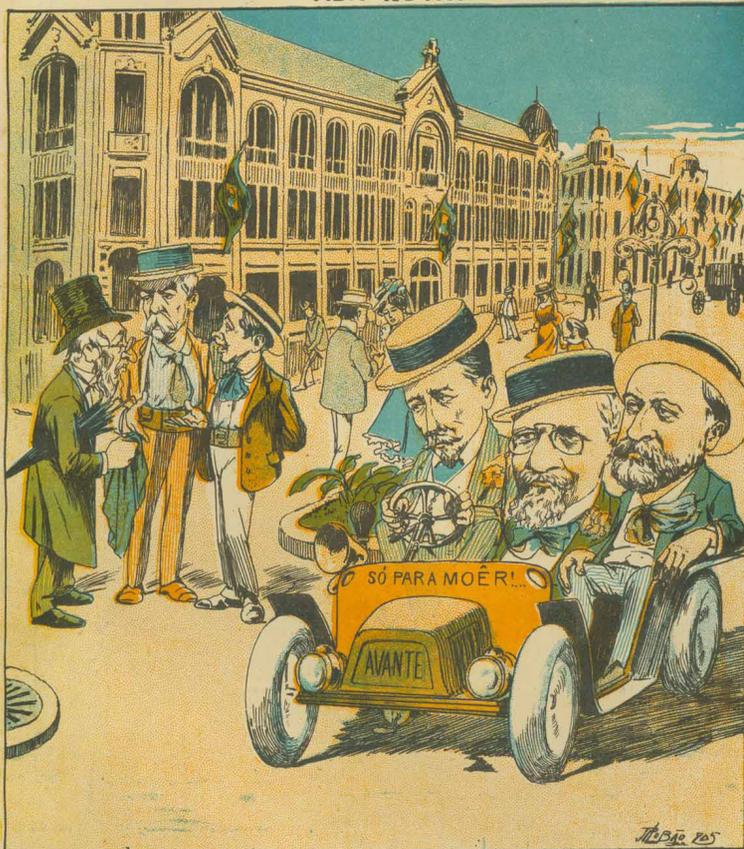
Paulo de Frontin. Ao fundo, aparecem retratados Pereira Passos (“o Prefeito”) e dois senhores (“Carrança” e “Zé Povo”) que se encontram de pé, a conversar na avenida. Ao longe, são mostrados edificações, postes de iluminação e transeuntes elegantemente trajados.

Em meio a essas imagens, conforme ilustração a seguir, Zé Povo diz:

(...) Aqui o respeitável mestre Carrança ainda não viu nada! Daqui a uns cinco anos é que ele verá o que é um Rio de Janeiro a meter no chinelo todas as capitais da América do Sul e muitas do resto do mundo. Ah! Eu agora tomei o gosto do progresso e não deixarei descansar nenhum governo... É pra frente, sempre! Ou vai ou racha!

O MALHO

VIDA NOVA!



O Carranço : — O chefe da Nação, o ministro Lauro, o Dr. Frontin... a passeiarem de automovel, em trajes leves, pela Avenida... por esta Avenida sem entranhas, que arrancou tantas tradições!... Onde se vio isto? Qual! Está tudo doido!

O Prefeito : — Homem! você é velho, mas olhe que eu sou do seu tempo e tanto acho que assim é que está direito, que faço a mesma coisa...

Ze Povo : — E faz muito bem! Aqui o respeitavel mestre Carranço ainda não vio nada! D'aqui a uns 5 annos é que elle verá o que é um Rio de Janeiro a metter no chinello todas as capitães da America do Sul e muitas do resto do mundo. Ah! eu agora tomei o gosto ao progresso e não deixarei descansar nenhum governo... E' p'ra frente, sempre! Ou vai ou racha!

Escriptorio e Redacção, Rua do Ouvidor, 132 Numero Avulso 300 rs.

Capa de *O Malho*, 25 de novembro de 1905. Rodrigues Alves, Lauro Müller e Paulo de Frontin em automóvel na avenida Central. Fonte: Coleção Plínio Doyle. Fundação Casa de Rui Barbosa.

Três anos antes da publicação da charge, em 15 de novembro de 1902, subia ao Palácio do Catete o presidente Rodrigues Alves, cuja meta de governo era o “saneamento da capital” e que, para isso, contou com o auxílio dos engenheiros Lauro Müller, Pereira Passos e do médico sanitarista Oswaldo Cruz. A avenida Central consistiu na vitrine da gestão de Rodrigues Alves. Sua construção teve início em 29 de fevereiro de 1904 e contou com duas inaugurações: a primeira em 7 de setembro de 1904, quando terminaram as demolições, e a segunda, oficial, em 15 de novembro de 1905²⁵. Note-se que as duas datas ajudavam a construir o imaginário de uma nação, eram respectivamente independência do Brasil e proclamação da República.

Guanabarina, logo após a inauguração da avenida Central, traz a elegante via como a própria apoteose do Rio de Janeiro, em sua visão noturna, deslumbrantemente iluminada. A charge de Lobão propõe uma chave de leitura semelhante, “Zé Povo” já previa como tal avenida lhe daria orgulho, pois tomara “gosto pelo progresso”. Porém, como atestaria o demolidor de Guanabarina, “o mais difícil não era colocar abaixo as paredes”, “mas os preconceitos”, ao menos na percepção dos cronistas e chargistas, como Arthur Azevedo e Lobão.

No entanto, que cidade era essa que Arthur Azevedo ajudava a construir através de seus textos? Uma cidade que crescia em população²⁶ e expandia em área geográfica ocupada²⁷. Uma cidade na qual, tomando de empréstimo Gilberto Freyre (2003[1936]), “a praça venceu o engenho, mas aos poucos”, o que possibilitou certa mobilidade social, como o surgimento de uma camada média e de uma pequena burguesia. Tal expansão permitiu a circulação e a emergência de ideias europeias, de novos estilos de vida e modos de sociabilidade, que, em consequência, afetaram os padrões familiares e as sensibilidades de seus habitantes.

É nessa urbe em transformação que a rua vai se tornando “palco” da urbanização e, junto com a imprensa, torna-se uma das “musas” da esfera pública. Rua moderna que vai deixando de ser apenas o local de escoamento e circulação de homens e escravos e passa a ganhar prestígio social, possibilitando, inclusive, maior liberdade feminina. Rua que retira a centralidade da casa e

²⁵ Cf. Rocha (1995); Santucci (2008); e Needel (1993).

²⁶ Vale destacar que o Rio de Janeiro explodiu demograficamente a partir do final do século XIX, aumentando o número de habitantes em 56,3% entre 1890 e 1906. Em 1906, a população da cidade alcançava 811 mil habitantes. A razão dessa explosão populacional foi a imigração estrangeira e a migração de moradores de outros estados (Cf. DAMAZIO, 1996).

²⁷ A expansão das linhas de bonde e das estradas de ferro interligou vários bairros, possibilitando uma ampliação na área ocupada em direção ao subúrbio e às regiões mais distantes (Ver Damazio, 1996).

encena uma das tensões candentes da modernidade: a clivagem entre o público e o privado. Rua que permitia a emergência de um novo estilo de vida: o “estilo de vida urbano” imbricado à modernidade²⁸.

Por essas ruas da cidade, Guanabarina e Andrade encontram diversos tipos urbanos. O primeiro a se apresentar é o “homem da moda”, caracterizado por um personagem que “atravessa a cena de calças claras, sapatos amarelos, chapéu-panamá, em mangas de camisa”, mas trazendo nos braços o paletó dobrado. Explica para a plateia seu figurino:

Nos Estados Unidos há muito que importantes personagens (...) andam nas ruas em manga de camisa com paletós em baixo dos braços, como se fazia com os sobretudos (...). Agora, aqui no Rio, houve quem tivesse a felicíssima ideia de lembrar isso a propósito da propaganda dos médicos em favor das toaletes leves. Eu homem da moda, não hesitei! (...) É o progresso! (AZEVEDO, 2002:1022).

Outro “tipo urbano”, ainda mais característico da *urbs*, são os mordedores, que faziam das ruas seu lócus para dar golpes em conhecidos e desconhecidos, sempre a pedir dinheiro, para a compra de alimentos ou de medicamentos, sob o pretexto de histórias tristes e inventadas: família doente, desemprego, infortúnios inesperados. Olavo Bilac, sob o pseudônimo Fantasio, descreve bem o ofício do mordedor em crônica publicada na *Kósmos* em agosto de 1906: “(...) Os mordedores são legião, e não se trata dos que mordem por necessidade, mas dos que mordem por ofício, (...) dos que estudam teórica e praticamente a ciência da dentada (...)”.

Arthur Azevedo relata divertidos casos de mordedores em seus escritos. O “mordedor”, conforme ironizava a fada Guanabarina, era um antigo “carranço” indestrutível. “Não há reforma que o reforme ou que o faça desaparecer.” Porém, nem todos os “tipos ociosos”²⁹ das ruas eram tão divertidos como os mordedores. Havia pelintras mais perniciosos.

A urbanização trazia o desenvolvimento, o progresso, mas também mostrava o seu lado perverso. Afinal, como nos mostrou Simmel (2005[1903]), a grande cidade produz as condições psicológicas de seus habitantes, que, ao contrário dos moradores das pequenas cidades, precisam lidar com uma quantidade infinita

²⁸ Cf. Velho (1995).

²⁹ É importante destacar que Arthur Azevedo partilhava de um etos burguês que valorizava o trabalho livre como fonte de progresso social. Um dos seus trabalhos em que a apologia ao trabalho, em negação ao ócio, fica mais evidente é na revista de ano, *O Bilontra* (1886).

de estímulos e interações. Esse “caráter blasé”, fenômeno adaptativo, típico dos habitantes das grandes cidades, traduz uma indiferenciação, que se cria diante da impossibilidade de reagir a tantas pressões externas. Mostrar-se indiferente ao outro, de certa forma, não deixa de ser um modo de preservar o *self*.

Arthur Azevedo também mostra como os tipos urbanos começam a criar suas “reservas”. Na pequena peça *Um moço bonito*³⁰, de 1907, D. Basília e a senhorita Bebê convidaram para entrar, em sua casa, um “moço bonito” que lhes deu carona de guarda-chuva, impressionadas com os bons modos e a boa aparência do rapaz. Nisso chega a casa o marido de D. Basília que vê o seu guarda-chuva, recentemente furtado nos correios, de posse do tal “moço bonito”. Ao perceber que o rapaz fora o autor da subtração, o marido avança e o moço bonito foge. O marido aproveita para alertar a esposa e a filha sobre os casos de “moços bonitos” que andam a furtar por aí, conforme jornais como *A Notícia* vinham publicando. E adverte: “Hoje no Rio de Janeiro é preciso ter muito cuidado”.

A multiplicidade de contatos e a falta de referências que forneças segurança e confiança nas interações são retratadas na minipeça descrita. Pode-se, assim, concluir que adaptar-se psicologicamente aos estímulos e aprender a localizar-se na cartografia da cidade são essenciais aos novos tempos.

Cai o pano

“(…) Bem sei que o próprio embelezamento da cidade se incumbirá de fazer, aos poucos, uma revolução nos costumes”, escreve Arthur Azevedo em sua crônica “Palestra” em *O Paiz* em 15 de setembro de 1906. Tal vaticínio era consonante com o bordão “O Rio Civiliza-se”, criado por Figueiredo Pimentel na coluna “O Binóculo” da *Gazeta de Notícias*³¹. A coluna, considerada um dos primórdios do colonismo social, flagrava o mundanismo carioca da rua do Ouvidor e das avenidas Central e Beira-Mar: as festas, as batalhas de flores, os corsos, as *toilettes* das damas e os figurinos dos *smarts* homens da moda.

E se, por um lado, na visão da elite letrada, da qual Arthur Azevedo fazia parte, a nova cidade convidava o *homo urbanus* à sociabilidade e ao voyerismo, tornando, dessa forma, o convívio social e a *performance* práticas essenciais à manutenção do mito da capital, como sublinhou Robert Pechman (2003), por outro ângulo, podia-se vislumbrar que nem todos estavam satisfeitos com tais

³⁰ Publicado em *O Século*, em 20 de novembro de 1907.

³¹ Cf. Broca (1956) e Edmundo (2003[1938]).

mudanças. Mesmo que ironizados de carranças por boa parte dos homens de letra e chargistas, aparece sempre um elemento dissonante que sugeria que nem sempre esses novos tempos agradavam a todos. Era o caso dos populares, que perderam suas casas com o bota-abaiço e seus rendimentos como ambulantes, com a proibição – em nome da higiene e dos bons costumes – da venda e circulação de várias mercadorias. E também era o caso de outras pessoas, pertencentes às camadas médias, que não se encantavam com tal progresso.

É o que nos diz o personagem Andrade na minipeça “Bons tempos”³² em conversa com a vizinha D. Joaquina:

Andrade: – Está então tomando um pouco de fresco à janela? (...) Felizmente *estes malucos* que *andaram a deitar a cidade abaixo e abrir avenidas* não alargaram esta rua!

Dona Joaquina: – (...) se fosse um pouco mais larga, não faria mal..

A.: – Não diga isso, Sra. D. Joaquina. Os antigos quando fizeram essa rua mostraram muita sabença. Com o nosso clima as ruas largas são um absurdo! Pois vê a Avenida Central? Que desastre! Tenho tanta raiva que lá não passo... (...) Tudo nesta terra está de pernas para o ar! (...) Chamam-me rabugento, *inimigo do progresso* (...)

Mesmo que no final da minipeça Arthur Azevedo passe sua mensagem pedagógica ao ridicularizar Andrade, através da ironia de D. Joaquina, que insinua que a atitude do vizinho em relação aos novos tempos é “burrice”; a resistência de Andrade deixa entrever que nem todos consideravam bons os novos tempos.

D.J.: – *Os tempos são outros*, Sr. Andrade: tudo mudou!...

A.: – Tudo, sra. D. Joaquina, tudo! Pois se já apareceu no Rio de Janeiro um homem cavalo! (...) Vi o retrato! Tem cabeça de homem e corpo de cavalo! (...) No nosso tempo, sra. D. Joaquina, não havia homens cavalos!

D.J.: – *Mas havia muitos homens burros* (Maliciosamente, bate de leve no ombro de Andrade). *E deixe lá: ainda não desapareceram todos.*

Enfim, mesmo considerando o caráter ficcional dos textos analisados, eles nos deixam rastros e pistas e são bons para se pensar a experiência de viver em determinada época. As contradições, os diversos modos de pensar, os conflitos

³² Publicada em *O Século*, coluna “Theatro a vapor”, em 15 de outubro de 1908.

na interação, a coexistência de mundos entre os personagens emergem do texto, produzindo, para o leitor, efeito de uma “Cena aberta”, repetindo a feliz expressão de Mencarelli (1999). Afinal, como escreveu João Ubaldo Ribeiro, “a literatura, como a vida, não é certinha”, “mostra contradições, reflete dilemas, exhibe defeitos, ilumina a existência humana (...)”³³.

Referências

ARAÚJO, Antonio Martins

(2009) *Artur Azevedo (centenário de morte de um escritor eterno)*. Rio de Janeiro: ABRAFIL.

(1988) *Arthur Azevedo: A palavra e o riso. Uma introdução aos processos lingüísticos de comicidade no teatro de Arthur Azevedo*. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: UFRJ.

AZEVEDO, Arthur

(2002[1906]) “Guanabarina”. In: *Teatro de Arthur Azevedo*. Volume 5. (Coleção Clássicos do Teatro Brasileiro). Rio de Janeiro: Funarte, p. 977-1084.

BAKHTIN, Mikail

(2008) *A cultura popular na idade média e no renascimento. O contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, Brasília: Editora Universidade de Brasília.

BECKER, Howard S.

(2009) *Falando da sociedade. Ensaios sobre as diferentes maneiras de Representar o social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

(1977) “Arte como ação coletiva”. In: _____. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 205-222.

BRANDÃO, Tânia

(2008) “Pum! Ou as surpresas do Sr. Artur Azevedo para o palco do século”. In: LEVIN, Orna & NEVES, Larissa (Orgs). *Teatro, Literatura*

e Imprensa na virada do Século. Homenagem a Artur Azevedo. Revista Remate de Males. Campinas: Departamento de Teoria Literária, Unicamp, Nº 28.1, p. 09-19.

BROCA, Brito

(1956) *A vida literária no Brasil - 1900*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.

BURKE, Peter

(1980) *Cultura popular na Idade Moderna. Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras.

CHARLE, Christophe

(2012). *A gênese da sociedade do espetáculo. Teatro em Paris, Londres e Viena*. São Paulo: Cia das Letras.

CHARTIER, Roger

(1995) “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico”. *Estudos Históricos*, nº. 16, p. 179-192.

COELHO, Teixeira

(1980) *O que é indústria cultural* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Editora Brasiliense.

EDMUNDO, Luiz

2003[1938] *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal.

EL FAR, Alessandra

(2004) *Páginas de Sensação. Literatura popular*

³³ Em “Por que não reescrevem tudo?”, publicado no jornal *O Globo* em 7 de novembro de 2010.

- e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das letras.
- ELIAS, Norberto
(1994) *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- DAMAZIO, Sylvia F.
(1996) *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUERj.
- DARNTON, Robert
(1986) *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal.
- DUMMONT, Louis
(2000) *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DUNLOP, C. J.
2008[1957] *Subsídios para a História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Imperial Novo Milênio.
- FARIA, João Roberto
(2001) *Ideias teatrais. O Século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP.
- FREYRE, Gilberto
2003[1936] *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Editora Global.
- GEERTZ, Clifford
(1989) *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- GINZBURG, Carlo
(2007) "Sinais: Raízes de um paradigma indiciário". In: _____. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143-179.
- HALBAWACHS, Maurice
(2006) *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- LESSA, Carlos
(2005) *O Rio de todos os Brasis (Uma reflexão em busca da autoestima)*. Rio de Janeiro: Record.
- MAGALDI, Sábato
(2008) "Permanência de Artur Azevedo". In: _____. *Teatro em foco*. São Paulo: Perspectiva, p. 10-22.
- MAGALHÃES JR., Raimundo
(1966) *Arthur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARZANO, Andrea
(2010) "A magia dos palcos: o teatro no Rio de Janeiro". In: MARZANO, Andrea & MELO, Victor Andrade de. *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, p. 97-123.
- MENCARELLI, Fernando Antonio
(1999) *Cena Aberta. A absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas: Editora Unicamp.
- MÉRIAN, Jean-Yves
(1988) *Aluísio Azevedo. Vida e Obra (1857-1913). O verdadeiro Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Brasília: INL.
- (1977) "Artur Azevedo, journaliste, témoin de son temps". In: _____. *Études portugaises et brésiliennes (nouvelle série-1)*, Centre D'Études Hispaniques, Hispano-Américaines et Luso-Brésiliennes, Université de Haute Bretagne, p. 55-97.
- NEEDEL, Jeffrey
(1993) *Belle Époque Tropical*. São Paulo, Companhia das Letras.
- NEVES, Margarida de Souza
(1994) O povo na rua: um "Conto de duas cidades". In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 135-155.
- (1991) "Brasil, acertai vossos ponteiros". *MAST* (org). Rio de Janeiro: Mast, p. 53-85.
- NORA, Pierre
(1984) *Les lieux de mémoire - La République*. Paris: Guallimard.
- PAIVA, Salvyano Cavalcanti de
(1991) *Viva o rebolado: vida e morte do teatro de revista brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- PAVIS, Patrice
(2008) *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Perspectiva.
- PECHMAN, Robert Moses
(2003) "De cidades e incividades". *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas/UERJ, p. 31-40.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy
(2002) *O Imaginário da cidade. Visões literárias do urbano*. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- (1995) "Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p. 279-290.
- PRADO, Décio de Almeida
(2008) *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: Edusp.
- (1986) "Do Tribofe à Capital Federal". In: AZEVEDO, Arthur. *O Tribofe* (notas e estudo lingüístico de Rachel Valença). Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 255-281.
- (1971)[1955]. "A Evolução da literatura dramática". In: COUTINHO, Afrânio (Org.) *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, p. 07-37.
- ROCHA, Oswaldo Porto
(1995) *A era das demolições. Cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
- RUIZ, Roberto
(1988) *O teatro de revista no Brasil. Das origens a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: INACEN
- SANTUCCI, Jane
(2008) *Cidade Rebelde. As revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- SEIDL, Roberto
(1937) *Artur Azevedo. Ensaio Bio-bibliográfico*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- SICILIANO, Tatiana Oliveira
(2011) *O Rio que passa por Arthur Azevedo: Cotidiano e vida urbana na Capital Federal da alvorada do século XX*. Tese (doutorado em Antropologia Social), Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ.
- SIMMEL, Georg
(2005[1903]) "As grandes cidades e a vida do espírito". *Mana*, Rio de Janeiro, nº 11(2), p. 577-591.
- SÜSSEKIND, Flora
(1986) *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa.
- THOMPSON, Edward Palmer
(2002) *Os românticos. A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- (1993) *Witness against the beast. Willian Blake and the moral law*. New York: The New Press.
- VELHO, Gilberto
(2003) *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- (2001) "Biografia, trajetória e mediação". In: VELHO, Gilberto & KUSHINIR, Karina. *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, p. 15-28.
- (1995) "Estilo de vida urbano e modernidade". *Estudos Históricos*, vol. 8, nº 16. Rio de Janeiro, p. 227-234.
- VENEZIANO, Neyde
(1991) *O teatro de revista no Brasil. Dramaturgia e convenções*. Campinas: São Paulo, Pontes: Editora da Unicamp.

Recebido em

julho de 2012

Aprovado em

setembro de 2012

Bases histórico-conceituais para a crítica cinematográfica não representacional: questões de ordem ontológica

Alessandro Zir*

Resumo

Uma corrente importante da crítica cinematográfica contemporânea busca entender o cinema como força destabilizadora das nossas malhas meramente conceituais de entendimento da realidade. No Brasil, tal corrente pode ser associada ao trabalho de autores como Ismail Xavier e André Parente. Este ensaio tem por objetivo discutir questões de ordem ontológica que dão as bases histórico-conceituais desse tipo de crítica. Traça-se um panorama teórico em que tais questões ganham sentido e termina-se com considerações a respeito dos conceitos de imagem-afeição e imagem-pulsão na obra de Gilles Deleuze.

Palavras-chave

Representação. Ontologia. Cinema.

Abstract

A significant perspective in contemporary cinematographic criticism aims to understand cinema as a force destabilizing the merely conceptual nets we use to make sense of reality. In Brazil, this perspective might be associated with the works of Ismail Xavier and André Parente. This essay aims to discuss ontological issues that set the historic and theoretical grounds of this kind of criticism. The essay draws a theoretical panorama in which these issues acquire their significance, and ends with an analysis of Gilles Deleuze's concepts of image-affection and image-drive (*image-pulsion*).

Key Words

Representation. Ontology. Cinema.

* Doutor pelo Interdisciplinary PhD Program da Dalhousie University (Halifax/Canadá) e professor do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas (Pelotas/Brasil). E-mail: azir@dal.ca.

A abordagem não representacional do cinema

Abordagens não representacionais da experiência cinematográfica, no sentido entendido neste artigo, podem ser definidas como aquelas que, para usar palavras de Ismail Xavier, permitem pensar o cinema como uma espécie de “orquestração” de sons e imagens que fala “da crise do sujeito” e provoca choques em diferentes direções conceituais e poéticas (XAVIER, 2004:11)¹. Além disso, em vista das relações existentes entre a referida crise do sujeito e escatologia, abordagens não representacionais da experiência cinematográfica permitem pensar também a questão que, no dizer do próprio Xavier, é central ao cinema brasileiro desde *Deus e o diabo na terra do sol* (1964): o messianismo (XAVIER, 2004:16; 2006:26). Pode-se dizer que o cinema é messiânico quando nos aponta rupturas na forma como o sujeito estrutura a sua relação com outros sujeitos e objetos no mundo moderno da disponibilidade técnica. É essa conexão existente entre crise do sujeito e escatologia que exigiria uma retomada de questões de ordem ontológica – exigência que parece ser em boa medida reconhecida por autores como Ismail Xavier², mas cujo sentido e alcance ainda se tem dificuldade de pensar, não apenas nos ambientes jornalísticos em que a crítica de cinema é usualmente exercida, mas inclusive no ambiente acadêmico.

Um mote como o de *Deus e o diabo na terra do sol*, “que o sertão vire mar e o mar vire sertão”, para além do seu significado político mais imediato, sugere um questionamento de dicotomias que estão no cerne da forma como a realidade se apresenta, e é por nós representada. Em vista de exemplos como esse, e considerando as ideias do próprio Glauber Rocha sobre o “cinema de autor”, inspiradas em grande parte nas ideias de Andre Bazin e da *nouvelle vague*, Xavier aponta para uma dimensão “ontológica” do cinema, valendo-se de um termo que é explicitamente utilizado por esses cineastas e críticos (XAVIER, 1983:62-67; 111-119; cf. ROCHA, 1963; cf. BAZIN, 2011:9-19).

¹ O termo “poético” é utilizado por Xavier sem que ele apresente uma definição. Mas na sua argumentação fica certamente implícita a etimologia do termo, que extrapola o seu significado mais usual e restrito de poesia enquanto um ramo da literatura. *Poiesis* vincula-se em primeiro lugar ao que se poderia chamar de produção. Trata-se da arte (*techné*) de produzir algo que não estava presente — uma arte de produzir que pode ser relacionada à forma como a própria natureza (*physis*), em última instância, produz os seres e as coisas na realidade que nos é dada (HEIDEGGER, 2000).

² Doutor pelo Interdisciplinary PhD Program da Dalhousie University (Halifax/Canadá) e professor do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas (Pelotas/Brasil). E-mail: azir@dal.ca.

³ Numa publicação mais recente, Xavier retoma a questão da alegoria no cinema tal como proposta em seus trabalhos anteriores, e sobre a qual ele agora discorre em termos de “expressão da catástrofe” ou “narrativa de fundação”. Ele então caracteriza *Deus e o diabo* como filme alegórico nesse segundo sentido (2012:18; 33-35). Pensamos que em ambos os casos permanece implícita ainda a questão da crise do sujeito. Uma narrativa de fundação, de perspectiva teleológica, é uma tentativa de resposta (mesmo se ilusória) a essa crise.

Desde *Sertão Mar* (1983), Ismael Xavier tem procurado apontar outros caminhos para o entendimento da obra de Glauber Rocha para além de uma análise ideológica da “mensagem” dos filmes e dos compromissos político-ideológicos do diretor. Naquele livro, Xavier rompia explicitamente com a hipótese interpretativa tradicional de filmes como *Barravento* (1982) em termos de uma crítica dialética à cultura popular:

Ao analisar com mais cuidado o filme *Barravento*, percebi o quanto a leitura marcada pelo conteúdo “crítica à alienação religiosa” era seletiva, podendo apenas dar conta de certos aspectos do enredo e de uma parcela dos diálogos, minimizando os problemas colocados pela composição da imagem. (XAVIER, 1983:19)

Mas embora não seja nova, a perspectiva não representacional em estudos de cinema ainda tem um estatuto bem mais precário que o da crítica tradicional (em termos de ideologia), e não está livre de uma série de confusões de ordem conceitual. Bem mais recentemente, André Parente, por exemplo, esforçou-se por salientar que um enfoque não representacional não significa necessariamente o abandono da noção de narratividade. Na perspectiva apresentada por Parente, que trabalhou diretamente com Gilles Deleuze sobre muitas das questões aqui levantadas, não representacional não seria equivalente a não narrativo. Um filme pode ser não representacional *e* narrativo. Nesse sentido, Parente faz um resgate da noção blanchotiana de uma “narrativa neutra”, que é, em última instância, idêntica àquilo que aqui denominamos de não representacional: *uma narrativa* que desestabiliza nossas malhas subjetivo-conceituais de entendimento da realidade, portanto, uma narrativa não representacional (PARENTE, 2000:37ff, 41, 73-74; cf. BIDENT, 1998:126, 208, 441, 445; BLANCHOT, 1955: 136, 191, 194-95, 197-98, 240, 323; BLANCHOT, 1959:202-203).

O que está principalmente em jogo, como apontado por Parente, não é a narração, mas uma concepção linguística representacional da narração. Parece, entretanto, ao contrário do que dá a entender Parente (2000:42-3), que esse é exatamente o ponto defendido por Deleuze. A oposição entre Deleuze e Blanchot, subjacente ao discurso de Parente, seria assim enganosa. E tal engano pode ser desfeito quando se aprofundam questões de ordem ontológica que estão na base da crítica ao representacionismo (entendido ou não como narrativo) desenvolvida por autores como Blanchot *e* Deleuze, que podem ser inseridos (ambos) em um movimento mais amplo daquilo que aqui se denomina crítica à metafísica da subjetividade, que é o que nos permite

entrevier com mais clareza, por exemplo, a conexão entre crise do sujeito e escatologia histórica³.

Outra confusão diz respeito a quais seriam os elementos intrínsecos à experiência cinematográfica que permitem de fato pensar, conforme a ênfase que lhes for dada (em detrimento de aspectos ideológico-conceituais), o cinema como arte não representacional — como aquilo que nos permite um acesso às ruínas da crise do sujeito. O que parece fazer de certos filmes de Glauber Rocha marcos do cinema nacional, e uma fonte perene de perturbação, tem a ver com a capacidade desse diretor de sentir e articular potencialidades desconstrutivas já inscritas na história do cinema desde os seus períodos mais iniciais — por exemplo, a possibilidade de trabalhar o desdobramento de uma imagem no tempo, e separá-la ou sobrepô-la a outras imagens, gerando sensações visuais de uma ordem tátil, que subtraem sujeitos e coisas das suas malhas de estruturação conceitual. Questões mais contemporâneas, como aquelas relacionadas à substituição de mídias analógicas por mídias digitais, são transversais à discussão aqui proposta. Essa discussão, em contrapartida, poderia conferir-lhes maior substância. Não é claro em que medida o simples barateamento e massificação das possibilidades de produção e recepção de filmes (que remontam ao aparecimento das antigas fitas de VHS, complicando-se um pouco mais, atualmente, com a introdução das mídias e tecnologias digitais em aparelhos como celulares e iPods) represente um verdadeiro avanço, do ponto de vista da experiência cinematográfica e suas possibilidades históricas, com relação à utilização da película fílmica e dos ambientes tradicionais de projeção (GODARD, *Meetin' WA*; cf. LYNCH, 2010). O foco de boa parte da discussão acadêmica (para além das questões tradicionais de ordem ideológica) em questões de democratização das mídias tem um apelo que poderia ser desmascarado como demagógico em vista de outras potencialidades mais radicais, difíceis de pensar, de um cinema que não poderia deixar de ser, sob pena de trair suas próprias promessas, consideravelmente elitista.

Panorama histórico da abordagem não representacional

A crítica ao representacionismo e sua base ontológica

Já a partir do final do século XIX, a crítica ao representacionismo cristaliza-se como um dos pilares da reflexão de vanguarda sobre a linguagem e a economia

³ Sobre a importância de conceitos blanchotianos como “neutro”, ver, por exemplo, as várias referências a Blanchot em Deleuze, 1969:179, 182-183, 258-59; 1988:141; 1983:196.

(no caso dessa última, especialmente no que diz respeito às trocas de bens simbólicos e culturais). Seria possível articulá-la, por exemplo, a partir de pelo menos dois vieses inter-relacionáveis:

- (A) as teses da primazia da metáfora, tal como defendidas por diversos autores, de Giambattista Vico (ainda no século XVIII) a Jacques Derrida, passando por Friedrich Nietzsche (Cf. ZIR, 2009; 2003). Por um lado, tais teses têm raízes em discussões de longa data em retórica e filosofia, mas vinculam-se mais fundamentalmente a desenvolvimentos em campos de saber bem mais recentes e especializados, como a filologia e a linguística. A concepção de Ferdinand de Saussure da linguagem como sistema de valores articulando diferenças negativas sugere uma instabilidade fundamental nas noções de significante e de significado (bem como na relação entre eles) que pode ser correlacionada a perspectivas filosóficas, mas de cunho eminentemente filológico, como aquelas defendidas por Vico e Nietzsche. De fato, um autor como Derrida, em suas reflexões sobre o tema, faz uso tanto de Nietzsche como de Saussure (DERRIDA, 1972; 1967a:77; SAUSSURE, 1976:150-66). Num caminho paralelo que remonta às teses da primazia da metáfora em língua inglesa, desenvolvidas por autores como Anthony Richards e Max Black, esse conjunto relacionado de ideias vai emergir diretamente na área da comunicação com um autor como Marshall McLuhan (RICHARDS, 1981; BLACK, 1981; MCLUHAN, 1964)⁴.
- (B) as teorias simbólicas sobre o consumo conspícuo e a troca que remontam a autores como Thorstein Veblen e Marcel Mauss. Segundo tais teorias, as trocas e o consumo não visam apenas à aquisição utilitária e racional de bens materiais para satisfação de supostas necessidades previamente dadas. Existiria algo de intrinsecamente excessivo na troca e no consumo, denominado por Georges Bataille de *dépense improductive*, que impossibilita a caracterização desses processos sociais em termos meramente representacionais. Em outras palavras, não há medida comum para representar (num sistema econômico, com relação a outros bens) o valor de dispêndio de determinados objetos que constantemente fundam e desorganizam os mecanismos de troca: por exemplo, os objetos oferecidos em cerimônias de *pottlatch*, as obras de arte, e também o salário de um jogador de futebol, o vestido utilizado por uma atriz na noite de entrega de um prêmio. Chega-se assim, em economia, a um resultado semelhante ao que se chegara na linguística, tal como é reconhecido por Lévi-Strauss em seu ensaio introdutório à obra de Marcel Mauss (LÉVI-STRAUSS, 1966)⁵. Jean Baudrillard (1970) é talvez o autor que mais bem articula esse conjunto de ideias no que diz respeito a uma reflexão crítica sobre o papel dos meios de comunicação na sociedade contemporânea. Nessa perspectiva,

⁴ Quanto à influência das ideias de Richards sobre McLuhan, ver Gordon, 1997:149-50.

⁵ Deleuze faz referência a esse ensaio, correlacionando as ideias nele desenvolvidas por Lévi-Strauss à noção (de origem saussuriana) de uma instabilidade originária entre significante e significado (aludida por nós no parágrafo anterior) (DELEUZE, 1969:63, 88-89). Sobre os limites, no que diz respeito a essa perspectiva, da crítica marxista tradicional ao valor de troca, ver, por exemplo, Agamben, 2011:57.

a indústria cinematográfica pode ser pensada como produtora de bens cujo valor simbólico ou de dispêndio funda, excede e desestabiliza o valor (de uso e de troca) de outros bens materiais e culturais num sistema econômico.

É preciso notar que, em ambos os vieses, a crítica ao representacionismo não se faz a partir de uma perspectiva subjetivista. Pelo contrário, tal crítica parte da constatação de um excesso *estrutural* operando no cerne da linguagem e dos mecanismos de troca e consumo. Esse excesso é aquilo que se referiu nos dois últimos parágrafos como (A) uma instabilidade fundamental nas noções de significante e de significado (bem como na relação entre eles), e (B) uma desmesura simbólica que estaria na origem dos processos de consumo e de troca e impossibilitaria o entendimento desses processos em termos meramente econômicos (de otimização utilitária de meios com relação a fins pré-estabelecidos)⁶.

Quando assim caracterizada, a crítica ao representacionismo pode ser em boa parte entendida, inclusive, como uma abertura e retomada de questões de ordem ontológica que emergem nos limites daquilo que, a partir de Heidegger, se convencionou chamar de “metafísica da subjetividade”. Tal metafísica, que imperaria no Ocidente depois de Descartes (mas tem raízes que remontam à metafísica aristotélica), tende a reduzir os entes a objetos permutáveis dentro de um sistema cuja base é constituída pelo sujeito de conhecimento. No entanto, é um desdobramento da metafísica da subjetividade que, com o desenvolvimento cada vez mais acentuado das técnicas modernas de controle, o próprio sujeito de conhecimento perca sua posição privilegiada, enquanto fundador do sistema, e acabe deslocado como um mero objeto entre outros (HEIDEGGER, 2000; 1961, vol. 1: 498-99, 505-506; vol. 2: 24-29, 61-62, 128-129, 142, 421-436, 450-454)⁷.

O sujeito não é mais aquele que determina o valor, assim como a atriz corre o risco de acabar valendo menos que o próprio vestido usado na cerimônia de lançamento de um filme. Nessa passagem, a metafísica da subjetividade como que aponta para a sua própria superação que se dá concomitante à emergência de questões de ordem ontológica que extrapolam os limites da representação bem como do sujeito de conhecimento. Pensadores como Theodor Adorno

⁶ Nesse sentido, pode-se dizer também que a crítica pós-/neoestruturalista apenas leva aos limites aquilo que de certa forma já havia sido constatado pelas teorias estruturalistas clássicas, como a linguística de Saussure e as análises (de base durkheimiana) sobre a troca feitas por Marcel Mauss.

⁷ Ver também as referências de Deleuze a Heidegger, no que diz respeito a uma concepção do universo como uma série de dobras dentro de dobras, ou diferenças que se diferenciam, concepção que atesta, justamente, os limites de uma metafísica da subjetividade e da representação (DELEUZE, 1988:16, 124, 131). Para uma análise mais detida da questão da crítica à metafísica da subjetividade, considerando também a obra de autores de tradição filosófica mais analítica como Richard Rorty e Ian Hacking, ver Zir (2003).

e Walter Benjamin, numa perspectiva que vai muito além do marxismo, vão apontar para o mesmo tipo de crise. Para eles, as obras de arte modernas e até mesmo os bens da indústria cultural são como ruínas, ou o brilho de fogos de artifício que, ao se desfazerem, apontam para significados e valores que não podiam ser antevistos no horizonte previamente estabelecido pelos sujeitos que os produzem ou consomem (ADORNO, 1973:49)⁸.

É nesse sentido que se aludiu, na primeira parte deste artigo, às relações existentes entre crise do sujeito, isto é, crítica à metafísica da subjetividade, escatologia, e messianismo. E acredita-se aqui que o debate em torno de temas como esse tenha uma relevância imediata para a área da comunicação social e os estudos sobre o cinema — relevância até certo ponto reconhecida, mas cujas bases e implicações estão longe de terem sido suficientemente exploradas. Pode-se referir, como um exemplo nesse sentido, ao artigo de Ismael Xavier sobre o filme *Bom dia, Babilônia* (1987) dos irmãos Taviani. Ali, Xavier procura compreender certa tensão existente na caracterização do cinema hollywoodiano feita pelos Taviani naquele filme, em termos da escatologia histórica de Walter Benjamin. Como se está tentando mostrar aqui, a escatologia histórica envolve uma série de questões que obviamente Xavier não teria condições de desenvolver ao longo do seu artigo. Se o leitor do artigo, em contrapartida, deixa de ter em mente tais questões, ele perde de vista o horizonte em que pode verdadeiramente fazer sentido a análise apresentada por Xavier, o qual não é sequer aquele tradicionalmente demarcado para o discurso das ciências humanas. Ele é, aliás, o horizonte em que a legitimidade das ciências humanas é subvertida (XAVIER, 1999:136; cf. WOLIN, 1982:10; cf. MCBRIDE, 1989).⁹ É nesse sentido que uma consideração

⁸ Não se pretende sugerir aqui que as posições de Adorno e Benjamin sejam a mesma de Heidegger. Sabe-se que Adorno e Benjamin eles próprios têm posições em última instância divergentes no que diz respeito ao significado histórico das vanguardas artísticas e da indústria cultural. Mas existe um fundo comum às ideias desses autores que diz respeito, em última instância, a uma crítica à metafísica ocidental moderna, e sua fundamentação epistêmica (em um sujeito de conhecimento). Essa crítica é um traço característico do pensamento europeu do final do século XIX e início do século XX, que aparece também na obra de outros autores como o primeiro Georg Lukacs, Ludwig Klages e Henri Bergson. Para uma síntese da perspectiva heideggeriana, ver, por exemplo, Heidegger, 1971:36-38, 110-111, 114. Para uma contraposição entre o que seria uma escatologia heideggeriana e uma escatologia judaica, ver Derrida, 1967b:200-213. Gilles Deleuze, por outro lado, aponta para uma correlação fundamental entre as concepções de Heidegger e Bergson sobre o tempo, a qual implicaria uma abertura e subversão da concepção tradicional de subjetividade e representação: Deleuze, 1983:20, n. 14; cf. Heidegger, 1991:134-56, 173-88. Sobre certa afinidade da fenomenologia husserliana com a crítica à tradição metafísica empreendida por autores como Nietzsche e Bergson, e também sobre os limites da fenomenologia nesse mesmo sentido, tal como explicitados sobretudo na obra de Heidegger, ver Derrida, 1967c:25-27, cf. 82-83, 90-94.

⁹ Em *Alegorias do subdesenvolvimento*, Xavier retoma essas questões, e desenvolve de forma mais contundente uma análise própria sobre a noção benjaminiana de alegoria, que ele busca de certa forma distinguir de perspectivas desconstrutivas ligadas a autores franceses (2012:457). Esse ponto da sua argumentação, entretanto, não nos parece inteiramente convincente. Uma análise, a nosso ver, excelente da noção

do panorama histórico-conceitual aqui apresentado estaria ainda na ordem do dia. O mesmo se pode dizer de um confronto mais efetivo com obras seminais e específicas sobre o cinema, que embora de peso são muito pouco estudadas, como aquela escrita por Gilles Deleuze.

A reflexão de Gilles Deleuze sobre o cinema

Gilles Deleuze talvez tenha sido o autor que mais bem refletiu sobre o cinema dentro do panorama histórico-conceitual anteriormente referido, de uma crítica escatológico-messiânica ao representacionismo e à metafísica da subjetividade.

Para Deleuze, por uma captação do instante qualquer (quer dizer, de instantes equidistantes) que leva à produção de imagens-movimento e de imagens-tempo, o cinema extrapolaria a esfera de abstração subjetiva, viabilizando um contato com a produção concreta daquilo que é singular (1983:9-23)¹⁰. Quer dizer, um filme não é apenas uma sucessão de instantâneos (de imagens de instantes) organizados de fora por um diretor (em conjunto com uma equipe), mas o resultado qualitativo de um tipo de junção que, ao mesmo tempo que reúne, libera o material trabalhado naquilo que ele tem de mais idiossincrático. As metáforas químicas são aqui mais esclarecedoras que as mecânicas. O diretor e a equipe, bem como o espectador (à medida que ele recria a obra ao assisti-la), partem de imagens e sons que têm de organizar de dada maneira, não apenas subsumindo esses elementos visuais e sonoros a uma ideia abstrata, mas considerando o que cada um desses elementos tem de característico, em vista da emergência de um todo, de uma obra, cujo caráter, o resultado final, é em grande parte inusitado e imprevisto, e modifica (transfigura) os próprios elementos que lhe são constitutivos.

Daí a importância do que é fragmentário e descontínuo na experiência cinematográfica moderna.¹¹ Em termos do jargão deleuzeano, o cinema

benjaminiana de alegoria pode ser encontrada no livro de Haroldo de Campos cujo título faz referência justamente a Glauber Rocha: *Deus e o Diabo no Fausto de Goethe* (2008:131-32). Sobre a relação entre crise da metafísica da subjetividade e crise do humanismo, sobretudo no que diz respeito ao estatuto precário das ciências humanas para um confronto com essas questões, ver principalmente Foucault (1966), e outros textos como Kristeva (1981:9-10).

¹⁰ As noções deleuzianas de imagem-movimento e imagem-tempo são referidas por Xavier (2012:324, n. 3).

¹¹ Importância que tem sido reconhecida por autores como Xavier, por exemplo, em suas análises sobre os documentários de Eduardo Coutinho: “Tanto os filmes quanto à crítica a eles afinada ressaltaram que o ponto decisivo é a ‘poeira’ que se levantava no caminho, a força de cada episódio, o que há de revelador em cada instante de vida (onde podem emergir os dados que escapam à racionalidade da concatenação), dentro do que pode ser uma série descontínua, até arbitrária, de experiências. Em consonância, o que se fez foi explorar o esgarçamento da narrativa, a perambulação, os impasses, a impotência da ação, ativando uma sensibilidade ao fragmento, ao que se esboça mas não termina. Consagrando o instante...” (2004:182). Na página seguinte,

permitiria uma apreensão de *durações* — isto é, no sentido bergsoniano retomado por Deleuze, de diferenças imanentes constituindo a essência das coisas numa ontologia inter-relacional complexa, para além da experiência meramente psicológica de um sujeito, para além daquilo que o sujeito consegue conceituar, de forma mais ou menos clara e distinta. Por exemplo, em *Deus e o diabo na terra do sol*, na longa panorâmica que marca o primeiro encontro entre Rosa (Yoná Magalhães) e Dadá (Sônia dos Humildes), há uma espécie de desaceleração que intensifica o movimento de Dadá na direção de Rosa, e o olhar que as duas personagens lançam uma em direção à outra. Os rostos estão em close, planando sobre um fundo denso e desfocado. A passagem é silenciosa. O movimento das duas é como que recapturado e desdobrado no movimento do cego que, vindo na direção contrária (de Dadá), passa num terceiro plano, por trás das duas, e depois por trás de um quarto personagem (sem importância para a narrativa, e imóvel como uma pedra na paisagem). Essa desaceleração intensiva dura até que o cego, por fim, se dirige a Corisco (Othon Bastos), e o som da sua voz nos traz de volta ao tempo ordinário da narrativa.

Nesses poucos segundos, determina-se a virada de toda a história, quando Manuel (Geraldo Del Rey) passa da tutela de São Sebastião para a tutela de Corisco. Porém, esses segundos não são apenas um elo entre duas partes previamente determinadas de um roteiro, tal como elas poderiam ser de antemão explicadas ao espectador, ou concebidas na mente de Glauber. O elo inevitavelmente colore tudo o que vem depois, para além do que poderia estar escrito no roteiro. Ele efetivamente *contamina* (metáfora química, biológica, que aqui se entende de forma literal) a continuação da narrativa, que já não pode mais ser entendida sem essa referência a uma cumplicidade profunda e misteriosa entre as duas personagens (Rosa e Dadá), que o filme apenas mostra, jamais explicita e seria muito difícil conceituar. É nesse sentido que se deve entender a ideia de Deleuze de que o cinema é mais do que uma sucessão de cortes imóveis num todo fechado, mas um corte móvel, quer dizer, uma mudança qualitativa, num todo que é aberto, e nunca inteiramente dado para o sujeito¹². O que acontece entre Rosa e

o autor continua: “a composição da cena e sua duração buscam potencializar a força do instante; produzir, no encontro, a irrupção de uma experiência não domesticada pelo discurso, algo que, apesar da montagem e seus fluxos de sentido, retém um quê de irredutível...” (*Ibid.*:183).

¹² A definição de Deleuze corresponde à célebre análise feita por Bergson de exemplo da passagem da água com açúcar à água açucarada, em *L'évolution créatrice*. Existe um ponto de mudança qualitativa irredutível, que é aquele que se atinge quando a água deixa de ser água com açúcar e passa a ser água açucarada. Esse ponto não pode ser explicado de forma mecânica como uma mera alteração das partes de um conjunto fechado (visto de fora por um sujeito). Ele é uma alteração qualitativa de um todo, aberto para o tempo (e que portanto inclui o sujeito que o observa) — um todo que se transforma, ele mesmo, em outra coisa: de água com açúcar para água açucarada (DELEUZE, 1983:19, 21).

Dadá naqueles poucos segundos determina e transforma tudo que vai vir depois na filmagem (bem como na projeção), repercute sobre o que vinha antes, e faz do filme uma singularidade que tem algo de opaco e irreduzível à análise. Esse resultado se aproximaria em boa medida do “simbólico” nos termos definidos mais recentemente por Xavier. Contudo, é preciso enfatizar que sua expressão não se dá mediada por conceitos (não é algo de uma ordem representacional) (2012:453)¹³.

Em *Limage-mouvement* (1983) e *Limage-temps* (1985), Deleuze propõe uma nova taxonomia das imagens e dos signos cinematográficos, que ele elabora a partir de uma reflexão sobre a história do cinema e as obras dos seus principais diretores. Nessa reflexão, ele considera criticamente ideias lançadas pela *nouvelle vague* e André Bazin, que servem de base também, como vimos, às concepções estéticas de diretores como Glauber Rocha. Nesse projeto, Deleuze não apenas retoma e repensa a terminologia clássica de análise do fenômeno cinematográfico em termos, por exemplo, de planos, enquadramentos, cortes, montagem, campo e contracampo, como propõe novas categorias como as de imagem-afeição e imagem-pulsão (*Limage-mouvement*: 96-97, 173-195). Pode-se pensar que o principal motivo por que essas categorias têm sido mal aproveitadas pela crítica, dentro e fora da academia, deve-se à dificuldade de se lidar com as questões de ordem ontológica que elas necessariamente pressupõem e implicam, relativas à crise do sujeito e a uma escatologia histórica.

As imagens-afeição e as imagens-pulsão não diriam respeito diretamente a espaços-tempo determinados, geográficos, histórico-sociais. Apropriando-se das palavras de Maurice Blanchot numa passagem famosa de *L'espace littéraire*, Deleuze caracteriza o que ele propõe como imagens-afeição e imagens-pulsão em termos daquilo que nos acontecimentos nunca se realiza e nem por isso deixa assediá-los, como uma parte mais ou menos invisível dos acontecimentos, da qual eles não podem se dissociar (DELEUZE, 1983:196; cf. BLANCHOT, 1959:202). A imagem-afeição é a permanente ameaça de curto-circuito que assombra o personagem de *Film* (1965) de Samuel Beckett, que faz, inclusive, com que esse personagem deixe de ser um mero “personagem” num filme que olhamos de fora (como se o filme fosse um todo fechado, separado de nós) — ela é o colapso que emerge para o sujeito como suspeita de uma conexão entre impulso motor e impulso perceptivo que não pode ser abarcada como totalidade

¹³ A questão da impossibilidade de determinação conceitual pelo sujeito, tal como aqui procuramos desenvolver, é subjacente tanto à noção de alegoria quanto à noção de símbolo com que Xavier trabalha em *Alegorias do subdesenvolvimento*.

fechada pela autoconsciência (do personagem ou do expectador)¹⁴. São os close-ups de filmes como *La passion de Jeanne d'Arc* (1928) de Carl Theodor Dreyer que, oscilando entre um gesto expressivo e a emoção por ele provocada, criam uma região intensificada de afetividade pura que desafia a possibilidade de enquadramento. São os espaços ocupados pelas personagens de Robert Bresson, que se descortinam de forma parcial, paulatina e fragmentada, adquirindo um caráter mais tátil do que propriamente visual, que lhes impede de se fechar sobre as coisas sem ao mesmo tempo as transfigurar¹⁵.

A imagem-pulsão seria aquela que nos leva a um mundo originário em que é difícil diferenciar o homem e o animal, radicalizando aquilo que em literatura se chama tradicionalmente de naturalismo. Os ambientes sociais são apresentados em toda a sua violência e crueldade latentes, exacerbando-se traços atávicos que diriam respeito como que ao início e ao fim dos tempos, ao tempo que decorre cíclico, ou ainda ao tempo como entropia. Ignoram-se as diferenças entre o natural e o construído, entre o que é arcaico e o que pertence ao futuro (DELEUZE, 1985:173ff). A imagem-pulsão é como essas formigas determinadas e ligeiras que, no *Un chien andalou* (1928) de Luis Buñuel, vão pululando descontentes do centro da palma da mão de um personagem, e para as quais o próprio personagem e a mulher que está com ele, dentro de um quarto, olham ao mesmo tempo desconfortáveis e fascinados. Formigas que, na sequência, são os próprios personagens, homens e mulheres, do lado de fora da casa, na cidade, entre automóveis, circulando uma mão decepada, que perdeu sua função em relação ao resto do corpo, que deixa de ser um órgão e se torna um fetiche, um objeto parcial. A imagem-pulsão parece ser aquilo que permitiria pensar diversas passagens e a própria concepção de um filme brasileiro recente como *Reflexões de um liquidificador* (2010), de André Klotzel¹⁶.

¹⁴ Trata-se do ápice final do curta de Beckett, quando aquele que foge é “identificado”, “percebido” irremediavelmente com aquilo que o persegue. Ver a análise de Deleuze, 1983:97-103.

¹⁵ Por exemplo, em *Un condamné à mort s'est échappé* (1956), toda a cena inicial filmada a partir de detalhes dentro do carro que transporta o personagem principal até a prisão — prisão que também só se revela aos poucos, de dentro para fora, emergindo como um todo no ápice de uma fuga que não é senão um desaparecimento silencioso na concretude da própria edificação que é o que a conecta (desde sempre) com a cidade. Gilles Deleuze faz comentários similares com relação a *PickPocket* (1959), 1983:153; cf. Deleuze, 1985:22. Pode-se referir ainda aqui os planos fechados sobre os rostos e os corpos das atrizes Renata Sorrah e Márcia Rodrigues em *Matou a família e foi ao cinema* (1969) de Júlio Bressane, tal como analisados por Xavier (2012:360-68).

¹⁶ Em sua comparação de *O bandido da Luz Vermelha* (1968) de Sganzerla com a peça *Boca de Ouro* de Nelson Rodrigues, Xavier parece também se mover numa perspectiva de análise bastante similar, apesar de ele não utilizar o conceito de imagem-pulsão. O filme teria em comum com a peça um “exibicionismo” assumido pelos personagens *in extremis*, o qual seria revelador de uma desconcertante “estratégia de assimilação do fracasso e da impotência por meio da avacalhação de si mesmo”. Tal estratégia assinalaria, mais que a “existência”, a

As imagens-afeição e as imagens-pulsão são ainda aquilo que desde muito cedo na história do cinema já colocava em crise as possibilidades meramente representativas do cinema, de um cinema feito em película, e que poderia ou não se limitar à reprodução da sua suposta realidade externa por meio de ações sensório-motoras perfeitamente articuladas. Sem necessariamente apontar para algum outro tipo de realidade mais sensacional (de efeitos especiais, por exemplo), mas explorando o que há de mais frágil na própria banalidade cotidiana, as imagens-afeição e as imagens-pulsão (do cinema) desarticulam das unidades sensório-motoras da ação aspectos sonoros e óticos puros, desconectam as partes do espaço em que a ação se desenrola, ao mesmo tempo que esvaziam e espacializam o que seria o interior dos personagens, e remetem, em última instância, ao tempo como realidade ontológica impossível de ser abarcada pela unidade sempre autorreferente da consciência. É assim que Xavier remete, por exemplo, os efeitos desestabilizadores da identidade obtidos por Sganzerla em *O bandido da Luz Vermelha* (1968) ao dispositivo já clássico da tradição *noir* de “combinação de voz over e *flashback*”, o qual permite a desarticulação e justaposição temporal disparatada de imagens e de sons.

Na medida em que essa unidade (da consciência do sujeito de conhecimento) é desintegrada, em que se exploram as debilidades e aberrações do movimento (articulado em termos sensório-motores), adquire-se a possibilidade visionária de um contato direto com o tempo como abertura infinita do passado e do futuro no presente — do tempo como aquilo que, tendo uma realidade virtual, é condição de possibilidade do desenrolar das ações (e, portanto, se não pode ser atualizado como elas nem por isso é menos real). Alcança-se uma dimensão como aquela almejada por Marcel Proust em que as coisas podem ser percebidas (no tempo) ocupando uma tessitura que é incomensurável àquela que podemos conferir a elas no espaço (quer dizer, no espaço que articulamos com o tempo em termos de movimento sensório motor).

Mais do que simplesmente ver, através das suas imagens-afeição e imagens-pulsão, o cinema nos permite ler as coisas “simultaneamente, através de diversos planos, em que elas estão plasmadas, concedendo a elas uma profundidade [que para ser compreendida] exige um esforço de concentração”. As coisas então se banham “no colorido imaterial dos anos”, elas exteriorizam “o Tempo, o Tempo que habitualmente não é visível”, e que para se tornar visível assedia as coisas em sua própria “materialidade” que ele transfigura fazendo do mundo uma imensa lanterna mágica (PROUST, 1990:231).

“insistência, ostentação de vida que não reivindica gestos corretores” (2012:169, ênfase nossa).

Referências

- ADORNO, Theodor
(1973) *W. Ästhetische Theorie*. Frankfurt: Suhrkamp.
- AGAMBEN, Giorgio
(2011) *Stanze. La parola e il fantasma nella cultura occidentale*. Torino: Einaudi.
- BATAILLE, Georges
(1967) "La part maudite". In: _____. *La part maudite précédé de la notion de dépense*. Paris: Minuit. p 21-38.
- BAUDRILLARD, Jean
(1970) *La Société de Consommation*. Paris: Gallimard.
- BAZIN, Andre
(2011) *Qu'est-ce que le cinema?* Paris: Éditions du Cerf.
- BERGSON, Henri
(1970) *Oeuvres*. Paris: Presses Universitaires de France.
- BIDENT, Christophe
(1998) *Maurice Blanchot, partenaire invisible: Essai Biographique*. Mayenne: Champ Vallon.
- BLACK, Max
(1981) "Metaphor". In: JOHNSON, Mark (ed.). *Philosophical Perspectives on Metaphor*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 63-75.
- BLANCHOT, Maurice
(1959) *Le livre à venir*. Paris: Gallimard.
(1955) *L'espace littéraire*. Paris: Gallimard.
- CAMPOS, Haroldo
(2008) *Deus e o Diabo no Fausto de Goethe*. São Paulo: Perspectiva.
- DELEUZE, Gilles
(1988) *Le Pli*. Paris: Les Éditions de Minuit.
(1985) *Cinéma 2: L'Image-Temps*. Paris: Les éditions de Minuit.
- (1983) *Cinéma 1: L'image-mouvement*. Paris: Les éditions de Minuit.
- (1969) *Logique du sens*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- DERRIDA, Jacques
(1972) *La Mythologie Blanche. Marges de la Philosophie*. Paris: Les Editions de Minuit.
(1967a) *De la Grammatologie*. Paris: Editions de Minuit.
(1967b) *L'écriture et la différence*. Paris: Éditions du Seuil.
(1967c) *La voix et le phénomène*. Paris: Presses Universitaires de France.
- FOUCAULT, Michel
(1966) *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard.
- GORDON, Terence
(1997) *Marshall McLuhan: Escape into Understanding*. New York: Basic Books.
- HEIDEGGER, Martin
(2000) "Die Frage nach der Technik." In: _____. *Gesamtausgabe*, Band 7. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann. p. 5-36.
(1991) *Kant und das Problem der Metaphysik*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann.
(1971) *Schellings Abhandlung Über das Wesen der menschlichen Freiheit (1809)*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
(1961) *Nietzsche*. Pfullingen: Günther Neske.
- KRISTEVA, Julia
(1981) *Le langage cet inconnu. Une initiation à la linguistique*. Paris: Éditions du Seuil.
- LÉVI-STRAUSS, Claude
(1966) "Introduction à l'Oeuvre de M. Mauss." In: MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, p. ix-lii.

- MAUSS, Marcel
(1966) "Essai sur le don". In: _____. *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France. p. 145-279.
- MCBRIDE, James
(1989) "Marooned in the Realm of the Profane". *Journal of the American Academy of Religion*, vol. 57, n. 2, Oxford, p. 241-266.
- MCLUHAN, Marshall
(1964) *Understanding Media: the extensions of man*. New York: New American Library.
- PARENTE, Andre
(2000) *Narrativa e modernidade: os cinemas não narrativos do pós-guerra*. Campinas: Papirus.
- PROUST, Marcel
(1990) *Le temps retrouvé*. Paris: Gallimard.
- RICHARDS, I. A.
(1981) "The Philosophy of Rhetoric/Lecture V Metaphor". In: JOHNSON, Mark (ed.). *Philosophical Perspectives on Metaphor*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 48-62.
- ROCHA, Glauber
(1963) *Revisão crítica do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SAUSSURE, Ferdinand de
(1976) *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot.
- VEBLEN, Thorstein
(1975) *The Theory of the Leisure Class*. New York: Augustus M. Kelley.
- XAVIER, Ismail
(2012) *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Cosac Naify.
- (2006) "Campo de Migrações: Fabiano, Manuel, Ranulfo e os anônimos do sertão". *Significação*, n. 26, p. 26-41.
- (2004) "Indagações em torno de Eduardo Coutinho e seu diálogo com a tradição moderna". *Comunicação & Informação*, vol. 7, n. 2, Goiânia, p. 180-187.
- (2000) "Viagem pela heterodoxia". *Significação*, n. 14, p. 9-19.
- (1999) "De monumentos e alegorias políticas: a Babilônia de Griffith e a dos Taviani". *Estudos de Cinema*, n. 2, p. 126-152.
- (1983) *Sertão Mar: Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo: Brasiliense.
- WOLIN, Richard
(1982) *Walter Benjamin: an aesthetic of redemption*. New York: Columbia University Press.
- ZIR, Alessandro
(2009) "A Tese da Primazia da Metáfora, Defesa e Problematização: um Estudo a partir de Vico". *Linguagem em (Dis)curso*, v. 9, Tubarão, p. 107-130.
- (2003a) "Da dicotomia metafórico/literal: repensando a questão da primazia". *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, n. 1, Tubarão, p. 137-146.
- (2003b) *Para uma discussão dos aportes teóricos sobre a cognição: o surgimento da metafísica da subjetividade no a priori histórico do século XVII*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Referências filmográficas

BECKETT, Samuel. *Film*, 1965.

BRESSANE, Júlio. *Matou a família e foi ao cinema*, 1969.

BRESSON, Robert. *PickPocket*, 1959.

_____. *Un condamné à mort s'est échappé*, 1956.

_____. *La passion de Jeanne d'Arc*, 1928.

BUÑUEL, Luis. *Un chien andalou*, 1928.

GODARD, Jean.-Luc. *Meetin' WA*. França, 1986.

KLOTZEL, André. *Reflexões de um liquidificador*, 2010.

LYNCH, David. *David Lynch Loves IPOD!*
Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=SWkWGXXIHw8>>. Acesso em: 14 set. 2010.

ROCHA, Glauber. *Barravento*, 1982.

_____. *Deus e o diabo na terra do sol*, 1964.

SGANZERLA, Rogério. *O bandido da Luz Vermelha*, 1968.

TAVIANI, Paolo; TAVIANI, Vittorio. *Bom dia, Babilônia*, 1987.

Recebido em

outubro de 2012

Aprovado em

junho de 2013